



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

NELSON DANIEL

**A IDOLATRIA E A ICONOCLASTIA A NGUNGUNHANE NOS ROMANCES
HISTÓRICOS *UALALAPI*, DE UNGULANI BA KA KHOSA E AS *AREIAS DO
IMPERADOR: A ESPADA E A AZAGAIA*, DE MIA COUTO**

**IDOLATRY AND ICONOCLASM OF NGUNGUNHANE IN THE HISTORICAL
NOVELS *UALALAPI*, BY UNGULANI BA KA KHOSA, AND *THE SANDS OF THE
EMPEROR: THE SWORD AND THE SPEAR*, BY MIA COUTO**

GOIÂNIA

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Nelson Daniel

3. Título do trabalho

A IDOLATRIA E A ICONOCLASTIA ANGUNGUNHANE NOS ROMANCES HISTÓRICOS UALALAPI, DE UNGULANI BA KA KHOSA E AS AREIAS DO IMPERADOR: A ESPADA E A AZAGAIA, DE MIA COUTO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Daniel, Usuário Externo**, em 11/06/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Max Canedo Silva, Professor do Magistério Superior**, em 18/06/2026, às 01:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6256564** e o código CRC **0B9218D6**.

Referência: Processo nº 23070.012763/2026-12

SEI nº 6256564

NELSON DANIEL

A IDOLATRIA E A ICONOCLASTIA A NGUNGUNHANE NOS ROMANCES HISTÓRICOS
UALALAPI, DE UNGULANI BA KA KHOSA E *AS AREIAS DO IMPERADOR: A ESPADA E A*
AZAGAIA, DE MIA COUTO

IDOLATRY AND ICONOCLASM OF NGUNGUNHANE IN THE HISTORICAL NOVELS
UALALAPI, BY UNGULANI BA KA KHOSA, AND *THE SANDS OF THE EMPEROR: THE*
SWORD AND THE SPEAR, BY MIA COUTO

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em
Letras e Linguística da Faculdade de Letras da
Universidade Federal de Goiás como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Letras e
Linguística.

Área de concentração: Estudos Literários
Linha de Pesquisa: Literatura, história e sociedade
Orientador: Prof. Dr. Rogério Max Canedo Silva

GOIÂNIA

2026

Daniel, Nelson

A Idolatria e a Iconoclastia a Ngungunhane nos romances históricos Ualalapi, de Ungulani Ba Ka Khosa e As areias do imperador: a espada e a azagaia, de Mia Couto. [Manuscrito] = Idolatry and Iconoclasm of Ngungunhane in the historical novels Ualalapi, by Ungulani Ba Ka Khosa, and The Sands of the Emperor: The Sword and the Spear, by Mia Couto. / Nelson Daniel. - 2026.

CCXXIII, 223 f.: 2026

Orientador: Prof. Dr. Rogério Max Canedo Silva

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2026.

Bibliografia.

Inclui: siglas.

1. Literatura e História. 2. Ngungunhane. 3. Idolatria e Iconoclastia. 4. Ungulani Ba Ka Khosa e Mia Couto. 5. Romance Histórico Moçambicano. I. Silva, Rogério Max Canedo, orient. II. Título.

CDU 82



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 10 da sessão de Defesa de Tese de Nelson Daniel, que confere o título de Doutor em Letras e Linguística, na área de concentração em Estudos Literários.

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis a partir das 13h, vi Google Meet, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “A IDOLATRIA E A ICONOCLASTIA A NGUNGUNHANE NOS ROMANCES HISTÓRICOS UALALAPI, DE UNGULANI BA KA KHOSA E AS AREIAS DO IMPERADOR: A ESPADA E A AZAGAIA, DE MIA COUTO”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Professor Doutor Rogério Max Canedo Silva (PPGLL/FL/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Edvaldo Aparecido Bergamo (PosLit/UnB), membro titular externo; Professora Doutora Ana Claudia da Silva (PosLit/UnB), membro titular externo; Professora Doutora Nilza Gomes de Oliveira Laice (Minc/DF), membro titular externo; Professora Doutora Ana Mafalda de Moraes Leite (PPGLAM/Universidade de Lisboa), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Rogério Max Canedo Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Edvaldo Aparecido Bergamo, Usuário Externo**, em 30/03/2026, às 22:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Pereira Camargo, Coordenador de Pós-Graduação**, em 02/04/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Max Canedo Silva, Professor do Magistério Superior**, em 02/04/2026, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA DA SILVA, Usuário Externo**, em 06/04/2026, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **6093533** e o código CRC **ADED694E**.

Referência: Processo nº 23070.012763/2026-12

SEI nº 6093533

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos meus filhos, Kelton, Madenusa e Brayson, dizendo o seguinte: Meus filhos, saibam que a escola é o alicerce para a edificação da prosperidade dos seres humanos. Nunca abandonem a escola e não desperdicem o tempo à toa, leiam, pelo menos 15 minutos, todos os dias, livros que abordam áreas que vocês mais precisam em vossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Ana da Margarida Adelaide Taipo, minha companheira de trincheira, a guardiã da minha retaguarda, que tem aguentado firme nos longos momentos da minha ausência, gerindo a casa e os miúdos, os meus mais sinceros agradecimentos.

As minhas irmãs, Horácia Adelino Horácio, Etelvina Fernando Mambana Ambasse, Priscila Fernando, que têm sido a minha torcida organizada, que do alto da arquibancada vão torcendo: *força aí mano, nós estamos contigo, quebre esse galho por nós, nos represente nesse mundão de letras, és a nossa inspiração, enfim, palavras não existem para descrever a minha gratidão pelo carinho e afecto*. Só tenho a dizer que vos amo, minha família.

Ao meu caríssimo orientador, Prof. Dr. Rogério Max Canedo, que foi mais do que um orientador, mas sim, um grande anfitrião e parceiro nesta caminhada literária. Logo a minha chegada ao Brasil, se predispôs, sempre gentil, em me dar a mão para qualquer situação que viesse. Me apresentou pessoas bacanas, facto que permitiu a minha fácil inserção num meio que era tão desconhecido para mim. Sempre que tivesse um tempo livre, vinha ao meu encontro e saíamos juntos, com os outros amigos, para um momento de confraternização e lazer, facto que ajudava a espairar a minha mente e reduzir o meu estresse e ansiedade. Quanto a orientação, há!, isso superou as minhas expectativas, sempre me presenteando obras literárias que pudessem ajudar na produção da presente tese. Sempre que eu precisei de uma obra, e não consegui localizar, ele fez a questão de me ajudar a localizar, em bibliotecas da Universidade Federal de Goiás ou da região de Goiânia. A essa pré-disposição que supera os limites de um orientador, os meus mais sinceros agradecimentos.

“A História é uma ficção controlada”¹

¹ Trecho de Agustina Bessa Luís, recuperado por Ungulani Ba Ka Kosa em *Ualalapi* (Khosa, 2000, p. 15).

RESUMO

O presente trabalho tem como tema: A Idolatria e a Iconoclastia a Ngungunhane nos romances históricos *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa e *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, de Mia Couto. A motivação que nos leva a falar do tema em referência prende-se com o facto dos autores dessas obras, nas suas notas introdutórias reconhecerem que Ngungunhane fora o último imperador de Gaza e que resistiu contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique. Daí que se foi buscar os seus restos mortais no exílio, como forma de reconhecimento dos seus feitos heroicos (Couto, 2016, p. I). Este facto revela que há uma certa idolatria a Ngungunhane. No entanto, nos propusemos a identificar as ações descritas nas obras em estudo que impugnam a heroicidade de Ngungunhane. Na análise e interpretação dos dados, que foram recolhidos através de leituras das obras em referência, recorremos ao método do materialismo dialéctico de Karl Marx, que consiste em tese, antítese e síntese, por nós fundamentada na teoria de György Lukács (2011), sobre o romance histórico. Usamos, também, o método indutivo, dedutivo e comparativo suportado por uma base teórica do ramo da história. O estudo feito, nos levou a concluir que as obras em análise são romances históricos, uma vez que, tanto em *Ualalapi* quanto em *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, ainda que compreendidas como ficções, problematizam a história oficial construída em torno da figura do Imperador Ngungunhane. De acordo com as narrativas das obras, que foram o campo do nosso estudo, a idolatria a Ngungunhane consistia num acto de mera bajulação dos súbditos ou vassallos deste, pelo temor que eles tinham diante do soberano, para que não fossem exterminados ou executados, por motivos fúteis ou equivocados (Khosa, 2000; Couto, 2022). Esses romances revelam, ainda, que Ngungunhane nunca resistiu, em momento algum, contra dominação colonial portuguesa a favor dos moçambicanos, “como por aí se insiste em dizer” (Couto, 2015, p. 31). Além disso, compreendemos com esse estudo que a iconoclastia e, sobretudo, a idolatria a essa figura histórica, nas narrativas historiográficas oficiais serviram a questões políticas e históricas determinadas, facto que os dois romances históricos evidenciaram quando reconstruíram novas possibilidades de entendimento deste que foi se segue sendo uma imagem paradoxal em nosso país.

Palavras-chave: Literatura e história; Ngungunhane; Idolatria e Iconoclastia; Ungulani Ba Ka Khosa e Mia Couto; Romance histórico moçambicano.

ABSTRACT

The present work focuses on: Idolatry and Iconoclasm of Ngungunhane in the historical novels *Ualalapi*, by Ungulani Ba Ka Khosa, and *The Sands of the Emperor: The Sword and the Spear*, by Mia Couto. The motivation for discussing this topic stems from the fact that the authors of these works, in their introductory notes, acknowledge that Ngungunhane was the last emperor of Gaza and that he resisted the Portuguese colonial occupation of Mozambique. Therefore, his remains were retrieved from exile as a form of recognition of his heroic deeds (Couto, 2016, p. 1). This fact reveals a certain idolatry surrounding Ngungunhane. However, we set out to identify the actions described in the works under study that challenge the heroism of Ngungunhane. In the analysis and interpretation of the data, which were collected through readings of the referenced works, we used the method of dialectical materialism of Karl Marx, which consists of thesis, antithesis, and synthesis, grounded in the theory of György Lukács (2011) on the historical novel. We also used the inductive, deductive, and comparative methods supported by a theoretical basis in the field of history. The study we conducted led us to conclude that the works under analysis are historical novels, since both *Ualalapi* and *The Sands of the Emperor: The Sword and the Spear*, although understood as fiction, problematize the official history constructed around the figure of Emperor Ngungunhane. According to the narratives of the works, which were the field of our study, the idolatry of Ngungunhane consisted of an act of mere flattery by his subjects or vassals, due to the fear they had of the sovereign, lest they be exterminated or executed for frivolous or misguided reasons (Khosa, 2000; Couto, 2022). These novels also reveal that Ngungunhane never resisted, at any time, Portuguese colonial domination in favor of Mozambicans, “as is often insisted upon” (Couto, 2015, p. 31). Furthermore, this study shows that the iconoclasm and, above all, the idolatry of this historical figure in official historiographical narratives served specific political and historical purposes, a fact that the two historical novels highlighted when they reconstructed new possibilities for understanding this paradoxical figure in our country.

Keywords: Literature and history; Ngungunhane; Idolatry and Iconoclasm; Ungulani Ba Ka Khosa and Mia Couto; Mozambican historical novel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLLIN - Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

MANU – Mozambique African National Union

UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

FLNA – Frente Nacional de Libertação de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	19
ROMANCE HISTÓRICO: O GÊNERO, A FIGURAÇÃO DA VIDA E OS MOVIMENTOS DA HISTÓRIA	19
1.1. O surgimento do romance histórico	19
1.2. Impasses históricos do gênero: breve panorama da crise ideológica burguesa rumo ao irracionalismo impregnante.....	27
1.3. ROMANCE HISTÓRICO E A REVOLUÇÃO DE 1848 e 1905.....	36
1.3.1. Concepções filosóficas em debate: agnosticismo, Intelligentzia e Totalidade	36
1.4. O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO	41
CAPÍTULO II	52
A HISTORIOGRAFIA DE UM IMPÉRIO, SUA DERROCADA E A DE SEU IMPERADOR	52
2.1. O IMPÉRIO DE GAZA	52
2.2. O ACIRRAMENTO DO PROCESSO COLONIAL E A DERROCADA DO IMPÉRIO DE GAZA.....	58
2.2.1. O Imperador Muzila e os portugueses	59
2.2.2. Ngungunhane, o Leão de Gaza.....	62
2.2.3. Ngungunhane e os portugueses.....	64
2.2.4. Ngungunhane, o açambarcador	67
CAPÍTULO III	71
A HERANÇA DO IMPÉRIO DE GAZA E DE SEU ÚLTIMO IMPERADOR: O SIGNIFICADO DA FIGURA DE NGUNGUNHANE NO PASSADO E NO PRESENTE DE MOÇAMBIQUE	71
3.1. A nível político	71
3.2. A nível cultural.....	87
3.3. No romance moçambicano.....	90
CAPÍTULO IV	98
ASCENSÃO E QUEDA DO IMPERADOR: O ROMANCE HISTÓRICO DE UNGULANI BA KA KHOSA E DE MIA COUTO	98
4. A IDOLATRIA A NGUNGUNHANE	98
4.1. Em Ualalapi	98
4.2. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia	101
4.3. MOMENTOS ALTOS DE NGUNGUNHANE.....	106
4.3.1. Em Ualalapi	106
4.3.1.1. Ngungunhane e os rituais de fortalecimento do poder	110
4.3.2. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia.....	113
5. A ICONOCLASTIA A NGUNGUNHANE.....	123

5.1. Os Limites do Império de Gaza	124
5.1.2. Em <i>Ualalapi</i>	124
5.1.3. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia.....	130
5.2. MOMENTOS BAIXOS DE NGUNGUNHANE.....	137
5.2.1. Em Ualalapi	137
5.2.2. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia.....	147
5.2.2.1. A Batalha de Magul	150
5.2.2.2. Mulheres, uma perdição do Imperador Ngungunhane	164
5.2.2.3. A Batalha de Coolela.....	170
5.2.2.4. O Assalto final à corte de Ngungunhane.....	171
5.2.2.4.1. A última cartada de Ngungunhane.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

INTRODUÇÃO

Nesta presente tese nos debruçamos em torno da figura de Ngungunhane, personagem central patente nas obras *Ualalapi* (2000); *As areias do Imperador: A espada e a azagaia* (2022), dos escritores moçambicanos Ungulani Ba Ka Khosa e Mia Couto, respectivamente. É de salientar que a obra *As areias do Imperador*, de Mia Couto, é uma trilogia, ou seja, uma obra constituída por uma sequência de três livros, sendo o livro 1, *Mulheres de Cinzas* (2015), o livro 2, *A espada e a azagaia* (2016), este leva, também, em algumas edições, o título de *Sombras da Água* e, por último, o livro 3, *O bebedor de horizontes* (2017).

No livro 1, *Mulheres de Cinzas*, as narrativas do enredo centram-se no prelúdio dos eventos que foram a força motriz dos conflitos apresentados na trilogia, nomeadamente: o conflito entre Ngungunhane e os indígenas, o conflito entre Ngungunhane e os portugueses, com destaque para este último, que consistiu no ataque e invasão à principal cidade da colônia portuguesa em Moçambique, a cidade de Lourenço Marques, pelos vassalos de Ngungunhane, liderados pelo régulo Zixaxa e coadjuvado por um outro régulo de nome Mahazul. Essa invasão à capital, Lourenço Marques, coincide com a chegada, de Portugal, do Sargento Germano de Melo, um português que é deportado para Moçambique, como um condenado, para cumprir a sua pena como soldado ao serviço da coroa portuguesa e é ele quem relata os acontecimentos desse evento protagonizado pelos indígenas.

Para este trabalho, elegemos, dessa trilogia, o livro 2, *A espada e a azagaia* (2022), pelo facto de termos constatado que as narrativas estão centradas no apogeu desses conflitos entre o Imperador Ngungunhane e os nativos ou indígenas das terras sob o seu domínio bem como com os portugueses que pretendem as mesmas terras, usando como pretexto o referido ataque a sua cidade capital, Lourenço Marques. O decurso desses conflitos, que são narrados pelo Sargento Germano de Melo, pelo tenente Ayres de Ornelas e pela indígena Imani, termina com a captura e o início da viagem de deportação do imperador Ngugngunhane, protagonizada pelos portugueses, para o exílio, em Portugal. E, daí, decorrem outras narrativas, no livro 3, *O bebedor de horizontes*, em torno desse trajecto que não é o foco do nosso estudo. No navio que leva Ngungunhane ao exílio seguem, também, as suas sete esposas que o acompanham, o filho predileto Godido, o tio Molungo. Vai também, como prisioneiro, o régulo Zixaxa e suas três esposas; segue a indígena Imani, que também é usada como tradutora dos portugueses em relação aos indígenas e vice-versa. Segue, de regresso a Portugal, o sargento Germano de Melo, mais uma vez, como prisioneiro, por ter

assumido, inconscientemente, um crime cometido pela sua namorada Imani. Como se pode perceber, no decurso das nossas análises, iremos trazer toda a trilogia de Mia Couto, mas com maior enfoque para o livro 2.

Portanto, as obras que elegemos para o presente estudo, que são duas: *Ualalapi (2000)* e *As areias do Imperador: A espada e a azagaia (2022)*, como referenciamos logo no início, bem como toda a trilogia de *As areias do Imperador*, são romances que nos transportam para uma época em que Moçambique sofreu várias invasões e incursões de povos estrangeiros, como nações ou grupos étnicos específicos, organizados em expedições militares com o intuito de expropriar as terras dos nativos (indígenas), apoderando-se delas e dos seus recursos, desde os recursos humanos aos recursos naturais; permitindo-lhes construir e dilatar, cada vez mais, os seus impérios territoriais e financeiros. Essas acções, que se traduzem em violências contra os nativos e entre os invasores, em que se usava instrumentos contundentes, tais como: catanas (facão), baionetas, facas, machados, cassetetes, bastões, enxadas, foices, azagaia, espada, arco e flecha, etc., vão dizimar vidas como se se tratasse de uma *arena*, em que os mais fracos morrem e os mais fortes sobrevivem, ou seja, essas acções em que se usava, em grande parte, armas brancas, bem como o “espera pouco”² (Lobo e Manjate, 2022, p. 42), metralhadoras e canhões nas batalhas, vão elevar o ego e a ambição arrojada dos invasores, tornando-os bastante violentos e sanguinários. Nesse intento de ilustração dos eventos, dos processos e dos estados de coisas dessa época, as obras, acima referenciadas, vão traduzir uma versatilidade sobre uma dinâmica de dupla colonização, a que os moçambicanos foram alvo no tempo pretérito, protagonizada pelo povo Nguni (Vátua), vindo da República da África do Sul, como resultado de conflitos políticos, internos, nesse país; e pelo povo português, vindo de Portugal, como consequência da expansão mercantil europeia. Nessa teia de movimentação dos europeus pelo mundo,

A expansão portuguesa foi um subproduto directo da pobreza de Portugal, não da sua riqueza. O Portugal Medieval produzira vinho e azeitonas, mas fora sempre incapaz de conseguir milho suficiente para alimentar uma população que rondava a um milhão de indivíduos. Havia falta de bons terrenos agricultáveis, sobretudo no Norte, e tanto o sustento da população como a contribuição portuguesa para o comércio internacional residiam, em grande parte na pesca e na produção de sal. Com a terra a dar pouco rendimento, a nobreza sempre se mostrara inclinada a fazer fortuna através de expedições

² “Espera Pouco” - apelido atribuído, no contexto moçambicano, em tempo pretérito, a espingarda que dispara um único projectil em cada vez que se engatilha. O intervalo, de demora, no engatilha entre um projectil e o outro, é que se designa de “espera pouco”, ou seja, é como se um soldado disse-se ao seu inimigo para que não lhe ataque, lhe guarde até que ele coloque a munição na câmara da arma de modo a não ficar em desvantagem defensiva.

armadas [...]. Fundaram-se colonatos [...] que [...] ajudaram a dar à expansão portuguesa o seu dinamismo financeiro (Newitt, 1995, p. 32-33).

É nesse contexto de pobreza de Portugal, diante de outras nações europeias, que “as primeiras viagens dos portugueses foram financiadas por instituições bancárias alemãs” (Newitt, 1995, p. 34).

Ambos os povos, portugueses e nguni, de que estamos a falar, nas suas pretensões de anexar novas terras para a expansão dos seus impérios ou reinos, submeteram populações e arrasaram povoações que antes existiam em Moçambique, formando tais colonatos referenciado por Newitt, no trecho acima. Facto que criou ressentimentos, ódios e indignações dos povos nativos ou “indígenas”.

A chegada dos portugueses a Moçambique data de 1498, na Ilha de Moçambique, na província de Nampula, na região norte de Moçambique. No entanto, a sua fixação permanente no território moçambicano inicia, no litoral, em 1505 na província de Sofala, e em 1507 na Ilha de Moçambique (Mula, Nhantumbo e Chipangue, 2022, p. 63). Daí, foram se expandindo para o resto do país, tendo se fixado, posteriormente, em Lourenço Marques, actual Maputo, no Sul de Moçambique, “em 1782, quando foi fundado o presídio de Lourenço Marques” (Rocha, 2006, p. 27). Lourenço Marques, viria a ser a capital do império português, em Moçambique.

Quanto aos Nguni, a sua chegada a Moçambique data de 1820, na região sul, e vão se expandindo até ao centro (Rio Zambeze), em direcção ao norte de Moçambique; no sentido inverso dos portugueses. No entanto, a sua capital se situava na província de Gaza, no Sul de Moçambique, bem próximo de Lourenço Marques (Rocha, 2006, p. 28). Porém, dados genealógicos e históricos dão conta que o fundador do império de Gaza e primeiro imperador, Sochangane (Manicusse), era filho de Zikode, e o pai deste chamava-se Gasa. Portanto, O nome Gaza, que designa a província em referência, foi estabelecido por Sochangane em homenagem ao seu avô, Gasa³, ou seja, “Mangua Gaza [...] fundador da dinastia Namais ou Jamine” (Vilhena, 1996, p. 165). É nesse sentido que o vasto território moçambicano, e não só, dominado pelos Nguni se chamou ou se chama de império de Gaza.

³ A informação em questão pode ser encontrada em:

https://www.google.com/search?q=qual+e%27+o+nome+do+avo+de+sochangane&rlz=1C1GCEA_enDE1033DE1033&oeq=qual+e%27+o+nome+do+avo+de+sochangane&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQABjvBTIHCAIQABjvBTIHCAEQABjvBTIHCAUQABjvBdIBCTMyODc2ajBqOagCBrACAfEFCSLhp sM24Q&sourceid=chrome&ie=UTF-8, acessado em abril de 2026.

Apesar de algumas contradições entre os dois reinos dominantes, Gaza e Lourenço Marques (Maputo), na região sul de Moçambique, eles viviam praticamente independentes um do outro (Rocha, 2006, p. 29-30). Entretanto, um evento histórico, a Conferência de Berlim, que precipitou a corrida das grandes potências europeias para a anexação dos territórios africanos, mudaria os rumos da história de Moçambique, mais concretamente na região Sul onde estes dois reinos tinham o seu maior domínio. A “Conferência de Berlim (1884-1885)”, e ainda o “ultimato britânico de 1890”, (Rocha, 2006, p. 36), que determinou a partilha de África pelas potências europeias, forçou o império português a ocupar efectivamente as terras moçambicanas antes que outra potência europeia o fizesse. Nesse sentido, tinha que eliminar outros actores de grande expressividade política e militar no terreno, no caso em apreço, o império de Gaza. E isso viria a acontecer em 1895, com a derrota e a captura do último imperador de Gaza, Gungunhana (Ngungunhane). Segundo Rocha (2006), o português,

António Enes, em 1893, dizia acerca de Gaza:

Há especialmente um povo, o vátua, que a civilização há-de ter que tratar como inimigo irreconciliável, porque esteriliza o chão que pisa. É o fidalgo da selvageria, para quem o trabalho é desdouro, glória o assassinio e a rapina o direito (...). Até ao Zambeze, o medo do vátua afugenta ou paraliza as populações débeis. Não cultivam porque seriam para os vátuas as colheitas (...). Vivem miseráveis para que a miséria os defenda da cobiça brutal da raça conquistadora (...). Paiz onde ele domine, aonde cheguem as suas “razia”, e as exacções dos seus vátuas, ou sequer a fama do seu cruel poderio é um paiz perdido para o trabalho de que o potentado, os seus grandes, as suas mulheres e as suas hordas selvagens devorem todos os frutos (Rocha, 2006, p. 36, grifos do autor).

A partir da fala de António Enes, antigo governador português de Moçambique colonial, percebe-se que havia, no pretérito tempo, uma intensa rivalidade entre o império colonial português e o império colonial Nguni, o de Ngungunhane, pela ocupação efectiva das terras moçambicanas em que ambos se tornaram “inimigos irreconciliáveis”. Apesar da descrição sobre o império de Gaza vir de um português, também com pretensões colonizadoras, demonstra que os vátuas (Nguni), povo liderado por Ngungunhane, eram tão cruéis para os portugueses quanto para as populações nativas, onde estas últimas passavam por extremas situações de miséria, pobreza absoluta, por conta da fuga dos seus locais de origem, por medo dos Nguni. Não só, de acordo com a citação acima, as populações nativas deixaram de praticar a agricultura, para a sua alimentação, porque os produtos colhidos, no fim de cada época agrícola, eram pilhados pelos Nguni. Nesse sentido, não produzindo, as populações locais julgavam que os Nguni não iriam persegui-las

porque não haveria nada de precioso que os pudesse atrair. Daí que constituiu uma miséria, propositada pelas populações, em forma de autodefesa. No entanto, a história oficial de Moçambique independente considera o último imperador dos Nguni (Vátua), Ngungunhane, como herói nacional das mesmas populações mencionadas, por ter resistido a ocupação colonial portuguesa; dando a entender que os únicos colonizadores das referidas populações, que são moçambicanas, foram os portugueses. Facto que nos leva a uma percepção de que um preto, africano, no pretérito tempo histórico, nunca poderia ser considerado como um colono de um outro preto, também africano, mas sim, um branco e europeu. Diante desse posicionamento da historiografia moçambicana, que é mais política do que historiográfica, no verdadeiro sentido, os romances que elegemos, para o nosso estudo, vão dessacralizar esse passado, nos direccionando para uma nova “autópsia” do pretérito tempo histórico, ou seja, para um novo ângulo de vêr esse passado que teve como protagonistas o povo Nguni e o povo Português em terras alheias, no caso concreto, em terras moçambicanas, para se saber onde reside a heroicidade do último imperador dos Nguni, o Ngungunhane, diante dos portugueses e a razão do mesmo ser o herói dos moçambicanos, como tem sido propalado nos manuais escolares e não só. Portanto, indo ao encontro do valor expressivo dos conteúdos desses romances, entende-se pelas suas configurações que estamos diante de dois romances históricos, pelo facto de nos levarem à múltiplas percepções sobre um facto crucial da fundação da identidade moçambicana e dos rumos do país, como nação soberana.

A partir daí, levantamos uma hipótese que, em linhas gerais, aponta para um modo particular de a literatura abordar a figura histórica do líder histórico Ngungunhane, ressuscitando, artisticamente, personagens como: António Enes, Mouzinho de Albuquerque, o tenente Ayres D’Ornelas, O sargento Germano de Melo (do lado dos portugueses), o médico e missionário suíço Georges Liengme, o chefe guerreiro dos Nguni (Maguiguane), da tribo tsonga, o rei Machope (Binguane), o régulo e guerreiro Vamatibjana Zixaxa, entre outros, que no pretérito tempo histórico tiveram contacto directo com ele, como testemunhas oculares dos eventos dessa época.

Particularmente, nos interessou verificar como, nos dois romances históricos mencionados, há uma formulação em torno de Ngungunhane que passa pela Idolatria⁴ e pela Iconoclastia⁵. Esse modo de representação, formulado pela literatura, destoa de certa compreensão posta pela historiografia oficial moçambicana em torno dessa figura histórica.

O que nos leva a falar da Idolatria, que é a elevação de uma pessoa a um pedestal de admiração, de reconhecimento e de adoração pelos seus feitos que impactaram e impactam na sociedade de forma positiva, é pelo facto das narrativas das duas obras reconhecerem que Ngungunhane foi Imperador de Gaza, “o segundo maior império em África dirigido por um africano” (Couto, 2016, p. I). E que o mesmo resistiu às forças portuguesas, tendo sido, finalmente, derrotado e exilado a Portugal. No entanto, o que nos leva a falar da Iconoclastia, que é a desconstrução da Idolatria, é pelo facto das narrativas destas duas obras nos remeterem a uma dúvida da heroicidade de Ngungunhane face à penetração e ocupação colonial portuguesa. O outro facto, que nos remete a uma dúvida, é do imperador, aparentemente, ter ultrapassado os limites do seu império, o que de certa forma criou um desconforto aos povos dos limites transpostos. Como não bastasse, há uma suposição em Couto (2016, p. I), segundo a qual, a urna transladada, de Portugal para Moçambique, trouxe areia e não ossadas do imperador Ngungunhane. As questões que se colocam, portanto, são duas: por um lado, que feitos heróicos e gloriosos, relevantes, de Ngungunhane são destacados em *Ulalalapi* e *As areias do Imperador: a espada e a azagaia* que o torna digno da figura de um herói? Por outro e indissociável daquela, até que ponto Ngungunhane ultrapassou os limites reais do seu império e praticou ações que o podem desconfigurar a sua imagem heróica? Em síntese, a Idolatria e Iconoclastia são estratégias narrativas propositas, eleitas por esses romancistas históricos como estratégia válida para um reequacionamento da história?

Encontrando-se as respostas destas questões, ir-se-á rever a compreensão da história em torno da figura de Ngungunhane e do seu momento histórico e consequentemente a ampliação da compreensão da própria história, como mais humana e mais palpável. Essa reequação dos sentidos a partir da literatura vai contribuir para a compreensão da história fundacional (inicial) de

⁴ Idolatria - adoração dos ídolos.

Ídolo - figura, estátua ou imagem que representa uma divindade e que é objecto de adoração”. (Textos Editores, 2010, p. 304).

⁵ Iconoclastia - que ou aquele que condena o culto das imagens; que ou aquele que tenta destruir ideais religiosas, opiniões estabelecidas, tradições. (Textos Editores, 2010, p. 304).

Moçambique, na medida em que a literatura, em especial os dois romances históricos mencionados aqui, vai trazer à tona elementos implícitos, ocultos, que a história oficial não revelou.

Para trilhar esse caminho, nos propusemos a identificar a transcendência dos limites do Império de Gaza e as acções descritas nas obras em estudo que impugnam a heroicidade de Ngungunhane. Por isso, foi preciso analisar a maneira como a literatura reflecte a história outrora registada nos discursos oficiais da Historiografia moçambicana, em particular na figura de Ngungunhane; buscar compreender como a literatura possibilita ver uma história mais humanizada de um momento fulcral da história moçambicana; entender como, em literatura, Ngungunhane está representado nos altos e baixos de sua história pública e privada. Para que esse intento fosse concretizado, foi preciso verificar a relação entre a literatura e a história nos romances a serem analisados. Nesse fio de pensamento, a nossa maior preocupação foi identificar as nuances ficcionais das duas obras que revelam a controvérsia da história que já é do domínio do povo moçambicano, ou seja, o que é que foi ficcionado na história conhecida por todos e está sendo controlado? Já que “A História é uma ficção controlada”, como aponta Agustina Bessa Luís (*apud* Khosa, 2000, p. 15).

Portanto, constitui o corpus da presente tese as seguintes obras literárias: *Ualalapi* (2000), de Ungulani Ba Ka Khosa e *As areias dos Imperador: A espada e a zagaia* (2022), de Mia Couto, como nos referimos atrás. Obras estas que vão constituir o nosso campo de atuação para a recolha dos dados. Escolhemos estas duas obras pelo facto das narrativas de ambas estarem em torno de Ngungunhane, figura considerada, na história oficial de Moçambique, como de bravura e heroicidade incontornável quando se abordam assuntos relacionados com a luta de resistência contra a ocupação colonial portuguesa. É nesse fio de pensamento que achamos que existe alguma convergência ou divergência na abordagem sobre esta personagem histórica e fictícia, nas obras em alusão. Daí, o nosso interesse em analisá-las na vertente da Idolatria e da Iconoclastia que as narrativas dos romances nos sugerem. E como o centro gravitacional das narrativas está focado em Ngungunhane, o imperador, o “destruidor do país; terrível, invencível, Leão” (Almada, 2012a, p. 6) e profundas furnas onde são lançados os condenados à morte (Khosa, 2000, p. 29), nos levou a concluir que ambas se encaixam no conceito da teoria do romance histórico, de acordo com o pensamento crítico de Frederic Jameson, Perry Anderson, György Lukács entre outros estudiosos deste tipo de romance.

Sendo assim, a principal investida desse estudo, como se esperava, foi a leitura atenta e crítica dos romances em alusão e, através de uma abordagem comparativa, fizemos consultas de outras fontes bibliográficas que permitiram resgatar as matérias factuais de um passado tão distante que puderam subsidiar, de algum modo, as nossas análises e interpretações das narrativas dos dois romances históricos.

Por se tratar de dois romances que falam de um passado colonial vivido pelos ancestrais dos moçambicanos cujo o conteúdo desse tempo pretérito, que é o objecto de análise, é recuperado para o presente momento histórico, pelo facto de se reflectir na vida actual dos mesmos, a nossa discussão vai se ancorando na perspectiva do pensamento teórico pós-colonial, fundamentando as nossas análises na teoria do materialismo dialéctico de Karl Marx, que consiste em tese, antítese e síntese, ou seja, as nossas análises vão se fundamentar nessa teoria pelo facto da mesma ser um método de debate e argumentação que envolve a contraposição de ideias diferentes, trazendo, nos mínimos detalhes, factos materiais como provas dos eventos, dos processos e dos estados de coisas, para se chegar a uma verdade. Esta teoria, abraçada por György Lukács, o nosso teórico de eleição para o presente estudo, fundamenta-se na ideia de que “é a partir desse método de figuração da vida que a arte, e nesse caso a literatura, consegue captar a vida do homem no seu sentido mais realista, ou seja, naquilo que mais essencialmente pode dar conta das relações entre o ser e a sociedade” (György Lukács, 2011, *apud* Canedo, 2023, p. 17). Nesse sentido, essa “captação da vida do homem no seu sentido mais realista”, nos remete, como consequência desse método de materialismo dialéctico, ao método realista de captação e figuração da vida, que é “uma técnica que habilita os homens a perceberem sua natureza real” (Perrone, 2003, p. 26 *apud* Canedo, 2023, p. 18). “Com essa atitude, o romancista busca encontrar a totalidade da vida “unificando todas as incongruências da situação histórica”” (Bordoni, 2003, p. 42 *apud* Canedo, 2023, p. 18, grifo do autor). É nesse contexto que o nosso trabalho, no seu capítulo II, traz a historiografia da personagem central dos dois romances, Ngungunhane, onde buscamos vários documentos e estudos historiográficos que se debruçam sobre tal personagem, para percebermos como a história oficial de Moçambique apresenta essa figura para a sociedade e, depois disso, mergulhamos nas narrativas dos romances em alusão, de modo a vermos como a história e a literatura se abraçam.

Por uma inferência dedutiva e indutiva, tiramos as conclusões sobre a ficcionalidade da história em torno da figura do Imperador Ngungunhane, que constitui no nosso objecto de estudo.

Quanto à abordagem, a nossa pesquisa é qualitativa. Segundo André e Ludke (1986, p. 11), “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte directa de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; [...], via de regras através de trabalho intensivo de campo.” Quanto à natureza, temos uma pesquisa básica, uma vez que fizemos várias leituras em revisões bibliográficas. Quanto aos objectivos, fizemos uma pesquisa descritiva. Nesse sentido, fizemos a recolha de dados através de leituras das duas obras que nos propusemos analisar: *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa e *As areias dos Imperador: A espada e a zagaia*, de Mia Couto.

Para que não sejam vistos como erros de grafia, no texto poder-se-á encontrar expressões como: Gungunhana, Gungunhane, Machope, Muchope, Chopes, Angune, Vátuas, Manjacaze – era assim como os portugueses pronunciavam ou escreviam os nomes locais, da região sul de Moçambique. Enquanto os nativos, donos dos nomes, pronunciavam da seguinte maneira: Ngungunhane, Ngungunyane, *Nkossi* (rei, imperador, Deus), Vaxxopi, Vashopi, VaChopi, Nguni, Vanguni, Mandlakazi. Portanto, é assim que aparecem, de forma alternada, nas narrativas das obras em estudo.

O presente trabalho está estruturado em quatro grandes capítulos, nomeadamente: Capítulo I - Romance histórico: o gênero, a figuração da vida e os movimentos da história; Capítulo II – A historiografia de um império, sua derrocada e a de seu imperador; Capítulo III - A herança do império de gaza e de seu último imperador: o significado da figura de Ngungunhane no passado e no presente de Moçambique; Capítulo IV - Ascensão e queda do imperador: o romance histórico de Ungulani Ba Ka Khosa e de Mia Couto.

CAPÍTULO I

ROMANCE HISTÓRICO: O GÊNERO, A FIGURAÇÃO DA VIDA E OS MOVIMENTOS DA HISTÓRIA

A totalidade dialética é a garantia do conhecimento da realidade objetiva
(Lukács, 1967, p. 229).

Neste capítulo, vamos trazer alguns autores que reflectem sobre o romance histórico como linha de pensamento que nos propusemos a discutir. Iniciaremos pelo surgimento desse gênero, seguido do seu desenvolvimento, apontando as tendências de pensamentos sobre este tipo de narrativa e, por fim, o seu estágio atual, dito contemporâneo.

1.1. O surgimento do romance histórico

De acordo com Weinhardt (1994),

Lukács situa o nascimento do romance histórico no início do século XIX, com Walter Scott, coincidindo com a queda de Napoleão. Aos textos antecedentes que situam a ação em épocas pretéritas falta justamente o que o crítico marxista considera a condição fundamental para o histórico: a especificidade histórica do tempo da ação condicionando o modo de ser e de agir das personagens. As grandes transformações que marcaram os povos europeus entre 1789 e 1814 reforçou-lhes a consciência histórica. A guerra, não mais restrita aos militares, atingindo os cidadãos, produz um alargamento de horizonte e a difusão do sentimento de nacionalidade entre as massas (Weinhardt, 1994, p. 51).

Segundo o trecho acima, podemos entender, a partir de Lukács, um estudioso com ideais marxistas, aqui citado por Weinhardt, que o romance histórico surge no século XIX a partir das escritas de Scott. De acordo com Lukács, na mesma citação, todas as obras literárias escritas antes desse período, com o pensamento de serem romances históricos, não podem assim serem considerados pelo facto de não demonstrarem aspectos específicos como: fatores de natureza humana, filosófica, morais, etc, acerca de um determinado tempo que criaram condições de surgimento de um movimento colectivo de massas, ou seja, do povo, e que determinasse o modo de ser e de agir das personagens, face a essa situação, como seres pertencentes a uma nação que, por isso, estaria em dentro de um campo de mudanças históricas importantes. É nesse contexto que

a revolução francesa de 1789 e as guerras Napoleónicas desse período tornam-se exemplos históricos para o teórico húngaro, pois elas

são tratados como eventos que organizam o tempo ao redor de si, uma vez que fizeram da história uma experiência de massas [...], e em escala europeia. [...]. As rápidas e sucessivas reviravoltas produzidas nos acontecimentos intensificam a aceleração temporal [...] fazendo com que os homens se vejam como sujeitos da história [...] (Lukács, 2011, p. 18).

Tal condição permitiu, aos europeus, refletirem sobre o modo de viver, de ser e de proceder dos indivíduos, trazendo à consciência das pessoas os motivos históricos que determinaram as situações de suas próprias vidas e os rumos actuais em que a sociedade segue, historicamente determinada.

Nesse contexto, Jameson (2007), estudioso contemporâneo que está às voltas com a discussão sobre o gênero em questão, ao falar do surgimento do romance histórico, reconhece que o mesmo fora inventado pelo Escocês Sir Walter Scott, e quanto a isso, não há dúvida, ainda que demonstre que se trate mais de um drama de costumes ou “uma forma melodramática que pressupõe o vilão, ou seja, que se organiza em torno do dualismo ético do bem e do mal” (p. 186), o que, veremos, não corresponde ao compreendido pelo principal estudioso desse tipo de romance, György Lukács (2011). Como se pode perceber, no pensamento de Jameson (2007), em relação aos primórdios da criação do romance histórico, por Sir Walter Scott, o gênero foi visto simplesmente como um tipo de literatura virada para as questões de hábitos e de costumes de um determinado povo ou nação, narrando as vivências sociais reflectidas no antagonismo dos comportamentos e nas atitudes éticas dos seus personagens. Para isso, trazia um personagem central, mediano (Lukács, 2011) que se estabelece entre o bem e o mal, ou seja, sobre o que é aceito e o que não é aceito em uma determinada sociedade.

De acordo com o Jameson, o romance histórico

deriva de sua tentativa de coordenar os gêneros da historiografia e do romance – de estarmos em face de dois, ou talvez três, planos ontológicos radicalmente descontínuos e incompatíveis. O primeiro, naturalmente, é o plano existencial da vida individual (e dos personagens da maioria das ficções). O segundo é o plano histórico e transindividual, que a certa altura, [...] retraduz em termos da linguagem do público e das gerações; o plano histórico é então, ao menos em parte, o da relação do indivíduo com seus contemporâneos, bem como com as gerações anteriores e também, pode-se presumir, com as posteriores. O terceiro plano, o do tempo cosmológico e do universo, está muito distante tanto do tempo individual como do histórico [...], assim como as atuais preocupações com os desastres ecológicos, [...] (Jameson, 2007, p. 190).

A partir do trecho acima, podemos perceber, do Jameson (2007), que há uma busca incessante, por parte dos autores, de cruzar a história e a literatura no romance histórico, ou seja, os autores do romance pegam elementos factuais da história real ou oficial de um determinado povo, sociedade ou nação, assim como buscam retratar experiências de personagens que já tenham existido e tenham tido alguma acção de relevo na vida individual e tentam incorporar, de forma ficcional, à literatura. No entanto, as acções dessas personagens históricas passam do individual para o público, já que são protagonistas que ocupam posições de trânsito na sociedade onde estão inseridas, contribuindo com uma percepção mais ampla da história sobre mais de um aspecto. Não obstante salientar que essa cadeia de ações do passado e do presente vai determinar o rumo da vida das gerações futuras. Portanto, notabiliza-se, nesse fio de raciocínio, que Jameson (2007) é um dos estudiosos que procuram clarificar que no romance histórico os autores, ao tentarem coordenar o género historiográfico e o romance, procuram ampliar, de forma ficcional, os contornos que determinaram o curso da história, nitidamente conduzida pelos homens.

Essa ideia de buscar elementos da historiografia para o romance histórico é, também, comungada por Bastos (2012):

os autores de romances históricos, em seus depoimentos, sempre se referem às fontes documentais de que se valeram na representação ficcional da matéria de extração histórica. Essas relações podem ir da obediência reverente à desqualificação das fontes como espaço de afirmação da verdade histórica (Bastos, 2012, p. 64).

De acordo com essa afirmação de Bastos (2012), no trecho acima, percebemos que os autores do romance histórico recorrem aos documentos históricos onde extraem os dados para figurá-los nas suas narrativas ficcionais, isto é, primeiro, vão pesquisar com maior rigor no campo da historiografia para terem a certeza e convicção do que pretendem dizer sobre um determinado facto ou personagem histórico, ou já leram em algum lugar ou aprenderam alguma coisa sobre ele. Depois disso, os autores vão formular e recriar ideias sobre esse facto ou personagem que pretendem apresentar nas suas narrativas. No entanto, essas ideias formuladas e recriadas de forma ficcional podem estar em concordância ou discordância com os factos apresentados nos documentos. Assim, tanto os autores quanto os leitores do romance histórico, com maior ou menor grau de distanciamento, tomam um posicionamento sobre tal facto ou personagem a que eles designaram de verdade histórica, o que dará condições, nesse aspecto, de uma ampliação do sentido

da história (Bastos, 2012, p. 65). Essa necessidade da ampliação da história, para a recuperação de um passado credível e consensual, impulsionado pelo romance histórico, deve-se a maneira parcial em que a Historiografia, canonizada numa determinada época, apresenta os fatos sobre os eventos históricos pretéritos, que estão sendo narrados no romance, sem ter em conta os diversos testemunhos sociais, antropológicos, filosóficos, etc., ou seja, há vozes que foram silenciadas para que não dessem o seu testemunho sobre a história (Walter Mignolo, 2001, 137 *apud* Canedo, 2023, p. 19). Portanto, o autor do romance histórico procura aproximar esse modelo específico de romance com história, sem pretender ocupar o lugar da história (Canedo, 2023, p. 19-20). Na perspectiva de Weinhardt:

Ao romance histórico não interessa repetir o relato dos grandes acontecimentos, mas ressuscitar poeticamente os seres humanos que viveram aquela experiência. Ele deve fazer com que o leitor apreenda as razões sociais e humanas que fizeram com que os homens daquele tempo e daquele espaço pensassem, sentissem e agissem da forma como o fizeram [...] focalizando os detalhes do cotidiano que parecem insignificantes (Weinhardt, 1994, p. 51).

Nesse sentido, o autor do romance histórico apodera-se de personagens e eventos históricos e representa-os sob forma de problematização dos factos gerados pela historiografia oficial e aceites como certos, forçando o leitor a examinar a história e sua própria visão sobre ela. Para esse modelo de ficção, Perry Anderson (2007, p. 218) atestará que as narrativas do romance histórico

[...] traduzem, essencialmente, [...] a experiência da derrota – a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, os desaparecimentos e torturas que marcaram o período. Daí a centralidade de romances sobre ditadores nesse conjunto de escritos. As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo, de acordo com essa leitura, seriam originadas a partir das esperanças frustradas do presente, como de muitas reflexões, advertências ou consolações. [...] a história como um pesadelo do qual ainda não conseguimos despertar (Anderson, 2007, 218-219).

Como apontam os estudiosos, os autores do romance histórico, nas suas narrativas, se preocupam com temas que se relacionam com questões que colocaram em causa os seres humanos em seus transcurso histórico, bem como a integridade territorial de nações, de povos inteiros, numa tentativa de compreender, apreender e elucidar, ampliando, ficcionalmente, aos leitores e aos demais interessados, o que aconteceu no passado e como aconteceu, além da razão pela qual aconteceu; quem foi o mentor desses eventos. Isso tudo para que as pessoas e as nações fossem o

que elas são hoje, porque a história deve ser vista “[...] como preconditione concreta do presente [...] e [...] que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo” (Lukács, 2011, p. 36-38). Tal atitude, por um lado, traz múltiplas reflexões e chamadas de atenção para que as pessoas tenham um equilíbrio de consciência sobre o modo a discernir a razão de ser assim das coisas. Por outro lado, traz algum conforto ou alívio para uma pessoa, como indivíduo, e para uma sociedade, como um colectivo, na medida em que as pessoas irão se libertar, pouco a pouco, de qualquer perturbação desse passado, sem, no entanto, recorrer a acções negativas, tais como foram no passado. Os países africanos de língua portuguesa e seu povo, especificamente em Moçambique, são exemplos concretos de como o romance histórico possibilita uma versão mais coerente sobre as guerras de libertação e sobre o atroz processo colonizador, empreendido desde final do século XV no continente em questão.

Todo o ponto de vista que apresentamos aqui nos leva a pensar, tendo como base os romances *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa e *As areias do Imperador: a espada e a azagaia*, de Mia Couto, que na vida histórica dos povos, o início do reinado de um monarca, imperador, rei, ou presidente é um momento crucial, uma vez que a partir desse instante começa um novo ciclo de governação. E este início tornar-se-á uma espécie de marco zero para a contagem do tempo de determinado povo porque, a partir daí, começar-se-á a notar uma série de mudanças a nível político, económico, social, cultural, etc., que vai afectar, de forma directa ou indirecta, a todos os membros de uma sociedade, no presente momento e nos tempos subsequentes. Portanto, as acções da vida privada e pública vão impactar, no presente e no futuro, a vida do povo sob o seu comando, uma vez que todas as mudanças na sociedade serão determinadas pelo comportamento, pelas decisões e, sobretudo, pelas acções que sobre um determinado povo forem efetivadas. É nesse sentido que Jameson (2007) diz o seguinte:

[...] embora em alguns desses casos se recorra a uma personalidade carismática ou um redentor, é o evento em si mesmo, que reorganiza o tempo em redor de si e torna possível situarmos nossa própria existência no quadro da história colectiva.

Parece-me que é a forma narrativa desse evento primordial ou axial que deve estar presente, ou ser recriada, no romance histórico para que ele se torne histórico no sentido genérico. Ademais, dadas as restrições e os limites da representação narrativa, esse evento terá de figurar mais na qualidade de uma irrupção colectiva que data de nascimento de algo como um movimento religioso ou político: deve, de algum modo, estar presente em carne e osso, e pela multiplicidade mesma de seus participantes representar alegoricamente aquilo que transcende a existência individual (Jameson, 2007, p. 191).

De acordo com Jameson (2007), no trecho acima, entende-se que cada pessoa, pertencente a uma determinada sociedade, deve acompanhar e entender a dinâmica dos eventos históricos dessa sociedade e os momentos que determinam as mudanças cruciais de modo a encontrar um meio termo de se enquadrar nela para garantir a sua existência e sobrevivência; uma vez que cada evento determina um tempo histórico específico, e é necessário que cada um entenda esse dinamismo para que possa se inserir no colectivo com maior leveza e, desse modo, evitar actos nostálgicos que possam pôr em causa o seu bem estar. Nessa vertente, as narrativas desses eventos, que determinam os tempos, são recriadas no romance para que ele se chame de histórico.

No entanto, as recriações narrativas dos eventos têm seus limites ou barreiras pelo facto de tocarem assuntos sensíveis, como acontecimentos religiosos ou políticos. Daí que, essa representação narrativa dos eventos, exige uma busca mais equilibrada de extravasamento colectivo, porque os factos e os personagens abordados ultrapassam ao individual. Nesse sentido,

O romance histórico, portanto, não será a descrição dos costumes e valores de um povo em um determinado momento de sua história (como pensava Manzoni) – não será a representação de eventos históricos grandiosos (como quer a visão popular); tampouco será a história das vidas de indivíduos comuns em situações de crises extremas (a visão de Sartre sobre a literatura por via de regra) e seguramente não será a história privada das grandes figuras históricas (que Tolstói discutia com veemência e contra o que argumentava com muita propriedade). [...] A arte do romance histórico não consiste na vívida representação de nenhum desses aspectos em um ou em outro plano, mas antes na habilidade e engenhosidade com que a sua intersecção é configurada e exprimida; e isso não é uma técnica nem uma forma, mas uma invenção singular, que precisa ser produzida de modo novo e inesperado em cada caso e que no mais das vezes não é passível de ser repetida (Jameson, 2007, p. 192).

Como se pode entender no trecho acima, nas narrativas do romance histórico ocorre uma sucessão de eventos que parte do individual, de grandes figuras, do colectivo, dos valores e costumes de uma certa sociedade, dos acontecimentos que marcam a sociedade numa determinada época, tudo isso se interliga no romance histórico. Fazer essa intercessão exige uma habilidade técnica e intelectual dos autores do romance histórico. Nos autores, “O que é relevante é o apetite por imagens da história e do passado em uma época em que o sentido da história sofreu tamanha atrofia que nem o passado nem o futuro têm para nós hoje em dia a urgência e a pertinência que tinham nos séculos XIX e XX” (Jameson, 2007, p. 201).

De acordo com essa narrativa de Jameson, entende-se que a preocupação dos autores do romance histórico é a tentativa de busca do significado da história que se notabiliza como algo controverso da realidade dos factos ocorridos. Nesse sentido, urge a necessidade de encontrar o

ponto da controvérsia da história, ou seja, há uma vontade de resgatar o ponto em que a história foi distorcida e daí reequacioná-la para que ela tenha sentido para as gerações presentes e futuras. Nesse fio de pensamento, Jameson diz: “O meu diagnóstico de que hoje em dia a verdade histórica é abordada não pela via da verificação ou mesmo da verossimilhança, mas sobretudo por meio do poder imaginativo do falso e do fictício, das mentiras e dos engodos fantásticos” (Jameson, 2007, p. 201).

Portanto, o real e o imaginário se cruzam no romance histórico para que a pretensa versão literária e a pretensa versão histórica fiquem nas entrelinhas do imaginário do leitor. Segundo Karl Kouht (1997, p. 112) citado por Canedo (2023, p. 20), a “história e ficção são relatos que pretendem reconstruir e organizar a realidade”. No estudo de Jameson, vemos, “[...] no que toca ao romance histórico a necessidade irá produzir mais invenções, de modo que insuspeitadas novas formas do gênero inevitavelmente irão abrir seus caminhos” (2007, p. 203). É nessa vertente que Canedo *et al.* (2021) diz o seguinte:

O Romance histórico é uma forma literária de cerca de duzentos anos, com ampla repercussão crítica nas literaturas centrais e periféricas. [...]. Ocorre que no romance histórico os eventos memoráveis não são mera documentação dos fatos, um painel inerte e trivial. São recorrentemente a narração de episódios decisivos para o destino das personagens e para os rumos da nacionalidade, numa explícita e empenhada acoplagem entre a vida privada de entes de ficção, conhecidas ou anônimas, e a dimensão pública dos acontecimentos notórios e notáveis. Em outras palavras, uma profunda intersecção entre o plano existencial e o plano geral das ações humanas de significação histórica, em vista das forças sociais em disputa, representadas pelos atos de heróis medianos fictícios e personalidades históricas coadjuvantes, em momentos de crise, de transição, de incerteza. (Canedo et al., 2021, p. 9-10).

Portanto, a narração de episódios em torno da figura de Ngungunhane, que nos propusemos a falar neste trabalho, acoplada à resistência contra a ocupação colonial portuguesa, que são vistos como actos heroicos, vão determinar o rumo da nacionalidade dos moçambicanos.

O romance histórico traz evidências, de forma figurada, que o passado não está consolidado na sua totalidade. Esse passado não consolidado impacta de várias formas na vida presente e na vida futura das pessoas, bem como nas culturas e nas nações, através das figuras ilustres que aparecem como personagens dos romances analisados por nós, por exemplo, a de Ngungunhane, em que a sua rivalidade com os portugueses foi um autêntico apocalipse do seu império. Apesar disso, ele é visto como herói ou um símbolo de resistência contra a ocupação colonial portuguesa. Factos que, achamos nós, representam um dos fins alternativos à figura de Ngungunhane. Na

opinião de Jameson (2007), “o romance, portanto, não é apenas a representação de transição histórica, mas também, em larga medida, a encenação de uma revolução e uma contrarrevolução; em outras palavras, de um daqueles eventos históricos” (Jameson, 2007, p. 188).

Para que um romance seja qualificado como histórico, na opinião de Jameson (2007), ele deve encenar uma revolução e uma contrarrevolução onde a guerra é o centro dos eventos históricos. Essa afirmação é, também, notável em Zilberman (2003) ao afirmar que

Georg Lukács escreveu *O Romance Histórico* entre 1936 e 1937 [...]. As datas não são diferentes, se as tomamos como balizas históricas: em 1937, a revolução dos soviets comemorava vinte anos, Joseph Stalin (1879-1953) exercia o poder há pelo menos dez. Leão Trotski (1879-1940) constituía uma ameaça possível [...] do regime socialista. Lukács residia em Moscou [...]. Assim, seu estudo tem um intuito político [...]. (Zilberman, 2003, p. 109-110, grifos da autora).

A ideia de revoluções e contrarrevoluções como o qualificador do romance histórico, apresentado por Jameson (2007) e Zilberman (2003), é evidenciado por György Lukács, ao referenciar Walter Scott como o fundador deste tipo de romance, na sua forma clássica, em 1814, (Lukács, 2011, p. 33). Este autor, afirma que

[...], procuramos delinear os contornos gerais daquelas convulsões económico-políticas que ocorreram por toda a Europa em consequência da Revolução Francesa e esboçamos brevemente suas repercussões ideológicas. Esses acontecimentos, essa convulsão do ser e da consciência dos homens em toda a Europa formam as bases económicas e ideológicas para o surgimento do romance histórico de Walter Scott. (Lukács, 2011, p. 46-47).

Portanto, os primeiros escritores de romances históricos, como é o caso de Walter Scott (1771-1832), como nos apresenta György Lukács (1885-1971), em sua teoria (2011), basearam-se em histórias revolucionárias das suas ou de outras nações. Atestaremos, mais adiante, que assim fizeram os autores Ungulani Ba Ka Khosa e Mia Couto, especialmente nas obras *Ualalapi* e *As areias do Imperador: a espada e a azagaia*, respectivamente, ao encenarem e recriarem a revolução de resistência contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique a partir da condição última do antigo Império de Gaza e de seu último Imperador, Ngungunhane. Como veremos logo mais, esse tipo de figuração tem solo no gênero que estamos discutindo, capaz de figurar com propriedade a história e os homens. Para essa amostragem, passemos agora aos impasses do próprio gênero narrativo de que estamos falando.

1.2. Impasses históricos do gênero: breve panorama da crise ideológica burguesa rumo ao irracionalismo impregnante

Nesta secção, pretendemos apresentar, ainda que brevemente, alguns pontos estruturais e conceituais que são constitutivos do romance histórico e que, em maior ou menos grau, sofreram alterações ao longo da história do gênero desde seu nascimento até o que a crítica literária, recente, tem nomeado por romance histórico contemporâneo. Iniciamos a exposição retomando a ideia de que esse tipo de romance, que narra acontecimentos histórico de grande relevo e que atravessa, em maior ou menor escala a vida social das pessoas de uma sociedade, tem em seu horizonte referentes próprios da Historiografia oficial.

Figuras históricas famosas aparecem entre os personagens, mas seu papel na fábula será oblíquo ou marginal. A narrativa será centrada em personagens de estatura mediana, de pouca distinção, cuja função é oferecer um foco individual à colisão dramática dos extremos entre os quais se situam ou, mais frequentemente, oscilam (Anderson, 2007, p. 206).

No trecho acima, podemos entender que o romance histórico traz figuras famosas como personagens. No entanto, essas figuras devem ser despidas de todo o poder ou grandeza que ostentam para o nível mediano ou médio de sua condição social de modo a permitir que a sua figuração traga à tona as vivências do topo e da base da sociedade. Assim sendo, será possível perceber, com mais nitidez, as duas pontas da história, ou seja, para que haja múltiplas visões sobre a história e não uma única visão, como acontece na Historiografia tradicional acerca dos heróis consagrados. Veremos que, boa medida, a figura da personagem central de nossos estudos, Ngungunhane, também foi registrado por essa historiografia ora como vilão, ora como símbolo pátrio, figuração destinada a responder a demandas particulares da nação em momentos distintos. Esse modelo de figuração, dependente desta ou daquela ideologia, torna-se, ao revés do projeto menos significativo como história e mais significativo como símbolo. No romance, esse tipo de abordagem parcial também padece: “O resultado de uma visão tão unilateral leva o romance inevitavelmente para a vizinhança do panfleto chauvinista, em que o inimigo permanece completamente abstrato, longe da figuração concreta de duas forças históricas em luta” (Anderson, 2007, p. 210). Nesse sentido, o cruzamento desses dois lados sociais, o topo e a base; o alto e o baixo, termos de Lukács (2011), poderá possibilitar uma ampla percepção da história concreta a

partir de uma compreensão mais consciente e profunda de como ela é construída pelo homem e de como ela é, também, determinadora da vida do homem.

Se voltarmos a um tempo anterior ao próprio surgimento do romance histórico, verificaremos a razão pela qual esse gênero tem um marco fundado no romance *Waverley*, de Walter Scott. No principal estudo acerca desse tipo de romance, Lukács (2011) adverte:

Os chamados romances históricos do século XVII (Scudéry, Calprenède etc.) são históricos apenas por sua temática puramente exterior, por sua roupagem. Não só a psicologia das personagens como também os costumes retratados são inteiramente da época do escritor. O mais famoso “romance histórico” do século XVIII, *O castelo de Otranto*, de Walpole, trata a história apenas como roupagem, somente importa aqui a exposição da curiosidade e da excentricidade do meio, e não o retrato artístico fiel de uma época concreta. O que falta ao pretensão artístico anterior a Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo (Lukács, 2011, p. 33).

Como se pode verificar, no trecho acima, os romances históricos que antecedem ao século XIX, não consideraram o elemento histórico a ponto de reconhecer, neles, acontecimentos relevantes de uma determinada época do passado, com protagonistas relevantes em ações que impactassem, nesse passado, o momento presente. O que há, neles, é apenas uma história como pano de fundo, sem que neles haja aquele específico movimento que Lukács chamará de “presentificação do passado” (2011). Portanto, nos romances dito históricos, anteriores a Scott, há uma ausência de factos e personagens específicos de uma determinada época do passado que contribuíram para a transformação ideológica do modo de vida desse tempo e dos tempos actuais.

Portanto, o romance histórico, propriamente dito, “surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão”, como diz Lukács (2011, p. 33), com o romance *Waverley*, de Walter Scott, publicado em 1814. Nos estudos de Lukács, “a arte de Walter Scott expressa a tendência progressista essencial desse período, a defesa histórica do progresso, de forma artisticamente perfeita” (Lukács, 2011, p. 84).

Há muito interesse em torno do romance histórico na contemporaneidade. Alguns estudiosos têm se debruçado à tarefa de entender como esse gênero, ainda hoje, permanece forte em determinadas partes do mundo. Segundo Anderson (2007, p. 205), o romance histórico “[...] é uma forma literária que lida com a história, entendida como uma concatenação de acontecimentos públicos no passado”. Essa é, segundo o crítico, uma das razões do vivo interesse. Para ele, “O romance histórico foi, quase que por definição, o mais consideravelmente político”. É nesse sentido

que o Romance histórico tem mantido o seu vigor, particularmente em torno de uma consciência mais clara, mais ampla e mais profunda da condição histórica do passado que deu sua influência no presente. No caso da produção mais contemporânea, podemos verificar que:

Tal forma literária continuou em evidência [...] a partir dos anos 1960/70, com destaque para a problemática da colonização e da automatização de territórios sob a ocupação e o domínio mercantilista europeu, desde o século XVI, o que veio a reverberar como projeto literário a fim nas literaturas de outros continentes, como a África e a Ásia. Em pauta, o questionamento da verdade histórica, a ênfase na multiplicidade de pontos de vista, a impugnação de versões hegemônicas, a dessacralização do passado, a subjetivação dos eventos dominantes ou negligenciados, a metaficção contestadora etc. (Canedo et al., 2021, p. 10).

Podemos perceber, na citação acima, que o romance histórico tem uma tendência em problematizar processos históricos já passados, vistos como concluídos e arquivados. Quase sempre, ao confrontar o texto ficcional à historiografia corrente, as versões apresentadas sobre esse passado apontam para certas lacunas ou omissões. O romance, nesse caso, acaba por contribuir com a ampliação dos sentidos da história. Daí o questionamento das referidas versões, mostrando evidências, de forma artística e ficcional, de elementos históricos que foram negligenciados. Nessa vertente,

Georg Lukács faz, pois, duas exigências ao romance histórico: a recuperação da “singularidade histórica” de uma época, o que, logo a seguir, ele designará como “verdade histórica (p. 15): a tradução da singularidade histórica por meio da atuação da personagem, de modo que o comportamento dos agentes explice as peculiaridades da época apresentada. (Zilberman, 2003, p.113).

Na visão de Zilberman, podemos perceber que o Romance histórico, ao recuperar o passado de uma determinada nação ou povo, exige a necessidade de conformá-lo numa determinada época e entender esse passado histórico dentro do contexto que determinou as acções das personagens desse período. A esse enquadramento e contexto significará a verdade histórica, em um sentido em que ela pode ser compreendida desde um ponto de vista mais amplo e não apenas pelo retrato dado pelas ciências da história; quer dizer, uma história compreendida pelas ações humanas e não pela eleição de ícones pretensamente escolhidos para representá-la. É nesse sentido que a narração dos factos deve estar estreitamente alinhada à atuação e ao comportamento das personagens, para que se compreenda as peculiaridades da época histórica em que as mesmas se inserem. Nessa ordem de ideias,

Ao escolher escrever sobre o passado, os autores africanos, pós-coloniais, como muito especialmente Pepetela, José Eduardo Agualusa, Germano Almeida, Ungulani Ba ka khosa, João Paulo Borges Coelho, Marcelo Panguana ou Mia Couto, reescrevem a história dos seus países, recriando crítica e alegoricamente os acontecimentos do passado colonial, de épocas mais remotas a mais recentes, reinventando personagens, tempos e espaços, marginalizados e silenciados, tornando-se agentes de uma escrita da história que pressupõe visões e modos plurais de estar no mundo. (Canedo et al., 2021, p. 15).

Segundo a citação acima, os estudiosos mostram que vários autores africanos, pós-coloniais, procuraram reescrever a história dos seus países incorporando ou recriando acontecimentos e factos marginalizados e silenciados que direcionam para múltiplas visões sobre os mesmos, porque “[...] ao perguntarmos ao passado também estamos, de certa maneira, a fazer perguntas sobre o presente. A natureza e qualidade dessas perguntas diz muito da natureza e qualidade das nossas vidas, daquilo que somos hoje” (Coelhos, 2015, p. 164). Nesse sentido, Ungulani Ba ka khosa e Mia Couto não fogem a regra sobre o questionamento e a reflexão do passado e do presente da história de Moçambique, a nação a que eles pertencem.

Os romances discutidos aqui já foram objeto de um estudo anterior, feito por nós⁶. No mencionado trabalho, foi possível constatar que a história oficial sobre o passado do império de Gaza e o seu último imperador, Ngungunhane, é controversa àquela que está encenada nas obras em estudo, facto que suscita muitos questionamentos sobre a história oficial que foi e continua sendo apresentada ao povo moçambicano. No campo da crítica literária, é possível mapear vários estudos sobre as duas obras, entretanto com foco de análise que perpassam outros campos de compreensão e significação. Entre os diversos estudos, chama a atenção o que aponta o estudioso António Belchior Vaz Martins sobre uma perspectiva do pesquisador Nataniel Ngomane:

Em *Ualalapi*, segundo Nataniel Ngomane (1990), *Ngungunhane* é a personagem principal. Ao longo de toda a narrativa, apresenta características de *anti-herói*, pois comete barbaridades contra gente inocente. No entanto, de acordo com Nataniel Ngomane, no último conto, *Ngungunhane* revela-se *herói*, no momento em que deixa transparecer um forte espírito patriótico e, antevendo o futuro do seu povo, avisa-o dos perigos da colonização que se avizinhava (Martins, 2004, p. 33, grifos do autor).

Nesse pensamento de Nataniel Ngomane percebemos que, ao se debruçar à obra *Ualalapi*, ele chegou a uma conclusão antagônica em relação à figura de Ngungunhane, a de ser *anti-herói*

⁶ A publicação do estudo em questão pode ser encontrada em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafug/catalog/view/494/433/1836> , acessado em fevereiro de 2026.

ao mesmo tempo que se configura como *herói*. Portanto, notabiliza-se dois posicionamentos em Nataniel Ngomane, nesse específico trecho. No entanto, ao se referenciar que Ngungunhane “revela-se *herói*”, dá-nos a entender que ele, em *Ualalapi*, se autointitula *herói*, ao proferir o seu discurso profético que dava indícios que “o seu povo” seria colonizado pelos portugueses, ao mesmo tempo que ilustrava como seria essa colonização, deixando “transparecer um forte espírito patriótico”. Ora, transparecer patriótico não é o mesmo que ser patriótico. É em esse transparecer patriótico que julgamos estar ancorada a história oficial de Moçambique em torno do império de Gaza e do seu imperador, uma vez que Ngungunhane, de acordo Martins (2004), no discurso em alusão, acusou esse povo de ser traidor, cobarde e sem espírito. Ngungunhane,

Ao terminar o seu discurso, virou as costas ao povo e caminhou para o navio. Do interior deste, ouviu-se a sua voz. Ele cantava e dançava, tendo partido para o exílio na companhia de suas mulheres, do filho e outros homens.

(*O povo verteu lágrimas ao escutar a melodia que Ngungunhane Cantava*) (Martins, 2004, p. 5, grifos do autor).

Percorrendo os dizeres arrolados por Nataniel Ngomane e por Martins, no trecho acima, pode-se entender que o povo ficou arrependido por não ter dado o seu máximo para defender Ngungunhane, deixando-o ser levado pelos portugueses e, como consequência, esse povo ficou desamparado, tanto por ele quanto pelos espíritos dos ancestrais dos angunes. A título de exemplo, o ano de 1912, Moçambique foi severamente fustigado pela fome e sede, devido a escassez de chuvas regulares, onde as colheitas foram fracas, árvores e culturas definharam, facto que encareceu o milho importado. No entanto, há crenças de alguns extractos do povo e de algumas alas políticas da época, que atribuem está seca que atingiu tudo e a todos como consequência do descontentamento dos espíritos dos ancestrais do povo Moçambicano por causa da prisão e deportação do Imperador Ngungunhane, “o messias” do povo (*O Africano*, apud Rocha, 2006, p. 43). Por essa razão, o povo chorava enquanto Ngungunhane era levado para o exílio. É nesse contexto que o nosso estudo se prende na abordagem da heroicidade de Ngungunhane e da impugnação da mesma, numa perspectiva de idolatria a iconoclastia, partindo das obras, atrás referenciadas, escritas, inicialmente, no Século XX, a de Ungulani Ba ka Khosa e no século XXI, a de Mia Couto, ambas sobre o mesmo personagem, o Imperador Ngungunhane, que revelam elementos que se acham terem sido marginalizados e silenciados (negligenciados, como nos referimos atrás) na história oficial de Moçambique. No entanto, estes elementos despertam

múltiplas percepções sobre a história fundacional de Moçambique. Daí que “o [...] romance histórico [...] continua sendo uma produção artística significativa na república mundial das letras” (Canedo et al., 2021, p. 17). Ou seja, continua a ser produzido e interpretado por vários estudiosos da área das letras, uma vez que a visão sobre uma determinada história nunca deve ser considerada como única e concluída. Deve-se abrir espaço para novas visões ou percepções, já que essas novas e múltiplas percepções vão trazer à tona “as pontas soltas”, discretas, para compreensão global da história na construção da identidade e nacionalidade de um povo. Não só, sendo o passado a pré-história do presente (Lukács, 2011, p. 17), “[...] só se torna transparente quando se opera, convincentemente, uma crítica do presente [...]” (Lukács, 2011, p. 11).

Em suma, “se o romance histórico começa como um exercício de construção nacional no rescaldo da reação romântica à Revolução Francesa e à expansão napoleónica, os resultados variam segundo cada contexto” (Anderson, 2007, p. 211).

Na abordagem de Anderson (2007), no trecho acima, percebe-se que o romance histórico tem um revestimento de autenticidade de “côr local”, ou seja, ele é escrito e desenvolvido de acordo com eventos de grande repercussão que tenham ocorrido em um determinado local: país, região ou continente, com a presença de personagens que as suas acções impactaram nesses eventos, trazendo mudanças significativas na vida colectiva da sociedade desses locais. Daí que os resultados das narrativas do romance histórico vão variar de acordo com esses contextos locais. Anderson, ao falar do “rescaldo da reação romântica à Revolução Francesa e à expansão napoleónica”, evidentemente que nos remete ao contexto da visão Europeia dos tempos do Feudalismo aos momentos da revolução da França e tempos posteriores determinados pelas acções do novo dirigente da França, o imperador Napoleão Bonaparte, personagem notabilizado como o centro gerador das mudanças na França, na Europa e no mundo, numa tentativa de busca das estruturas sociais, culturais, políticas, económicas e estilos desse passado, já que, para Lukács (*apud* Anderson, 2007),

em termos formais, o romance histórico era essencialmente épico, uma representação abrangente da “totalidade dos objectos” [...] o repertório pré-fabricado de cenas, ou as histórias de *aventuras exóticas*, que a história, ainda esmagadoramente escrita do ponto de vista de batalhas, conspirações, intrigas, traições, seduções, infâmias, feitos heroicos e sacrifícios imorredouros, oferece à imaginação (Anderson, 2007, p. 212).

Do pensamento de Lukács, no trecho acima, entende-se que o romance histórico se desenvolveu no instante em que não só passou a incorporar costumes de uma sociedade, mas uma acção extraordinária e memorável e tudo quanto estiver associado a essa acção, ao mínimo detalhe possível. Daí, o autor do romance histórico, a partir da sua imaginação, vai dramatizar ao extremo todos os conhecimentos que acumulou sobre os eventos, de modo a criar, no leitor, um sentimento nostálgico sob o ponto de vista do que uma batalha, conspiração, intriga, traição, sedução infâmia, sacrifício podem trazer para uma pessoa, como indivíduo e para um povo, como um colectivo. Não só, mas também, sob o ponto de vista da bravura e da heroicidade daqueles que supostamente trouxeram um alento e um alívio dessa nostalgia. Portanto, duas forças cruzam o imaginário do escritor e do leitor, numa dualidade de “guerra e paz”. E é o capitalismo, no seu estágio mais extremo do pensamento imperialista, o promotor dessa dualidade, pelo facto de ser o “[...] mais rico em contradições”, (Lukács, 1967, p. 25). De acordo com Lukács, são

As contradições próprias à sociedade capitalista, que determinam a evolução, a forma e o conteúdo da filosofia burguesa, aparecem no imperialismo sob uma forma objectiva levada ao extremo. É, entretanto, de interesse vital para a burguesia não reconhecer esse carácter fundamentalmente contraditório de seu pensamento. [...] quanto mais essas contradições são profundas e irreconciliáveis, tanto mais nítida é a ruptura – a causa mesmo da crise da filosofia – entre o pensamento filosófico burguês e a evolução da realidade social. [...] as relações humanas, que se matêm na maior parte dos casos, por intermédio de objectos, [...] portanto, sob o aspecto de uma coisa, de um fetiche. [...] a mercadoria é o agente mediador de relações humanas concretas (capitalista, operário, vendedor-comprador, etc.), (Lukács, 1967, p. 27-28).

Lukács, na citação acima, mostrar a imagem estética da racionalidade almejada pelo sistema económico capitalista em que a produção e a ganância pelo lucro são dois “pesos e medidas” que falam mais alto para o pensamento filosófico burguês na sociedade capitalista, onde o imperialismo é o ponto mais alto dessa ganância e consequentemente, vai trazer inúmeras contradições nas relações humanas, pelas invasões territoriais e pelas relações trabalhistas.

O fanatismo radical do pensamento filosófico burguês, pela valorização do produto e do lucro, e não se preocupando com a pessoa que a produz, vai criar ruptura entre a classe burguesa e o proletariado, no entanto, não reconhecida pela burguesia da existência de contradições que determina a ruptura das relações humanas. O reconhecimento das contradições, no pensamento filosófico burguês, significaria a valorização do homem e não da mercadoria, e isso traria menos lucros para a burguesia.

Portanto, percebe-se, na citação acima, que Lukács é um visionário contemporâneo pelo facto de ser “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (Agamben, 2007, p. 52). É contemporâneo, por ser “[...] aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se directa e singularmente a ele” (*Ibid.*, p. 64); porque “[...] coloca em acção uma relação especial entre os tempos” (*Ibid.*, p.71).

Nessa ordem de ideia, notamos que Lukács traz uma abordagem que nos faz entender que o homem deixou de ser um ser social, se é que alguma vez foi, pertencente a uma comunidade onde se desenvolvem relações de “irmandade”, de protecção mútua; onde a vida tem o maior valor que todos os bens materiais, que todas as ideologias e crenças. Para ele, o elemento “supostamente humano” ainda está muito longe de ser alcançado, particularmente nas “sociedades capitalistas”, onde o egocentrismo está mais evidente, já que valorizam coisas e não pessoas, mesmo que essas coisas sejam feitas por pessoas. Portanto, o mundo é visto como sendo o mundo das coisas e não o mundo dos humanos, facto que o torna “fetiche”, uma vez que as coisas escondem em si as relações que a produzem, traduzindo uma falsa consciência sobre a origem dessas coisas.

No entanto, Lukács (1967, p. 25) afirma o seguinte: “[...] qualquer do pensamento que não conhece uma crise aguda, perde-se na banalidade”, uma vez que esse pensamento terá que enfrentar uma onda de revoltas e manifestações em grande escala, como a revolução de 1848, onde

A batalha do proletariado parisiense em junho de 1848 foi uma reviravolta na história em escala internacional. Apesar do cartismo, a pesar de revoltas francesas isoladas na época do “reinado burguês”, apesar da revolta dos tecelões alemães em 1844, é aí que se deflagra pela primeira vez uma batalha decisiva entre proletariado e burguesia com a violência das armas; o proletariado pisa pela primeira vez no palco histórico-mundial como uma massa armada, decidida a travar a luta decisiva; nesse momento, a burguesia luta pela primeira vez pela continuação do seu domínio económico e político (Lukács, 2011, p. 211, grifos do autor).

Como foi dito atrás, o pensamento filosófico burguês, em sociedades capitalistas, valoriza mais a mercadoria e o lucro; as relações humanas são baseadas nisso, não enxergando quem está na cadeia de produção da mercadoria e dos lucros.

Deste modo, sendo o fetichismo a manifestação ideológica do capitalismo, (Lukács, 1967, p. 28), a burguesia não quer enxergar que tanto ela quanto o proletariado, ambos “se procuram” para se ajudarem mutuamente. Não querendo enxegar isso, “o clima mental assim criado é muito

desfavorável para o pensamento dialético. O parasitismo próprio ao estágio imperialista só intensifica essa evolução” (Lukács, 1967, p. 29). Por essa razão, a batalha do proletariado parisiense de 1848 foi uma virada, em escala internacional, que colocou em crise o pensamento filosófico burguês, permitindo a democratização do mesmo, tornando-se, deste modo, em um “[...] liberalismo de compromisso” (Lukács, 2011, p. 211). Portanto, percebe-se que a filosofia do pensamento burguês que não renunciou aos seus antigos ideais e objectivos económicos e políticos, quis mantê-los intocados, foi esquecido, tornando-se em um “cachorro morto”, (Lukács, 2011, p. 2012, grifos do autor). É nesse contexto que Marx, citado por Lukács, diz o seguinte:

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado "socialistas" (Lukács, 2011, p. 212, grifos do autor).

Em Lukács, no trecho acima, percebe-se que o papel das massas, no caso do proletariado que temos vindo a falar, foi crucial para a mudança do pensamento filosófico burguês, uma vez que um exército de massas só se forma quando, cada integrante dele, sabe o motivo e os objectivos da luta; daí, abraça a causa e conseqüentemente, aparecem mudanças significativas como resultado da sua luta, ou seja, o homem se liberta da alienação, resgatando ideologias mais humanizadas. Diferentemente de um exército formal de recrutas que segue ordens sem muitas das vezes, saber a razão da sua luta. Nesse sentido, percebe-se que a história deve ser vista como um conjunto de acções progressistas, uma vez que, na revolução de 1848,

O movimento dos trabalhadores não se desenvolve no vácuo, mas rodeado de todas as ideologias da decadência burguesa, e a "missão histórica" do oportunismo no movimento dos trabalhadores consiste precisamente em "mediar", em reparar o corte abrupto, em sentido burguês. [...]. O problema central [...] é o do progresso. [...] os escritores e os pensadores [...] chegaram ao conceito do carácter contraditório do progresso humano, [...]. (Lukács, 2011, p. 214, grifos do autor).

No trecho acima, pode-se entender que o proletariado também se desenvolveu em bases ideológicas burguesas, uma vez que a sua forma de agir não consistiu em eliminar, na totalidade, o pensamento filosófico burguês, mas usá-lo contra a própria burguesia, ou seja, se “o problema central é o progresso, em que se expresse a mudança de posição em relação à história [...]”,

(Lukács, 2011, p. 214), então, o proletariado deve pautar por argumentos que geram mudanças, mas que pauta pela ideia de manutenção do fluxo de capitais para que a economia não entre em colapso, por isso que se diz que fazia reparos das situações perigosas (corte abrupto) que minavam a relação entre a burguesia e o proletariado. E isso é visto, pelos escritores e pensadores, como um “caráter contraditório do progresso humano”, (Lukács, 2011, p. 214). Portanto, percebe-se que esse caráter contraditório do progresso humano, em termos históricos, deve ser analisado, sob o ponto de vista argumentativo, numa perspectiva que pressupõe tese, antítese e síntese, ou seja, qual é a ideia que a burguesia defende e qual é a ideia que o proletariado contrapõe e daí, chegar-se a um posicionamento consensual ou equilibrado sobre as duas ideias; e é isso que se percebe como progresso humano sob o ponto de vista dialético.

1.3. ROMANCE HISTÓRICO E A REVOLUÇÃO DE 1848 e 1905

Nesta secção, pretendemos descrever as contribuições que a revolução parisiense de 1848 e a Russa de 1905 trouxeram para o desenvolvimento de teorias críticas do romance histórico, bases de análise dos diversos romances históricos que levam aos leitores a uma visita guiada a historiografia de diversas sociedades do universo.

1.3.1. Concepções filosóficas em debate: agnosticismo, Intelligentzia e Totalidade

Em termos literários, Lukács afirma que, tanto antes quanto depois da revolução de 1848, vários escritores produziram obras literárias que representam as relações humanas tal qual deviam ser, desconsiderando os seus posicionamentos pessoais, apesar de terem alguma influência do fetichismo do pensamento filosófico burguês; como se pode perceber no seguinte trecho:

A literatura oferece-nos numerosos exemplos de escritores com ideais pessoais influenciadas pelo fetichismo e que sabem, em larga medida, dele se desembaraçar na sua criação literária. Em outros termos, esses escritores sabem representar, nas suas obras, as relações humanas enquanto tais, a despeito de suas idéias individuais contrárias (Lukács, 1967, p. 30-31).

Nesse sentido, Lukács, citando Burckhardt, afirma o seguinte:

Burckhardt aproxima-se dos grandes homens da história que ele glorifica com um misto de admiração e horror. Em sua obra, o homem violento [...] do Renascimento tornou-se o modelo ideal de um capitalismo “culto” que superou toda democracia. Contudo, ele mesmo observa esses homens, que combinam a “profunda infâmia com a mais nobre harmonia”, com um sentimento que se divide “entre a admiração e o calafrio”. (Lukács, 2011, p. 220, grifos do autor).

Em Burckhardt, percebe-se que ele resgata personagens característicos do período renascentista para as narrativas das suas obras literárias, olhando o personagem como a categoria narrativa onde se deve concentrar as atenções da análise literária. Uma vez que o personagem é o centro da diegese no enredo, então, o personagem renascentista, que é mais humano, mas, também, antropocêntrico e individualista, é visto como sendo mais harmonioso e democrático, pelo fato de proporcionar um equilíbrio, sob o ponto de vista de admiração e de um ser assustador. Essa dualidade é que se pode entender como sendo o modelo do capitalismo “culto”, como foi referenciado no trecho. Portanto, percebe-se que há uma mistura entre o clássico e o moderno. É nesse sentido que, em termos literários, Lukács afirma o seguinte:

O primeiro período é o da filosofia burguesa clássica, que vai até cerca do fim do primeiro terço do século XIX ou, no máximo, até 1848. É esta época que dá origem à expressão mais elevada da concepção do mundo da burguesia, isto é, a revolta da burguesia contra a sociedade feudal em declínio. A filosofia desta época codifica os princípios últimos e a concepção geral do mundo, próprios a este vasto movimento progressivo e libertador, que tão profundamente reformou a sociedade [...] e é então que ela se eleva à região das abstrações mais elevadas (Lukács, 1967, p. 31).

No trecho acima, pode-se entender que o ano de 1848 é o período da primavera dos povos, influenciada pelas ideias liberais, as de mudanças de concepções, que deu origem a um vasto leque de produção literária sobre este movimento progressivo, libertador, transitório e o novo mundo que nasce, o da “[...] defensiva contra o proletariado ascendente e [...] que termina mais ou menos no início do período imperialista” (Lukács, 1967, p. 32-33). Nesse fio de pensamento, entende-se, em Lukács, que a burguesia havia se juntado ao proletariado para combater os senhores feudais, que eram os donos de grandes extensões de terra. Derrubado o feudalismo, a burguesia se afasta do proletariado e procura combatê-lo, isto é, a burguesia volta ao seu fetichismo. Portanto, entende-se, aqui, o progresso como um círculo vicioso de contradições, ou seja, cada etapa do progresso é determinada por um tipo de revolução, que coloca dialeticamente certos posicionamentos dos personagens envolvidos, como nos referimos atrás. E é isso que a arte vai refletir, em um contexto

[...] do materialismo dialético de Karl Marx [...] que a partir desse método de figuração da vida, para utilizar a expressão de György Lukács (2011), que a arte, e nesse caso a literatura, consegue captar a vida do homem no seu sentido mais realista, ou seja, naquilo que mais essencialmente pode dar conta das relações entre o ser e a sociedade (Canedo, 2023, p. 17).

No entanto, percebe-se que, tudo quanto se vive hoje, em grande parte, provém como resultado de reformas determinadas pela revolução de 1848. Segundo Lukács (1967),

[...]. Na evolução política e económica da Rússia e, portanto, da luta ideológica, 1905 corresponde àquilo que foi o ano de 1848 para a Europa Ocidental e Central. A filosofia deste período [...] no plano da teoria do conhecimento [...] pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade e que este conhecimento não teria [...] nenhuma utilidade para nós. [...] O papel da filosofia, [...] o agnosticismo [...] deve limitar-se a vigiar para que [...] ninguém ouse tirar das ciências económicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o regime (Lukács, 1967, p. 33).

Em Lukács, no trecho acima, entende-se também que a luta ideológica Russa de 1905 teve a mesma contribuição na sociedade mundial, tanto quanto a revolução parisiense de 1848. No entanto, a filosofia do agnosticismo perpetuada pela ideologia Russa, no plano da teoria do conhecimento, dá-nos a entender que era uma ideologia de censura que direcionava aos pensadores e teóricos formularem e ajuizarem pensamentos ou ideias alinhadas ao regime político e econômico vigente, ou seja, “quanto mais um sistema filosófico se aproxima do idealismo objectivo, mais denota essa tendência de fabricar mitos” (Lukács, 1967, p. 49).

Fato que, em última análise, podemos considerar como a filosofia do pessimismo, desprovida de sentido objectivo, (Lukács, 1967, p. 34) e baseada na intuição, característica própria da metodologia imperialista (*Ibid.*, p. 52).

Nessa ordem de pensamento,

A filosofia da época é uma filosofia de professores. [...] renuncia à sua antiga missão social: cessa de ser expressão, no plano do pensamento, dos grandes interesses históricos da burguesia e abandona o exame de todo o problema ideológico. Aceita encarregar-se da função de “guarda-fronteira”, função indispensável à burguesia da época, pois que assegura a estabilidade de um compromisso social durável com as forças da reação (Lukács, 1967, p. 34).

A filosofia do professor, exposta no trecho acima, entende-se como sendo uma filosofia irracional, pelo facto do pensamento dos intelectuais, caso dos professores, seguirem um perfil

mais burocrático, ou seja, o pensamento dos professores estava alienado ao sistema político e econômico do sistema burguês da época. E por serem funcionários do aparelho do estado, Lukács (1967, p. 35), pressupõe que não têm uma liberdade de expressão, porque deviam agir dentro de certos limites, Lukács (1967, p. 36). Comprometidos com a burguesia da época, deviam transmitir, às massas, conhecimentos que evitassem reações e, realmente, garantissem a manutenção ideológica do estado. E isso, Lukács considera como algo irracional, pelo fato de os professores terem renunciado o seu papel social de educadores de um povo, limitando a apreensão de um conhecimento integral que permita às massas refletirem, de forma lógica, sobre os problemas da ideologia que os orienta. Nesse sentido, os professores se tornaram guadiões do pensamento filosófico burguês em detrimento das massas. É nesse fio de raciocínio que Lukács (1967, p. 35) afirma o seguinte: “A camada de intelectuais, da qual a filosofia burguesa era a emanção direta, falava então em nome das perspectivas universais da burguesia ascendente”.

Porém, Lukács (1967), ao falar da teoria filosófica da *intelligentzia*, no contexto do imperialismo, afirma que

A filosofia, tornando-se “interessante”, conquistou uma certa independência. [...] os intelectuais burgueses colocam seus próprios problemas particulares de uma maneira mais concreta e mais consciente que no período precedente. [...] o papel dos intelectuais independentes é mais considerável que o dos intelectuais burocratizados. [...] do ponto de vista do conhecimento, é necessário constatar que o idealismo subjetivo do período precedente permanece, sem alteração, [...]. As características mais importantes desta evolução resumem-se mais ou menos assim: tendência ao objetivismo e nascimento uma pseudo-objetividade; luta contra o formalismo na teoria do conhecimento (Lukács, 1967, p. 37-41).

De acordo com Lukács, no trecho acima, percebe-se que no período imperialista existiam os intelectuais burocratizados, como, por exemplo, os professores que atrás referenciamos, que serviam de “guarda-fronteira” da ideologia do pensamento filosófico burguês, “filosofia do agnosticismo”. No entanto, existiam também os intelectuais independentes que “limitam a sua reflexão aos interesses defensivos da burguesia, por volta do fim do século XIX”, Lukács (1967, p. 37), a que se denominou de “*intelligentzia*” (*Ibid.*, p. 38). Tanto a filosofia do agnosticismo quanto da *intelligentzia* tinha limitações, as suas críticas não deveriam abordar problemas econômicos, políticos e sociais, mas sim, questões culturais e morais, individuais, ligadas a própria classe social dos intelectuais (*Ibid.*, p. 36). Portanto, em Lukács, entende-se que, no capitalismo e no seu estágio mais avançado, o imperialismo, os intelectuais tiveram muitas dificuldades para

desenvolverem alguma teoria crítica sobre os problemas ideológicos da burguesia bem como das monarquias vigentes.

No entanto, quando se fala da teoria filosófica da totalidade dialética, percebe-se como a captação da realidade objectiva, de um objeto por meio de afrontamento de ideias contrárias, a partir de todos os elementos que o caracterizam. Nesse fio de raciocínio, Lukács (1967) afirma o seguinte:

a totalidade dialética é a garantia do conhecimento da realidade objetiva. [...]. A realidade objetiva sendo ela mesma um processo feito do movimento dos fenómenos que evoluem para tornar-se seu contrário, a reflexão não poderia pretender reproduzi-la de uma maneira adequada, a não ser com a condição de ser ela mesma dialética. [...], isto é, contraditória, da relatividade do ser ou do não-ser, [...] do absoluto e do relativo (Lukács, 1967, p. 229-231).

No trecho acima, percebe-se que, estudar um fenómeno, uma situação, um objecto, sob o ponto de vista de contradição, isto é, de tese, antítese e síntese, como nos referenciamos atrás, de todos os pormenores que envolve o que está sendo estudado, capta-se o conhecimento da realidade objectiva, a essência, ou seja, do ser ou do não ser da coisa. Nesse sentido,

O mundo dos fenómenos representa o todo, a totalidade, porque contém a lei e, além disso, a própria forma que se move. [...] significa que o conjunto da realidade é sempre mais rico que a lei mais adequada e é precisamente esse fato que melhor ilustra o papel da relatividade enquanto momento, na evolução do conhecimento científico (Lukács, 1967, p. 232).

No trecho acima, nota-se que a percepção sensorial, entendida, convencionalmente, como “abstração” e “lei natural” (*ibid.*, p. 230), é “o ponto de partida de toda reflexão, porque o único conhecimento que temos do mundo chega-nos por intermédio dos nossos órgãos” (p. 228). Isso dá-nos a entender que a totalidade é a percepção da matéria pelos órgãos sensoriais, conhecimento imediato, estático (lei natural) e a essência, o “conhecimento da coisa-em-si” (p. 231), objectivo (a realidade). Portanto, a percepção da matéria por meio dos órgãos sensoriais e pela forma como ela se caracteriza, se move ou se manifesta, etc., a junção disso, chamaríamos de totalidade. É nesse contexto que Lukács, no trecho que se segue, diz o seguinte: “Uma análise tão extensa e tão fértil da relação entre o absoluto e o relativo só se torna possível com a condição de que o conhecimento apreenda e estude seu objeto de todos os ângulos, sob todos os seus aspectos. [...], e resolve [...] tantas questões mal colocadas” (Lukács, 1967, p.238).

Em última análise, entende-se que a teoria da filosofia da totalidade pressupõe um estudo minucioso, criterioso e rigoroso de tudo quanto envolve externamente e internamente o objecto em questão.

1.4. O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO

Nesta secção pretendemos descrever o estágio atual da produção e da crítica do romance histórico. Nesse sentido, temos a dizer que o romance histórico continua a ser amplamente produzido no mundo inteiro. O romance, *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, de Mia Couto, que nos propusemos em estudar neste trabalho, é o exemplo prático dessa produção.

Em termos da teoria da análise crítica sobre o romance histórico, também, vários pensadores e estudiosos estão profundamente empenhados, como na procura de esclarecer aos “turistas”, nesse caso aos leitores, a pré-história do presente de diversas sociedades, como são os casos dos estudiosos: Ana Mafalda Leite, Edvaldo A. Bergamo, Elena Brugioni e Rogério Canedo, nos seus mais recentes estudos intitulados: *O Romance Africano: tensões, conexões, tradições* (2022) e, especificamente de Canedo, *O Romance Histórico da Colonização* (2023); Ana Aguiar Cotrim e Ana Laura dos Reis Corrêa, com a obra intitulada: *O realismo e sua atualidade: Estética e crítica* (2018), entre outros.

Sobre o Romance Africano, já que é a nossa linha de debate no presente trabalho, Leite et al. (2022, p. 9-11) afirma que o romance não é de origem africana, ele teria sido “importado” pelos europeus para África, mais concretamente na época colonial. No entanto, esta forma literária encontrou, em África, um ambiente fértil de acomodação e apropriação para massificar a esteticidade ideológica dos povos desse extenso continente, trazendo à tona “as contradições sociais, políticas, económicas, culturais, religiosas” de grande impacto na vida dos indivíduos e da sociedade, como nação. Buscando o passado pré-colonial, atravessando o período da colonização europeia até ao pós-colonial, o romance procura clarificar, esteticamente, as adversidades e os obstáculos que os povos africanos atravessaram e ainda atravessam para se afirmarem e se consolidarem como nações soberanas.

Já na Europa, nos séculos XVII e XVIII, o romance, no caso em apreço o histórico, narra eventos sublimes, de forma épica, onde se difunde e se eleva a um pedestal “um herói problemático, incomum, pautada pelo realismo cotidiano” (Leite et al., 2022, p. 10). Essa elevação de uma

personalidade problemática, pelas suas acções no dia-a-dia, a categoria de herói vislumbra, nos críticos dessa forma literária do romance, contrassensos que trazem à tona indagações sobre a razoabilidade ou não na promoção de tais heróis que se pressupõem terem sido vilões. No entanto, entende-se que essa forma literária que promoveu “um herói problemático” e “incomum” esteve intimamente ligada a sociedade burguesa da época, daí que “a sua trajectória se confunde com o surgimento do capitalismo e de uma nova classe social dirigente no continente europeu, o qual ficou marcado pela era das revoluções e pela era dos impérios” (Leite et al., 2022, p.10).

No continente africano, onde os europeus, nos referidos séculos, promoveram, também, revoluções para dilatarem os seus impérios, essa forma literária torna-se, para os povos das nações africanas, um veículo expressivo de

insurreição, de oposição e de questionamento da ordem colonial impositiva e restritiva, [...] com foco na resistência cultural, na afirmação das identidades em desenvolvimento, [...] e descolonização material e mental, [...]. No século XX [...] o enquadramento histórico em causa envolve a luta de libertação (anos 1960 e 1970), os diversos conflitos armados (guerras de libertação, coloniais e civis) [...]. Esse conjunto de situações evidencia o romance como uma forma literária paradigmática para problematizar processos históricos caracterizados por permanência e instabilidades, retrocessos e avanços, continuidades e transformações (Leite et al., 2022, p. 10-11).

Como se pode perceber em Leite et al., na citação acima, o romance é uma forma literária em que os autores africanos veem como um veículo de conscientização do povo africano sobre os problemas reais que os envolve, como pessoas singulares e como um colectivo constituinte de uma nação. Nota-se, na fala de Leite et al., que o colono europeu, em tanto que usurpador e ocupante efectivo das terras africanas, saiu forçosamente de África, pela luta abnegada dos ancestrais dos povos desse vasto continente, o que se pode entender como um avanço por parte dos africanos, pelo facto de constituir uma libertação da terra e do homem da administração directa do colonizador, para que as gerações vindoras não fossem sujeitas as mesmas situações pretéritas bastante deploráveis, ou seja, para que elas nascessem livres, com uma identidade e cultura próprias e, conscientemente, donos do seu próprio destino. No entanto, de acordo com o mesmo autor, ainda prevalece a colonização mental do povo africano pela dependência material e intelectual que tem na relação com o até então colonizador, e isto vai constituir a permanência e a continuidade do colono, de forma indirecta, facto que constitui um retrocesso do que foi conquistado, que é o resgate do solo pátrio e do homem africano do jugo colonial. É nesse fio de pensamento que o romance, no contexto africano, vai problematizar estas e outras situações que colocam em causa a afirmação

da identidade e o desenvolvimento do africano, como indivíduo e como Estado-nação. Uma vez que as situações que acabamos de arrolar ainda não estão resolvidas, as tendências de abordagem, no contexto africano, em tanto que temas do romance, transbordam ou transcendem até ao século XXI, ou seja, até aos dias de hoje. A título de exemplo, falando particularmente de Moçambique, de onde tiramos as duas obras para a presente tese,

é em 1952 que surge a coletânea de contos de João Dias, intitulada *Godido*, considerada a primeira ficção moçambicana e, sobretudo, aquela que já apresenta temas que serão recuperadas e aprofundadas pelos romances que irão irromper décadas depois: manifesta-se aí uma crítica e mais contundente da condição colonial. É no auge da luta anti-colonial e pela independência que surge, em Moçambique, o romance *Portagem*, de Orlando Mendes, publicado em 1966. Anos mais tarde, em 1987, Ungulani Ba Ka Khosa lança *Ualalapi*, considerado entre os cem mais importantes romances africanos do século XX. No entanto, o romance se estabelece com Mia Couto [...], o mais traduzido entre os autores dos países de Língua portuguesa. Em 1992 publica *Terra Sonâmbula* [...]. Também tem destaque [...] a escritora Paulina Chiziane. Seu primeiro romance, *Balada de amor ao vento*, de 1990, [...] se debruça no debate do universo feminino. [...] *Nikethe: uma história de poligamia*, publicado em 2002 [...]. Outra romancista [...] é Lília Momplé. Particularmente, o romance *Neighbours*, 1995, coloca em debate o espaço da Mulher [...]. Suleimane Cassamo [...] publica em 1999 *palestra para um morto*, importante produção na representação da moçambicanidade, da cultura local e das tradições orais [...]. João Borges Coelho [...], a preocupação com a formação e compreensão da história de Moçambique e das relações entre colonizador e colonizado será tema de base, com destaque para o seu premiado romance histórico *O Olho de Hertzog*, publicado em 2010 (Leite et al., 2022, p. 17-18).

Como se pode perceber, em Leite et al., na citação acima, desde 1952, segunda metade do século XX, ano da publicação da primeira ficção moçambicana, até 2010, primeira metade do século XXI, os temas mais destacados nos romances estão relacionados com a colonização, ou seja, a relação entre o colonizador e o colonizado, “como uma estratégia de resistência e oposição à dominação colonial [...]” (Leite et al. 2022, p. 27), que vai desaguar na formação e compreensão da história de Moçambique em tempos pretéritos. Facto que mostra uma certa preocupação, dos autores do romance, sobre os eventos, os processos e os estados de coisas do passado vistos como não terminados que afectam, de forma directa ou indirecta, a vida dos indivíduos, singularmente, e do povo como um colectivo, um todo, uma sociedade ou Estado-nação, na actualidade.

Esses eventos, processos e estado de coisas do passado vistos como não terminados, pode se destacar, por exemplo, que a literatura africana, no caso dos países falantes do português, e de Moçambique, em particular,

ainda privilegia tradições e sistemas literários que se expressam nas línguas dos antigos impérios europeus, apresentando visões bastante parciais das múltiplas trajetórias e transformações do romance em contextos nacionais e regionais de grande relevo e com importantes tradições literárias (Leite et al. 2022, p. 24).

É nesse sentido que, os países africanos colonizados por Portugal, as suas literaturas são denominadas ou designadas por *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (Laranjeira, 1995) pelo facto de serem expressas nessa língua e não nas línguas autoctones. Não só, no caso específico de Moçambique, o próprio sistema de educação já força para essa tendência, uma vez que “a Língua de ensino é o Português em todo o sistema educativo, não obstante o facto de grande maioria das crianças não o falarem à altura de entrada na escola” (INDE/MINED, 2008, p. 17); mesmo assim, são direccionadas para um padrão linguístico europeu. Logo, pode-se perceber que no romance africano ocorrem duas situações: a situação temática e a situação linguística relacionadas com factores históricos que apontam para a entrada, a permanência e a saída do colonialismo europeu, em África, em tempos pretéritos, mas que os seus efeitos ainda impactam em tempos actuais.

Segundo Lobo e Manjate (2022)

o *feedback* (a reacção ao texto escrito) pode assumir diversas formas. A crítica literária, uma das manifestações de que o texto foi recebido, pode influenciar a criatividade dos escritores, aguçar a curiosidade e impulsionar a competência dos leitores, contribuir para a canonização das obras e, em sentido mais amplo, para a consolidação e desenvolvimento da literatura.

Há muito que escritores moçambicanos reclamam a necessidade desse *feedback*, a emergência de uma crítica literária endógena consistente e coerente com a crescente afirmação da literatura nacional (Lobo, Manjate, 2022, p. 7).

Na fala de Lobo e Manjate, no trecho acima, pode-se entender que a reacção ao texto escrito, em tanto que crítica literária, em África e no caso específico de Moçambique, ela é feita, na maioria das vezes, por instituições e individualidades estrangeiras, isto é, fora do continente ou do país e não por entidades e personalidades nacionais. E essas instituições e individualidades estrangeiras, pela sua consistente e coerente leitura e crítica das obras produzidas em África e em Moçambique, em particular, ainda que periféricas sejam consideradas por elas, vão seleccionar os seus escritores preferidos, influenciando a criatividade dos mesmos e a publicação constante de novas obras. Esses escritores preferidos, em que os critérios de selecção são muito ambíguos e polissémicos, pelo facto de estarem associados, na maioria das vezes, a “questões extraliterárias” que carregam consigo “um certo sentimento íntimo” relacionado com “a cor da pele, o lugar de nascimento, a filiação

política”, entre outros, (Lúcia Liba Mucznic *apud* Lobo e Manjate, 2022, p. 16), quanto mais forem criticadas e citadas as suas obras, considerar-se-ão de referência e, conseqüentemente, essas obras serão os cânones das literaturas nacionais nos seus respectivos países africanos e em Moçambique, no caso em apreço. Em outras palavras, Lobo e Manjate estão a nos querer dizer que em Moçambique, em particular, e em África, no geral, não há uma cultura de leitura e de análise crítica de obras literárias, com maior enfoque para as obras produzidas por escritores nacionais e, conseqüentemente, os “termos de referência” que determinam a canonização das obras e dos seus respectivos autores provém de estudos feitos por leitores, pesquisadores, estudiosos e críticos literários estrangeiros e não de nacionais. A título de exemplo, “há autores canonizados entrelugares e não em Moçambique, autores reconhecidos em outros quadrantes e não em Moçambique, basta nos lembrarmos que uma autora como Paulina Chiziane - foi inicialmente ovacionada fora e só depois em Moçambique” (Lobo e Manjate, 2022, p. 19).

As obras africanas, no caso específico dos romances, não selecionadas por entidades estrangeiras para fazerem parte do seu *cardápio* ou acervo bibliográfico, são rotuladas como sendo de conteúdos não compreensíveis pelo facto de serem especificamente locais e não universais, e mais periféricas ainda, ou seja, elas são rotuladas como sendo da periferia de uma outra periferia, já que “se fundam a partir da representação das tradições” ou das identidades tradicionais em detrimento “à forma de escrita e ao tratamento dos grandes temas da humanidade” (Lobo e Manjate, 2022, p. 14-15). É nesse sentido que Lobo e Manjate afirmam que os escritores moçambicanos têm reclamado da necessidade de um *feedback* das suas obras por parte das editoras, dos leitores, estudiosos, pesquisadores e críticos nacionais, ou seja, eles querem saber como é que as suas obras, a nível interno ou nacional, são recebidas; como se pode entender no seguinte trecho: “Devemos trabalhar com o que é nosso porque só as coisas da nossa terra é que estão dentro da nossa compreensão. O resto tanto pode vir como não vir e não há nunca a certeza de o compreendermos inteiramente” (Nganga Gomanhundo *in* João Paulo Borges Coelho, *As duas sombras do rio*, *apud* Lobo e Manjate, 2022, p. 46).

Nesse contexto, tendo em conta que “os estudos de recepção” de uma obra literária constituem uma das variáveis para a canonização de um autor (Ana Mafalda Leite, *apud* Lobo e Manjate, 2022, p. 12), no entender dos escritores moçambicanos, é o *feedback* de leitores e críticos nacionais que determina a afirmação de uma literatura nacional.

No entanto, Lobo e Manjate asseguram que, apesar de não existir, em Moçambique, em particular, e em África, no geral, leitores e críticos literários assíduos, a que eles chamam de “um plano nacional de Leitura”, a nível interno existe um cânone, só que ele “não é revisitado”, “questionado” e “reconstruído” (Lobo e Manjate, 2022, p. 14), pelo facto do conteúdo da obra não refletir “valores e ideais” ajustados a determinantes históricas de ordem “política e ideológica”, que é a variável de canonização que mais prevalece (Lobo e Manjate, 2022, p. 13-14). Por outras palavras, pode-se entender, na fala de Lobo e Manjate, que há obras, em que os poucos leitores e críticos nacionais conhecem ou já ouviram falar, que são apetecíveis de serem lidos e discutidos ou debatidos os seus conteúdos, mas que têm sido proibidas de circular ou de estarem à disposição do povo pelo facto de mexerem com sensibilidades políticas, na medida em que, essas obras, podem despertar a consciência dos leitores sobre certos eventos, processos e estado de coisas pretéritas em que a história oficial não contou e, conseqüentemente, gerar tumultos ou revoluções internas. O que “equivale dizer que o cânone existe à revelia da própria vontade política” (Lobo e Manjate, 2022, p. 14), ou seja, tendo em conta que o que é proibido ou escondido atrai curiosidades, pela intuição do próprio ser humano da existência, nesse cânone, de algo tão importante e valioso. Nesse sentido, as pessoas vão partilhando, lendo e debatendo, profundamente, os conteúdos das obras desse cânone não oficial, de forma restrita, clandestina ou secreta; já que esse cânone “estabelece uma relação umbilical com o projecto de Nação que se pretende criar, com os níveis de desenvolvimento humano que se pretende atingir, enfim, com o tipo de moçambicanos [...]” e africanos que pretendem ser no século XXI “de muita perplexidade” (*ibid.*, p. 14). É nesse sentido que Lobo e Manjate, ao falarem sobre o romance histórico, no contexto africano, mais concretamente dos países de expressão portuguesa, sustentam que Ana Mafalda Leite, “destacada estudiosa das Literaturas Africanas”, indica que a

História permanece como um tema especialmente convocado entre os autores angolanos e moçambicanos, uma vez que permite a representação da memória. [...] a actividade narrativa, tanto em Angola, como em Moçambique, mantém uma ligação com os percursos históricos mais ou menos distantes do presente pós-colonial, de modo a repensar diferentes narrativas sobre a nação. [...], uma das recorrentes tendências das Literaturas Africanas contemporâneas, tanto em Angola, como em Moçambique, é a revisitação da História pela literatura. Revisitação essa feita através da revisão dos documentos da História (colonial e não só), da revisão das fontes historiográficas e da documentação escrita ou ainda da imaginação. [...], este exercício é feito com recurso à ficcionalização das fontes e à citação recriada e reinventada (Lobo e Manjate, 2022, p. 31).

Percorrendo a fala de Lobo e Manjate, no trecho acima, entende-se que, historicamente, a maneira como foi construída a nação Moçambicana e como está sendo conduzida tem fortes semelhanças com a nação Angolana, facto que pode transparecer que se trata da mesma nação. Senão, vejamos: ambos países foram colonizados pelos portugueses, e houve movimentos de resistência liderados por diversos reis ou régulos ou imperadores, em várias regiões dos mesmos países contra a ocupação colonial portuguesa, com destaque para o imperador Ngungunhane, de que temos vindo a falar, em Moçambique; e para a rainha Nzinga Mbandi, em Angola, que tem sido abordada em vários romances desse país.

Em ambos os países, após as resistências contra a ocupação colonial portuguesa terem sido derrotadas, surgiram, décadas senão séculos depois, movimentos regionais, de acordo com a sua identidade étnica, tribal e cultural ou até mesmo linguística, que pretendiam libertar os seus países do jugo colonial português, com destaque para três, em cada país. No caso de Moçambique, os três movimentos foram formados por intelectuais, trabalhadores entre outros que se refugiaram em países vizinhos de expressão ou colonização inglesa, como se pode perceber no seguinte trecho:

Em Tanganyka é fundada a *Mozambique Makonde Union*, posteriormente denominada *Mozambique African National Union (MANU)*; na Rodésia do Sul a *Mozambique National Democratic Union (UDENAMO)* e em Niassalândia a *Mozambique National Union (UNAMI)* (Cobaço, 2007, p. 387 *apud* Garcia, 2022, p. 2, grifos do autor).

Em 1962, como referenciamos anteriormente na fala de Almada (2012b), Eduardo Mondlane, intelectual moçambicano vindo dos Estados Unidos da América, contacta as lideranças dos três movimentos, a partir de Tanganyka, e consegue “fundir, não sem problemas”, em uma única força que deu origem a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) (Cobaço, 2007, p. 393 *apud* Garcia, 2022, p. 3, grifos do autor).

Em Angola, temos UPA/FLNA, MPLA e UNITA (Panda, 2023, p. 20). Estes movimentos, também, tiveram que alinhar pensamentos para libertar o país. Facto que vem corrobora com a fala de Borges Coelho (in Rosas e Rollo, 1998, p. 87-126) citado por Cavaca (2006, p. 3, grifos do autor), ao referenciar, por exemplo, que

[...] o nascimento da identidade moçambicana dá-se quando o poder “colonial amalgamou habitantes de um espaço africano, diverso e fragmentado – as circunscrições, os regulados – para os “nivelar” numa nova condição, a de um novo universo subalterno e unificado, compreendendo toda a colónia, ou província. Diferentes nas suas culturas locais e

tradições, todos eram iguais quando enfrentavam o administrador ou o colono, todos eram inferiores”.

Como todos eram iguais e tratados como seres inferiores diante do colono português, segundo Borges Coelho, no trecho acima, unidos os movimentos, tanto os moçambicanos quanto os angolanos travaram uma guerra contra os portugueses, que durou anos, tendo sido alcançadas as independências em 25 de junho de 1975, no caso de Moçambique (Almada, 2012b, p. 24) e 11 de novembro de 1975, no caso de Angola (Panda, 2023, p. 20). Portanto, ambos países ficaram independentes no mesmo ano.

No entanto, alcançadas as independências, ambos países, Moçambique e Angola, entraram numa crise política, em guerras civis que ceifaram vidas humanas, destruíram infraestruturas industriais, comerciais, habitacionais e todo o tecido económico herdado do colonialismo português. No caso de Moçambique, a guerra civil, a conhecida guerra dos 16 anos, “durou de 1977 a 1992” (Secco, 2021, p. 280), em Angola, durou 26 anos (1975-2002) (Panda, 2023, p. 17). Em ambos os países houve acordos de paz, de cessação das hostilidades, e saiu-se de monopartidarismo para multipartidarismo, mas, volta e meia, parece que se está a viver no monopartidarismo e por algum desentendimento dos partidos políticos ou das massas populares com o poder executivo governamental, ouviu-se o ressoar das armas, que prevalece até hoje, em pequenos focos, que têm atrasado o desenvolvimento, de ambos os países, em todos os aspectos.

Indo nessa teia dos acontecimentos aqui arrolados, percebe-se que, apesar das resistências contra o colonialismo português terem terminado no passado e os portugueses terem sido expulsos de Moçambique assim como de Angola, há problemas do passado, ainda pendentes, entre os moçambicanos e entre os angolanos que ainda precisam serem resolvidos, mas que essa resolução tem sido adiada, no entanto, esse adiamento afecta significativamente as gerações de hoje e, talvez, continuará a afectar as gerações vindouras. No caso específico de Moçambique, a fratura do tecido social tem sido cíclica, “[...] desde o colonialismo, o norte e o sul de Moçambique já se encontravam cindidos. A guerra civil apenas aumentou essa fissura. A unidade interna, durante a luta anticolonial já se revelava fraturada [...]” (Secco, 2021, p. 146). Razão pela qual, nos dias de hoje, a unidade nacional, entre os moçambicanos, tem sido um apelo constante das entidades governamentais com a promoção de uma tocha acesa que percorre o país, do norte ao sul, designada por tocha da “chama da unidade nacional” (Tomás Vieira Mário, 2025). Num sentido contrário a esse apelo, aparecem pronunciamentos belicistas e extremistas de alguns antigos combatentes da

luta de libertação nacional contra o colonialismo português, como é o caso do secretário provincial da Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional (ACLLIN), sediada na cidade de Nampula, e membro do partido no poder, segundo os quais “Até Jesus voltar à terra, a Frelimo vai ficar no poder” (TV Miramar, 2025). Como se o país fosse uma propriedade privada daquela geração que libertou o país do jugo colonial português, a dita “geração de 25 de setembro”, e em particular daqueles que ocuparam algum cargo de relevo nas fileiras do partido Frelimo e ganharam alguma voz que pode ditar os rumos da nação moçambicana, ou seja, daqueles que acham que podem contar melhor a história da construção da nação moçambicana, como afirmara Coelho (2015, p. 157-159), em citações mais adiante. Estes pronunciamentos que excitam a violência e que podem levar aos moçambicanos, mais uma vez, a uma guerra fratricida, obrigou o partido e ao governo a se distanciar dos mesmos pronunciamentos através de um pedido de desculpas a igreja católica e ao povo moçambicano, pelo governador da província de Nampula (TV Miramar, 2025).

Portanto, são factos como estes e outros, arrolados ao longo deste trabalho, que adubam as mentes dos autores do romance africano, no século XXI, e de Moçambique, em particular, para a visita e revisitação da história fundacional do país, na tentativa de se buscar uma percepção, mesmo que seja ficcional, dos percursos que permitiram a construção do Estado-nação, em que se vive hoje, ou seja, o porquê de as coisas serem assim, nos dias de hoje. E essa visita e revisitação da história é “feita através da revisão dos documentos da História (colonial e não só)”, como foi frisado por Lobo e Majante (2022). Nesse sentido, pelo facto de algumas das fontes ou de alguns dos documentos serem de difícil acesso e representarem elementos sigilosos, as preservações dos sigilos dessas fontes ou documentos e as percepções dos conteúdos dos mesmos, por constituírem entendimentos individuais ou singulares, vão determinar a ficcionalidade das fontes, colocando-se a vida de um povo no imaginário do que poderia ter sido, o que deve ser e o que poderá ou deverá ser. É nesse contexto, de acordo com o nosso entendimento, que a vida dos moçambicanos entra na literatura.

No que diz respeito a ficcionalização das fontes, Tynianov (1987:119) *apud* Lobo e Manjate (2022, p. 31) afirma, com propriedade, que “onde a vida entra na literatura, torna-se ela própria literatura e deve ser apreciada como tal”, ou seja, o romance, como literatura, não substitui a historiografia de um país, porém, leva o leitor atento para diferentes ângulos de análise e percepção sobre o percurso histórico da formação do Estado-nação, incitando-o para a revisitação das fontes históricas, uma vez que “[...], os autores, além do inegável recurso à imaginação, empreendem um

intenso trabalho de investigação, explorando fontes orais e documentais, principalmente (Lobo e Manjate, 2022, p. 32). Nesse sentido, Lobo e Manjate, citando os autores moçambicanos Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho sobre a produção da obra *Ualalapi e Rainhas da Noite*, respectivamente, afirmam que os testemunhos orais de factos sobre o passado são dados, “preferencialmente, por idosos”, que são seleccionados de forma aleatória, por vezes, interpelados, de forma surpreendente, na via pública enquanto se deslocam para os seus a fazeres e “[...] a escolha dos temas, [...], privilegia o real circundante” (Lobo e Manjate, 2022, p. 32-33).

Segundo Lobo e Manjate,

A idade avançada (maturidade) da fonte funciona como critério legitimador da informação narrada, em sociedades de tradição oral, tal como sugere a lacónica expressão: “Os velhos são bibliotecas vivas”. E, uma vez legítima, a informação é passível de pertencer aos domínios do cotidiano e/ ou da História (Lobo e Manjate, p. 32, grifos do autor).

No trecho acima, entende-se que os autores Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho, ao escolherem idosos como uma das suas fontes de recolha de dados historiográficos para os seus romances, ao mesmo tempo que privilegiam temas do real circundante, procuram trazer duas épocas distintas, o passado e o presente, com uma possibilidade de antever o futuro de Moçambique. Uma vez que os idosos, por terem vivido um passado distante e estarem a viver o presente, são capazes de darem um testemunho de eventos pretéritos ao mesmo tempo que vão fazendo uma comparação dessas duas épocas, a partir das trajectórias políticas e sociais que determinaram as vivências, tanto no passado quanto no presente. É comum, em Moçambique, ouvir-se de idosos afirmações como: “no tempo de Samora não seria possível alguém fazer isso”, “isso já vem desde os tempos de Samora”, “o tempo passa e as coisas mudam, as crianças de hoje não têm respeito”, etc. Portanto, são exemplos de pronunciamentos que podem elucidar um misto de saudosismo e de nostalgia imanente na memória colectiva dos idosos. Factos que fazem com que as novas gerações recorram aos documentos para se informar sobre o tal passado, bastante glorificado ou de frustrações.

A proposta de apresentar a constituição do género romance, no presente capítulo e, em particular, da forma específica do romance histórico, nascido na segunda década do século XIX, reforça a intenção de discorrer sobre as bases formais dessa narrativa literária e, mais do que isso, levantar algumas das razões ideológicas, sociais e temporais para o surgimento desse modelo de romance, inaugurado pela escrita de Walter Scott (Lukács, 2011). A pretensão dessa discussão

inicial também passa pela convicção de que esse modelo narrativo prosaico é, por natureza, um exímio objeto estético-figurativo da vida histórica e, portanto, social e humana. No próximo capítulo, será apresentado dados históricos fornecidos pela Historiografia, dita oficial, sobre a figura do personagem central da análise nesta tese, o imperador Ngungunhane, assim como os pretensos fatos sobre esse último Imperador de Gaza, em tempos coloniais, assim como parte das questões políticas, culturais e sociais em torno desse período histórico circunscrito a essa personagem. Se tratamos de romance histórico, gênero que dá condições, esteticamente, para um alargamento da história vejamos, antes, o que a Historiografia nos ofertou.

CAPITULO II

A HISTORIOGRAFIA DE UM IMPÉRIO, SUA DERROCADA E A DE SEU IMPERADOR

Mandlakazi, [...] o poder dado pelo sangue através do sangue
(Almada, 2012a, p. 9)

Neste capítulo, pretendemos desvendar como a historiografia trouxe Ngungunhane para o contexto histórico do povo moçambicano, ou seja, o que se diz sobre Ngungunhane que o torna um dos ícones da história de Moçambique. Para esse intento, iremos iniciar pela origem do império do qual ele teria sido imperador ou rei, o império de Gaza, e a partir daí, irmos nos debruçando em torno daquilo que se diz sobre a sua pessoa, em termos de origem, ações, atitudes e comportamentos na sua vida privada e pública.

2.1. O IMPÉRIO DE GAZA

Como preâmbulo da nossa análise, iremos começar pelas premissas que deram origem a formação do império de Gaza, tendo como ponto de partida a pequena obra historiográfica da colectânea: *personalidades Moçambicanas*, de Almada (2012a), com o título de *Ngugunhane*, que, a prior, dá a entender que a colectânea referência a ele como sendo uma das personalidades moçambicanas que não se deve contornar quando se fala da resistência contra a ocupação colonial europeia e do seu vasto império. Neste sentido, o império de Gaza foi fundado por volta de 1820 pelo povo Nguni, uma etnia Zulu, que emigrara para Moçambique vindo da República da África do Sul. Esse povo invadiu o território moçambicano, protagonizando atrocidades contra os povos que habitavam em Moçambique, tais como, os Chopes, Tsongas, Ndaus, Bitongas, entre outros (Almada, 2012a, p. 3).

Esses episódios arrolados por Almada (2012a), são notabilizados em Garcia (2008) onde referência o seguinte, sobre a formação do império de Gaza:

E a formação [...] começa quando nos primórdios do século XIX (década de 20), na África Austral, alguns chefes militares resolveram entrar em choque com o lendário e sanguinolento líder zulu Tchaca e decidiram partir em direção ao litoral, tendo nessa migração se incorporado Sochangana, mais tarde conhecido por Manicusse, avô de Gungunhana [...]. Detentor de um vasto território, impõe-se este antepassado do Gungunhana numa zona que passou a ter por capital Chaimite. Ao mesmo tempo, reduziu todas as populações circundantes ao seu domínio que culminaria, para não serem mortos ou incomodados, no pagamento de diversos tributos que passavam pela entrega de dinheiro, homens, gado, marfim, peles e utensílios agrícolas. Embora Portugal já estivesse nesta zona há muito tempo, o relacionamento com os súbditos de Manicusse não foi fácil, pois o seu domínio militar e administrativo na zona era periclitante, pelo que todo o Sul de Moçambique sofrera com as incursões dos angunes que culminariam em mortes, roubos, destruições exercidas sobre as populações dos regulados [...] (Garcia, 2008, p. 132).

Percorrendo os dizeres de Garcia (2008), no trecho acima, percebe-se que corroboram com os de Vilhena, ao referenciar que os angunes, constituídos pelo exército de Sochangana, fugindo às crueldades de Tchaca, ocuparam as terras moçambicanas à força, tirando os povos locais das suas aldeias, escravizando-os, e submetendo-os aos seus hábitos e costumes (angunização), (Vilhena, 1996, p. 19-20); eles exploraram e abusaram o povo moçambicano de várias maneiras, desde a extorsão até aos direitos mais fundamentais do homem.

Para Mula, Nhantumbo e Chipangue (2022), o processo de formação do império de Gaza parte de uma dinâmica de conflitos denominada por M'fecane. Segundo estes autores,

O M'fecane foi um período de lutas e mudanças políticas que aconteceram na Zululândia (África do Sul). Durante essas lutas, vários reinos foram desaparecendo, tendo ficado dois: o reino de Nduandue, chefiado por Zuide, o reino de Mtetua, liderado por Dinguisuaio. Entre 1816 e 1821, estes reinos lutaram entre si. Numa das primeiras guerras, Dinguisuaio foi morto, mas Tchaca, um dos chefes militares do rei morto, conseguiu obter a vitória. Muitos chefes do reino Nduandue fugiram de Tchaca, principalmente Sochangane ou Manicusse, que mais tarde, em 1821, fundou o Império de Gaza, logo após derrotar os reinos do sul de Moçambique (Mula; Nhantumbo; Chipangue, 2022, p. 70).

Analisando a fala de Mula, Nhantumbo e Chipangue, poder-se-a entender que o “Mfecane (esmagamento), surgida entre os Nguni, levando à formação de vários reinos, como o Zulu” (Silva e Delcano, 2022, p. 96) significou uma série de conflitos políticos, entre várias etnias sul africanas, relacionados com invasões, expropriações, anexações e explorações territoriais dentro da África do sul. Silva e Delcano (2022, p. 111, grifos do autor), citando a obra “*Zulu Aftermath: a XIX Century Revolution in Bantu Africa*” do historiador Zambiano John D. Omer-Cooper, sustentam que a mesma apresenta interpretações e argumentos que dão conta que “o Mfecane não era diferente das guerras travadas contra africanos pelos colonos europeus”. Essa “disputa territorial crescente

na região, intensificada com a chegada dos bôeres” (Silva e Delcano, 2022, p. 94), teve sua repercussão em toda a África Austral, afectando, consequentemente, o território moçambicano, onde Sochangane, do reino Nduandue (Nguni), havia se refugiado das perseguições do guerreiro e “imperador Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), mais conhecido por Shaka Zulu – [...] –, uma figura polêmica e altamente disputada no debate africano sobre a construção da nação e o lugar da memória histórica do antigo Império Zulu” (*Ibid.*, p. 91- 92). E como não poderia ter uma recepção pacífica, em solo moçambicano, Sochangane foi invadindo povoações e regulados, expropriando as terras dos seus donos e anexando-as a semelhança do que vinha acontecendo na África do Sul de onde ele fugiu; fundando, deste modo, o seu império que viria a se chamar de Império ou Estado de Gaza.

Segundo Vacha e Vene (2024),

O Estado de Gaza (1821-1895) foi um dos maiores reinos africanos do século XIX, no seu auge chegou a estender-se a toda a área interior entre os rios Incomati e Zambeze, com ramificações além das fronteiras da África do Sul e do Transvaal. O fundador Sochangane, também conhecido como Manikusse, provinha do Estado Ndwandwe (região Kwa-Zulu Natal da África do Sul) e acabou vencido por Chaka Zulu, na guerra entre Ndwandwe e Zulu, da qual resultou a grande migração dos povos (Mfecane). Em 1821, liderou o povo Nguni em busca de um território no interior de Moçambique. Graças à força do seu exército, foi capaz de rechaçar as sucessivas retaliações do mesmo Chaka (1828) e derrotar as tropas portuguesas na região de Inhambane (1833). Manikusse conseguiu estabelecer o seu novo reino na vasta zona correspondente às atuais províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, assimilando os chefes locais que se assujeitavam e movendo guerra aos que se opunham. Foi um reinado longo (1821-58), em que se sedimentaram mecanismos administrativos necessários a um vasto território, como o sistema de indunas (auxiliares administrativos) que cobravam os tributos que das aldeias fluíam para a capital, a qual rapidamente transformou-se num centro cosmopolita com relações diplomáticas quase independentes (Vacha e Vene, 2024, p. 392).

Nesse contexto, Rocha (2006, p. 32) destaca que a chegada dos Nguni, no Sul de Moçambique, a partir de 1810/1820 deu maior importância ao comércio de escravos na região, contribuindo para que a caça ao homem para fins de escravatura se tivesse tornado uma regra. As numerosas guerras com as tribos locais proporcionaram contingentes de cativos aos traficantes que os enviavam para o Brasil, ilhas francesas do oceano Índico, Madagascar e Goa. Portanto,

O império de Gaza é assim o resultado de um movimento de conquistas, começadas por Sochangana, depois chamado Manicusse, e prosseguidas pelos seus sucessores. [...] A este período de instabilidade segue-se o período da instalação, consolidação e fixação, sobretudo com Muzila. Quando Gungunhana subiu ao trono, o império estava aparentemente consolidado (VILHENA (1996, p. 21).

Nos dizeres de Vilhena, acima citado, mostra claramente que o Império de Gaza, iniciado por Sochangana, não parou de se expandir, mesmo após a morte do seu primeiro imperador. Os seus sucessores, como o seu filho Muzila e posteriormente o seu neto Ngungunhane deram continuidade dos movimentos de conquistas, tendo este último sido o último imperador, culminando com o fim do império. No entanto, percebe-se, no mesmo trecho, que os angunes, liderados por Sochangana, criaram uma total insegurança dos povos dos territórios por eles invadidos, que vai desde chacinas, torturas, perseguições e integração dos povos dominados na sociedade angune, como se pode atestar, também, em Rocha (2006), no seguinte trecho:

Dos povos submetidos, os mais jovens eram integrados, por classes de idade, em regimentos do exército (as impis), que percorriam o território submetendo os rebeldes e colectando tributos. Estes eram anuais e consistiam em trabalho, gado e gêneros, como “marfim, enxadas, peles de macaco e de gato bravo”, além de armas, pólvora e fazendas. Assim, o comércio da região, aliás muito intermitente devido às muitas insubmissões dos régulos tsongas e chopes, era quase todo controlado pelos Nguni (Rocha, 2006, p. 29, grifos do autor).

Nesse sentido, entende-se, na fala de Rocha, que os povos nativos que escapavam das incursões dos angunes se deslocavam das suas zonas de origem para outras, a procura de lugares seguros. Não podendo se deslocar, os povos dos territórios invadidos ficavam a mercê dos angunes, a semelhança das barbaridades que estes últimos foram sujeitos pelo exército do sanguinário Tchaca Zulu, aquando da sua fuga da Zululândia para Moçambique, como foi dito atrás. Todas essas acções demonstram que os angunes de Sochangana não poderiam ficar na Zululândia porque tinham contradições com o líder Tchaca e eram perseguidos. Por temerem a morte, tinham que entrar em terras alheias, como é o caso de Moçambique, para se acomodarem com segurança. No entanto, essas terras tinham os seus donos, como foi frisado atrás, que são os nativos ou indígenas que não aceitavam a sua presença e as situações problemáticas que eles traziam. Nesse contexto, os angunes tinham que se impor diante dos nativos, repelindo ou combatendo todas as resistências que punham em causa a sua permanência e fixação em território moçambicano, como são os casos, por exemplo, dos povos “*vandaus, tsongas, chopes, bitongas ...*” (Vilhena, 1996, p. 21, grifos do autor) que nunca aceitaram submeter-se ao domínio dos Nguni. Nesse trecho, percebe-se que os angunes, enquanto se movimentavam em perseguição aos nativos que, reincidentemente, se insurgiram contra eles em terras moçambicanas, iam, surpreendentemente, invadindo outras zonas, regiões ou regulados, dominando os povos que aí viviam, aumentando, deste modo, a extensão dos

territórios dominados, ou seja, foi assim que criam o vasto império que ostentaria o nome de Gaza, como foi referenciado atrás. A presença dos portugueses, muito antes da chegada dos Nguni, em terras moçambicanas, mais concretamente na região sul do rio Save, não foi capaz de intimidar as movimentações e conquistas dos Nguni, especificamente no interior, porque, administrativamente, os estabelecimentos portugueses localizavam-se em dois distritos, nomeadamente: Lourenço Marques e Inhambane, longe das zonas hostis (Rocha, 2006, p. 24). Não só, o relacionamento dos portugueses com os vassalos de Sochangana foi sempre difícil devido às incursões destes últimos que culminaram em mortes, roubos e destruições exercidas sobre as populações dos regulados de toda região sul de Moçambique. Sochangana soube se impôr nesta zona, apesar de ter sido atacado pelas tropas portuguesas de Inhambane, em 1834, comandadas pelo governador Costa Soares, que pretendiam libertar as rotas comerciais entre o interior de África Austral e o Oceano Índico (Rita-Ferreira, *apud* Garcia, 2008, p. 132). É nesse contexto que se pode entender o império de Gaza como sendo o resultado de um movimento de conquistas, destacado por Vilhena (1996, p. 21). Esse entendimento é, também, frisado por Rocha (2006) onde demonstra que os angunes, liderados por Sochangana, saem da Zululândia, atual República da África do Sul, e entram em Moçambique pela região sul e vão se movimentando, constantemente, e anexando as terras dominadas, em direcção ao norte do país, como ilustra o trecho que se segue:

A independência dos pequenos reinos tsonga do Sul de Moçambique durou exactamente até a ascensão dos grandes estados nguni (Zulu, Suazi e Gaza) no período 1820-1840, que subordinaram todos os outros. [...]. Ao início dos anos 1820, Sochangane, do grupo Nduandue, da região do Natal, iniciou a ocupação do sul e centro de Moçambique, submentendo os seus habitantes e fundando o reino de Gaza, seguindo uma política de assimilação das populações locais [...] nas deslocações [...], primeiro por Sochangane de sul para norte, e depois por Gungunhana, no sentido inverso, os angunes fizeram-se sempre acompanhar por grupos populacionais numerosos de ambas as regiões. Assim, com Sochangane foi uma mole de gente do vale do Limpopo, enquanto com Gungunhana veio para Gaza um grande número de Vandaus (ou Ndaus), um dos grupos Chona da zona de Sofala, no centro de Moçambique (Rocha, 2006, p. 28).

Como se pode perceber em Rocha (2006), no trecho acima, o imperador Muzila, que sucedeu a Sochangane, após a morte deste, não é mencionado nas movimentações de conquista, tanto do sul para o norte e do norte para o sul, nem de este a oeste e vice-versa, facto que corrobora com a ideia apresentada por Vilhena (1996), no trecho referenciado atrás, de que a fixação dos angunes em Moçambique e posterior instalação da máquina administrativa e consolidação, em tanto que império, acontece com o mandato de Muzila, filho de Sochangane e pai de Ngungunhane, ou seja,

com Muzila, nota-se uma aparente estabilidade e menos incursões de conquista. É nesse sentido que Vilhena diz que o império estava aparentemente consolidado, quando Gungunhana chegou ao trono, ou seja, “durante o reinado de *Muzila* a população local coexistiu pacificamente com os estrangeiros” (Martins, 2004, p. 58). No entanto, de acordo com Rocha, no trecho acima, percebe-se que há um recrudescimento das movimentações e conflitos violentos, na era Gungunhana, com os nativos das terras já dominadas e outras forças vivas já existente, no sentido oposto que fora feito pelo seu avô Sochangane, ou seja, há um retorno ao início. Fato que, no nosso entender, demonstra o agudizar do declínio do império, iniciado por Muzila, seu pai, aquando do rompimento, unilateral, do acordo de vassalagem que tinha feito com os portugueses para a sua ascensão ao poder do império de Gaza; acordo este que mantinha a tal aparente estabilidade e o aparente ambiente pacífico referenciado por Vilhena e Martins, respectivamente, que mais adiante iremos nos debruçar sobre esse facto.

Segundo Martins (2004), depois da morte de Muzila,

Ngungunhane, seu filho, ascendeu ao poder. A partir de então, o cenário de guerra que se havia verificado no reinado de *Manicusse*, voltou a surgir e a planície de Gaza passou pelos momentos mais sangrentos da sua história. [...] *Ngungunhane*, [...], fortaleceu o seu poder espiritual, identificando-se com o seu avô *Manicusse* e, tal como este havia feito, começou a oprimir os nativos da região - os tsongas, e a hostilizar a autoridade portuguesa (Martins, 2004, p. 58-59).

No entanto, esse reinício das movimentações de conquista perpetrado por Ngungunhane, como foi frisado por Martins, no trecho acima, e por Rocha (2006), no trecho atrás mencionado, não prosseguem para o norte de Moçambique, de modo a se dominar todos o país, como havia sido traçado por Sochangane. O que se nota é um recuo, a partir do centro onde Sochangane havia chegado. Esse recuo de Ngungunhane, a partir do centro de Moçambique, pode ser clarificado partindo da explicação dada por Baloi et al. (2022), ao falar do estado de Bárue, um Estado de base Zambeziano onde a principal família real era a de Macombe Hanga (Cossa e Mataruca, s/d, p. 126), que resistiu contra qualquer invasão do seu território. O autor afirma o seguinte:

“No centro de Moçambique (Manica, Sofala, Zambézia e Tete), Bárue foi o principal foco da resistência contra a invasão colonial. [...]. Bárue foi um reino muito forte que conseguiu resistir à invasão Nguni e às disputas com os Estados militares vizinhos (Baloi et al, 2022, p. 89)”. “O reino de Bárue [...] tinha bastante armamento militar; comprado a comerciantes portugueses e indianos” (Mula; Nphantumbo; Chipangue, 2022, p. 80). Estes factos dão-nos a entender que o Estado ou reino

de Bárue era bem organizado e muito forte relativamente ao Estado de Gaza, ao ponto de provocar um recuo das forças Nguni e do seu imperador, Ngungunhane, para o seu reduto inicial, a província de Gaza, em particular, e para a região do sul de Moçambique, no geral. No entanto, a resistência do Estado de Bárue, liderada por Macombe Hanga, Mafunda, Cambuemba, Cabendere, entre outros oficiais de uma bravura imensurável, não evitou a ocupação portuguesa, em 30 de julho de 1902, devido a uma força tarefa promovida pelos portugueses ao recrutarem tropas de Angola, Inhambane, Lourenço Marques, do Norte de Moçambique, e de soldados Nguni; ao mesmo tempo que teve o apoio militar da Rodésia (Zimbábue) e da Niassalândia (Malawi) (Baloi et al., 2022, p. 89). De acordo com este autor,

Em 1917, uma nova acção de Resistência teve lugar em Bárue, que ficou conhecida como revolta de Bárue. A revolta iniciou-se em 27 de Março de 1917, com os ataques a Chemba, Tambara e Chiramba, em paralelo com as revoltas dos camponeses de Sena e Tonga. Como resultado, em Abril, os portugueses foram expulsos de vários locais do reino. Os portugueses reorganizaram-se e lançaram novas ofensivas contra os Bárue, e, em Novembro de 1920, a revolta foi eliminada (Baloi et al., 2022, p. 89-90).

Como se pode perceber, no trecho acima, os portugueses, com todo o aparato militar, desde material bélico de alta tecnologia a uma associação de vários contingentes militares, incluindo os Nguni, já dominados, sofreram enormes baixas diante dos Guerreiros de Bárue liderados por Nongué-Nongué e Macossa (Mula; Nhantumbo; Chipangue, 2022, p. 81), que só terminou, com a derrota destes últimos, em 1920, anos mais tarde, após o fim do império de Gaza. Estes factos, mostram que, o império ou Estado de Gaza, liderado por Ngungunhane, por si só, não poderia vencer o Estado de Bárue, transpondo a linha fronteira ou divisória do centro, passando para o norte de Moçambique. Daí, o recuo de Ngungunhane e do seu império, se concentrando mais na região Sul de Moçambique.

2.2. O ACIRRAMENTO DO PROCESSO COLONIAL E A DERROCADA DO IMPÉRIO DE GAZA

Nesta secção, pretendemos descrever e discutir o trajecto dos imperadores que lideraram o império de Gaza, partindo do que já foi dito atrás sobre a sua formação, direccionando a discussão para o modo de sucessão ao trono até a ascensão do último imperador, o Ngungunhane, que é o centro das nossas atenções.

2.2.1. O Imperador Muzila e os portugueses

A ascensão de Muzila, pai de Ngungunhane, ao trono do império de Gaza, partiu de um conflito familiar entre Muzila e Mawewe, ambos filhos do rei Manicusse (Sochangana), para substituí-lo, já que este perdera a vida. No início, o conflito envolvia três irmãos, nomeadamente: Muzila, Chuóne e Mawewe. A mãe de muzila era ndau, da região central de Moçambique, o que alentava uma satisfação aos interesses dos povos do centro e do norte aliados ao império de Gaza. Por sua vez, a mãe de Mawewe era de origem Swazi, facto que satisfazia, na região sul, as boas relações diplomáticas e de boa vizinhança com o Reino Swazi. Portanto, qualquer um dos filhos de Sochangana (Manicusse) que fosse a ocupar o trono do império de Gaza afetaria as relações do império, fora e dentro do território moçambicano (Santos, 2010, p. 65, *apud* Souza, 2018, p. 139). Mawewe, por ter sido apoiado pelos “grandes do reino”, eliminou os irmãos, tendo escapado Muzila (*Ibid.* 2018, p. 139).

Pelo facto das incursões de Mawewe colocarem em causa os interesses dos bôeres e dos portugueses, particularmente destes últimos, que pretendiam efetivar a colonização em África, no caso concreto de Moçambique, depois que estes viram as suas receitas declinarem após a perda do Brasil em 1825 (Alexandre, 2000, p. 141-146, *apud* Souza, 2018, p. 139), apoiaram Muzila para derrubar o seu irmão Mawewe, através de “tratados de vassalagem”, em que mais tarde o designariam por “régulo de Gaza” (Souza, 2018, p. 139). E assim se efectivou, ascendendo Muzila ao trono do Império de Gaza, em 1862 (Santos, 2010, p. 24-95, *apud* Souza, 2018, p. 139).

Este conflito entre irmãos, tios e pai de Ngungunhane, aqui arrolado, também se reflete no discurso do próprio Mudungazi (Ngungunhane), aquando da sua ascensão ao trono do império, em *Ulalapi*, de Ba Ka Khosa (2000), uma das obras em estudo nesta tese, ao dizer o seguinte:

Muzila tinha um coração de homem. Era bondoso. E muitos aproveitaram-se da sua bondade. Entre eles Mawewe, seu irmão que no meio de cabalas vergonhosas quis e conseguiu usurpar o poder sem anuência dos espíritos e dos maiores do reino que tinha aceite Muzila como sucessor. [...] Mas Mawewe esqueceu-se disso e tomou o trono por tempo que a história não vai registar, e se registar será com a perfídia estampada no rosto desse homem que não ousa chamar tio (Khosa, 2000, p. 28).

Como se pode entender nessa fala de Mudungazi, os conflitos familiares, na sucessão ao trono eram evidentes, e ele encarnou o pai ao assumir o problema como dele, afirmando que nunca chamaria de tio, o irmão do pai, e a curta história deste, como imperador, nunca se registará. Como

um acto de profecia de Mudungazi, pouco se sabe, historicamente, sobre o curto reinado de Mawewe.

Esse facto conflituoso, entre o pai de Mudungazi (Ngungunhane) e o tio, presente no romance *Ualalapi*, de (Khosa, 2000) é notável na historiografia descrita por Garcia (2008), onde se afirma o seguinte:

Com a morte de Manicusse, em 1858, na região do Bilene, a sucessão ao trono levou a uma guerra entre alguns dos seus filhos. Assim, durante cinco anos Mawewe e Muzila disputaram a sucessão, numa guerra fratricida onde acabam por envolver também os *boérs* do Transval e os portugueses do sul de Moçambique. Numa passagem pelas terras de Muzila em 1860, o caçador de elefantes Diocleciano Fernandes das Neves visita este régulo que lhe pede encarecidamente ajuda para destronar o irmão Mawewe e assim retomar a governação da dinastia Jamine. Esta solicitação diplomática é referida por este caçador português que, a propósito afirmava: “Não tenho intimidade bastante com o governador de Lourenço Marques, tenente-coronel Onofre Lourenço de Andrade, para lhe propor uma combinação de tão grande importância como aquela que acabais de expor-me. Seria todavia bem acolhida, não só pelo governador e pelo Maxaquene, como por todos os brancos de Lourenço Marques, porque os insultos e roubos que têm sofrido dos Mawewe são enormes”. O pedido de Muzila é satisfeito pelas autoridades portuguesas que forneceram ao régulo angone, 2.000 espingardas, 50 mil cartuchos e 1.200 pedreneiras, material bélico que foi decisivo para que a guerra terminasse a favor do pai de Gungunhana, numa batalha no final do ano de 1861, que deixou no terreno entre dezoito a vinte mil mortos (Garcia, 2008, 133, grifos do autor).

Como se pode perceber no trecho acima, após a morte do avô de Ngungunhane, o pai de Ngungunhane, Muzila, teve divergências com o irmão, Mawewe, para substituir o imperador já falecido. Rompendo laços familiares, ambos criaram seus exércitos e foram protagonizando guerras violentas, sangrentas e devastadoras no sentido de um derrubar o outro e ascender ao trono. Nesse sentido, Muzila pediu o apoio dos portugueses, como ricos comerciantes (o caçador de elefantes, por exemplo) e do próprio governo, para derrubar o irmão Mawewe, que já tinha tomado o trono há algum tempo, facto que aconteceu e, daí, tomou o trono e se tornou o novo imperador de Gaza. E como não existem favores de graça ou sem preço, o governo português teve que impor algumas condições a Muzila.

Entre as condições impostas pelas autoridades portuguesas de Lourenço Marques a Muzila, em 1861, havia uma impondo que “(...) o comércio e caçadas de quasquer animais que sejam, serão livres a todo e qualquer português, que vá ou mande fazê-la”. Desse acordo, em que foi determinante a figura do notável caçador-comerciante português Diocleciano Fernandes das Neves, resultou a abertura dos caminhos para o comércio (Rocha, 2006, p. 32, grifos do autor).

Este cenário mostra que Muzila criou aqui uma relação amistosa com os Portugueses, através de um acordo que ele devia cumprir quando chegasse ao poder, que permitia aos portugueses, bem como os seus mandatários, a caçarem animais, em terras sob o domínio de Muzila, principalmente os elefantes, para a extração de marfim para fins comerciais, que rendia elevadas vantagens lucrativas. O protagonismo intensivo de caça ao elefante, por parte dos portugueses, em toda região sul de Moçambique, levou à quase total extinção deste animal, reduzindo, em 1870, os lucros provenientes do comércio do marfim (Rocha, 2006, p. 32). Diante deste e de outros episódios protagonizados pelos portugueses, Muzila, vendo que a sua autoridade estaria em causa, toma um posicionamento inesperado após a chegada ao poder, como atesta o trecho que segue:

Tendo chegado ao poder, Muzila transfere a capital para Mossurize, bastante ao norte de Chaimite, rompendo a vassalagem que havia declarado ao rei D. Luís de Portugal lavrada no acordo com o Governo de Lisboa, e estabelece boas relações com as autoridades do vizinho Natal, e, através destas, com o Reino Unido. Muzila morre em 1884 (Almada, 2012a, p. 5).

Como nos referimos anteriormente, Muzila, pai de Ngungunhane, para chegar ao poder teve apoio de ricos comerciantes portugueses e do governo português a partir de um acordo entre ele e os portugueses, onde declarou que seria vassalo e que iria satisfazer os interesses dos mesmos dentro dos territórios sob o seu domínio. No entanto, chegado ao poder, segundo o trecho acima, Muzila não cumpre esse acordo, quebra de forma unilateral, e transfere a capital do seu império para um outro ponto que ficasse mais distante dos Portugueses, como uma estratégia de tomar novas posições defensivas em relação a eles. Nesse sentido, ele cria novas relações, não com outros impérios africanos, mas com outros europeus, como é o caso dos Ingleses e com o governo do Reino Unido.

Analisando os interesses dos Portugueses bem como dos Ingleses pela partilha de África, no geral, Boahen (2010), e pela ocupação de Moçambique, em particular, sendo ambos europeus, o cenário descrito no parágrafo anterior, daria o início ao declínio do Império de Gaza pela traição do seu imperador, Muzila, aos portugueses, e por este não ter tido uma relação de cooperação e de união com os outros impérios africanos para travar os intentos Europeus. Portanto, um africano busca um apoio de um europeu para matar o seu próprio irmão, mediante acordos de dividendos, e depois trai este europeu que o apoiou, e por fim, estabelece uma nova relação com outro europeu (inglês) para combater o primeiro europeu (português). Nesse fio de pensamento, entende-se que

esta atitude do imperador Muzila pode ter sido um grande tropeço, já que, tanto os portugueses quanto os ingleses, cobiçavam as suas terras (Garcia, 2008, p. 132). Porém, era do conhecimento dele que o pai, Sochangana (Manicusse), e o irmão Mawewe, o qual ele derrubou com o apoio dos portugueses, durante os seus reinados ou mandatos, ambos, sempre impediram a expansão do processo de colonização europeia na região sul de Moçambique onde era o bastião do império de Gaza (Colosovski, 2016, p. 172)

Nessa via de análise, o imperador de Gaza, Muzila, estava cavando uma “vala comum” onde ele, ou seus sucessores, e o seu império seriam “sepultados”, ou seja, criou uma armadilha para que o seu império fosse extinto. É nesse sentido que Zilberman (2003), citando Lukács, afirma o seguinte:

Lukács concebe o romance histórico como um gênero que não apenas situa o leitor num passado, mas ajuda-o a entender os acontecimentos. Por isso, ele valoriza o modo como se dá a representação do período histórico, que deve corresponder a uma fase de crise e transformação (Zilberman, 2003, p. 120).

Portanto, este estágio dos acontecimentos pode ser percebido como sendo o início da crise do império de Gaza, que vai se transformar em um início do declínio do mesmo; pois, o fundador do império, Sochangana, pai de Muzila e avô de Ngungunhane, sempre se impôs e afrontou os interesses dos ingleses e dos portugueses dentro dos territórios sob o seu domínio (Garcia, 2008, 132), e agora, Muzila vem quebrar esse posicionamento do pai levando o império nessa derrocada de conflitos externos com os portugueses e ingleses, não deixando de lado os conflitos internos relacionados com os régulos indígenas que vinham sendo subjugados e exterminados, caso não quisessem servir vassalagem aos angunes. Nesse fio de pensamento, notabiliza-se que o império de Gaza estava entrando num nível extremo de desafios para a sua manutenção.

2.2.2. Ngungunhane, o Leão de Gaza

Almada (2012a), sobre ascensão de Ngungunhane ao trono de imperador de Gaza, diz o seguinte: com a morte de Muzila, ocorreu uma feroz guerra pela sucessão ao trono entre Mudungazi, o futuro Ngungunhane, e seu meio-irmão Mafemane (Almada, 2012a, p. 6). Nesse sentido, analisando os diversos significados atribuídos a Mudungazi e a Ngungunhane, pode-se perceber que não foi ao acaso que lhe foi dado ao primeiro nome e se atribuiu ao segundo, ele seria o filho “predileto a ascensão ao trono ou herdeiro emergente do império”. Ele seria uma espécie de Muzila e Manicusse Júnior ou filho, pelas suas ações, porque este iria “encarnar o pai e o avô” e

daria continuidade a expansão do império, “com um braço de ferro”, subjugando os povos que fossem encontrados ou tentassem impedir a sua expansão e torná-lo-ia mais resiliente do que antes, já que o seu nome significava “destruidor do país; terrível, invencível e Leão” (Almada, 2012a, p. 6) e “[...] profundas furnas onde são lançados os condenados à morte” (Khosa, 2000, p. 29), respectivamente.

Segundo Almada (2012a), Mundungazi (Ngungunhane – Leão de Gaza) não era sucessor natural ao trono do império, mas sim, o seu meio-irmão Mafemane, como nos referenciamos atrás. No entanto, ele surge como um sucessor emergente pelo facto de fazer jus ao nome a que lhe foi atribuído na infância e pouco a pouco foi ganhando a confiança do seu pai tornando-se numa das figuras de destaque na corte (Almada, 2012a, p. 6). Por essa razão, nós dissemos que ele encarna o pai e o avô pelo *modus operandi*, principalmente, na maneira como ascendeu ao trono. Ele ocupa o lugar de imperador à força, eliminando o irmão, facto semelhante protagonizado pelo pai aquando da sua ascensão ao trono. E fazendo jus ao seu nome, Ngungunhane se tornou no imperador mais temido e celebrado do império de Gaza. Nesse sentido, segundo Almada (2012a, p. 9), a capital do novo reinado, o de Ngungunhane, se chamaria “o poder dado pelo sangue através do sangue (Mandlakazi)”. Portanto, uma autêntica fortaleza humana.

De acordo com o mesmo autor,

A residência do rei, também chamada de kraal, era constituída por um templo, um tribunal, um cemitério, um quartel, um curral e uma escola de recrutas.

A residência real tornava-se um recinto sagrado por se encontrarem as cinzas de alguns antepassados e os objectos do culto ancestral. Era tida como o lugar da “grande força” e onde quer que Ngungunhane se fixasse, a sua povoação chamar-se-ia, sempre, Mandlakazi. (Almada, 2012a, p. 9, grifos do autor).

A partir do nome da capital da nova era imperial, pode perceber-se que muitas vidas seriam sacrificadas, mesmo as de inocentes e de familiares que ousassem atravessar o caminho do imperador ou contradizê-lo. Esse lugar de “grande força”, a que deu o nome de “poder dado pelo sangue através de sangue (Mandlakazi)” mostra, claramente, que ele seria um ditador, um sanguinário. Portanto, a referida capital era o lugar onde toda a força de “elite guerreira, legislativa e espiritual” do império estava concentrada (Almada, 2012a).

2.2.3. Ngungunhane e os portugueses

Almada (2012a) ao falar da cobiça estrangeira ao império de Gaza, mostra que os portugueses não se esqueceram da traição que Muzila, pai de Ngungunhane, teria feito a eles, o de não ter cumprido o acordo que o elevou ao trono do império e se afastou destes, buscando novas parcerias com os ingleses (Almada, 2012a, p. 5). Muzila, já morto, os portugueses buscam resgatar a relação de amizade e vassalagem com o império de Gaza, usando, estrategicamente, o comerciante português, Casaleiro d'Alegria, por acharem que gozava de alguma simpatia de Ngungunhane. Nesse sentido, a decisão de permitir o comerciante português de residir na corte (Almada, 2012a, p.18), pode entender-se que foi uma decisão errônea por parte do imperador. Já que o pai de Ngungunhane tivera um conflito com os portugueses, este podia ser um espião que poderia passar informações sensíveis, de segurança do império, ao governo português.

Ngungunhane aceitou o acordo que permitia aos portugueses circular livremente nos seus domínios e, ainda, aceitou ser soldado, coronel, do exército português (Almada, 2012a, p.18). Segundo Rocha (2006, p. 35), o acordo que os portugueses procuraram firmar com o rei de Gaza teve como objectivo dificultar o avanço dos Ingleses no sul de Moçambique, apesar de terem tido, em 1869 e 1875, respectivamente, tratados de paz, amizade e comércio, entre eles. Deste modo, Ngungunhane chegou a declarar-se, em 12 de outubro de 1885, vassalo do rei de Portugal e permitiu, a partir de 1886, a permanência, junto da sua residência, de um representante do Governo português, denominado residente-chefe, e, em 1889, Intendente Geral, quando Ngungunhane transferiu a sua capital de Mossurize, província de Manica, a norte do rio Save, para o baixo do Limpopo, na actual zona de Manjacaze. Analisando esse facto, é possível entender-se que este acordo foi uma evidente tentativa de os portugueses extinguirem o império de Gaza, já que os mesmos haviam assinado tratados nos dois lados, isto é, os portugueses assinaram tratados de boa vizinhança com os Ingleses e, no entanto, assinaram um outro tratado com o império de Gaza, de Gungunhana, para atacar os Ingleses e não permitir o avanço destes no território moçambicano. “Gungunhana, ao declarar-se vassalo do rei de Portugal, colocou nas mãos deste a posse das suas terras; e passou a considerar-se apenas o seu administrador, com direito ao usufruto. Por isso, a alguns ingleses e boers que lhe pediram concessões, respondeu que as fossem pedir ao rei” (Vilhena, 1996, p.146). Facto que demonstra, claramente, que Ngungunhane havia alienado as terras sob o seu domínio aos portugueses, deixando de ser rei das mesmas e passou a um estatuto de subalterno, ou seja, passou a ser um administrador dessas terras em representação do rei de

portugal. É nesse contexto, segundo Vilhena (1996, p. 148) citando o missionário e médico suíço Georges Liengme, que próximo à árvore, junto à casa de Ngungunhane, onde ele recebia, por vezes, pessoas ou visitas para questões de audiência, estava levantada num mastro a bandeira portuguesa, que um intérprete estava encarregue de içar todas as manhãs. Não só, quando a sua verdadeira mãe, Uzio, faleceu, “Gungunhana permitiu que fosse amortalhada na bandeira portuguesa, como ele declararia mais tarde desejar que lhe fosse feito” (*Ibid.*, p. 179).

Nesse fio de pensamento, percebe-se, em Almada (2012a), Rocha (2006) e Vilhena (1996), respectivamente, que Ngungunhane se afasta da parceria que o pai tentou ter com os ingleses para se defender dos portugueses e, agora, ele assina um acordo com os portugueses para se defender dos ingleses bem como, reprimir os povos nativos dominados que tentassem se insurgir contra ele, sem, no entanto, perceber que estava também a defender os interesses dos portugueses em relação aos Ingleses.

Segundo Rocha (2006),

Esta política de aproximação a Gaza era corroborada por Paiva de Andrade, o fundador da primeira Companhia de Moçambique, que traçava, em linhas gerais, o estado das relações em 1888, do seguinte modo “(...) há uma enorme região em que se obedece cegamente ao Gungunhana; quando chegarmos a alcançar que o Gungunhana nos obedeça cegamente, teremos a mais económica e eficaz das administrações provinciais, enquanto o país se não for colonizado com branco”. Andrade reconhecia ainda a colaboração e “o grande serviço político que (...) tem prestado Gungunhana a Portugal”, tendo em conta que era “o incontestável meio providencial da conservação da soberania portuguesa”. A Portugal restava então, na opinião de Paiva de Andrade, “... *ainda que não seja por gratidão, fazer o possível para polir este instrumento bárbaro, e só quando ele decididamente se não prestasse à modificação eliminá-lo*” (Rocha, 2006, p. 35-36, grifos do autor).

Como se pode entender em Rocha, no trecho acima, a zona sob o domínio do império de Gaza, que era tão extensa, os habitantes dominados prestavam vassalagem a Ngungunhane e temiam-no ao ponto de não ousarem afrontá-lo ou contradizer as suas decisões. E não prestavam essa vassalagem por livre e espontânea vontade, por Ngugunhane ser, simplesmente, “o soberano dos soberanos”, mas pelo facto de temerem pelas suas vidas que poderiam ser extintas por motivos fúteis ou por mal-entendidos por parte dele. É nesse contexto que Paiva de Andrade, citado por Rocha, afirma que os povos dessa zona obedeciam cegamente a Ngungunhane. Nesse sentido, os portugueses não precisavam entrar em confronto directo com os povos indígenas para conquistar as suas terras e os seus recursos, eles só precisavam de conquistar e domar aquele a quem os nativos obedeciam cegamente, que era o Ngungunhane, e este trabalhar para eles. Feito isso, a zona ficava sob o controle e domínio dos portugueses. Se Ngungunhane, a semelhança dos nativos dominados por ele, ousa-se afrontar ou desobedecer aos portugueses, por qualquer questão, devia ser eliminado

porque iria pôr em causa os interesses dos portugueses relacionados com a ocupação efectiva de Moçambique, antes que outras nações europeias ocupassem, como se notava nos intentos dos ingleses. Portanto, Ngungunhane, ao assinar um acordo com os portugueses e aceitar ser vassalo destes, logo, passava a ser um colono colonizado, isto é, ele passava a ser um “colono escravo” ao serviço dos portugueses, sem uma total autoridade sobre as terras que ele havia conquistado. Querendo se libertar, sem o consentimento dos “seus donos”, que eram os portugueses, devia ser eliminado porque constituiria um perigo. É isso que chamamos de tropeço que, também, foi o *modus operandi* de Muzila, pai de Ngungunhane, que atrás referenciamos. Esse tropeço de que estamos a dizer pode ser explicado pelos estudos historiográficos desenvolvidos na obra de Boahen (2010), quando fala dos *tratados de 1885 a 1902*, onde afirma o seguinte:

Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência na África por várias formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha de África no papel. Eram de dois tipos esses tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus. Os tratados afro-europeus [...] políticos, mediante os quais os dirigentes africanos ou eram levados a renunciar a sua soberania em troca de proteção, ou se comprometiam a não assinar nenhum tratado com outras nações europeias. Esses tratados estiveram muito em voga no período considerado (Boahen, 2010, p. 35).

Como se pode entender em Boahen, no trecho acima, os europeus já haviam assinado tratados entre eles, como “irmãos”, que não deviam se agredir e cada um deveria respeitar o espaço do outro mediante esses tratados. E para que esses tratados entre eles se concretizassem da melhor forma possível, definiram, nos tratados com os africanos, que estes últimos, uma vez assinado um tratado com um certo europeu, não poderiam assinar nenhum tratado com um outro europeu. Olhando para esses pressupostos dos tratados, Ngungunhane não cumpriu nenhum deles, nem de renúncia à soberania nem de não assinar acordos com outras nações europeias, como se pode atestar na secção que segue. No entanto, nessa forma de fazer acordos e descumprimento dos mesmos, Ngungunhane é descrito, no livro: *história de Moçambique*,

[...] como sendo “um político muito hábil” que negociou sabiamente com os agentes da British South Africa Company e do Governo Português que queriam, ambos, sua vassalagem. De acordo com o livro, devido as suas qualidades de governante, ele viu imediatamente a vantagem que poderia tirar dum conflito entre duas potencias estrangeiras interessadas em subjugar-lo (FRELIMO, 1971, p. 67) *apud* (Garcia, 2022, p. 5, grifos do autor).

Porém, o que se pode perceber, como uma das “vantagens” da relação com os portugueses, por exemplo, é que Ngungunhane desfrutava de produtos portugueses, como é o caso do vinho do

porto, nas suas fartas refeições, e não uma vantagem político-militar, como atesta Almada (2012a), ao dizer o seguinte: “Ngungunhane [...], tinha bom apetite e acompanhava a refeição com cerveja local ou vinho do Porto” (Almada, 2012a, p.12). E sobre esse facto, podemos, também, encontrar abordagens em Vilhena (1996, p. 146).

2.2.4. Ngungunhane, o açambarcador

Segundo Almada (2012a),

Ngungunhane era o único proprietário não só do solo como de todas as riquezas que existiam no seu império, quer mineiras quer de gado. Os povos subordinados não podiam possuir terras. [...].
Senhor de um vasto império, Ngungunhane [...], dedicava-se [...] a audiências, resolução de conflitos, aplicação da justiça, administração, etc. [...] visitar as terras e controlar as manadas. [...] (Almada, 2012a, p.12).

A citação acima ilustra claramente que o Ngungunhane era soberbo, egocêntrico e açambarcador notável, uma vez que era “o único proprietário não só do solo como de todas as riquezas que existiam no seu império, quer mineiras quer de gado”; era “o juiz” na resolução e aplicação da justiça, que muitas vezes resultava em penas de morte, caso os “crimes” cometidos fossem contra si ou seus próximos, ou seja, de pessoas leais a si ou de quem ele gostasse, sem olhar a razoabilidade dos factos (Khosa, 2000, p. 42). Esse posicionamento de Ngungunhane se assemelha a do rei Leão, já que o seu nome também significa isso, na fábula “o dia de festa”, da autoria de Maria Luísa Godinho e Lourenço do Rosário, onde ele “mandou avisar a todos os animais que a partir daquele dia ninguém mais poderia comer mangas nos seus domínios, a não ser ele próprio, porque era o rei. O coelho não gostou da atitude do rei e resolveu pregar-lhe uma partida” (Mendes; Pereira, 2006. p.10-11).

Como se pode perceber, na fábula, os animais são representações humanas. Assim sendo, o coelho representa o povo do reino, e não gostando do egocentrismo do rei Leão se insurgiu contra ele. É nesse fio de pensamento, que se pode perceber, que a luta de resistência contra a presença dos portugueses no solo moçambicano não começa com os angunes ou Ngungunhane mas sim, com os régulos nativos, dominados, e que se tornaram vassalos de Ngungunhane, os “Rongas”, como se pode atestar em Almada (2012a), na seguinte passagem:

Face à ocupação colonial, começaram os focos de resistência. Em Agosto de 1894, os Rongas da região de Lourenço Marques, nome colonial dado a Maputo, revoltam-se depois de repetidos abusos das autoridades coloniais. Os régulos Mahazule, Nwamatibyane e Amgundjuana reúnem milhares de guerreiros e durante mais de dois meses cercam Lourenço Marques, preparando o assalto à cidade. O grande poder das armas de fogo dos europeus é decisivo e mais de cem guerreiros morrem. (Almada, 2012a, p. 20).

Naturalmente, os portugueses cometiam vários abusos contra o povo do império de Gaza pelo facto do seu imperador ter assinado um acordo que lhes permitia andar livremente nas terras do império e, como não bastasse, ele já era coronel do exército português, como foi referido atrás. O que quer dizer que Ngungunhane já era português de “segunda linha” (Almada, 2012a, p. 18) e isso, logicamente, não agradou aos vários régulos vassalados de Ngungunhane porque, submeter-se aos abusos dos portugueses, seria uma dupla vassalagem. É nesse contexto de abusos que o régulo Nwamatibyane, mais conhecido por Zixaxa, citado por Almada, no trecho acima, lidera a insurgência contra a cidade de Lourenço Marques, “no dia 14 de Outubro de 1894” (Vilhena, 1996, p. 200) e “ataca os portugueses para vingar as afrontas ao avô, deportado para a ilha de Moçambique por alguns anos” (*Ibid.*, p. 165).

Na batalha de Marracuene (província de Maputo), conhecida como *Gwaza Muthine*, “decorrido a 2 de Fevereiro de 1895” (Cossa e Mataruca, s/d, p. 126), mais uma vez, são os mesmos régulos, atrás mencionados, que defrontam os portugueses. Derrotados, “os chefes Nwamatibyane e Amgundjuana refugiam-se em Gaza sob a proteção de Ngungunhane a quem prestam vassalagem” (Almada, 2012a, p. 21). É a partir deste episódio que começa o conflito entre Ngungunhane e os portugueses. Tentando testar o seu poder de imperador de Gaza, se esquecendo que já era português através do acordo assinado, que atrás nos referimos, Ngungunhane recusa a entregar aos portugueses, os régulos que se insurgiam constantemente contra eles (Almada, 2012a, p. 24).

Mais uma vez, notabiliza-se a mesma situação que outrora ocorrera com Muzila, pai de Ngungunhane, onde assinara um acordo com os portugueses e, chegado ao poder, não cumpre e se afasta dos portugueses, tendo procurado uma aliança com os ingleses (Garcia, 2008, p. 133). Agora, Ngungunhane volta assinar um acordo com os portugueses e se afasta dos ingleses, mas também não cumpre. Tenta voltar atrás, procurando o apoio dos ingleses. Naturalmente que não deu certo essa tentativa (Almada, 2012a, p. 24), como falamos anteriormente, ambos, portugueses e ingleses, são europeus, não haviam de se trair, atacando-se entre eles a favor de um africano, uma vez que haviam assinado tratados bilaterais de respeito mútuo (Boahen, 2010, p. 35). A partir dessas notas,

entende-se que Ngungunhane não procurou o apoio de um outro império africano nem dos vários régulos do seu vasto império, como, por exemplo, o Imperador Menelik, da Etiópia, que tinha uma estrutura administrativa e um exército bem organizado, moderno e bem armado. Este imperador etíope contava com o apoio do seu povo e do povo da Eritreia, facto que lhe concedeu uma vitória retumbante e esmagadora contra os invasores italianos e impôs respeito em relação às outras potências europeias bem como de outros povos africanos, como atesta o seguinte trecho:

Menelik comprou, principalmente na França e na Rússia, grandes quantidades de armas de fogo [...] já possuía, na ocasião, 82 mil fuzis e 28 canhões. [...]. A situação de Menelik era bastante boa. Podia contar com o apoio dos eritreus, [...]. Os eritreus prontificavam-se a guiar os grupos do imperador e informá-lo sobre os movimentos do inimigo. Os italianos, em contrapartida, enfrentavam a hostilidade da população e não dispunham sequer de mapas precisos, razão por que andavam constantemente perdidos numa região que lhes era praticamente desconhecida. Não bastasse isso, o exército de Menelik contava com efetivos bem maiores: mais 100 mil homens armados de fuzis modernos, sem contar os que portavam armas de fogo antigas e lanças (Boahen, 2010, p. 305).

Como se pode perceber nesse trecho, Menelik, imperador etíope, contava com o apoio do seu povo e povos vizinhos. Ele tinha um exército com equipamento à altura do inimigo, o que lhe permitiu vencer aos italianos e evitar a colonização das terras sob o seu domínio. E esse poderio, Ngungunhane não possuía. Como não bastasse, ele tinha semeado muito ódio no seio do povo sob o seu domínio que decidiram não o apoiar. É nesse sentido que na batalha de Coolela, sem o apoio dos régulos que lhe prestavam vassalagem, Ngungunhane ficou enfraquecido e os portugueses estavam decididos em aniquilá-lo (Almada, 2012a, p. 24).

Nessa batalha, ele não participou diretamente do combate, foi avisado da derrota em Chaimite onde se havia refugiado, para oferecer sacrifícios humanos, na campa do seu avô, Manicusse, e de outros ancestrais seus em troca de proteção divina (Almada, 2012a, p. 24-25) e daí, em diante, sem apoio dos régulos vassalos nativos, foi fugindo dos portugueses, mudando constantemente de residências. A questão de oferecer sacrifícios humanos também é reportada em Khosa (2000, p. 55), facto que demonstra que Ngungunhane era bastante supersticioso.

No tocante a mudança constante de residências, que foram três, Ngungunhane passou para a região do alto do rio Save porque receava ataques dos portugueses (Almada, 2012a, p. 9), e para “Manguanhana”, afluente do rio Chicomo, ele busca uma conexão económica com a região da sua ancestralidade, a África do Sul, por ser uma região de grande migração para as minas de ouro e diamante (*Ibid.*, p. 9-10). E a mudança para as proximidades do vale do Limpopo, criava uma

proximidade com a primeira capital do império de Gaza, Chaimite, (Almada, 2012a, p. 9-10), o ponto de início do reinado do primeiro imperador, seu avô Manicusse. Portanto, nota-se aqui um círculo vicioso de retorno as origens, África do Sul, caso a situação da rivalidade com os portugueses saísse do controle e ele perdesse totalmente o “terreno”.

Assim sendo, ele é capturado por Mouzinho de Albuquerque, em chaimite, o ponto de início do império de Gaza. E daí, no dia 13 de janeiro de 1896, é levado para Portugal (Almada, 2012a, p.27-28). Tendo chegado a Lisboa em 13 de março de 1896 onde permaneceu, por algum tempo, em Monsanto, em junho do mesmo ano, foi transferido para os Açores onde teria ficado, na ilha Terceira, até à sua morte, em 23 de dezembro de 1906 (Bretes, 1989, p. 76).

Os restos mortais de Ngungunhane, a pedido do governo moçambicano ao governo português, são devolvidos a Moçambique, independente, em 1985 e recebidos numa cerimónia solene, concedida só a heróis nacionais. Neste momento, repousam na fortaleza de Maputo (Almada, 2012a, p. 30). No entanto, Mia Couto, nas palavras introdutórias de *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, diz que “Existem versões que sugerem que não foram encontradas as ossadas do imperador que voltaram dentro da urna. Foram torrões de areia. Do grande adversário de Portugal restam areias recolhidas em solo português” (Couto, 2016, p. I). É neste ponto onde encontramos a ideia do questionamento dessa heroicidade, nos romances do nosso estudo, uma vez que, tudo quanto foi arrolando em Almada (2012), Vilhena (1996), Rocha (2006), Garcia (2022), entre outros, não se notabiliza nenhuma heroicidade em Ngungunhane. Nesse sentido, recorremos a ideia de Anderson (2007, p. 205) que, ao falar do romance histórico, diz o seguinte: “[...] o romance histórico foi, quase por definição, o mais consistentemente político”. E, ao citar os romances de Scoott, Anderson diz que, para além de se ter uma visão do passado que respeita os perdedores, há necessidade resgatar a história dos reais vencedores (Anderson, 2007, p. 206).

Logo, o romance histórico de Lukács, citado por nós, se revela como uma forma estética realista que aproxima a realidade e a obra de arte, no tocante à história.

CAPÍTULO III

A HERANÇA DO IMPÉRIO DE GAZA E DE SEU ÚLTIMO IMPERADOR: O SIGNIFICADO DA FIGURA DE NGUNGUNHANE NO PASSADO E NO PRESENTE DE MOÇAMBIQUE

Não temos escolha: perante uma realidade asfixiante, a salvação parece estar em nos alimentarmos da ficção ou em vivermos na ficção (Lobo e Manjate, 2022, p. 57).

Neste capítulo, pretendemos trazer o sentido que é atribuído ao Império de Gaza e ao seu Imperador, Ngungunhane, no presente, pelos moçambicanos, como resultado da interação destes com o referido Império em tempo pretérito. Nesse fio de pensamento, percebe-se que, para os moçambicanos, o presente é visto, a nível político e cultural, como uma continuidade ou um reviver do império de Gaza. Esse sentimento ou essa visão pode ser aferida a partir das descrições históricas que se seguem.

3.1. A nível político

A sucessão dos presidentes que vieram a dirigir os moçambicanos, nos finais do século XX e início do século XXI, possui uma notabilidade na relação de lugar de nascimento com o espaço que outrora fora o centro e a capital do império de Gaza, facto que, ainda como memória longínqua, mostra a representatividade simbólica do poder que esse império teve. Essa sucessão inicia, com a fundação da Frente de Libertação de Moçambique, em 1962, sob direção de “Eduardo Chivambo Mondlane, nascido a 20 de Junho de 1920, no Distrito de Manjacaze, província de Gaza, no sul de Moçambique” (Almada, 2012b, p. 3); [...] “filho de um chefe de um clã de uma aldeia no sul de Moçambique” (*Ibid.*, p.18). Mondlane viria a se tornar no “arquitecto da unidade nacional”, pelo facto de ter unido os três movimentos, em um só, que resistiam contra a ocupação colonial portuguesa de forma dispersa. “[...] unindo vários partidos – os três principais eram MANU, UDENAMO e UNAMI – e tendências, surgiu, no dia 25 de Junho de 1962, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Eduardo foi eleito presidente, com os votos de quase todos os delegados ao encontro”. (Almada, 2012b, p. 24).

Após a morte de Eduardo Chivambo Mondlane, a 3 de fevereiro de 1969, sucedeu ao “trono”⁷, Samora Moisés Machel, em pleno período de guerra de libertação nacional, que teve o seu início a 25 de Setembro de 1964 e término a 7 de Setembro de 1974 com os acordos de Lusaka, na Zâmbia. Samora, também, nasceu em Gaza, numa aldeia chamada Chilembene, no dia 29 de setembro de 1933 (Almada, 2011, p. 3). Ele conduziu a luta até a independência nacional, que teve a sua confirmação no dia 25 de Junho de 1975, tendo se tornado, deste modo, no primeiro presidente de Moçambique independente (Almada, 2012b, p.29).

Após a morte de Samora Moisés Machel, a 19 de outubro de 1986, por um acidente aéreo, nas terras Sul-africanas de Mbuzini, (Almada, 2011, p. 28), sucede ao “trono”, Joaquim Alberto Chissano, também nascido em Gaza, no distrito de Malehice, que liderou o país de 1986 até 2005 (Wikipedia, 04 Abr. 2025a). Este, já no contexto multipartidário e democrático, é substituído por Armando Emílio Guebuza, nascido em Murrupula, província de Nampula, no Norte de Moçambique, a 20 de janeiro de 1943 (Wikipedia, 04 Abr. 2025b). No entanto, este presidente que dirigiu os destinos de Moçambique entre 2005 e 2015, apesar de ter nascido no Norte de Moçambique, é descendente de Gaza, já que a mãe, Marta André Bocota Guebuza, nasceu em Chongoene, distrito de Xai-Xai, província de Gaza (Folhademaputo, 04/04/2025).

Portanto, a partir de Ngungunhane, sucedem-se alguns destes presidentes e outras personalidades de destaque, nascidos em Gaza, como heróis nacionais. Ora vejamos, “O dia 3 de Fevereiro, dia da morte de Eduardo Chivambo Mondlane, é celebrado em Moçambique como o dia dos heróis moçambicanos. É feriado nacional” (Almada, 2012b, p. 28). Segundo Almada (2011, p. 30), em 2011, ano em que se completou 25 anos do desaparecimento físico do presidente Marechal Samora Moisés Machel, o governo de Moçambique consagrou essa data como Ano Samora Machel. Em sua homenagem, foram edificadas vários monumentos.

Como se pode entender nas informações arroladas por Almada, Wikipedia, folha de Maputo, as personalidades que são destacadas como as que lideraram a luta de libertação de Moçambique e que presidiram o país, logo após a independência do jugo colonial português, são provenientes ou descendentes da província de Gaza, a antiga capital do império de Gaza, que se tornou o símbolo de heroicidade e de nobreza, em Moçambique. Em relação a isso, Rocha (2006) diz o seguinte:

⁷O Terno “trono”, não deve ser percebido a pé de letra porque ele se refere a reis ou monarquias, o que não é o caso. Usámo-lo pelo facto de existir um encaixe de lugar de nascimento dos presidentes no espaço que outrora fora a capital do império de Gaza. Dai que deve ser percebido como a sucessão à presidência.

Gaza era fundamentalmente um Estado Guerreiro, e tinha uma organização hierárquica rígida muito ligada à ascendência nguni, as famílias originárias de Ndwandwe. Estes consideravam-se uma aristocracia distinta das populações submetidas e constituíam, por isso, o estrato dirigente. Alguns dos grupos submetidos tinham um estatuto especial, devido porventura a uma associação mais antiga com a aristocracia de Gaza ou uma maior assimilação cultural; nesta situação se encontravam as populações do vale do rio Limpopo, que se incluíam no grupo dos “mabuyndlela”, até aos dias de hoje mais conhecidos por “Changanes”, etnónimo que deriva do nome do fundador de Gaza (Rocha, 2006, p. 28-29).

Percebe-se, na fala de Almada, que há uma aparente continuidade do império de Gaza, no presente momento histórico do povo moçambicano, que domina o país. Nesse contexto, Rocha (2006), no extrato acima, vem elucidar que esta aparente continuidade do império advém do fato do povo Changane ter uma estreita ligação com Sochangana, avô de Ngungunhane, que foi o fundador do império de Gaza, fato que ditou um estatuto de nobreza distinta, tal qual foi no passado, onde saía o estrato dirigente do império. Ainda, na fala de Rocha, entende-se que os povos dominados e que assimilaram, profundamente, a cultura dos nguni, particularmente os da região sul de Moçambique, onde vigorou, fortemente, o império de Gaza, também, se tornaram distintos e com um estatuto especial em relação aos povos de outras regiões onde o império não se fez sentir com grande intensidade. É nesse contexto que, segundo Ribeiro (2005, p. 2), os processos de heroificação colocados em prática em Moçambique, no contexto das políticas de identidade e da construção da nação por parte do Estado, se centraram nos discursos produzidos pelas lideranças nacionais e outros agentes do Estado, num processo de apropriação e incorporação desiguais dos heróis por parte das populações moçambicanas. Essa apropriação e incorporação desigual, frisado aqui por Ribeiro (2005), pode ser entendido que a escolha, a indicação ou “eleição” de uma certa personalidade para a figura de herói nacional, em Moçambique, no pretérito tempo, teve uma relação de “associação mais antiga com a aristocracia de Gaza ou uma maior assimilação cultural”, como assegura Rocha (2006), dos líderes da nação moçambicana, logo após a independência do país, sem, no entanto, olhar-se para o país como um todo, ou seja, como todos os líderes da nação moçambicana nasceram ou são descendentes de Gaza, conseqüentemente, os heróis idolatrados são, também, da província de Gaza ou têm uma relação de parentesco com descendentes de Gaza, como é o caso, por exemplo, de Josina Machel, nascida em Vilanculos, província de Inhambane, sul de Moçambique, (Wikipedia, 04 Abr. 2025c) e esposa do presidente Marechal Samora Moisés Machel, foi considerada mulher emblemática do destacamento feminino. O dia da sua morte, “7 de

Abril de 1971”, é considerado como o dia da mulher moçambicana, “pela entrega, dedicação e sacrifício [...] em prol da luta pela independência nacional”. Nesse sentido, é feriado nacional (Almada, 2011, p. 16).

No entanto, segundo Barbosa (2019) citado por Garcia (2022), a justificativa que se dá para o construto da ideologia da escolha dos heróis nacionais, particularmente para a escolha de Ngungunhane, prende-se com os seguintes factos:

quando Samora Machel sobe ao poder, com o agora partido político FRELIMO e se torna presidente da República de Moçambique precisou lidar com um complexo cenário. Apesar do conflito armado ter cessado, isso não significava um território pacífico, sem conflitos. Além disso, era um território dotado de diversificadas etnias, o que dificultava os planos para a construção de um Estado-Nação moçambicana com um sentimento de identidade nacional. Para obter tal objetivo, ele lança um projeto de construção nacional que contava com diferentes ações, dentre elas difundir o “Homem Novo” e a mitificação de heróis nacionais (Barbosa, 2019 *apud* Garcia, 2022, p. 3-4).

Entende-se em Barbosa, no extrato acima, que o processo de construção do Estado-Nação moçambicana foi complexo. Primeiro, foi necessário conscientizar o povo no sacrifício empreendido pelos ancestrais dos moçambicanos e que, também, se estava a empreender pela nova geração para a libertação, total e completa, da terra e do homem do império colonial português. Esses ancestrais incluem os angunes, de que Ngungunhane é descendente, como parte da diversidade étnica moçambicana, por serem africanos, negros e que viviam no território moçambicano, há bastante tempo, lutando contra o regime colonial e imperialista português, europeu e de brancos, o mesmo inimigo que se pretendia expulsar, definitivamente, pela Frente de libertação de Moçambique, constituída pela nova geração de moçambicanos (Garcia, 2022, p. 5). Alcançado esse intento, com a sensação das hostilidades armadas com os portugueses, percebe-se que ainda persistiam alguns focos de moçambicanos pró-portugueses ou de moçambicanos que gostariam que a sua tribo tivesse uma representatividade no governo ou na presidência da nova república que nascia, ou seja, que a sua tribo não fosse excluída na tomada de decisões para os destinos do Estado-Nação em construção. É nesse contexto que Barbosa, nesse trecho, diz: “apesar do conflito armado ter cessado, isso não significava um território pacífico, sem conflitos”.

Samora Machel, no poder, como presidente de Moçambique independente, teve que enfrentar tais desafios e ter que tomar certos posicionamentos ou decisões no sentido de trazer os moçambicanos à razão e a necessidade da unicidade; uma vez que

[...], fragmentado em mais de vinte grandes grupos etnoculturais distintos (e suas infinidades de subgrupos), Moçambique contava com uma diversidade enorme de formações sociais distintas, de gnosiologias e cosmologias díspares, de formas de ser e de estar no mundo que tinham como única confluência o abalo causado pela opressão colonial etnocêntrica de Portugal – justamente neste espaço de fraturas sociais é que seria preciso construir um sentimento de nacionalidade novo que agregasse a todos os grupos numa nova (e única) identidade (Souza, 2018, p. 47).

Percorrendo os dizeres de Souza, no trecho acima, e associando aos de Barbosa, citado atrás por Garcia (2022), o projeto do “homem novo”, lançado por Samora Machel, visava despír o moçambicano, da nova era, do embasamento tribal, regional e do consequente questionamento sobre o império de Gaza, se foi ou não um outro regime colonizador do povo moçambicano. Esse “Homem Novo” devia descartar a ideia de que os angunes foram e são inimigos do povo moçambicano, como pretexto de combater os descendentes dessa tribo e os resíduos do seu império, porque no pretérito tempo da existência do império de Gaza, existiam tantas tribos, de acordo com os grupos étnicos específicos, que constituíam pequenos impérios liderados, também, por pequenos reis designados por régulos. Não só, para vincar essa ideia de “homem novo”, percebe-se que foi necessário mostrar aos moçambicanos que os africanos eram e são irmãos e que sofreram e sofrem a mesma invasão e perturbação protagonizadas pelos europeus, que criaram fronteiras, a seu gosto, separando famílias e membros da mesma tribo. Daí, a necessidade da unificação dos moçambicanos sem nenhum preconceito.

O pensamento sobre o império de Gaza como colono, excluindo os outros, pequenos, relacionados com os grupos étnicos distintos, colocaria em causa a unicidade dos moçambicanos e, isso, significaria um acto de “tribalismo” (Souza, 2018, p. 48). Daí a mitificação de Ngungunhane e outros descendentes de Gaza como heróis nacionais de que Barbosa referencia no trecho em análise, ou seja, para Samora Machel e outros líderes que se seguiram a ele, Ngungunhane não foi um colono. O império de Gaza, como o próprio nome diz: “Gaza”, província de Moçambique, foi um império moçambicano tanto quanto os outros que existiram em pequenas dimensões. Nesse sentido, segundo FRELIMO (1978, p. 11 *apud* Garcia, 2022, p. 4-5), a ideia era unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requerendo que na consciência destes morresse a tribo para que nascesse a Nação. Como parte da construção dessa identidade nacional, a FRELIMO lança o livro “História de Moçambique” para contar a história na versão dos moçambicanos e não dos portugueses e para tal, necessitou o resgate dos heróis e dos mitos que edificaram a nação moçambicana.

Segundo Garcia (2022, p. 4-5), nesse livro, que conta a história de Moçambique na versão dos moçambicanos, no seu Capítulo VIII, que tem o nome de “As Guerras de Resistências”, a figura de Ngungunyane é recuperada. Esse livro escrito a partir de 1971 e outros textos produzidos e publicados, de forma contínua, serviram para a conscientização e mobilização do povo moçambicano em relação ao projecto do “Homem Novo” e a mitificação de heróis nacionais. Nesse sentido, a educação, ou seja, a escola foi o centro da difusão para a população moçambicana, do referido livro histórico e dos textos dos ideais e princípios do “Homem Novo”, que eram, ao mesmo tempo, “as ideologias políticas da FRELIMO” (Barbosa, 2019 *apud* Garcia, 2022, p. 4).

“Na coleção de textos, quase todos de Samora Machel, denominados “Estudos e Orientações”, divulgados pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP) e também pelo Departamento de Trabalho Ideológico (DTI), estão definidos tais princípios em diferentes edições” (Colin Darch, 2010 *apud* Garcia, 2022, p. 4, grifos do autor). De acordo com as notas apontadas por Colin Darch, pode-se entender que a elevação de Ngungunhane a categoria de herói nacional constituiu uma imposição das lideranças do país que vai desaguar, como um eco, nos trabalhos dos historiadores, dos escritores e dos intelectuais nacionalistas que eliminaram os aspectos mais negativos e brutais de Ngungunhane, sobrevalorizando as virtudes da sua personalidade, tais como: a “coragem”, a “inteligência” e a “liderança” (Ribeiro, 2005, p. 8). Segundo Colosovski (2016),

Omite-se, também, o fato de que Ngungunhane nunca lutara contra os portugueses por Moçambique, mas sim pela manutenção do poder dos nguni sobre os territórios e as populações bantu do Reino de Gaza, da mesma maneira como o fizeram os *inkosi* anteriores, Muzila, Mawewe, e Manicussi (Colosovski, 2016, p. 175).

Nessa onda de eliminação de aspectos negativos e omissões sobre a personalidade de Ngungunhane, tenta-se, ao mesmo tempo, fazer-se uma conexão entre Ngungunhane e Eduardo Chivambo Mondlane, visto como o indivíduo que uniu o povo moçambicano, na sua diversidade étnica, para a luta de libertação do homem e da terra do jugo colonial português, considerando este último, já que nascera em Manjacaze, como sucessor de Ngungunhane, uma vez que Mondlane frisara, em seu livro, que, devido a fraqueza dos laços tribais “João Albasini escrevia no *Jornal O Africano* que o último imperador de Gaza tinha sido o responsável pela unificação do sul de Moçambique, antes de ele ter caído sob o domínio dos portugueses” (Mondlane 1995 [1969], p. 89-90 *apud* Ribeiro, 2005, p. 8). Isso, para dizer que o processo de unificação do povo moçambicano para a luta de libertação nacional, contra os portugueses, teria sido iniciado por

Ngungunhane e consolidado por Eduardo Chivambo Mondlane. Daí, tanto Ngungunhane quanto Eduardo Chivambo Mondlane terem sido considerados heróis nacionais, como se Mondlane tivesse encarnado Ngungunhane, tornando-se sucessor deste imperador; acentuando-se, nesse contexto, Manjacaze ou Mandlakazi, em particular, outrora capital do império de Gaza, e de nascimento de Eduardo Chivambo Modlane, e a província de Gaza, no geral, como a terra dos heróis (Ribeiro, 2005, p. 4).

A captura de Ngungunhane pelo exército português, visto pelos portugueses como “o fim de qualquer probabilidade de uma rebelião séria ao sul do save” (Albuquerque, 1896, p. 25 *apud* Ribeiro, 2005, p. 7) e todas as humilhações sofridas por Ngungunhane, através de cânticos e de um desfile de exibição da sua pessoa, após a chegada do “rei preto” no Minho, nos Açores, em Portugal (Giacometti, 1981, p. 60 *Apud* Ribeiro, 2005, p. 7), teriam sido assumidas, pelo estado moçambicano, como símbolo maior da luta contra os portugueses e Ngungunhane transformado, pela elite dos militantes e dirigentes políticos nacionalistas, descendentes de Gaza, no mais antigo herói nacional (Ribeiro, 2005, p. 7), ignorando-se todos os aspectos danosos do passado que revelam que Ngungunhane, “como chefe feudal, como rei, oprimiu o seu povo (...) tinha escravos, impunha ritos religiosos desumanos e cruéis” (*Tempo*, nº 413 de 3 /9/ 1978 *apud* Ribeiro, 2005, p. 9). Ignora-se, também, que os povos das etnias indígenas, de Gaza e Inhambane, como os machopes bem como os “khambanes”, ancestrais de Eduardo Chivambo Mondlane, lutaram ferozmente contra os angones, etnia a que pertence Ngungunhane, ao ponto de se aliarem aos portugueses para acabarem com ele e o seu império colonial (Liesegang, 1986, p. 46-48 e Serra, 2000, p. 91, *apud* Ribeiro, 2005, p. 5).

Como se pode perceber em Ribeiro (2005, p. 10), nas anotações arroladas atrás, a heroicidade de Ngungunhane teria sido “fabricado” pelos dirigentes do Estado moçambicano; portanto, não é consensual, diferentemente a de Eduardo Mondlane (*Ibid.*, p. 11). Como consequência desse contrassenso, no ano seguinte após a morte do presidente Marechal Samora Moisés Machel, Manjacaze, antiga capital do império de Gaza, foi severamente fustigada pelas incursões das forças da Renamo, durante a guerra civil. O maior dos massacres, que perdura na memória do povo de Manjacaze, engendrado pela Renamo foi do dia 10 de Agosto de 1987 com um saldo de 92 vítimas mortais enterradas em uma vala comum, facto que é recordado anualmente (*Tempo* de 23/08/ 1987, *apud* Ribeiro, 2005, p. 6). Coincidentemente ou não, em termos literários, Ungulani Ba Ka Khosa lança, em 1987, o romance histórico *Ualalapi*, mostrando, inequivocamente, o seu posicionamento

em relação ao Império de Gaza e o seu imperador Ngungunhane, já que no pretérito tempo, logo após a independência, a arte estava alinhada e comprometida com a ideologia política da FRELIMO e as poeticidades “operavam não com transparência da história, mas sim, com os sentidos submersos, presentes, de modo latente, nos diferentes imaginários das várias etnias que constituem o multifacetado corpo cultural moçambicano” (Secco, 2021, p. 280). O posicionamento inequívoco de Ba Ka Khosa, em *Ualalapi*, demonstra, como afirma Secco (2021, p. 280), ao falar dos pintores e poetas moçambicanos, o despertar da consciência do povo sobre o “sonambulismo e da mutilação causados pela guerra, [...]” restaurando “os sentimentos individuais do povo, massacrado pelo colonialismo e pelas palavras-de-ordem da Revolução”. Esse posicionamento de Ba Ka Khosa é clarividente na ilustração do seguinte trecho:

- Estou com medo, Ualalapi. Estou com medo. Vejo muito sangue que vem dos nossos avôs que entraram nestas terras matando e os seus filhos e netos mantêm-se nela matando também. Sangue, Ualalapi, sangue! Vivemos do sangue destes inocentes. Porquê, Ualalapi?...

- É necessário, mulher. Nós somos um povo eleito pelos espíritos para espalhar a ordem por estas terras. E é por isso que caminhamos de vitória em vitória (Khosa, 1987, p. 32, *apud* Ribeiro, 2005, p. 8).

Nesse trecho, é evidente perceber-se que os avôs de *Ualalapi* (chefe guerreiro nguni) e da sua mulher, que são frisados na conversa, são aqueles que foram liderados por Sochangana, e os filhos desses avôs foram liderados por Muzila e por fim, os netos que se mantiveram matando nessas terras (moçambicanas) são aqueles que foram liderados por Ngungunhane, o herói de que estamos a falar. E os inocentes dos quais o sangue fora derramado, por décadas, são os moçambicanos que nunca aceitaram a invasão, a opressão e a colonização imposta pelos Angunes.

Segundo Souza (2018, p. 45), “o ano de 1987 em Moçambique parece consistir, justamente, em um divisor de águas que encerrava um grande período da história do país [...]”. *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa, vem quebrar um conjunto de ideias revolucionárias, impostas pelas lideranças do país, que condicionavam, na época, o pensamento do povo, onde todo aquele que tivesse ideias “opostas aos alinhamentos políticos” (Souza, 2018, p. 46) “[...] sujeitar-se-ia às penas impostas, sejam elas a autocensura que atuaria em sua consciência gerando sua confissão de “inimigo”, ou até sua estadia na “reeducação”” (Souza, 2018, p. 50-51, grifos do autor), lugar este onde o escritor esteve, em 1978, na província do Niassa, diante do lado “mais coercitivo do estado”, não como condenado mas como professor (Souza, 2018, p. 136). Nesse lugar, também já foram

reeducados intelectuais e artistas de renome, como é o caso, por exemplo, do “pintor Malangatana Ngwenya” (Souza, 2018, p. 131), “[...] o que foi e, de certa forma, ainda é motivo de arranhões e ressentimentos entre coetâneos que divergem dos pontos mais sensíveis da política praticada nos primeiros anos pós-independência” (Franzin, 2021, p. 55). No ano de 1987, Ungulani Ba Ka Khosa⁸ cria, pela primeira vez, fissuras na retórica revolucionária a que grande parte dos intelectuais moçambicanos esteve adaptada, inscrevendo-se “para sempre na literatura moçambicana por ter carregado atrás de si um rastro de polêmicas” (Souza, 2018, p. 136).

Portanto, um posicionamento claro que visava, também, no que se pode perceber, alinhar e adequar a figura de Ngungunhane às palavras da velha canção revolucionária: “não vamos esquecer o tempo que passou” (Coelho, 2015, p. 157), uma vez as memórias públicas que forneceram a “matéria-prima” do futuro, após a independência nacional, não vieram das experiências do resto do país, mas sim, de um grupo de pessoas que entrou nas cidades, veio a desempenhar cargos de relevo nas estruturas da FRELIMO e do Estado e, daí, conquistou uma voz capaz de contar a história (Coelho, 2015, p. 157-159). Essa “[...] acentuada redução no número de vozes capazes de contar a história está inquestionavelmente por detrás da grande coesão da FRELIMO, uma coesão que foi reforçada pela disciplina militarizada que então vigorava” (Coelho, 2015, p. 159), facto que inviabilizou o espaço da história, dos seus métodos e debate, ou seja, a historiografia, muito raramente, criou ou defendeu o seu próprio campo, distinto do campo político (ibid. 2015, p. 161). Coelho, sublinha que

Recentemente algo de realmente inesperado começou a acontecer. Muitos antigos combatentes, muitas testemunhas começaram a publicar *livros de memórias*. Primeiro um ou dois, e depois muito mais, alguns tentando experiências quase-ficcionais, outros anunciando memórias ou “verdades”. Que pensar de tudo isto? Em primeiro lugar, que se trata de um fenómeno que pode ser entendido a partir de mais que um ângulo. [...] há elementos-chave que começam a ser questionados, como foi o caso das dúvidas recentemente colocadas (e provenientes *do interior*, de uma testemunha), sobre quem disparou o primeiro tiro contra o colonialismo, desencadeando um debate sobre um dos elementos mais simbólicos e nucleares da fábula, elemento que seria impensável desafiar alguns anos atrás (Coelho, 2015, p. 162-163).

⁸ Francisco Esaú Cossa nasceu em 1957 na cidade de Inhamitanga, na província de Sofala. [...]. Com onze anos, em 1968, se submeteu a um ritual iniciático em que recebeu o nome de um seu tio-avô, Ungulani Ba Ka Khosa Banhinhgue (que, segundo ele, significa “diminuem os khosas, que são muitos”), do qual ele extrairia o nome que assinaria a partir do momento em que se tornasse escritor (Souza, 2021, p. 136, grifos do autor).

É nesse sentido que Coelho (2015, p. 156-157) considera a história de Moçambique como sendo uma fábula de natureza oral, uma vez que ela se baseia, sempre, em palavras proferidas verbalmente e não em palavras escritas através de um método, apropriado, de investigação historiográfico; não só, mas também, por ser “intrinsecamente dotada de um fundo moral imanente” (Souza, 2018, p. 134). Os únicos elementos historiográficos, de grande relevância, registados são aqueles que provêm dos discursos escritos, isolados, do presidente Marechal Samora Moisés Machel proferidos em datas comemorativas, como, por exemplo, o dia da independência nacional, o dia dos heróis moçambicanos, o dia dos acordos de Lusaka, o dia do início da luta armada de libertação nacional, o dia da mulher moçambicana, o dia da batalha de *Gwaza Muthine*, comemorada na vila de Marracuene (Cossa e Mataruca, s/d, p. 126), a data da fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e os respectivos congressos realizados, entre outras comemorações e festividades de âmbito nacional, difundidas pela FRELIMO e pelos canais de informação e propaganda do Estado bem como, pelos jornais. De acordo com Coelho (2015, p. 157), nunca existiu e não existe uma história oficial escrita sobre os actos heróicos da luta de libertação nacional que não fosse dessa maneira que acabamos de descrever. Esta ideia de não existir uma história moçambicana, escrita de acordo com as regras da historiografia, é comungada por Secco (2021). Esta escritora, ao fazer a análise das obras *Choriro*, de Ba Ka Khosa, e *O outro pé da sereia*, de Mia Couto, demonstra ou dá entender que Angola assim como Moçambique têm as suas histórias, de construção do Estado-nação, fragmentadas, ou seja, o poder político vigente, no tempo pretérito, selecionou o que era do seu interesse e passou para o consumo das massas populares como sendo a verdade absoluta, como atesta a seguinte passagem:

[...] estas nações carecem, ainda, da publicação de uma “grande história” própria, redigida por angolanos e moçambicanos. Por intermédio da ficção, muitos dos atuais escritores desses países procuram reescrever suas nações respectivas, efetuando uma revisão crítica do outrora, da história narrada [...], de modo a serem ouvidas vozes que foram abafadas durante séculos (Secco, 2021, p. 154).

Voltando para Coelho (2015, p. 157), este escritor acrescenta mais, afirmando que a história moçambicana, sendo uma fábula de natureza oral, o que nos faz entender que seja uma ficção, cria espaço para que ela seja mais flexível, permitindo que os narradores adaptem-na para que se adeque aos contextos das mudanças do país; fato que nos leva a uma velha máxima que diz: “quem conta um conto acrescenta um ponto”.

Portanto, a ideia de que os processos de heroificação colocados em prática pelas lideranças do Estado moçambicano, no tempo pretérito, sem olhar-se para o país como um todo, referenciado, atrás, por Ribeiro (2005) é comungada por vários autores ou escritores. Por exemplo, o escritor Mia Couto, do qual a sua obra é alvo do nosso estudo, não se distancia dessa ideia aquando de uma entrevista concedida à professora, ensaísta e pesquisadora brasileira Carmen Lúcia Tindó Secco. Nessa entrevista,

Quando lhe perguntaram se Moçambique conseguira forjar uma identidade nacional, Mia Couto respondeu:

Sim e não. [...] Este caminho, claro, não começou em 25 de junho de 1975, já começou antes, [...] o material do passado foi forjado e é importante, agora, para construir um futuro. [...] A ideia de que havia nações plurais, de que havia uma diversidade cultural é importante e é preciso retomar, de alguma maneira, mas, por outro lado, é preciso fazer esquecer, por exemplo, os heróis que são sempre uma espécie de mitos fundadores da nação; esses heróis, no nosso caso, são heróis muito regionalizados, são heróis que nunca personificaram essa ideia de construtores de uma nação, estava longe deles essa ideia de fazer Moçambique...Então, é preciso esquecer isso e [...] retrabalhar o passado de modo que esse seja o primeiro chão a partir do qual nós criamos um sentimento de sermos nação. Está aqui uma obra muito complicada que é, assim, uma obra de apagamento e uma obra de ressurgimento daquilo que são reescritas desse passado, dos mitos que nos interessa manter (Secco, 2021, p. 142).

Nesse sentido, “[...] uma vez que o passado foi vivido por todos nós ou os nossos ancestrais, ele não tem terratenentes. O passado é uma terra sem tenentes” (Coelho, 2015, p. 164). Então, todos esses aspectos arrolados por vários autores, aqui apresentados, focam na necessidade, urgente, dos historiadores moçambicanos contarem a história, na tal versão dos moçambicanos apontada por Garcia (2022), atrás mencionado; defendendo o seu campo próprio, distinto do campo político; criando debates e seguindo métodos específicos da historiografia para que a história de Moçambique seja coesa, coerente e sólida. Feito nesses moldes, não haverá espaço para uma imensidão de dúvidas e especulações, onde cada um, ao contar a história de Moçambique, “acrescenta ou retira um ponto”, como foi o caso relacionado com o disparo do primeiro tiro que deu o início a luta armada de libertação nacional contra a ocupação colonial portuguesa, que atrás mencionamos. No entanto,

Há que ter em conta que, sempre que os caminhos para chegar à substância do passado estão fechados, surge inevitavelmente um novo e precioso instrumento chamado imaginação. Na arte, tal como nas ciências sociais e humanidades, a imaginação é um instrumento fundamental para preencher o vazio criado pela negação da experiência (Coelho, 2015, p. 164).

De acordo com Coelho, no trecho acima, pode-se entender que ele faz um apelo para que as lideranças políticas permitam o acesso às informações para que a história seja estruturada, organizada e sistematizada pelos historiadores para que ela não continue sendo uma “fábula” ou ficção onde a arte da imaginação, no caso específico da literatura, preencha o que não se teve acesso, confrontando aquilo que é a retórica oficial por se considerar como uma inverdade ou algo contado de forma parcial (salteando certas informações, factos e episódios), pelo facto de estar fragmentada. Como ele próprio sublinha, ao afirmar o seguinte: “[...] o presente é demasiado largo, demasiado complexo e demasiado precioso para permanecer refém de uma interpretação fechada e rígida do passado (Coelho, 2015, p. 163). E é na arte da imaginação que Mia Couto, segundo Cavaca (2006, p. 4), lançou as suas crónicas em diversos jornais moçambicanos, em particular no jornal *Notícias* “como brechas criadoras ao nível linguístico, temático e mesmo conceptual. E o público moçambicano sente-se compelido a participar nas reflexões que lhe são propostas, de tal forma que não raro esgota a tiragem do jornal”. Não só, “Mia Couto publica em 1983 o seu primeiro livro, *Raiz de orvalho*, como uma espécie de contestação contra o domínio absoluto da poesia militante, panfletária” (Coelho, 2015, p. 4), designada como sendo a “poesia de combate” ou poesia revolucionária que “[...] teve como objectivo contribuir sistematicamente com o ideário revolucionário frelimista, [...]” (Franzin, 2021, p. 51). Nesse sentido, essa poesia determinava a orientação dos moçambicanos para uma interpretação fechada e rígida do passado, como afirma Coelho (2015), não dando espaço para outras formas de ver e pensar sobre a história pretérita, muito menos ter-se acesso a informações cruciais e importantes desse passado porque eram consideradas sigilosas ou pertencentes aos “segredos de Estado”. Entre tantas orientações emanadas pela FRELIMO, a partir das comissões que debateram o assunto da “actividade cultural moçambicana”, para a “literatura de combate”, a “arte do guerrilheiro-poeta” (Franzin, 2021, p. 52), a poesia revolucionária, já que todas essas denominações se encaixam na poesia de combate, se destacam as seguintes:

[...] é necessário que os nossos poemas tenham realmente uma forma poética, além de serem portadores dum fundo político.

Na poesia moçambicana, devemos realçar os seguintes pontos: [...]

Fonte de inspiração – os nossos poetas devem inspirar-se nas nossas actividades da luta de libertação do nosso povo, assim como as várias situações de vida do nosso país, o sentimento de solidariedade internacional, etc [...]

Na época actual – para o poeta ser autêntico ele deve estar engajado na luta de libertação nacional e assumir a linha ideológica da FRELIMO (Bastos, 2006, p. 129 *apud* Franzin, 2021, p. 52).

Portanto, ninguém podia pensar de forma diferente, fora dessas orientações, uma vez que eram essas as premissas ou directrizes que buscavam credibilizar a autenticidade da poeticidade do autor, que se resumiam em: “assumir”, queira ou não “a linha ideológica da FRELIMO”. O poeta devia ter a plena consciência de que tais premissas devem ser materializadas, em texto, a partir de temas de exaltação revolucionária e com um cunho político de persuasão das massas populares, elucidando-as que a FRELIMO foi a organização que uniu e guiou o povo moçambicano na luta para a libertação do homem e da terra contra o jugo colonial português, e continuará a ser o guia. A título de exemplo, temos essas orientações ou directrizes revolucionárias emanadas no antigo hino⁹ nacional, logo após a independência nacional, no pretérito tempo de 1975 a 2002, como se pode notar nos seguintes versos:

Viva, viva a Frelimo
 Guia do Povo Moçambicano!
 [...]

 Todo o Povo unido
 Desde o Rovuma até o Maputo
 Luta contra o imperialismo
 Continua e sempre vencerá

Ademais,

[...] é de se ressaltar que ainda sob as imposições advindas de dentro da Frelimo a ordem era de anulação de lirismo em primeira pessoa e também da noção de autoria para fazer imperar o ideal de coletividade, individualizando-se apenas as figuras do herói como sinônimo de guerrilheiro engajado, cuja arte não se destinava a uma restrita elite intelectual. Antes deveria chegar às camadas populares das regiões mais inóspitas de Moçambique (Franzin, 2021, p. 53).

Esses factos referenciados como “orientações” denotam a dificuldade que os poetas tinham em aceder a informações documentadas do passado e tecer qualquer pensamento crítico sobre elas, sob pena de serem considerados como difusores de desinformação, por constituírem dados sensíveis que poderiam pôr em causa a ideologia revolucionária e o poder político vigente, ou seja, essas orientações eram escrupulosamente inquestionáveis, já que tinham sido debatidos e

⁹ O antigo hino nacional de Moçambique pode ser encontrado em:
<https://www.vagalume.com.br/hinos/hino-de-mocambique-1975-2002.html> - acesso: 22 Set. 2025

aprovados em comissões de trabalhos ou em congressos da FRELIMO, partido que unia, organizava e guiava o povo moçambicano, rumo ao progresso. Neste sentido, todas as manifestações individuais deveriam, obrigatoriamente, convergir na difusão dessas orientações ideológicas e partidária, no seio do povo, em todos os campos artísticos, culturais, etc., como atesta o seguinte trecho do *relatório do comité central ao 3º congresso* do partido FRELIMO:

O Partido dedicará uma atenção prioritária à difusão da nossa ideologia de classe no seio das largas massas. No gigantesco trabalho de educação ideológica do nosso Povo, o Partido empregará todas as armas ao seu alcance, tais como órgãos de informação, bibliotecas de literatura revolucionária e constituição de círculos de estudo. As escolas deverão ser centros de difusão da ideologia da nossa classe (Machel, 1977, p. 147).

Assim, a história pretérita do povo moçambicano ficava fechada a sete chaves e nos segredos de estado, uma vez que cabia ao sector da “educação assegurar a formação política, ideológica, [...] dos professores e alunos” (Machel, 1977, p. 181). Facto que ilustra que existia, no pretérito tempo da primeira República pós-independência, a “República Popular de Moçambique” (Machel, 1977, p. 180), uma disciplina curricular denominada Educação Política, onde se difundia, no seio escolar, as ideologias políticas vigentes.

Porém, nos romances: *As areias do imperador* e *Ualalapi*, que nos propusemos discutir neste trabalho, da autoria de Mia Couto¹⁰ e de Ungulani Ba Ka Khosa, respectivamente, notabiliza-se o rompimento do ideal de não autoria individualizada que tinha sido imposto pelas orientações ideológicas revolucionárias Frelimistas e através da arte, da imaginação e do sentido crítico, ou seja, da Literatura, já que o hino nacional fala da luta contínua contra o imperialismo, há um preenchimento das informações sobre o passado do império de Gaza e do seu imperador Ngungunhane, que não se teve acesso a partir da história oficial. Segundo Canedo (2023, p. 19), vê-se a necessidade de se recorrer ao romance histórico, nesse caso à literatura, para a recuperação

¹⁰ “Mia Couto vai à boleia da história/ apanha carona da história. - [...] a família Couto, à semelhança de tantas outras famílias de colonos portugueses que se instalaram em Moçambique na década de 1950, era um misto de vontade de “fazer pela vida” ultrapassando corajosamente a pequenez da terra natal metropolitana, e “fazer a vida” naquela terra promissora, aí construindo o futuro dos seus” (Couto in Saraiva 2001, p. 154 *apud* Cavacas, 2006, p. 5-6). [...] “A infância do escritor, “filho sanduíche” [...] foi povoada de episódios banais que lhe foram formando o carácter e ditando normas que se podem entrever na prática da vida adulta. [...] Assim, os amigos com quem vai permutando vivências pertencem a mundos diversos: na escola e em casa, a um mundo maioritariamente branco e com fortes marcas europeias; na rua, à periferia social africana composta sobretudo por negros, indianos e chineses. Esta convivência, nem sempre pacífica, saldou-se positivamente numa consciencialização sociopolítica que vai orientar o jovem Mia na participação activa da construção de uma sociedade livre e mais justa para Moçambique e na aceitação plena dos modos de ser e estar de cada um dos grupos étnicos que compõem o mosaico cultural moçambicano” (Cavacas, 2006, p. 6, grifos do autor).

do passado, devido a maneira deficiente em que a historiografia, tradicional ou habitual, apresentou e apresenta os factos sobre os episódios históricos que estão na mesa de discussão. Essa subversão a historiografia tradicional está ancorada na ideia de que foram ignoradas ou silenciadas várias vozes que pudessem dar os seus testemunhos sobre o movimento histórico, que ampliassem a compreensão global e complexa do movimento. Nesse sentido, a literatura aponta para outra possibilidade de ver o passado desse movimento histórico que é narrado pela historiografia tradicional, habitual ou oficial.

Segundo Marthe Robert (2007),

[...], o “fazedor de romance” é em seu próprio projeto um fomentador de distúrbio, um difamador das qualidades e das classes, até mesmo em seus esforços para conquistar as mais elevadas. Um arrivista, portanto, que funda suas esperanças na intriga e na mitomania, mas também um espírito apaixonado pela liberdade, determinado a não mais se inclinar diante do irreversível, rebelde às ideias tradicionais bem como às situações preestabelecidas, e subversivo malgrado o conformismo ao qual acaba por obedecer (Marthe Robert, 2007, p. 29 *apud* Souza, 2018, p. 49, grifos do autor).

Ao falarmos, atrás, que há uma quebra ou fissura, por parte de Ungulani Ba ka Khosa, das ideias ou retóricas revolucionárias difundidas pelas lideranças políticas, no pretérito tempo de 1987, aquando do lançamento da obra *Ualalapi*, não pretendemos aqui defender que ele, tanto quanto Mia Couto, tenha alguma pretensão ambiciosa de triunfar, a todo custo (ser um arrivista) diante das retóricas poéticas revolucionárias da época (a canonização da poesia de combate¹¹), muito menos incitar a intriga entre os moçambicanos, difamando qualquer que seja a personalidade, em particular a de Ngungunhane, como Mathe Robert, no trecho acima, sublinha serem algumas das características do “fazedor de Romance”. Nem Ungulani Ba ka Khosa, nem Mia Couto, pretendem que as suas obras substituam ou ocupem o lugar da história, mas sim, fazer uma viagem guiada, sem malezas, aos interessados em refletir sobre o referido pretérito tempo da existência do império de Gaza e do seu imperador Ngungunhane, de modo que não se fique no comodismo ou no conformismo das ideias preestabelecidas, por uma parte de moçambicanos, vistas como verdades indiscutíveis e irreversíveis, ou seja, como verdades absolutas. O passado de Moçambique pertence a todos os moçambicanos, como sublinha Coelho (2015), no trecho já referenciado atrás,

¹¹ Os textos exemplares que deviam ser rigidamente seguidos, estavam relacionados com “a colectânea *Poesia de combate*”, lançada pela FRELIMO, em 1969, a que se denominou por “Literatura nova”. A literatura da “Nova Aurora” (Souza, 2018, p. 77).

por ter sido vivido pelos ancestrais dos mesmos. Uma vez que “o nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas (Carlo Ginzburg, 2007, p. 40 *apud* Coelho, 2015, p. 153), é do direito de todo o moçambicano, procurar “trocar em quinhentas”, como se diz na gíria popular, esse passado para que seja percebido nos mínimos detalhes possíveis e não nas entrelinhas. E isso, não significa inferir algum tipo de divisão social ou privilégio, facto que levaria a outro tipo de debate (Coelho, 2015, p. 159), como frisou o próprio Ungulani Ba Ka Khosa, no pretérito tempo de 1987, ano do lançamento da sua obra *Ualalapi*, ao afirmar o seguinte:

Eu nunca tive problemas ideológicos com este país. Nunca fui contra. O problema nasce quando eu coloco um personagem a afirmar que a pátria está a fornicar-me. Mas a cópula é sempre um acto de amor...
 “Sou um contador de histórias” (Ungulani Ba ka Khosa em entrevista à “Gazeta [de artes e letras]”. Revista *Tempo*, Maputo, nº 875, 1987, p. 44 *apud* Souza, 2018, p. 133, grifos do autor).

No trecho apresentado acima, pode se perceber, na fala do próprio escritor, Ungulani Ba Ka Khosa, que teria sido colocado em causa o seu pensamento em relação ao império de Gaza e do seu imperador Ngungunhane, por alguns críticos, em que se via como desajustado às ideologias políticas que conduziram os destinos do país, colocando-o numa posição defensiva, em que ele sublinha a arte da imaginação como um acto divino e prazeroso, procurando mostrar que um contador de histórias, o que ele diz ser, proporciona ou impulsiona reflexões à audiência, no caso específico de leitores, para que ela chegue a uma lição moral, sobre o bem e o mal, a partir de personagens fictícios que possibilitem, de forma livre e espontânea, a construção da sua personalidade e identidade. E isso, não significa estar contra alguma ideologia, segundo ele, por não ser um propósito de um contador de histórias.

De acordo com Laban (1998) citado por Franzin (2021), entendemos que não é a primeira vez que o pensamento de Ungulani Ba Ka Khosa é posto em causa ou é considerado como desajustado às ideologias políticas da época. Esse autor destaca o seguinte:

[...] a primeira tentativa de incursão de Ungulani Ba Ka Khosa na seara literária se deu através de uma narrativa breve. O primeiro conto de sua autoria, à época intitulado “Dirce, minha deusa, nossa deusa”, após duas recusas: a da página literária do jornal *Domingo*, igualmente a da revista *Tempo*, fizeram com que o jovem literato recorresse a uma terceira, à página “Diálogos”, do *Notícias da Beira*, que finalmente aceitou publicá-lo nos idos anos de 1982 (Laban, 1998, p. 1054 *apud* Franzin, 2021, p. 56, grifos do autor).

Como se pode entender, tratando-se de revista e jornal estatais, e por sinal, sediadas na capital, Maputo, onde a máquina administrativa política esteve sempre concentrada, os gestores dos mesmos se recusaram a aceitar como um acto de autocensura e autodefesa para que não fossem, também, conotados ou considerados como desalinhados às orientações ideológicas que norteavam os escribas, as vivências individuais e colectivas da época; como afirma a escritora Paulina Chiziane, citada por Laban (1998):

Não existe exemplo de intervenção da censura porque a autocensura é muito forte. Tivemos casos de repressões ligadas a outras coisas, e nós muitas vezes temos medo que nos aconteça o que aconteceu com os que tentaram desafiar as normas. Então, é uma forma de escapar ao problema, mas não é fácil (Laban, 1998, p. 993 *apud* Franzin, 2021, p. 56).

Portanto, trazer um modo diferente de fazer literatura, contrária à literatura revolucionária estatal, e com tendências de criticar esta última, bem como mexer conteúdos historiográficos, como é o caso do império de Gaza e o seu imperador Ngungunhane, já estabelecido e consolidado como herói nacional de resistência contra a ocupação colonial portuguesa, constitui um grande atrevimento, uma coragem desmedida e uma tentativa de suicídio, uma vez que o proponente estaria a enfrentar uma literatura política-ideológica, como refere o poeta Eduardo White, que se assemelhava daquela promovida pelo líder Norte Coreano, *Kim Il-sung*, “a literatura da bajulação” (Laban, 1998, p. 1205 *apud* Franzin, 2021, p. 57).

3.2. A nível cultural

No discurso de Mudungazi (Ngungunhane) aquando das cerimónias fúnebres do pai, Muzila, no romance *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2000), um dos campos de atuação do nosso estudo, ele diz o seguinte:

Há muitas e muitas colheitas que aqui chegamos com as nossas lanças embebidas em sangue e os nossos escudos fartos de nos resguardarem.
Ganhemos batalhas. Abrimos caminhos. Semeamos milho em terras sáfaras. Trouxemos a chuva para estas terras adustas e educámos gente brutalizada pelos costumes mais primários. E hoje essa gente está entre vocês, Nguni!
Este império sem medida ergueu-o o meu avô depois de batalhas incontáveis em que sempre triunfou. Nele espalhou a ordem e os costumes novos que trouxemos. E ao morrer indicou o seu filho Muzila, meu pai, como sucessor (Khosa, 2000, p. 27-28)

Mudungazi (Ngungunhane), ao proferir, no discurso acima, que educaram gente brutalizada pelos costumes mais primários e que essa gente estava entre os Ngunes, se refere aos povos que eles dominaram, colonizaram e foram submetidos ao processo de angunização (Vilhena, 1996), ou seja, povos que foram submetidos aos hábitos e costumes culturais dos Angunes. Nesse sentido, Almada (2012a), ao falar da batalha de *Gwaza Muthine* diz o seguinte:

[...] em changane, Gwaza significa picar ou matar com um objecto pontiagudo. Já muthine tem muitos significados: dança, infelicidade, casa ou território. [...]. A tradição oral diz ainda que o gwaza muthine é uma dança guerreira dos zulus, introduzida pelos Nguni durante o período da sua expansão no Sul de Moçambique. [...]
Hoje, como país independente, Moçambique relembra o Gwaza Muthine como símbolo de resistência à ocupação colonial. (Almada, 2012a, p. 22).

Estes factos justificam que este império e o seu “imperador” tiveram e têm um impacto na história do país e do povo moçambicano, uma vez que o Xichangana, que é o idioma falado, hoje, por indivíduos nascidos na província de Gaza, vulgarmente conhecidos por “Machanganas ou Changanes”, o epicentro do império de Gaza, e na África do Sul, na província do Transval (Ngunga; Faquir, 2011, p. 225), deriva do nome do primeiro “Imperador” que se chamava “Sochangana”, avô de Ngungunhane, como foi referenciado atrás, na fala de Rocha (2006). E Gwaza muthine, como dança praticada no sul de Moçambique, vinda das sucessivas batalhas travadas pelo império de Gaza.

O império de Gaza, como temos vindo a dizer, foi fundado por Sochangane, avô de Ngungunhane, que pertencia ao antigo reino de Ndwandwe, da região de Kwa-Zulu Natal da África do Sul, liderado “pelo poderoso nkosi Zwile kaLanga” (Silva e Delcano, 2022, p. 96), nesse contexto, podemos deduzir, a semelhança do que foi dito sobre “Gaza e Changanes”, em notas anteriores, que o nome *Langa*, predominante na região sul de Moçambique, tenha um passado relacionado com o nome desse rei, cujo seu reino fora constituído por uma tribo (Ndwandwe) de povos angunes em tempo pretérito à fundação do império de Gaza. Facto que ilustra que os nomes de pessoas, lugares, grupos étnicos, coisas, etc., da região sul, sofreram um processo de “angunização” do que da assimilação portuguesa, como aconteceu, e ainda acontece, em outras regiões de Moçambique.

O *lobolo* ou dote que se pratica na região sul de Moçambique, como um acto tradicional ou cultural, onde um pai deve receber, do pretendente da filha, bens materiais e monetários, já vem sendo praticado desde os tempos do império de Gaza. “[...] Gungunhana manifestava respeito pelas

mulheres da sua família. [...]. As filhas não ocupavam qualquer lugar de relevo na pirâmide do prestígio. [...] sendo tomadas em consideração pelo pai apenas quando se tratava de casá-las, em razão do *lobolo* que então recebia” (Vilhena, 1996, p. 178, grifos do autor). E como o *lobolo* era tão caro, como se tratasse de comprar algo precioso que se vai tomar como pertença de alguém, ou seja, de um homem, a mulher do império de Gaza “era [...] indivisível, [...] submissa, pronta para servir o marido. [...] o adultério era severamente punido. [...] só depois da queda do Gungunhana [...] a sua punição perdera a violência anterior, passando o ofendido a contentar-se com a devolução do *lobolo* e a exigência de uma indemnização” (Vilhena, 1996, p. 182-183), facto que continua sendo uma prática até aos dias de hoje.

Ambos, *lobolo*, nomes, dança e língua, são alguns dos costumes primários que podemos reter no discurso de Mudungazi, em *Ualalapi* de Ungulani Ba Ka Khosa (2000), que hoje se tornaram marcas identitárias do povo da região sul de Moçambique.

É neste fio de pensamento que achamos os pontos de encontro, político e cultural, entre o antigo Império de Ngungunhane, a história mais recente da república de Moçambique e os nossos romances em estudo que se revelam como realistas. Facto que achamos ser uma “presentificação” do passado, expressa pelas próprias ações da história viva de Moçambique. É nesse contexto que pretendemos trazer o romance histórico como a nossa base teórica, uma vez que, segundo Canedo et al (2021), existe uma estreita relação entre a literatura e a história. Ele afirma que

[...] literatura e história, sob uma duradoura premissa aristotélica, passam a ser aliadas na busca de um distinto modo de analisar e interpretar os tempos idos, concebidos e vivenciados como um pretérito que não findou totalmente, sendo assim, passível de ser plasmado e configurado em distintos escopos humanistas. [...] angariando público interessado em visita guiada ao passado ou no reconhecimento reflectido sobre os vínculos entre um passado sem nostalgia e um presente incerto e em aberto. (Canedo et al., 2021, p. 11).

Portanto, percebe-se que essa visita guiada ao passado não deve ser interiorizada em actos de tristeza e de malezas, como foi frisado atrás, mas compreendida como um percurso de formação identitária do presente, uma vez que, os romances históricos “São recorrentemente a narração de episódios decisivos para o destino das personagens e para os rumos da nacionalidade”. (Canedo et al., 2021, p. 9). E “A complexidade de *O romance histórico* consiste em incorporar o Marxismo [...], pensando a história como progressiva reconciliação dos indivíduos na sociedade, seja sob o aspecto formal, no qual narrar significa ligar-se ao passado [...]”. (Lukács, 2011, p. 12, grifos do

autor). Segundo Anderson (2007, p. 205), o romance histórico “é uma forma literária que lida com a história, entendida como uma concatenação de acontecimentos públicos no passado”.

3.3. No romance moçambicano

Nesta secção, pretendemos trazer a fortuna crítica sobre a figura de Ngungunhane, ou seja, uma vez que Ngungunhane constitui uma figura icônica controversa, que suscita vários posicionamentos dos críticos que o estudam, pretendemos trazer um pouco de tudo que já se falou sobre Ngungunhane, em teses, dissertações, contos, artigos, romances e outros tipos de textos.

Nesse sentido, Colosovski (2016), ao fazer o estudo das questões sobre o Romance *Ualalapi*, mostra claramente o porquê de Ngungunhane ser a figura eleita por vários escritores e estudiosos da história, da heroicidade e da identidade moçambicana, a partir dos textos prévios que antecedem a narração, ao sublinhar o seguinte:

As impressões registradas por Ayres D’Ornelas desenham a imagem de Ngungunhane como um homem belo, arguto, dotado de grande lucidez e capacidade lógica, ao passo que as impressões do Dr. Liengme retratam Ngungunhane como um bêbado que vivia entregue a orgias, ressacas brutais e a acessos de cólera, transportando esse comportamento caótico para o seu modo de governar. [...] duas visões opostas sobre uma mesma figura histórica. [...] os relatos positivos [...] vem justamente do governador-geral de Moçambique, [...] daquele que estava ao serviço do processo de colonização, ao passo que as impressões negativas partem daquele que viveu de fato na corte de Ngungunhane, [...] a figura de Ngungunhane constituiu-se no discurso historiográfico de uma maneira semelhante àquela descrita por Ayres d’Ornelas, e não pelo Dr. Liengme. [...], temos ainda a frase de Agustina Bessa Luís [...]: “A História é uma ficção controlada” (KHOSA, 1987, p. 15) [...] pois [...], ela é controlada por alguém que tem objetivos definidos e, portanto, podemos e devemos questionar o estatuto de verdade associado a ela (Colosovski, 2016, p. 175-176).

Analisando a fala de Colosovski, no trecho acima, e de Rocha (2006, p. 35-36), atrás apresentado, podemos perceber-se que, tanto Ayres d’Ornelas quanto Ngungunhane, ambos, em algum momento, estiveram ao serviço do processo de colonização portuguesa, até que um dia Ngungunhane percebeu que os portugueses estavam, indirectamente, a ocuparem o território sob o seu domínio usando a ele próprio, como colono da sua própria colônia, ou seja, Ngungunhane servia vassalagem aos portugueses para colonizar as terras e os povos que ele já havia colonizado. Daí, Ngungunhane procurou se impor diante dos portugueses. É nesse contexto que Ayres

d’Ornelas descreve Ngungunhane como “homem [...] dotado de grande lucidez e capacidade lógica”. Portanto, é aqui onde se encaixa o discurso historiográfico de Moçambique.

No entanto, Ngungunhane, ao se impor diante dos portugueses, deixou de ser útil para os portugueses, e estes, ao invés de fazerem o possível para “polirem” Ngungunhane para continuar a servi-los, eles procuraram ou decidiram eliminá-lo e ocupar, efectivamente, as terras que estavam sob domínio dele, porque se deslumbrava a face hostil deste “instrumento bárbaro”, como sublinha Paiva de Andrade, o fundador da primeira Companhia de Moçambique, referenciado, atrás, por Rocha (2006, p. 36). Paiva de Andrade, que é, também, um português, ao designar Ngungunhane como um “instrumento bárbaro” que precisava ser polido, (*Ibid.*, p. 36), acaba corroborando com as impressões apresentadas pelo Dr. Liengme, que viveu, o dia-a-dia, as acções do imperador Nguni. São essas impressões, sobre o imperador Ngungunhane, descritas por Paiva de Andrade e pelo Dr. Liengme que a ficção vai abraçar, opondo-se, em grande medida, as impressões daqueles intelectuais alinhados ou adaptados aos discursos revolucionários, que atrás referenciamos, ou oficial da historiografia de Moçambique, relativamente à figura do referido imperador, constituído a maneira semelhante descrita por Ayres d’Ornelas. Nesse sentido, em 1987, ano do lançamento da obra *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa, o jornalista e resenhista Adelino Jorge Fernandes, citado por Souza (2018), afirma o seguinte, sobre a obra e o respectivo autor:

“Ualalapi” além de ser um talento, é também um erro imperdoável, porque o autor rebaixa a projecção social e dá uma projecção ideológica falsa de Ngungunhane. Ungulani preocupa-se somente em citar de uma ou outra maneira os defeitos de Ngungunhane, enquanto que as glórias que “pesam” sobre ele são maiores. Ungulani, deste modo, questiona Ngungunhane e, como se não bastasse, ainda caminha para o pior: deturpa a imagem histórica de Ngungunhane (Adelino Jorge Fernandes, Jornal *Domingo*, Maputo, 6 de Setembro de 1987, *apud* Souza, 2018, p. 136-137).

Portanto, a história que era do domínio público e que estava tão fossilizada na mente colectiva, ao ponto de ser vista como uma verdade inquestionável, sobre o império de Gaza e o imperador Ngungunhane, é “beliscada” pela literatura. E aqueles que acreditavam como sendo única, a história sobre Ngungunhane, porque não tinham ouvido ou “não queriam ouvir”, nem ver a outra parte da “moeda”, por acharem irrelevante, sentem-se constrangidos. Nesse sentido, Adelino Jorge Fernandes ao dizer que, em *Ualalapi*, Ungulani cometeu “um erro imperdoável, porque o autor rebaixa a projecção social e dá uma projecção ideológica falsa de Ngungunhane [...] enquanto que as glórias que “pesam” sobre ele são maiores”, no trecho acima, demonstra que

este resenhista, aquando do seu pronunciamento a respeito da obra e do respectivo autor, estava extremamente obcecado pela ideologia que engrandece o imperador Ngungunhane, que ele vê como sendo a verdadeira e a que é apresentada na obra *Ualalapi* como sendo falsa, ou seja, ele idolatra o imperador Ngungunhane a luz das ideologias revolucionárias a que muitos intelectuais estavam impregnados, como frisamos atrás, ao ponto de não querer ouvir outra versão da história sobre este imperador. Ao dizer que Ungulani, autor da obra, cometeu “um erro imperdoável”, o resenhista demonstra o seu posicionamento radical diante do questionamento sobre as ditas “maiores glórias” que pesam sobre o imperador Ngungunhane que ele tanto sublinha, dignos de serem evidenciados, para a exaltação da heroicidade de Ngungunhane. Uma vez que é isso que se pode perceber no romance *Ualalapi*, um questionamento, remete-nos a uma reflexão sobre a vida privada e pública de Ngungunhane, como líder e chefe do império de Gaza, para “diferentes ângulos”. Nesse sentido, o romance sugere, ao mesmo tempo, aos interessados, uma revisitação à história fundacional e da construção da identidade do povo moçambicano. Essa procura de respostas, sobre Ngungunhane, vem corroborar com o posicionamento defensivo do escritor Ungulani, de que atrás falamos, ao referenciar que ele nunca teve problemas ideológicos com o país (Souza, 2018, p. 133). Se assim alguém pensa, estaria equivocado, porque ele é “contador de histórias” (*Ibid.*, p. 133) e não construtor de ideologias. No entanto, em 1987, com *Ualalapi*, Ungulani Ba Ka Khosa, quebra o discurso poético revolucionário, que predominava na época, ao mesmo tempo que inaugura e amplia “a pluralidade de narrativas”, elucidando que a história sobre o império de Gaza e o seu respectivo imperador, Ngungunhane, não pode ser vista como implícita por ter sido invertido no interior da obra (Souza, 2018, p. 206-207), uma vez que “a memória pode ser desconstruída. A tarefa do escritor é, por vezes, (des)arrumar esse edifício da memória, infiltrando aquilo que, na sua perspectiva, poderia ter acontecido, inventando, com imaginação e materiais diversos, um outro passado” (Lobo e Manjate, 2022, p. 47) que proporcionasse maior lucidez aos leitores e aos interessados por um determinado facto da história. Por exemplo, sobre a luta de libertação de Moçambique do jugo colonial português, “é ainda um terreno sacralizado, envolto numa áurea de secretismo” (*Ibid.*, p. 47).

[...] Pouco se tem, em termos de visão particular e perspectiva pessoal dos acontecimentos da Luta de Libertação Nacional. [...] Seria natural [...] que de um acontecimento tão marcante na memória colectiva e na experiência pessoal de tantos moçambicanos se produzissem mais textos de história ou de ficção, com factos vividos ou recolhidos junto de quem os viveu. Fala-se, não inteiramente sem razão, de forma ciosa como a FRELIMO – quando ainda Frente ou já como Partido – guarda a sua documentação [...] e do cuidado

com que confere as descrições que os seus militantes produzem de factos da história da luta de libertação. Esta será a defesa instintiva de um movimento que, desde sempre, se viu confrontado com a oposição de inimigos poderosos. E talvez também a manifestação do culto do sigilo – o legado comum de muitas organizações que têm um passado de clandestinidade (Hunguana, 2010, p. 9-10 *apud* Lobo e Manjate, 2022, p. 47-48).

Portanto, esta explicação dada por Hunguana, citado por Lobo e Manjate, no trecho acima, acaba sendo um acto de advocacia diante do posicionamento do jornalista e resenhista Adelino Jorge Fernandes em relação ao romance *Ualalapi* e do seu respectivo autor, Ungulani Ba Ka Khosa, facto que vem a evidenciar e reforçar a afirmação de Ribeiro (2005, p. 11), na citação já atrás apresentada, que dá conta que a elevação de Ngungunhane a categoria de herói nacional não é consensual. Ademais, Lobo e Manjate, explicando um trecho da obra *As Duas Sombras do rio* (2003), de João Paulo Borges Coelho, acabam reforçando o que fora afirmado por Hunguana e o referido antagonismo de posicionamentos em relação a figura do imperador Ngungunhane, dando, como se de uma ancoragem se tratasse, um suporte ao escritor Ungulani Ba Ka Khosa, dizendo o seguinte:

Precisamos, por isso e mais do que nunca, de libertar o passado das amarras ideológicas com que tem sido construído, ou da forma como o construíram e no-lo deram a conhecer. A possibilidade de resgatá-lo vai para além da reconstituição necessária. Voltar a um passado com a possibilidade de o recriar, de o inventar é celebrar a criatividade literária e instaurar uma outra memória: a das coisas que aconteceram de forma diferente ou que poderiam ter acontecido de modo diverso. Ou ainda: a memória dos eventos que podem ter sido percebidos de outra maneira. Abre-se aqui o espaço de que se socorrem os escritores e talvez também o adubo para o adiado reencontro dos espíritos para costurarmos, com outra imaginação, o futuro de Moçambique (Lobo e Manjate, 2022, p. 49).

Analisando a fala apresentada por Lobo e Manjate, percebe-se que há uma chamada de atenção aos conservadores de uma política ideológica, vista como retrógrada, que sempre remete aos moçambicanos a uma narrativa de um passado histórico épico, mas que a construção desse passado e a maneira como é apresentado ao povo, e se quer como as pessoas entendam, tem suscitado muitas dúvidas e consequentemente um entrave à liberdade de expressão, quando se trata do questionamento sobre esse passado que, por sinal, pertence a todos os moçambicanos. De acordo com essa percepção, os mentores, difusores ou conservadores dessas políticas ideológicas, devem entender que a história e a vida são dinâmicas, que as épocas e os contextos em que se viveu e se vive são diferentes, e esses determinam o pensamento e as acções das pessoas inseridas neles em uma determinada sociedade. Portanto, em Lobo e Manjate, entende-se que há uma expressividade

de conscientização aos indivíduos que se amarram a uma determinada ideologia que impede o pensamento livre, a criatividade humana, o resgate da essência do passado para que o mesmo constitua uma fonte de inspiração, de aprendizagem onde as coisas ruins ou tropeços cometidos não possam mais acontecer. Uma fonte de aprendizagem onde se preserva os ganhos positivos em que são acrescentados novos condimentos em que as pessoas se revejam em ideologias que se adequam ao momento, como um projecto de nação, para que o futuro de Moçambique seja promissor, onde todos os membros da sociedade saem a ganhar. É nesse sentido, no nosso entender, em que os moçambicanos devem se reencontrar espiritualmente, como nação una e indivisível, que Teodato Hunguana diz o seguinte:

Trata-se do necessário, urgente e inadiável debate da nação sobre si mesma, que até aqui foi intuído, referido, reivindicado até, mas que nunca teve lugar. Como se tudo estivesse claro, como se tudo já tivesse sido feito, como se tudo estivesse bem como está, e nada houvesse a discutir, menos ainda a fazer e a refazer. No entanto, volta e meia, estamos aí a emboscarmo-nos e a matarmo-nos, ciclicamente (Hunguana, 2017, p. 15 *apud* Lobo e Manjate, 2022, p. 50).

Na fala de Hunguana, no trecho acima, podemos perceber que um questionamento feito por um membro da sociedade moçambicana, sobre qualquer facto pretérito ou presente, não pode ser entendido como uma pretensão com fins maliciosos de pôr em causa a unidade dos moçambicanos, mas sim, como um propósito de trazer um esclarecimento plausível, transparente, sobre as inquietações que apoquentam as pessoas ou a sociedade, no sentido de se consertar, reconsertar, o que for necessário, para o bem comum. Nesse concerto de Moçambique, nada deve ser dogmático.

De acordo com a fala de Hunguana, entende-se, ainda, que há um apelo a sociedade moçambicana para que haja uma abertura e ponderação na interação entre os moçambicanos para que cada um se sinta incluso no debate e na tomada de decisões sobre a nação que é pertença de todos. Esse debate entre conhecidos e desconhecidos, “alinhados” e desalinhados, entre aquele que “não é nosso” enquanto é nosso, e aquele que “não é daqui” enquanto é daqui, tudo deve ser projectado em prol do bem estar de todos e da nação, rumo a um futuro promissor, tal qual acontece no transporte público, vulgarmente conhecido, na cidade e província de Maputo, por “My Love”.

[...] a designação **My Love** atribuída pela *vox populi* a carrinhas de caixa aberta que transportam pessoas em condições precárias e sem qualquer segurança. O perigo de acidentes (mortais ou não) é rasurado. Os passageiros, de pé, acidentalmente juntos na viagem, agarram-se uns aos outros e abraçam-se para não caírem borda fora. Nessa frágil e trágica condição, cidadãos desconhecidos sentem-se irmanados e solidários. Todos precisam de equilíbrio que só se consegue por interposta acção de cada um. Quando a

carrinha interrompe bruscamente a marcha, o movimento dos corpos em busca do equilíbrio perdido resulta em colectivos amplexos e eventuais ósculos furtivos, dignos de apaixonados que se protegem e se querem bem. É o **my love!** (Lobo e Manjate, 2022, p. 59, grifos do autor).

Desta forma, não se tendo esse entendimento de irmandade, a semelhança do que ocorre durante a viagem no *my love* e não se tendo uma abertura para o questionamento e o esclarecimento convincente, o que Hanguana chama de debate da nação, então, isso implicaria desunião e, consequentemente, uma clivagem entre os membros da sociedade, o que ele chama de emboscadas e matanças cíclicas.

E sobre essas emboscadas e matanças cíclicas que Hunguana se refere, Bortolotti (2020, p. 7), ao fazer uma abordagem sobre os significados políticos do romance *Ualalapi* (1987), procura ilustrar que a obra não só fala do passado do império de Gaza, o de Ngungunhane, e das guerras promovidas por ele contra as povoações moçambicanas, mas também da relação desse passado nostálgico com o presente, no que se refere a guerra civil que se desencadeiou logo após a independência do país do jugo colonial português. Nessa abordagem, Bortolotti relativiza o estado de Gaza com o novo estado moçambicano, a que ele recorrentemente designa de “Estado-Frelimo” (*Ibid.*, p. 9), pelo facto da heroicidade de Ngungunhane e do povo nguni, como ponto de convergência da “unidade nacional” (*Ibid.*, p. 10) ter sido construída a partir de uma representação simbólica de Samora Machel e do novo “Estado-Frelimo”, como uma apropriação heroica da história de resistência contra o jugo colonial português pelo povo da região sul sem se ter em conta a representação de povos de outras regiões (*Ibid.*, p. 3), devido a relação que Samora Machel, enquanto líder político máximo de Moçambique, teve com o lugar de nascimento com aquele que outrora fora o bastião do império de Gaza, como nos referimos em notas anteriores. A construção simbólica da heroicidade em torno de Ngungunhane e dos nguni denota, até certo ponto, um reerguer, das cinzas e dos escombros, do império de Gaza que aparentava já ter sido esquecido pelo povo moçambicano, logo após a captura e a deportação de Ngungunhane para Portugal. É nesse contexto que Bortolotti (2020, p. 12), também, procura adequar a sua interpretação sobre “a aliança entre as forças portuguesas e o exército tsonga” que combateram o império de Gaza e o seu imperador Ngungunhane “como uma representação da Renamo e [...] *Ualalapi* (1987) como uma narrativa ficcional a representar simbolicamente os dois polos opostos de uma guerra civil”, ou seja, de um lado, o “Estado-Frelimo” representando, simbolicamente, o império de Gaza e do

outro lado, a Renamo representando a aliança entre os portugueses e os tsongas. É nesse contexto que se pode perceber o massacre ocorrido em Manjacaze, antiga capital do império de Gaza, engendrado pela Renamo em 1987 (*Tempo* de 23/08/ 1987, *apud* Ribeiro, 2005), e 1987, ano de lançamento do romance *Ualalpi*, como um ano que consistiu em um divisor de águas (Souza, 2018), como foi referenciado em notas anteriores.

Nessa teia de entendimento, Lobo e Manjate, ao analisarem a obra *As Visitas do Dr Valdez* (2004), de João Paulo Borges Coelho, afirmam que há “uma visão maniqueísta e redutora da história de Moçambique, do discurso de que só há uma forma de se narrar o passado colonial e a gesta libertária (aquela que os mentores ideológicos e protagonistas consideram a verdadeira)” (Lobo e Manjate, 2022, p. 51). Esse discurso, na “visão maniqueísta e redutora”, em que o autor fala, direccionado ao povo, pode se entender que termina, sempre, de forma simplificante e bloqueiante na expressão “é ou não é?”, em que as pessoas, em uníssono, devem responder “é!”, mesmo não sendo verdade ou tendo dúvida sobre o que se diz.

Ainda, nesse fio de raciocínio ou entendimento, Lobo e Manjate, já falando da outra obra de João Paulo Borges Coelho, *Rainhas da Noite* (2013), dizem o seguinte:

Rasuramos as lições que podemos colher dos momentos sombrios e cinzentos da nossa existência. Costuramos uma memória maniqueísta que se pode tornar assassina, [...]. Precisamos de acelerar o passo na corrida contra a amnésia e a favor de, [...], uma memória inclusiva. A memória expurgada acaba, paradoxalmente, por constituir essa oportunidade para que outras formas de ver o passado se libertem da marginalidade. Uma vez mais, é a literatura que propugna, é com ela que temos acesso a essas zonas de penumbra da nossa realidade. [...] (Lobo e Manjate, 2022, p. 56-57).

Segundo a fala de Lobo e Manjate, no trecho acima, podemos entender que os moçambicanos, ou melhor dizer, a parte dos moçambicanos que têm o poder de tomar decisões pelos destinos do país aparentam terem se esquecido ou, então, “fingem demência”, ou “foram feitos uma lavagem cerebral”, ou sofrem de alguma perturbação egocêntrica ao não tirarem um aprendizado dos momentos mais tristes, cruciais e de devastação humana que atravessaram a história do seu povo, para que não se repitam nas futuras gerações. Lobo e Manjate, ao afirmarem que “Rasuramos as lições que podemos colher dos momentos sombrios e cinzentos da nossa existência”, remete-nos às falas de Ribeiro (2005) e de Colosovski (2016), que referenciamos mais atrás. Estes autores, ao falarem sobre o imperador Ngungunhane, como chefe e líder do império de Gaza, nos trechos referenciados, afirmam que eliminou-se os aspectos mais negativos e brutais de

Ngungunhane (Ribeiro, 2005) e omitiu-se que ele nunca lutara por Moçambique e pelos moçambicanos mas sim, pelos Nguni (Colosovski (2016). É nesse contexto que se pode perceber que “as rasuras, as amnésias, as eliminações e as omissões”, sobre o lado bárbaro do imperador Ngungunhane e do império de Gaza, tornaram-se elementos atrativos para vários romancistas e pesquisadores, ou seja, normalizar-se que a barbaridade compensa, o que Lobo e Manjate chamam de construto *maniqueísta*, torna-se um facto intrigante, inquietante e atrativo, para aqueles que queiram perceber os seus contornos de validação.

No nosso entender, uma rasura, por exemplo, de um documento escrito, indica uma possível falsificação, facto que vai despertar uma atenção e curiosidade aos interessados pela autenticidade do documento. É nesse fio de pensamento que vários escritores de ficção e pesquisadores da história e da literatura moçambicana procuram desvendar e descrever o que está por detrás da rasura que oculta a veracidade dos factos históricos. Nesse sentido, de acordo com Lobo e Manjate, no trecho em análise, a literatura, por agregar o real e o imaginário, torna-se “a lente, a lupa, o microscópio, o telescópio”, etc., que permite penetrar nas entrelinhas da rasura e visualizar ou captar o oculto, a partir de vários ângulos.

CAPÍTULO IV

ASCENSÃO E QUEDA DO IMPERADOR: O ROMANCE HISTÓRICO DE UNGULANI BA KA KHOSA E DE MIA COUTO

As artes, sendo produções humanas, dialogam umas com as outras, tanto no que têm de próximo como no diferente
(Lobo e Manjate, 2022, p. 163).

Neste capítulo, pretendemos apresentar e analisar os dados colhidos a partir de leituras das obras que atrás nos referimos, partindo da idolatria à iconoclastia como base que denotam as narrativas das mesmas numa perspectiva de ascensão e queda do imperador Ngungunhane, que constitui o objecto do nosso estudo.

4. A IDOLATRIA A NGUNGUNHANE

Nesta secção, pretendemos apresentar e discutir os feitos heroicos e gloriosos relevantes de Ngungunhane que são destacados em *Ualalapi* e *As areias do Imperador: a espada e a azagaia* que o torna digno da figura de um herói.

4.1. Em Ualalapi

Em *Ualalapi*, os feitos heroicos de Ngungunhane são introduzidos pelo tio Molungo, a partir do momento em que o rei sentenciou à pena de morte ao guerreiro Mputa, de origem tsonga, a quem a rainha Inkonsikazi, primeira mulher de Ngungunhane, acusou-o de assediá-la ou cortejá-la e de ter proferido palavras injuriosas contra ela (Khosa, 2000, p. 41), facto que não constituía a verdade, pelo contrário, era ela quem o assediava. E esse facto era do conhecimento de Molungo e de outros grandes do reino, mas que não ousavam contradizer as palavras da rainha e a decisão de pena de morte tomada por Ngungunhane, como atesta a seguinte passagem:

“[...] cientes de que as palavras fugiam do centro, acenavam a cabeça ao ritmo das palavras” (Khosa, 2000, p. 42). Facto que nos diz de que todos concordavam com a acusação e a sentença. No entanto, Molungo não querendo contrariar a posição do rei, uma vez que “palavra do rei não volta atrás, e não seria ele, Molungo, que revolveria a montanha tecida [...]” (Khosa, 2000, p. 42)

e para minimizar a decisão de morte, sentenciada por Ngungunhane, começou por engrandecê-lo pelos feitos, julgados por ele, heroicos e gloriosos alcançados pelo rei, mesmo que alguns não fossem reais, mas que o iriam agradá-lo em ouvi-los, em gesto de reconhecimento que os súbditos tinham por ele; como atestam as seguintes passagens do trecho 1:

[1] Molungo, tio do soberano, [...], pediu a palavra, ciente que Mputa não cometera tal crime, [...] daí que tenha começado a elogiar o rei, enchendo os testículos, o bojo e o traseiro descomunal do hosi, de glórias possíveis e imaginárias, de factos reais e irreais que ele, rei de tantos feitos, herói sem par na história, foi protagonista primeiro e único que a história registará enquanto os homens estiverem sobre a terra!
Dito isto numa voz exaltada, própria para a bajulação, o soberano mais não fez que acenar a cabeça, [...] disse ao rei, em jeito de síntese, que a morte não seria digna para um homem que ousou cobiçar o corpo da rainha. [...] por que não cegá-lo [...] ? Caso faça isso o teu poder imperial sairá fortificado nestes tempos tumultuosos em que os homens da cor de cabrito esfolado assediam o teu reino vasto (Khosa, 2000, p. 42-43).

Portanto, há aqui, ironicamente, uma exaltação, um engrandecimento a figura de Ngungunhane pelos feitos heroicos e gloriosos, não revelados ou que não constituem verdades, porque alguns são representações fantásticas, uma vez que vão para além das sentenças de morte por ele proferidas a quem cruza-se o seu caminho ou a quem ousasse lhe tirar o império. Os factos de heroicidade e de grandiosidade expressos abstratamente pelo Molungo, tio de Ngungunhane, vai de encontro com aquilo que Burckhardt *apud* Lukács (2011, p. 220, grifos do autor) diz, ao afirmar o seguinte: “Grande é aquilo que *nós não* somos (...) A verdadeira grandeza é um *mistério*, opera de modo mágico”. Porém, nessa bajulação de Molungo, é revelada uma verdade: Ngungunhane, em relação aos outros reis que o antecederam, é o primeiro protagonista e único que a história registara após o “fim” do império de Gaza, tornando-o herói, e isso é irrefutável. É isso que se revela, na transcrição acima, como grandioso e heroico. Nesse sentido, Khosa (2000, p. 9) reconhece que “É verdade irrefutável que Ngungunhane foi imperador de Gaza na fase última do império”.

No entanto, Molungo, ao sugerir que Mputa fosse cegado e não morto, procura persuadir ao soberano, Ngungunhane, que esse acto iria fortificar o seu poder imperial e intimidaria aos seus adversários internos e externos, particularmente aos brancos, que tanto queriam ocupar o seu vasto império. A bajulação, seguida dessa proposta, pareceu ter dado certo, como se pode perceber no trecho que se segue:

[2] Molungo sentou-se, ciente de que o mel é doce por si mesmo e que Mputa seria homem de tirar as teias que o envolviam.

Bateste as tripas, disse o rei, satisfeito com tanto encómio, e os outros, os maiores do reino, voltaram a mexer os olhos e o corpo em sinal de consentimento unânime, e pediram ao rei que cegasse Mputa perante seus. [...]. E quando o silêncio se fez, o soberano, calmamente, com o orgulho que os changanes herdaram, dirigiu-se à multidão, dizendo que Mputa é uma palhota sem capim. Espantou o coelho e não tem coragem de correr atrás dele. Estas foram as palavras primeiras que puseram em delírio o povo tsonga que esquecera que estava perante o invasor que poisara naquelas terras com sangue dos inocentes guerreiros nunca lembrados, e todos, exceptuando Domia, que estava ao fundo da multidão com lágrimas presas nos olhos infantis, [...] (Khosa, 2000, p. 43-44).

No trecho 2, percebe-se que o rei é elevado a um pedestal já mais visto perante o povo e os maiores do seu reino e ele se envaidece, mesmo sabendo que havia muitas inverdades naquele discurso do seu tio. Mas como o discurso tocou o íntimo do soberano, “bateu as tripas”, pela grandiosidade inigualável a que foi colocado diante de todo o povo que tinha sido convocado para assistir aquele macabro julgamento e diante dos maiores que o apoiavam nas suas decisões, sem, no entanto, indagá-lo sobre a razoabilidade dos seus actos, mesmo sem concordarem, nada mais ele poderia fazer senão se vangloriar pela grandeza a que foi colocado, como um acto de respeito que os seus súbditos tinham por ele. Pois, o discurso do seu tio Molungo elevava o ego, o orgulho do soberano, de ser o maior do império, bem como o orgulho dos Changanes, como povo dominante. É nesse contexto que, ao tomar da palavra, que tanto se aguardava, o povo tsonga entrou em delírio, como um acto de ovacioná-lo sem, no entanto, prestar atenção que estava diante de um colono, que ocupara as suas terras por via de derramamento de sangue dos indígenas. O povo não prestou atenção que, naquele momento, o prisioneiro que estava a ser sentenciado a pena de morte era também um tsonga (Khosa, 2000, p. 42). E aquela sentença de morte era, igualmente, uma mensagem para o povo tsonga para que nunca ousasse praticar qualquer acto de rebelião contra os nguni, pois, teriam um fim tão trágico quanto iriam assistir naquele momento. Somente a filha do condenado, a Domia, estava ciente disso. Sendo menor de idade e diante da decisão tomada pelo soberano que não foi revertida, mas aplaudida pelos maiores do império, não seria ela que poderia fazer diferente; como atesta o seguinte trecho:

[3] os maiores do reino recolhiam às suas casas, comentando o que já deveriam ter comentado, [...] os espíritos [...] seguiam com um sorriso jamais visto as barbaridades que os homens cometiam na infantilidade de razões inventadas e alimentadas durante séculos e séculos (Khosa, 2000, p. 43).

Portanto, indagar ao rei sobre o seu posicionamento, seria agarrar o búfalo pelos chifres, como diz o vulgo, (Khosa, 2000, p. 42) e ninguém tinha essa coragem para tal. Caso alguém tentasse, logicamente que teria que se juntar ao fim trágico de Mputa. Por isso, os espíritos, erguidos dos túmulos, sorriam das barbaridades cometidas pelo rei Ngungunhane, sem razões plausíveis e sensatas, por vários anos em que foi soberano do império de Gaza.

4.2. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia

Em *As areias do imperador, a espada e a azagaia*, os feitos heroicos e gloriosos, não são muito bem clarificados, no entanto, são introduzidos a partir do poema intitulado *O Imperador*. Neste poema que introduz o romance, pode-se aperceber que há um apelo que se faz ao povo, como uma forma de conscientização sobre a heroicidade do imperador Ngungunhane. Apesar de ter sido falado muitas barbaridades a seu respeito, ele não deve ser esquecido pelo povo, a sua memória deve ser resguardada como um homem que resistiu contra os invasores europeus. Como atesta a seguinte passagem:

[4] O Imperador

[...]

Puseram-lhe sal no nome
para que cuspssemos na sua memória.

mas a saliva
ficou presa na garganta

(Couto, 2022, p. 13)

“A saliva ficou presa na garganta”, é como se fosse tão difícil de não se acreditar que ele não foi um herói. Pelo sim, pelo não, o trecho mostra que houve uma necessidade de se resgatar os restos mortais do imperador, neste caso, Ngungunhane, em solo europeu (Portugal), para África, mais concretamente, para Moçambique, porque ele, de acordo com o sujeito poético, representava ou representa cada moçambicano que lutou e resistiu para que o solo pátrio e as futuras gerações fossem livres da usurpação e dominação colonial portuguesa. Uma vez exilado e permanecendo lá, o povo perdia a sua história, a sua essência, a sua identidade, porque ele, mesmo morto, representava tantos outros africanos ou moçambicanos que, forçados a deixar a sua terra, a sua

língua, a sua riqueza natural, étnica e cultural, e o seu pensamento, em mãos alheias, enfim, forçados a serem o que não queriam ser, morreram no exílio sem nunca terem conseguido retornar à terra que lhes viu nascer. De acordo com esse pensamento, o imperador Ngungunhane, mesmo morto, carregava o nome do povo e da pátria moçambicana porque ele foi tirado de Moçambique para o exílio e não de um outro país, para que não continuasse a constituir um entrave para os objectivos dos portugueses, que era a ocupação efectiva de Moçambique. Já morto e no exílio, Ngungunhane representava uma derrota e submissão do povo moçambicano diante do colono português e isso não poderia ser ignorado. Como atesta o seguinte trecho:

[5] Aquele morto
éramos nós.

E sem ele
nasceriamos
menos nós.

(Couto, 2022, p. 13)

“E sem ele...”, a nova geração dos moçambicanos nasceria órfã, sem noção do seu percurso histórico até a afirmação do que é hoje, como Estado-nação. Nesse sentido, Garcia (2022), afirma o seguinte:

[...], em 1962, é fundada [...] a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), uma frente libertária que lutou pela independência do país. Uma vez no poder, a FRELIMO deu início a um projecto de criação de um Estado Nacional moçambicano, [...] sob um poder central, que resgatasse a coesão e unidade de grupo perdida ao longo dos anos de colonização portuguesa. [...] para a edificação desse espírito de colectividade está a retomada da memória do líder dos angunes/vátuas: o Ngungunyane [...] rei do império de Gaza, [...] aquele que resistiu, lutou e combateu. E seu inimigo? Os portugueses. Exatamente o inimigo que a FRELIMO [...], também combatia, lutava e resistia (Garcia, 2022, p. 1-5).

No trecho acima, percebe-se que há uma confirmação do que acabamos de dizer em relação ao poema *O Imperador*. O inimigo com quem o imperador Ngungunhane lutou, resistiu e combateu era o mesmo que a Frente de Libertação de Moçambique combatia, lutava e resistia. Portanto, a busca da memória de Ngungunhane pela Frente de Libertação de Moçambique constituiu um instrumento ideológico de persuasão de massas para abraçar a causa de luta pela independência,

sob o pretexto de que Ngungunhane havia, há muito tempo, iniciado esta luta com coragem e bravura. No entanto, foi derrotado e levado para longe de Moçambique.

Apesar de alguns se sentirem desconfortáveis, deixar o imperador Ngungunhane naquele exílio, os moçambicanos se afastavam de quem eram (Couto, 2022., p. 13). Por isso, urge a necessidade de retomar-se a luta para libertar o homem e a terra dos invasores europeus, bem como, o resgate, de Portugal para a terra natal, dos restos mortais do Imperador Ngungunhane, o pioneiro da luta de resistência contra a ocupação colonial portuguesa, o herói de todos moçambicanos.

O resgate dos restos mortais de Ngungunhane, em terras lusas, dá um sentido de unicidade entre o poder político e as massas populares, transmitindo, a essa última classe, uma mensagem como: “não deixamos o nosso filho, irmão, soldado ou guerrilheiro, etc., mesmo tombado, nas mãos do inimigo e em terras alheias. Empreenderemos, sempre, todos os esforços e usaremos todas as armas que estiverem ao nosso alcance para trazê-lo de volta para casa” (nosso grifo). Portanto, há uma busca de uma ideologia orientadora que aglutinasse a diversidade da massa populacional que constitui o Estado-nação, ainda em processo de construção, que é a ideologia de um homem novo, despido de todos os preconceitos sociais, tribais, étnicos, regionais, etc., como destaca Barbosa (2019, p. 18) *apud* Garcia (2022, p. 4). Por outras palavras, diríamos que há uma busca de um propósito que criasse uma coesão e união no seio do povo, há muito tempo dividido pelas ideias separatistas, sem no entanto, buscar-se a fundo o percurso histórico do imperador Ngungunhane, amenizando-se os ânimos com a ideia de que a “[...] dominação de outras tribos, o pagamento de tributos, revoltas de algumas dessas tribos contra o imperador, [...] invadir, conquistar e dominar outras tribos eram os costumes dos ancestrais do povo moçambicano”, (Garcia, 2022, p. 5). No entanto, sabe-se que a ancestralidade de Ngungunhane não é moçambicana, mas sim, angune/vátua. Esse povo ancestral do imperador Ngungunhane, agiu tal qual os portugueses agiram diante do povo moçambicano. Invadiu e ocupou o território moçambicano vindo da Zululândia, atual território da República da África do Sul (Vilhena, 1996, p.15) e ele, como imperador “herdeiro”, manteve o império e continuou as suas incursões de tentar dilatá-lo, cada vez mais, pilhando as riquezas naturais, cobrando tributos, dominando e escravizando o povo moçambicano e até a vendê-los, como escravos, aos portugueses e a outros povos europeus, em momentos amistosos. Nessa dinâmica de eventos, a afirmação apontada por Garcia (2022) de que as invasões, as conquistas e os domínios de terras alheias constituíam costumes dos ancestrais do povo moçambicano não procede em relação ao império de Gaza, visto que os povos fundadores e

integrantes deste império são os angunes e estes não são moçambicanos. Pelo contrário, foram os moçambicanos que sofreram, forçosamente, o processo de assimilação dos hábitos e costumes culturais dos angunes, a que Vilhena (1996, p. 20) chama de “angunização”, como resultado da violência brutal protagonizada por estes povos que não partilhavam o mesmo idioma, a mesma cultura nem a mesma organização social e política com os moçambicanos. Por isso, as informações trazidas por Garcia (2022), já atrás apresentadas, referem que algumas, senão todas, tribos moçambicanas se revoltavam contra o imperador, pois, apesar de Ngungunhane ter sangue vandau, ele era um puro angune (Vilhena, 1996, p. 21). Não só, os grupos étnicos e tribais moçambicanos “angunizados não só engrossavam as fileiras do exército, como contribuíam para sustentar o estado angune, cultivando a terra, cobrando impostos, efectuando devastações nos povos vizinho, o que lhes permitia capturar escravos, aumentar os rebanhos e conseguir alimentos” (Vilhena, 1996, p. 20).

Ademais, antes da chegada dos angunes em 1820, ano da fundação do império da Gaza (Mula, Nhantumbo e Chipangue, 2022, p. 63), os portugueses já haviam marcado a sua presença em Moçambique, desde 1498 (Rocha, 2006, p. 28). E os angunes não vieram da República da África do Sul para ajudar o povo moçambicano a tirar os portugueses de Moçambique, pelo contrário, procuravam se apropriar das terras moçambicanas. Logo, os moçambicanos sofriam uma dupla colonização: uma praticada pelo império de Gaza, o qual Ngungunhane foi o último imperador, e outra praticada pelo império português, que derrotou Ngungunhane e exilou-o para a ilha dos Açores, em Portugal (Vilhena, 1996, p. 15).

Então, essa estratégia de criação de uma ideologia de coesão e união, na perspectiva de uma visão de um homem novo, a partir da figura do imperador Ngungunhane que teve o mesmo inimigo quanto a Frente de Libertação de Moçambique, pode ser enquadrada naquilo que Nietzsche, citado por Lukács (2011), afirma, ao dizer o seguinte:

“[...] não é possível viver com a verdade”. A partir desse ponto de vista, afirma que a essência da arte é um *arranjo* [...] extremo e *impiedosamente* interessado das coisas, uma falsificação essencial, uma exclusão justamente do sentido *objectivo* que deve ser apenas constatado, conhecido (...). Prazer na subjugação mediante a imputação de um “*sentido*”. Tudo isso é, desde já, a filosofia da mentira como modo necessário da reação do homem vivo à realidade efetiva. [...]. Contudo, a relação que ele estabelece entre a ciência da história e a vida é a da distorção consciente da história e, sobretudo, do expurgo dos fatos desagradáveis e desfavoráveis à “vida” (Lukács, 2011, p. 221, grifos do autor).

De acordo com Nietzsche, na citação acima, percebe-se que arte literária, como é o caso do romance histórico, esta preocupada na percepção da totalidade das coisas que a ciência da história distorceu ou ocultou, principalmente aquelas que foram vistas como desagradáveis e desfavoráveis à vida. Ela produz o prazer de levar alguém a perceber o sentido das coisas, o ser assim das coisas. Nessa ordem de ideia, entende-se que a escolha de Ngungunhane como herói, para uma ideologia unificadora, ocultando a sua descendência e acção imperialista e colonialista diante dos moçambicanos, foi uma estratégia adotada, em uma época específica da história determinada pelo inimigo comum, os portugueses, bem como pelo espaço territorial reclamado, tanto por Ngungunhane quanto pelos moçambicanos. Essa distorção da realidade das coisas, Nietzsche define como a filosofia da mentira, vista como necessária pela ciência da história, que permite ao homem viver diante de uma realidade concreta a que está sujeito. E ainda mais, essa distorção pode ser enquadrada na teoria filosófica de solipsismo histórico que foi amplamente difundida por Nietzsche, que diz o seguinte:

Cada um, indivíduo, raça ou nação, só pode vivenciar a si mesmo. A história existe apenas como um reflexo desse eu, apenas como aquilo que convém as suas necessidades vitais específicas. A história é um caos que, em si, não nos diz respeito e ao qual cada um pode atribuir um “sentido” que lhe seja conveniente, segundo suas necessidades. (Lukács, 2011, p. 222, grifos do autor).

Nesse contexto, percebe-se que a ocultação da realidade em relação a figura do imperador Ngungunhane, diante dos moçambicanos, foi algo premeditado, de forma consciente, visto como um propósito argumental para a conscientização das massas para abraçar a causa da luta armada contra os portugueses. E a história de Ngungunhane, sobre as suas ações privadas e públicas, foi atribuída um sentido conveniente de acordo com as necessidades do momento.

Portanto, no pensamento de Nietzsche, compreende-se que a natureza e característica da arte, neste caso do romance histórico, é de dar uma conformidade eminentemente estética, sem compaixão, sobre aquilo que a ciência da história, conscientemente, distorceu ou ocultou, ou seja, não narrar e descrever os pormenores das coisas, das ações, das situações, etc, constitui, “[...] sem dúvida, uma fantasmagórica vida ilusória” (Lukács, 2011, P. 232). É nesse contexto, que Lukács, ao citar Walter Scott, diz o seguinte:

Quando Walter Scott descreve uma cidade medieval ou a casa de um clã escocês, esses objetos são componentes da vida e dos destinos de homens cuja psicologia se situa no mesmo nível de desenvolvimento histórico desses objectos ou, em outras palavras, cuja

psicologia é um produto dos mesmos conjuntos sociais e históricos que constituem tais objetos. Assim, nos épicos antigos, surge a “totalidade dos objetos” (Lukács, 2011, p. 232, grifos do autor).

Como se pode perceber, na citação acima, o romance histórico busca, minuciosamente, narrar e descrever a totalidades dos conteúdos históricos de modo a dar a entender aos leitores, o porquê do ser assim das coisas, hoje; baseado na “teoria materialista, segundo a qual o pensamento é capaz de reflectir o mundo exterior real e, por outro lado, ao sistema discursivo universal da dialética [...] como uma lei universal da evolução progressiva e da história racional” (Lukács, 1967, p. 53).

4.3. MOMENTOS ALTOS DE NGUNGUNHANE

4.3.1. Em Ualalapi

Em *Ualalapi*, Ngungunhane começa a ser representado, nos seus momentos altos, a partir do período em que o pai, Muzila, morre, cuja sua morte criou luto e tristeza em todo o império, apesar de terem tido outras mortes pelas aldeias do império, mas essas não significavam nada diante da morte de um rei ou imperador porque são pessoas sem nenhuma relevância, ou seja,

[6] “[...] pertencem ao vulgo, e ao vulgo a infelicidade sempre lhe surgiu, desde o princípio dos tempos, sem enigmas, às claras, como as suas vidas vulgares e sem história e destino senão o de nascerem para servirem aos superiores até a morte” (Khosa, 2000, p. 24).

Como se pode perceber no trecho 6, acima, as vidas ou as mortes de indivíduos comuns ou vulgares não têm a mínima importância diante da vida ou da morte de um rei ou de um familiar deste, pelo facto de não terem, ao longo das suas vidas, feito algo de relevante e impactante que merecesse alguma apreciação. Nasceram em famílias pobres e dominadas, e ainda continuam sendo pobres e serviçais ou vassalos dos que têm algum poder dentro do reino. Portanto, o infortúnio da vida sempre lhes atingiu e continuará lhes atingindo até ao fim das suas vidas. Nesse sentido, diante da morte do rei Muzila, pai de Ngungunhane, todas as pessoas vulgares, e não só, devem prestar homenagem ao rei, ao mesmo tempo que se entristecem pela incerteza do destino das suas vidas, uma vez que nesse instante, da morte do rei, é como se o império tivesse morrido e não uma pessoa. Portanto, um vulgo é um “[...] cão sem nome e história”, (Khosa, 2000, p. 41), a sua morte não

tem importância. Esse pronunciamento, presente na obra, nos remete ao pensamento de György Lukács, na abordagem sobre o romance histórico, ao afirmar que

o romance histórico não é episódico ou um gênero particular, mas a formalização que o romance assume ao figurar o passado como a pré-história do presente. [...], fazendo com que os homens se vejam como sujeitos da história, em uma experiência sem precedentes de reconhecimento das multidões, nomeada [...] de “sentimento histórico”. O que significa não só a percepção de que os destinos individuais estavam conectados com o universal (Lukács, 2011, p. 17-18).

Portanto, todas as pessoas devem ficar tristes e de luto pela morte do rei ou imperador Muzila pelo facto da trajetória das suas vidas, como indivíduos, estar conectada a ele. É o rei que determina o destino de cada pessoa que reside nos territórios sob o seu domínio. Como atesta a seguinte passagem em que Ualalapi, um chefe guerreiro Nguni, conversa com uma senhora em torno do silêncio que assombra a aldeia do império:

[7] - Morreu alguém da sua família?
 - O meu marido.
 - [...] lamento imenso. E os homens, por onde andam os homens?
 - Quem terá coragem de andar nestes tempos? [...]. Não morreu um homem, morreu o império.
 - [...]
 - [...]. Os chefes como tu aguardam Mudungazi na praça.
 - Certo. De que é que morreu o seu marido? - De susto. Mas que importância tem a formiga perante o elefante? (Khosa, 2000, p. 25).

Como se pode perceber no trecho acima, a formiga representa o povo e o elefante, que é o pai de Mudungazi, representa a figura do rei, do imperador Muzila, e a um soberano se deve venerar com todas as honras e cerimónias infundáveis, mesmo que isso seja desgastante ou tóxico para alguém que não é membro da família. Como atesta a seguinte passagem:

[8] E Ualalapi pisava agora, [...], o local onde o corpo do rei estivera estendido, no interior de uma cubata, sob o olhar atento dos maiores do reino que tinham o dever de assistir à putrefação do corpo para que os espíritos malvados não se apossassem de partes do corpo, aguentando durante dias e noites o cheiro insuportável da carne podre cujos líquidos caíam em vasilhas preparadas para o efeito (Khosa, 2000, p. 26).

No trecho 8, percebe-se que o rei já havia morrido, no entanto, ao invés do seu corpo ser enterrado logo de imediato, antes que começasse a se decompor e criasse problemas de saúde para as pessoas que estivessem próximos, ficou dentro de uma casa, cercado pelos maiores do reino que

prestavam vassalagem ao rei. Eles deviam ficar junto ao corpo, durante longos dias e noites, assistindo à decomposição do mesmo, nem que isso custasse as suas vidas. Deviam ficar ali, suportando um cheiro nauseabundo, para terem a certeza que o rei havia morrido de verdade e que o seu corpo ou parte dele não tinha sido extraviado por intrusos para fins satânicos ou obscuros, enquanto esperavam por novas ordens do sucessor do rei, sobre o destino a se dar aos restos mortais do finado. Como atesta o seguinte trecho:

[9] “Sentes este cheiro?

- É o cheiro da morte. Quando um rei morre, alguns súbditos devem acompanhá-lo.

- [...]. Há quanto tempo aguardam Mudungazi?” (Khosa, 2000, p. 26-27).

Nesse diálogo do trecho 9, compreende-se que, para além do cheiro do cadáver do imperador Muzila, que era bastante sufocante, mas que se devia suportar porque era o imperador ou o rei que ali estava estatelado, viriam outras mortes de pessoas inocentes que seriam sacrificadas, decapitadas ou enterradas vivas, para acompanharem o rei no seu novo estágio do ciclo da vida. Essas pessoas, que não eram da família do rei, seriam selecionadas do “vulgo”, ou seja, geralmente, eram pessoas comuns que saíam de alguma família da população do reino, quando o infortúnio de serem indicados para morrerem lhes atingisse. Estamos a falar de vassalos, escravos, etc., que iriam servir ao rei na sua vida eterna, do mesmo jeito que o serviram em vida. E na outra encarnação, pelo menos é o que estava na memória colectiva dos súbditos, estes sacrificados voltariam como reis, imperadores, soberanos, enfim, sairiam de pessoas vulgares ou comuns para seres distintos, como atesta Câmara Cascudo citado por Del Priore (2011, p. 136): “Os escravos sacrificados, explica Cascudo, voltariam à terra no corpo de homens livres, chefes, sacerdotes, soberanos [...]”. Segundo Alberto da Costa e Silva, também, citado por Priore (2011, p. 136), “Eles eram mortos, nos funerais do rei, do chefe ou de quem fora seu proprietário. [...] Atesta-se o sacrifício de escravos às divindades e aos mortos em quase toda a África subsaariana”.

Diante das cerimónias fúnebres do imperador Muzila e diante dos guerreiros e dos que aguardavam as orientações do novo herdeiro do trono do império de Gaza, Mundugazi se declarou sucessor vitalício ao império que antes pertencera ao seu avô (Sochangana - Manicusse) e ao seu pai (Muzila), e que ele seria o imperador que já mais o império tinha visto antes. Como atesta o seguinte trecho:

[10] Muzila morreu, meus guerreiros. A beira da morte indicou-me como seu sucessor. A sua sepultura será aberta por mim. [...]. Irei actuar já. Os homens que não me conhecem, conhecer-me-ão. Não vou partilhar o poder. [...] E serei temido por todos, porque não me chamarei Mudungazi, mas Ngungunhane, tal como essas profundas furnas onde lançamos os condenados à morte! O medo e o terror ao meu império correrão séculos e séculos e ouvir-se-ão em terras por vocês nunca sonhadas! (Khosa, 2000, p. 28-29).

É neste momento de ascensão ao poder que o novo rei ou imperador passou a se chamar de Ngungunhane, deixando para trás o nome de Mudungazi que desde a infância as pessoas do império o conheciam, se “encarnando” num novo homem que iria liderar os destinos do império na nova era, e que todo aquele que ousasse atravessar o seu caminho estaria condenado a morte, seja qual fosse a criatura, como se verifica no conto *Quem manda aqui?* (2019), de Paulina Chiziane, citado por Garcia (2022, p. 7): “Ngungunyane governa seu Reino de Gaza até que um dia a natureza ousa a desafiá-lo quando uma andorinha defeca em seu olho. Ele reúne seus melhores guerreiros para caçar e matar o pássaro que, segundo a visão do personagem, atreveu-se desrespeitar sua soberania”.

Portanto, Ngungunhane se declara, logo a prior, um ditador, totalitário e um sanguinário que viria a ser diante do povo sob o seu domínio e de outros que se atrevessem a afrontá-lo ou pôr em causa o seu trono e o seu império, mesmo que de familiar sanguíneo se tratasse.

Não querendo partilhar o poder com nenhum membro do seu império, nota-se que, no seu império, existirá muitas mortes e muitas guerras, como sucedeu com os anteriores reinados, o do seu avô e o do seu pai, em que os ciclos de seus mandatos iniciam, particularmente no mandato do pai, com uma guerra civil e o assassinato de um parente directo, pela disputa do “trono”. Como atesta o trecho 11, que segue:

[11] Este império sem medida ergueu-o o meu avô depois de batalhas incontáveis em que sempre triunfou. [...]. E ao morrer indicou o seu filho Muzila, meu pai como sucessor. [...]. Muzila [...] era bondoso. E muitos aproveitaram-se da sua bondade. Entre eles Mawewe, seu irmão [...] e tomou o trono por um tempo que a história não registrará [...]. Homem que não ousou chamar tio [...]. O meu irmão Mafemane, [...] consta-me que se prepara para partir a fim de abrir a sepultura do meu pai. A história não deve repetir-se. O poder pertence-me. Ninguém, mas ninguém poderá tirar-mo até a minha morte. [...] – Mafemane deve morrer (Khosa, 2000, p. 28-30).

Portanto, Muzila, pai de Ngungunhane, tomou o trono a força, depondo o irmão Mawewe que havia tomado o poder por algum tempo, por ter sido ele a abrir a sepultura para enterrar o pai, Sochangana, avô de Ngungunhane. Na verdade, esse período do reinado de Mawewe, como

imperador de Gaza, mesmo que tenha sido um curto espaço de tempo, os registos históricos são tangenciais, ou seja, a história não fala muito sobre esse período, tal como Ngungunhane profetizou no discurso, acima, durante a sua ascensão ao trono. E agora, antes que o irmão de Ngungunhane, Mafemane, tome o poder e dar-lhe tanto trabalho para o tirar do trono, deve morrer já. Facto que foi concretizado, sob suas ordens com a cumplicidade da tia *Damboia*, por um dos seus chefes guerreiros, Ualalapi. Como atesta as seguintes passagens:

[12] Do fundo do corredor uma lança cortou o ar e foi se enterrar no peito de Mefamane.
 [...] – Quem é? – perguntou Mafemane.
 - É Ualalapi – [...].
 - [...]. Donde é que é?
 É nguni.
 [...] Ualalapi [...] ajoelhou, tirou a lança do peito e voltou a enterrá-lo vezes sem conta.
 [...] partes do corpo de Ualalapi foram-se cobrindo de sangue quente expelido do corpo de Mafemane já morto (Khosa, 2000, p. 34).

Assim, se lacrava a tomada de posse de “Ngungunhane, nome que Mudungazi adotara ao ascender a imperador das terras de Gaza” (Khosa, 2000, p. 34). Nesse sentido, “o que importa o romance histórico é *evidenciar*, por meios *ficcionais*, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas” (Lukács, 2011, p. 62).

4.3.1.1. Ngungunhane e os rituais de fortalecimento do poder

Nos momentos altos da vida pública, Ngungunhane realizava, anualmente, cerimónias sagradas de invocação aos espíritos onde os vassalos vindos de diferentes pontos do seu império traziam-lhe oferendas, em jeito de adoração (idolatrarem-no) e ele recebia com todo gosto, e no último dia do mês, nessa cerimónia anual, ele se dirigia a um local sagrado para, também, proceder oferenda, neste caso, aos espíritos, em jeito de sacrifício, para que os mesmos fortificassem o seu poder e o império; como atesta o trecho 13 que se segue:

[13] [...] o nkuaia, ritual anual e sagrado, em que os súbditos, provenientes de todos os cantos do império à corte, se dirigiam, cantando e ofertando iguarias [...], no dia último do mês se dirigia ao lhambelo, nomeação do local sagrado, nu e acompanhado, para os rituais que culminavam com a matança de gado e de dois jovens, de ambos os sexos, que entrariam no prato mágico que revigoraria o império e lhe daria força para a bebedeira que se seguia e ao untento [...] (Khosa, 2000, p. 55).

Como se pode perceber, Ngungunhane realizava rituais satânicos, nu, onde sacrificava pessoas, jovens de ambos os sexos, que não eram seus filhos, sob olhar dos grandes do reino que o acompanhavam e o apoiavam nesses momentos, que ele considerava como sagrados, que só a ele o beneficiavam, em detrimento de outras famílias que perdiam seus filhos nesses rituais diabólicos. Pois, ele devia ser louvado com cânticos porque era “soberano dos soberanos, [...] ele teria que viver para todo o sempre, nem que isso custasse a vida de todos os súbditos” (Khosa, 2000, p. 55-58). Facto que mostra que a vida dos súbditos não tinha o mínimo sentido ou significado diante da vida do imperador, como foi referenciado no trecho 7.

Para além de sanguinário, esse facto de Ngungunhane estar possuído de espíritos satânicos, encarnados nele por “macumba”, é que fazia com que os portugueses tanto o temessem. O medo, disfarçado em respeito, que os portugueses tinham do imperador Ngungunhane, nota-se aquando da viagem do seu filho, Manua, num paquete tripulado por brancos portugueses, ele teria vomitado por todos os cantos do paquete, tendo enjoado aos de mais passageiros. No entanto, a tripulação não teve a coragem de mandá-lo limpar, tendo sido eles a limparem a sujidade criada pelo preto, filho do imperador. Caso fosse um preto vulgar, teria sido obrigado a limpar o vómito e, no fim, a tripulação iria lança-lo ao mar para ser comida de peixe, como acontecia a tantos outros pretos, como escravos, por exemplo. Confira o trecho:

[14] - Tens a sorte de seres filho do rei, rapaz – disse o comandante. [...]. Olha, vê bem a merda que fizeste [...]. Os faxinas entraram no camarote e limparam o soalho, olhando de soslaio o preto, filho do rei que os portugueses tanto temiam (Khosa, 2000, p. 88-89).

Esse medo pelo Ngungunhane, que ao mesmo tempo ganhava um sabor de ódio, já que a tripulação do paquete olhava o seu filho de “soslaio pela merda que fez”, pode ser elucidado em Vilhena (1996), no seu estudo historiográfico relacionado com as conferências sobre a partilha de África pelas potências europeias, ao afirmar o seguinte:

Perante as grandes potências europeias, Portugal era um país sem voz, sem força, sem projeção. O facto de ter aberto a rota marítima para a Índia e de se ter antecipado na fixação em certos pontos da África não lhe permitiu valer quaisquer direitos de precedência, pelos quais se bateu nas conferências de Londres, em 1884, e de Berlim, em 1885. Aceitou a humilhação com revolta e lutou com denodo para se impor à consideração dessas potências. Vencer o Gungunhana, [...] cujo nome fazia estremecer os próprios africanos, foi o que terá permitido para alcançar tal consideração (Vilhena, 1996, p. 18).

Nesse contexto, pensamos nós que é daí onde provém a heroicidade de Ngungunhane face a dominação colonial portuguesa em Moçambique. No entanto, há um facto elucidativo na ocorrência do paquete, segundo o qual, o respeito ao filho do Ngungunhane, dizendo-o que ele tem sorte, por ser filho do rei, nem que de medo se tratasse, e chamarem Ngungunhane de rei, nota-se, como nos referimos antes, que o imperador teve uma relação amistosa com os portugueses e que teria sido rompida por algum motivo, ficando, Ngungunhane, em dívida com os portugueses, daí que o queriam vencer a todo custo, como um acto de vingança. Esse facto é evidenciado em *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, no encontro entre uma das mães de Ngungunhane, a rainha Impibekezane, e o sargento português Germano de Melo que apareceu ferido nas terras sob o domínio do imperador, procurando um curativo. Nesse encontro, onde a rainha-mãe se fazia acompanhar pela irmã do imperador Ngungunhane, Mpezui, ela procurava interceder a favor do seu filho junto ao sargento Germano de Melo, numa fase em que as tensões entre o império de Gaza e o império português estavam em alta, ao mesmo tempo que os exércitos, de ambos os lados, se concentravam para o confronto na planície de Magul. Na conversa desse encontro, na fala do sargento Germano de Melo, é evidente o seguinte:

[15] [...] a rainha Impibekezane não é mãe de sangue do monarca. Essa verdadeira mãe faleceu recentemente e, por desejo expresso do esposo Muzila, foi enterrada embrulhada na bandeira portuguesa. [...]. Com entusiasmo, Mpezui declarou que o rei de Gaza detinha a mesma posição de sargento do exército português e que, por isso, a minha pessoa merecia o máximo respeito. Enganavam-se. Confundiam as patentes de sargento e de coronel, que era a distinção que D. Carlos atribuíra a Gungunhana. [...] – *O meu falecido marido, Muzila, foi um grande amigo de Portugal* – anunciou a rainha. O soberano Vátua, contudo, morrera desiludido: parte das promessas dos portugueses nunca foram cumpridas. Porém, era esta uma verdade nas duas direcções: o monarca africano também se esquecera de honrar os seus compromissos (Couto, 2022, p. 114-116, grifos do autor).

Como se pode perceber, tanto Ngungunhane quanto o seu pai, Muzila, tiveram uma relação amistosa com os portugueses ao ponto de terem se tornado cidadãos portugueses, ou seja, Ngungunhane não só herdou o trono de Gaza, como também herdou a amizade e a nacionalidade portuguesa bem como o conflito que o seu pai tinha com os portugueses. É no contexto da falta de cumprimento, por ambas as partes, dos compromissos assinados que se rompe essa relação amistosa e as juras de vingança ascendem.

Nas circunstâncias em que se encontravam os portugueses diante de outras potências europeias, nas conferências de Londres e Berlim, respectivamente, referenciadas por Vilhena, ganha sentido a fala de Ngungunhane, no momento da sua ascensão ao trono do império de Gaza,

onde teria dito aos seus guerreiros e de mais presentes, em um acto típico da profecia, como referenciamos no trecho 10, que o império de Gaza, sob o seu comando, seria temido por séculos porque ele iria implantar um terror que ouvir-se-ia em terras que os seus súbditos nunca sonharam. De acordo com o que foi dito por Vilhena, esse terror implantado no império de Gaza se traduz num acto sanguinário ao ponto do próprio africano, povo do império, “estremecer” ao ouvir o nome do Imperador Ngungunhane, ou seja, qualquer acto praticado por um súbdito ou um vassalo do império que fosse controverso aos ideais do imperador Ngungunhane estava sujeito a uma punição severa que culminava em morte ou execuções, em público, do praticante para que a mensagem chegasse a todos, e inibisse qualquer intento individual ou colectivo que pudesse pôr em causa o reinado do “Leão de Gaza” (Couto, 2022, p. 75), como, também, o chamavam.

4.3.2. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia

Em *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, os momentos mais altos da vida pública e privada do imperador Ngungunhane são apresentados no instante em que os portugueses endereçam um convite a ele para negociações diplomáticas, evitando, assim, confrontos militares, em que o centro das negociações tinha por exigir, ao imperador, o seguinte:

[16] a entrega dos dois régulos rebeldes, o pagamento de um tributo anual de dez mil libras em ouro e o licenciamento dos comerciantes brancos, baneanes e mouros no seu território. [...] que permita o estabelecimento de linhas telegráficas entre os postos militares (Couto, 2022, p. 73-74).

No entanto, os portugueses estavam cientes que o imperador Ngungunhane não iria ceder essas exigências, uma vez que essa cedência significaria uma total alienação da sua soberania para os portugueses. Porém, a exigência crucial, para os portugueses, no instante das negociações, conforme descreve a segunda carta do tenente Ayres de Ornelas enviada ao sargento Germano de Melo, era que Ngugunhane entregasse os régulos que se insurgiam contra eles (Couto, 2022, p. 73-74).

Ngungunhane, para mostrar aos portugueses que era ele quem mandava e ditava as regras naquelas terras, faltou ao dia marcado para o encontro, invocando assuntos familiares; como atesta o seguinte trecho da referida carta do tenente Ayres de Ornelas:

[17] O rei de Gaza não compareceu na primeira convocatória. Estava ocupado num funeral. Foi o que um mensageiro nos transmitiu. O conselheiro Almeida quis saber quem tinha morrido. Respondeu o mensageiro que se tratava de “*uma das mães*” do rei. Contive-me para não me rir. *Uma das mães?* Coisa de pretos, pensei.

No final o mensageiro transmitiu o convite de Gungunhane para que o rei de Portugal visitasse o Estado de Gaza e que trouxesse com ele as suas muitas mulheres. Ríspido, o Conselheiro corrigiu: “*o rei apenas tem uma esposa*”. O cafre anunciou, solícito, a disposição dos anfitriões africanos para ajudar o rei a suplantar aquela carência (Couto, 2022, p. 76-77).

Transpassando o trecho 17, acima, percebe-se que o elemento mulheres ou esposas, cerca trintas mulheres, em volta de Ngungunhane, espalhadas pela capital do império, (Khosa, 2000, p. 46), em que uma delas foi o motivo da execução de Mputa, um guerreiro de alto nível e valente nas fileiras militares Nguni, bem como da execução da filha deste, Domia, a mando de Ngungunhane, em *Ualalapi*, tendo criado opiniões divergente na corte, quanto ao acto bárbaro protagonizado por Ngungunhane, que mais adiante falaremos, é retomado aqui, em *as areias do imperador: a espada e a azagaia*.

Ao se comunicar a delegação portuguesa que o imperador Ngungunhane não viria ao encontro, na primeira convocatória, porque estava ocupado num “funeral de uma das suas mães, isto é, uma das viúvas de Muzila, chamada Puézio” (Vilhena, 1996, p. 166), e isso foi motivo de riso pela delegação portuguesa e, ao mesmo tempo, visto como coisa de preto, é elucidado quando o mensageiro transmite o convite para que o rei de Portugal visitasse o estado de Gaza e que trouxesse com ele as suas muitas mulheres. Ora, se o pai de Ngungunhane, Muzila, teve muitas mulheres, e cada uma delas ele fez filhos, totalizando um “número de dezoito filhos” (Vilhena, 1996, p. 169), e Ngungunhane é um desses filhos, logo, para além da mãe biológica de Ngungunhane, ele teve muitas madrastas, como é caso da rainha Impibekezane, uma das esposas de Muzila, (Couto, 2022, p. 113-114), para além das tias, como é caso da Damboia, irmã mais nova do pai (Khosa, 2000, p. 55), que também exercem os papéis de mães para Ngungunhane. E essa relação de laços familiares, para os portugueses foi sempre causa de muita confusão (Vilhena, 1996, p. 170). Nesse sentido, Ngungunhane, como imperador, também, herdou essa forma de ser e de estar diante do seu povo, como um hábito cultural. Ele teve muitas mulheres, logo, teve muitos filhos, e cada um dos seus filhos teve muitas mães, como assegura Vilhena (1996, p. 15), ao afirmar que “Ngungunhane esteve casado com 200 a 300 mulheres e teve vintenais de filhos”. Dessas mulheres, ele tinha as grandes e as pequenas esposas, estas últimas cumpriam “apenas o serviço [...] de recolher e enterrar as fezes e a urina do rei” (Couto, 2022, p. 360), facto que não acontecia

na vida dos reis brancos, no caso em apreço, na vida do rei de Portugal que só tinha uma esposa, situação que é vista pelos pretos da corte de Ngungunhane como sendo uma carência, ou seja, ter muitas mulheres e, conseqüentemente, muitos filhos era visto, ou ainda se vê, pelos pretos, como sendo uma riqueza, diferentemente do pensamento do homem branco.

Indo, ainda, na esteira do pensamento de que ter muitas mulheres e muitos filhos era uma riqueza do rei preto, dá a entender que Ngungunhane era sexualmente activo e disfrutava de várias orgias, uma vez que as referidas muitas mulheres ou esposas serviam apenas para satisfazerem e engrandecerem o seu ego de imperador e não para amá-las, diferentemente do rei de Portugal que tinha uma única esposa. Esse facto tem mostrado que as mulheres (esposas, mães e tias) exerceram grande influência, psicológica e prática, nas ações do imperador Ngungunhane e na tomada de decisões dentro do império de Gaza. Portanto, é notável que a vida privada e íntima de Ngungunhane interferiu na gestão da vida coletiva do império, como, por exemplo na morte de Mputa e da sua filha Domia, que teve influência de uma das suas mulheres, e do assassinato do irmão, Mafemane, que, na luta pelo trono, teve a cumplicidade da tia Damboia (Khosa, 2000, p. 32-33), bem como a não realização de assuntos tão sérios, relacionados com a segurança do império, como é o caso de assembleias ou parlamento, designado por *utento*, que discute as estratégias de defesa e outros assuntos relevantes, em momentos tumultuosos e de guerra, só porque a tia Damboia estava doente; como atesta o seguinte trecho, em *Ualalapi*:

[18] Por isso, dizia Ngungunhane, mais importante era ela que os assuntos do império e enquanto eu estiver vivo as assembleias podem faltar, eu represento a todos, homens, mulheres, velhos e crianças deste império sem fim, dizia isto com toda a pujança na voz, [...] (Khosa, 2000, p. 56).

Não só, agora falta a um encontro de negociações com os portugueses porque uma das mães dele faleceu. No entanto, sabia que as negociações estavam em torno de um conflito decorrente de uma provocação ou ataque protagonizado pelos seus vassalos, os régulos Mahazul e Zixaxa, a capital imperial portuguesa, Lourenço Marques, em Moçambique (Couto, 2022, p. 74).

Portanto, nota-se nessa dinâmica de acontecimentos, que o imperador Ngungunhane dava bastante primazia as mulheres, facto que teria sido um dos elementos que constituía, significativamente, uma fraqueza do imperador, como falaremos mais adiante, pois, isso interferia na gestão do império.

E como as relações e as tensões entre Ngungunhane e os portugueses tornavam-se cada vez mais ruins e cada um dos lados buscava a proteção e as armas que estivessem ao seu alcance para travar as batalhas que viessem, e inculcar o terror e o medo nos inimigos internos e externos, os rituais de fortalecimento do poder do imperador Ngungunhane, através de “macumba” ou feitiço, descritos em *Ualalapi*, trecho 13, também aparecem nas narrativas de *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, ao referenciar-se o seguinte:

[19] Ao entrar na igreja naquela tarde o padre Rudolfo foi surpreendido pela presença de três homens que ocupavam a primeira fila das escassas cadeiras. Os estranhos apresentaram-se: eram Manhune, general e conselheiro de Ngungunyane, e dois guardacostas [...]. Manhune, [...] sem rodeios, anunciou o propósito da sua visita: vinha buscar as mulheres:

Que mulheres? – perguntou, tremendo, o sacerdote.

Bibliana e a branca que acabou de chegar.

Não saíam dali sem as levar. O nkosi pretendia as duas. A negra, pelos poderes que ela detinha. A branca pelo poder que lhe era acrescentado ao ter uma esposa europeia (Couto, 2022, p. 103-104).

Portanto, “Bibliana é milagreira, a melhor das curandeiras. Não há mazela que ela não trate” (Couto, 2022, p. 45). Por isso, era fundamental que ela estivesse junto da corte para prestar serviços de vassalagem ao imperador, no que concerne a tratamentos de purificação e fortificação do imperador diante dos espíritos maus e da cobiça estrangeira pelas terras sob o seu domínio. Não só, pensava-se que a Bibliana, com as suas magias, conseguia proteger a quem ela quisesse contra as balas do inimigo, ou seja, havia uma crença, tanto nos pretos (indígenas) quanto nos brancos, que ela conseguia fazer uma blindagem no corpo das pessoas ao ponto de se tornar prova de bala em que um projétil de um fuzil não poderia, de jeito nenhum, perfurar o corpo. Caso o projétil perfurasse, acreditava-se que nunca levaria a um óbito (Couto, 2022, p. 134-136). Facto que estava longe de ser verdade, pois, sabe-se que o seu cunhado, da tribo Vandau, irmão do falecido esposo dela, tinha sido cravado de balas a mando do comandante português Mouzinho de Albuquerque, por se achar que se tratava de um espião de Ngungunhane, rondando as posições militares dos portugueses. Mesmo tentando se explicar, não escapou a sentença de morte proferida por Mouzinho de Albuquerque, porque ele “*falou na língua dele, o xindau, e nenhum dos portugueses o entendeu*”. A situação de não ser entendido, devido a língua ser diferente do interlocutor, ocorria também quando um branco fosse pegue pelos pretos, ditando, imediatamente, a culpabilidade do acto em que era acusado (Couto, 2022, p.132-134, grifos do autor).

Gravemente ferido, por perfurações de balas, o Vandau, acusado de espionagem, recorre a Bibliana na certeza que se curaria dos graves ferimentos pelas mãos dela, no entanto, não resistiu aos ferimentos e acabou sucumbindo (Couto, 2022, p. 134-135).

De acordo com a terceira carta do sargento Germano de Melo enviada ao tenente Ayres de Ornelas, a acusação dos portugueses, liderados por Mouzinho de Albuquerque, contra o cunhado da curandeira Bibliana era certa, pois, “desde há semanas que fazia serviços de espionagem. Entregava as informações ao Gungunhana em troca da salvação da sua família escravizada na corte Gaza” (Couto, 2022, p. 135). Essa situação revelada pelo visado, momento antes da sua morte, podemos entender que poderia constituir uma ameaça ao imperador Ngungunhane ao levar a força, a curandeira Bibliana para purificá-lo, fortificá-lo e proteger o seu império contra os invasores europeus, pois, isso só veio acrescentar o ódio que ela carregava, há tempos, contra o imperador Ngungunhane. Sabe-se que, ainda menina, “o pai foi levado como escravo e a mãe foi morta ao tentar defender a família” (Couto, 2022, p. 137) contra os caçadores de escravos e teria ficado viúva porque “o marido foi morto pelas tropas de Ngungunhane” (Couto, 2022, 138), episódios que não saíam da sua mente e deixavam-na bastante devastada.

E, agora, ter uma mulher branca, como esposa, representava uma mensagem que Ngungunhane dirigia aos seus súbditos e aos seus adversários portugueses, como uma forma de mostrá-los que ele poderia ter ou alcançar o que quisesse, porque era “o soberano dos soberanos”, ou seja, ele tinha o poder e a capacidade suficiente para vencer os portugueses e qualquer outro adversário que se atrevesse a atravessar o seu caminho, particularmente, em terras sob o seu domínio ou em terras que ele pretendesse anexar, para dilatar o seu império. No entanto, este intento de levar a curandeira Bibliana e a branca italiana Bianca Vanzini fracassou porque elas não se encontravam no pátio da igreja e o padre Rudolfo havia ocultado qualquer detalhe sobre o paradeiro delas (Couto, 2022, p. 105).

Como se pode perceber, é mais uma coisa de preto, na fala do tenente Ayres de Ornelas, como foi referenciado no trecho 17, Ngungunhane achar que ter uma mulher branca, europeia, iria acrescentar-lhe algum poder diante de outros pretos e dos próprios brancos. Pelo contrário, poderia ser um grande fracasso, uma vez que ela seria levada a força, e não por livre e espontânea vontade, para ser a esposa do imperador. Não só, a branca italiana era amiga dos portugueses, no caso em apreço do sargento Germano de Melo (Couto, 2022, p. 20). Como não bastasse, para além de estar obcecadamente apaixonada pelo capitão Mouzinho de Albuquerque, a italiana Bianca conhecia

intimamente muitos dos oficiais portugueses (Couto, 2015, p. 36). Nesse sentido, ela prestava, naturalmente, o seu apoio aos portugueses, como atesta a seguinte passagem, da primeira carta do tenente Ayres de Ornelas enviada ao sargento Germano de Melo, onde ele diz: “[...] essa curiosa italiana, Bianca Vanzini que, longe da ética e dos costumes, tão doces serviços tem prestado às nossas tropas” (Couto, 2022, p. 37). E o sargento Germano de Melo relatava, também, através de cartas, todas as movimentações dos indígenas e da corte de Ngungunhane, como um espião, ao serviço do tenente Ayres de Ornelas que estava no encalço dos dois régulos fugitivos, vassalos de Ngungunhane, o mesmo que dirigia a delegação portuguesa para as negociações junto a corte do império de Gaza, a fim de deter os régulos que se insurgiram contra os portugueses.

Como foi dito no trecho 17, o imperador Ngungunhane não compareceu na primeira convocatória para as negociações, deixando os portugueses de plantão até ao terceiro dia em que ele veio, em grande estilo e aparato militar, na residência do português, José d’Almeida, em Manjacaze, onde iriam decorrer as negociações sob a mediação deste, o qual gozava de alguma simpatia e confiança por parte do imperador (Couto, 2022, p. 75-77), como atesta o trecho que se segue:

[20] A comitiva real era de tal modo numerosa que se espalhou por um circulo de mais de cinquenta metros de diametro ao redor da tenda onde iriam decorrer as conversações. [...]. Os mais de quatro mil soldados, que se apresentaram sem escudo nem azagaia, formaram uma moldura humana a perder de vista.[...]. O curioso costume: o rei não chegou nunca a falar. Um anónimo orador usou da palavra para nos saudar e nos presentear com uma cabeça de gado como prova de simpatia. Não era ainda uma negociação. Apenas um ritual de boas-vindas. Mas era também uma exibição de poder. A impressão de força que quiseram deixar não resultou apenas do elevado número de tropas. O canto que entoaram em unísono impressionou-me bem mais do que qualquer exibição belicista (Couto, 2022, p. 77-78).

Como se pode perceber nesse trecho, Ngungunhane quis passar uma mensagem aos portugueses do quão poderoso ele era, tanto económico quanto bélico, transpassando a eles um acto intimidatório para que não ousassem confrontá-lo. Nesse sentido, os portugueses deveriam se resguardar nas suas abordagens para que o confronto fosse evitado, durante ou no fim das negociações; uma vez que, segundo Garcia (2008, p. 131, grifos autor), o “cântico entoado pelos homens da corte de Gungunhana, durante as festas do *Inkwayo*” significava “O Gungunhana é como as asas dum pássaro ... Nós somos guerreiros, ninguém pode vencer-nos! Não podem vencer-nos, mesmo que tenham muita força”. Portanto, Ngungunhane procurava derrotar o adversário de forma psicológica.

Esses todos rituais e exibições de poder consumiram o dia todo, prolongando o evento para o dia seguinte, como atesta o seguinte trecho:

[21] Na manhã seguinte foram quatro horas seguidas de reuniões [...]. E ali se confirmou a ardilosa inteligência do nosso adversário. [...]. Pois eu tenho que reconhecer nele a sagacidade de um extraordinário negociador. Não negou, não contrariou a nossa mais nervosa exigência que era a de nos entregar os rebeldes Mahazul e Zixaxa. Sugeriu, em contrapartida, que juntássemos forças na procura desses fugitivos. Se a busca falhasse, as culpas não recairiam apenas sobre ele. E criticou a falta de inteligência da nossa parte: se tanto queríamos capturar aqueles evadidos, por que razão fizemos disso tanto alarde? Quem persegue um alvo furtivo deve agir de modo mais furtivo. E esgrimiu o Ngungunhane um outro argumento que me pareceu imbatível: se não queríamos a guerra, como tanto insistíamos, por que motivo estávamos concentrando milhares de tropas e artilharia na fronteira do seu território? (Couto, 2022, p. 79).

Percorrendo essas declarações do tenente Ayres de Ornelas, nesse trecho 21, percebe-se que Ngungunhane recusa-se, de forma estratégica, a não entregar os réculos exigidos pelos portugueses. E como não bastasse, ele desafiou aos portugueses, mostrando-os que são menos inteligentes do que ele. Caso fossem inteligentes, eles iriam procurar os fugitivos, a todo o custo, numa caçada que iria encurralá-los, deixando-os sem saída e assim capturavam-nos sem precisar de dizer que querem negociar e não a guerra, no entanto, trazem um exército com armamento pesado, como a artilharia. Ngungunhane, ao sugerir fazer uma força tarefa entre os soldados dele e dos portugueses para procurar os fugitivos, e caso não os encontrassem a culpa não seria dele, mas de ambas partes, isso mostra claramente que os réculos procurados tinham sido escondidos por ele, e que nessa força tarefa seria ele ou os seus homens que iriam conduzir a busca no território sob o seu domínio e, naturalmente, não seriam encontrados. Foi uma proposta sarcástica, porque as abordagens de Ngungunhane foram coerentes e desafiadoras. É nesse sentido que o tenente Ayres de Ornelas achou-o de sagaz e um extraordinário negociador. Não só, essa forma sarcástica impressionou o capitão Santiago da Mata.

[22] Na altura ele escoltava o conselheiro José d' Almeida numa dessas infundáveis missões diplomáticas [...]. Segundo Santiago, o rei fala pouco, expressando-se apenas por monossílabos e apesar de ser um ávido bebedor, sempre se apresentou sóbrio nas negociações. Gungunhane tem a qualidade de fazer de conta que não percebe o que se lhe diz. Finge não entender outro idioma que não seja zulu, a língua da corte e do império. Nos encontros com os indunas, em lugar de um autocrata que monopoliza a palavra, o imperador deixa os conselheiros falarem sem nunca serem interrompidos (Couto, 2022, p. 300).

Talvez seja essa forma de negociar que a história de Moçambique referencia, dizendo que Ngungunhane foi “um político hábil que negociou sabiamente com [...] o governo português” (FRELIMO, 1971, p. 67) *apud* (Garcia, 2022, p. 5).

Deste modo, as intensões diplomáticas dos portugueses com o imperador Ngungunhane tinham fracassado porque este tinham imposto estrategicamente a sua autoridade, desafiando-os, tal como profetizara o capitão Mouzinho de Albuquerque, que havia se oferecido para conduzir a referida missão diplomática, mas que não fora autorizado. Nessa profecia, ele diz publicamente o seguinte: “*do Conselheiro José d’Almeida só há vergonha a esperar*” (Couto, 2022, p. 75, grifos do autor). O que quer dizer que nesse encontro diplomático com Ngungunhane, os portugueses se sentiram envergonhados e humilhados. Por isso, na carta que Mouzinho escrevera para António Enes, comissário régio (Garcia, 2008, p. 131), nas vésperas das negociações, lamentando de não ter sido ele o eleito para negociar com o rei de Gaza, diz o seguinte:

[23] “*mil vezes antes perder-se tudo e todos numa catástrofe a nos retirarmos sem fazer nada*”. E acrescenta: “*ofereço-me para conduzir esta missão por mais doidamente arriscado que seja o empreendimento*” (Couto, 2022, p. 75, grifos do autor).

Portanto, nessas negociações diplomáticas, Ngungunhane tinha derrotado, psicologicamente, aos portugueses. Então, eles tinham que tomar uma nova posição para com Ngungunhane, como atesta o seguinte trecho:

[24] “Disse o Comando Militar de Lourenço Marques que estas são as últimas conversações com os chefes dos Vátua. O tempo joga contra nós: as nações europeias com ambições coloniais estão à espreita. [...] os dois exércitos se preparam arduamente para a guerra” (Couto, 2022, p. 81).

Assim iniciava a caçada furtiva, tal como Ngungunhane havia sugerido aos portugueses nas negociações diplomáticas. No entanto, agora, não é uma caçada, somente, contra os régulos que Ngungunhane negara entregar, mas também, contra ele mesmo, uma vez que os portugueses pretendiam, o mais rápido possível, extinguir o império de Gaza e ocuparem as terras sob o seu domínio antes que outras nações europeias ocupassem e tomassem como sua colônia; como atesta o trecho, que se segue, da terceira carta do tenente Ayres de Ornela ao Sargento Germano de Melo:

[25] Deram-me ordem que deixasse os afazeres diplomáticos e, aqui em Inhambane, me envolvesse nos preparativos de uma poderosa ofensiva militar que terá lugar nas planícies

de Magul. [...]. Seria vital que eu tivesse, em primeira mão, informações de natureza estratégica. As mais importantes são as referentes a movimentações de Gungunhane ou dos dois régulos fugitivos. [...]. A nossa correspondência passa, portanto, a ter um caráter funcional e reservado. O mais importante é que me forneça trunfos [...]. Assim que aconteça a minha promoção o meu amigo será imediatamente reenviado para Portugal. Fica a minha promessa (Couto, 2022, p. 95-97).

Percorrendo o trecho da carta do tenente Ayres de Ornelas, percebe-se que a caçada ao imperador Ngungunhane já havia iniciado. E como o sargento Germano de Melo vivia misturado com os nativos Machopes, já que namorava a negra Imani e, também, se encontrava nas proximidades da corte de Ngungunhane, em Sana Benene, onde procurava tratamentos hospitalares, no hospital do suíço Georges Liengme, por conta dos ferimentos na mão, ficava mais fácil para este fornecer informações precisas e vitais às hierarquias superiores dos portugueses, sobre as movimentações do imperador Ngungunhane e seus guerreiros, de modo a se traçar melhores estratégias de ataque e sucesso, evitando-se, nesse sentido, baixas por parte dos portugueses.

O sargento Germano de Melo, dando essas informações ao seu superior hierárquico, o tenente Ayres de Ornelas, sobre as ações mais recentes do imperador Ngungunhane e dos dois régulos fugitivos, procurados pelos portugueses, ajudaria a este a ser promovido para cargos mais altos e relevantes da hierarquia militar portuguesa. Por sua vez, o tenente daria, como recompensa ao sargento, a possibilidade de este voltar para casa, Portugal, já que o mesmo cumpria pena de prisão, mas como soldado português, nas terras africanas de Moçambique; como aprofundaremos mais adiante. Portanto, por um lado, ter informações relevantes, em primeira mão, que levassem a derrotar Ngungunhane e capturar os régulos fugitivos, era uma questão de honra por parte dos oficiais portugueses porque lhes conferia notoriedade, respeito, reconhecimento e o mérito de serem promovidos, na hierarquia militar, para cargos cimeiros. Por outro lado, fornecer essas informações, era uma questão de liberdade, anulação da pena e regresso a casa, Portugal, para certos soldados que cumpriam alguma punição. Daí que, entre os oficiais portugueses, existia uma certa rivalidade no alcance desse propósito. Como se pode destacar no trecho a seguir, da terceira carta do tenente Ayres de Ornelas:

[26] Se eu souber disto antes de qualquer outro oficial português – e sobretudo antes de Mouzinho de Albuquerque – terei um precioso trunfo para me notabilizar perante os meus superiores (Couto, 2024, p. 97).

No entanto, o sargento Germano de Melo, que devia espiar as movimentações da corte de Ngungunhane, recebe uma visita inusitada de uma das mães do imperador, a rainha Impibekezane, na igreja do padre Rudolfo onde o português se encontrava recebendo cuidados médicos, com o propósito de adverti-lo sobre qualquer tentativa, por parte dele, contra o seu filho, acabaria com a vida do mesmo; como se ela soubesse das intenções do português em relação ao imperador Ngungunhane. Como atesta o seguinte trecho da segunda carta do sargento Germano de Melo ao tenente Ayres de Ornelas:

[27] A razão da inesperada visita era, imagine, Vossa Excelência, a minha pessoa! Impibekezane ouvira dizer que tinha chegado um militar branco a Sana Benene e pretendia encontrar-se em privado com esse português. [...].
 Como me haviam recomendado dirigi-lhe uma saudação que só ao rei era permitida:
 - *Bayete!* – proferi dobrando-me numa pouco convincente vénia. [...]
 A rainha-mãe vinha alarmada pela tensão que se vivia na nossa região. Os dois exércitos concentravam milhares de homens na planície de Magul.
 [...]
 - *Em tempos como este, a decepção paga-se com a vida* – intimou a soberana. [...].
 A terra que eu pisava era sagrada, declarou a rainha. Naquele chão viviam os seus mortos.
 [...].
 - *Sou rainha. Mas primeiro sou mãe. [...] nenhum exército tem mais força que uma mulher defendendo a sua prole.*
 Não sendo sangue do seu sangue, o Gungunhana – ou Umundungazi como ela o designou – era o predileto dos seus filhos. E ela estava disposta a defendê-lo a todo o custo. Era por essa razão que a rainha ali estava: concebera um modo de salvar o imperador (Couto, 2022, p. 114-118, grifos do autor).

Como referenciamos nos trechos 20 a 27, as tensões em ambas as partes, tanto nos povos angunes quanto nos portugueses, estavam em alta. Do lado do império de Gaza, todo apoio a Ngungunhane era fundamental, principalmente o apoio vindo da sua família directa, já que ele não gozava de tanta simpatia no seio do povo sob o seu domínio, particularmente os Machopes. Do lado dos portugueses, a ocupação efectiva das terras sob o domínio dos angunes, bem como toda a nação moçambicana era crucial, antes que outras potências europeias o fizessem. Para que tal intento se concretizasse, era fundamental eliminar Ngungunhane.

Depois de nos debruçarmos em torno dos momentos altos do soberano Ngungunhane, iremos, agora, buscar narrativas das obras em estudo que trazem a tona o desenvolvimento de dois principais conflitos que decorrem entre Ngungunhane e os povos das terras por ele dominadas bem como o conflito entre ele e os portugueses sobre as mesmas terras. Estes últimos, partindo do pretexto de que Ngungunhane se recusou a entregar os dois régulos, Mahazul e Zixaxa, que atacaram a sua capital, Lourenço Marques. Ambos conflitos vão determinar os momentos baixos

do imperador Ngungunhane porque constituem a desconstrução da sua imagem de homem poderoso e invencível, como foi propagado nos cânticos dos guerreiros durante a fase de negociações diplomáticas com os portugueses, apresentada no trecho 20.

5. A ICONOCLASTIA A NGUNGUNHANE

Como referimos no fim da secção anterior, nesta secção, pretendemos trazer e discutir os elementos presentes nos dois romances em estudo que desconstroem a imagem de bravura e de heroicidade de Ngungunhane face a resistência dos povos das terras sob o seu domínio e face aos portugueses que, a todo o custo, procuravam derrubar o seu poder e o seu império, bem como, o estabelecimento da sua máquina administrativa nas terras pertencentes ao seu vasto império. Nesse sentido, iniciaremos por falar dos limites que constituíam as terras sob o domínio do Império de Gaza. Em seguida, falaremos dos momentos baixos da vida pública e privada de Ngungunhane. Nesse sentido, como linhas introdutórias, diríamos que Ngungunhane, como imperador, teve relações bastante conflituosas e controversas com o povo sob o seu domínio e relações amistosas com nações europeias como: Suíça, Reino Unido (Inglaterra) e Portugal. No entanto, da amizade, surgem intensos conflitos com os ingleses e os portugueses, particularmente, com esses últimos, que mais adiante iremos nos debruçar em torno dos mesmos.

No que se refere a essas relações amistosas e controversas, que mais adiante veremos, são notáveis, logo no início, em Couto (2022), na voz da personagem Imani, quando diz o seguinte:

[28] [...] único hospital em toda a região de Gaza. [...] Mandlhakazi onde trabalhava o único médico em toda a nossa nação: o missionário Georges Liengme. Os protestantes suíços escolheram com critério um local para erguer o hospital: junto da corte do imperador Ngungunhane e longe das autoridades portuguesas (Couto, 2022, p. 20).

Como se pode perceber no trecho 28, acima, ao se referenciar “e longe das autoridades portuguesas”, mostra claramente que existia, entre Ngungunhane e os portugueses e estes com os suíços, alguma divergência. Nesse mesmo trecho, ao se afirmar que os suíços escolheram, criteriosamente, a corte do imperador Ngungunhane como o local preferido para erguer o hospital por eles administrado, mostra claramente que estes, tal qual os portugueses, também tinham os seus interesses dentro do império de Gaza, como atesta o seguinte trecho da primeira carta do português,

tenente Ayres de Ornelas, enviada ao sargento Germano de Melo, ferido nas matas das terras Machope, sob o domínio do império de Gaza:

[29] Não estranhe, meu caro sargento [...]. Soube que o feriram com gravidade num atentado ao posto militar de Nkokolani. Também me informaram da sua evacuação para a igreja de Sana Benene de onde se supõe que seja transferido para o hospital do suíço Georges Liengme. Deve saber que esse Liengme, que é mais médico que missionário, é um personagem pelo qual nutrimos a maior das antipatias. Este médico, que supostamente tomará conta dos seus ferimentos, tem incitado os indígenas à revolta e há muito que deveria ter sido expulso da África portuguesa (Couto, 2022, p. 33-34).

Como se pode perceber no trecho acima, o território sob o domínio do império de Gaza, liderado por Ngungunhane, era um palco de conflitos internos e externos de vários intervenientes: “[...] andam os europeus em guerra uns com outros. Por razões políticas, por razões religiosas. Católicos e cristãos brigam como se não tivessem um único Deus. Há uma rivalidade entre Ingleses e portugueses do que entre brancos e pretos” (Couto, 2022, p. 329-330), cada um procurando se afirmar como dono do espaço e das pessoas que nele habitavam, ao mesmo tempo que procuravam expulsar aquele que não era desejado ou que colocava em causa os intentos de algum grupo específico. Por exemplo, nessa carta, o tenente Ayres de Ornelas afirma que uma parte de África, que inclui Moçambique, pertence ao império português, por essa razão ele chama de “África portuguesa” e não “África Suíça”. No entanto, na mesma carta, ele se contradiz, afirmando que o médico suíço incitava os indígenas a se revoltarem contra os portugueses, facto que ilustra que os portugueses não eram os referidos indígenas, logo, não existia “África portuguesa”, que pertencesse aos portugueses, nem “África Suíça” que pertencesse aos Suíços, mas sim, existia e existe a África dos africanos, dos tais “indígenas” e as revoltas eram justas porque as suas terras estavam a ser usurpadas, ao mesmo tempo que se procurava extinguir os nativos (indígenas).

5.1. Os Limites do Império de Gaza

5.1.2. Em *Ualalapi*

Vamos iniciar esta secção retomando o discurso de Ngungunhane aquando da morte de Muzila, seu pai, e posterior ascensão ao trono do império de Gaza. No referido discurso, ele diz o seguinte:

[30] “Este império sem medida ergueu-o o meu avô depois de batalhas incontáveis em que sempre triunfou. Nele espalhou a ordem e os costumes novos que trouxemos” (Khosa, 2000, p. 28).

No nosso entender, o trecho acima, ao referenciar a expressão “império sem medida”, mostra que Ngungunhane não tinha a mínima noção da extensão do território que iria governar, uma vez que os angunes iam, constantemente, atacando e ocupando as terras alheias, subjugando e colonizando os povos que habitavam nelas. Nesse sentido, Ngungunhane ao afirmar que o avô enfrentou “batalhas incontáveis em que sempre triunfou”, procura enaltecer os feitos do seu avô e do povo angune, como factos e eventos grandiosos que não devem ser contornados em momentos solenes como este, o de passagem de testemunho para a nova liderança do império ou de tomada de posse do novo rei, ao mesmo tempo que procura persuadir e encorajar aos seus guerreiros para que o acompanhem e sejam fiéis a ele, nessa nova empreitada, tal como o fizeram e foram com o seu avô (Sochangane) e o seu pai (Muzila), dando a entender que não há um outro povo de heróis e de guerreiros invencíveis tal como o povo angune. O avô, que iniciou esta marcha, espalhou terror e criou uma nova ordem social, político, cultural, etc., baseada nos costumes que o seu povo, angune, trouxe para essas terras, já dominadas, que no momento da fala de Ngungunhane constituem o referido império sem medida, ou seja, um império tão vasto e de perder de vista, e eles, sob a sua liderança, deviam continuar com esse movimento de conquista e dominação. No entanto, essa ocupação e extensão territorial em que Ngungunhane herda, sem ter a mínima noção da sua medida,

se estendia entre os rios Incomáti, a sul, ao rio Zambeze, a norte, e do Oceano Indico, a leste, ao rio Save, a oeste. [...]. Corresponderia hoje a mais de metade do território de Moçambique, uma parte do Zimbabwe e da União Sul-Africana, envolvendo múltiplas etnias (bitongas, chopos, cossas, landis, tsongas), numa população que variava entre 500 mil e os 2.000.000 de habitantes (Garcia, 2008, p. 132).

Por isso, “o rei ordenou que informassem o chitopo para que fizesse troar a chipalapala e chamasse os tsongas dos arredores para que representassem todo o povo do império que ia do Limpopo ao Zambeze” (Khosa, 2000, p. 43). Portanto, os tsongas e outras etnias acima mencionadas, não são “angunes ou vátuas, um dos ramos dos zulos” (Garcia, 2008, p. 132), são povos dominados pelos angunes, etnia a que Ngungunhane pertence.

Porém, um episódio de revolta e resistência contra o império de Gaza e o poder de Ngungunhane revela-se na existência de um rei de origem chope, de nome Binguane, e o seu filho Xipenanyane que lutam contra a ocupação das suas terras pelos angunes. Mesmo, tendo sido cercada a sua fortificação por mais de vinte mil guerreiros de Ngungunhane, chefiado por Maguiguane, resistiu longos dias do cerco e de batalhas com aproximadamente cinco mil homens, (Ba Ka Khosa, 2000, p. 75), um número totalmente desigual. No entanto, sem mantimentos, continuava a resistir ao cerco; como atesta o seguinte trecho:

[31] Binguane sente que as palavras não lhe chegam à boca. Os guerreiros esperam. Xipenanyane avança. Já se sente rei. Os guerreiros ouvem-no. Esquecem de Binguane, o velho rei. Seguem as palavras de Xipenanyane. [...].
Vamos lutar e morrer se for necessário, mas o nosso desprezo pelos nguni manter-se-á por séculos, porque esta terra é e será nossa. E se lutamos hoje é para que os nossos filhos não vejam as orelhas dilaceradas pelos nguni. [...] para que as nossas mulheres não sejam escravas e os nossos filhos não engrossem as fileiras desse exército bárbaro. A razão pende para o nosso lado, guerreiros.
- Iremos para a luta com certeza, da vitória, apesar deste cerco criminoso que moveram contra nós [...] (Khosa, 2000, p. 76-77).

Como se pode perceber no trecho acima, há uma insatisfação pela ocupação das terras dos povos machopes pelos Nguni do império de Ngungunhane e os machopes lutam heroicamente para os tirar das suas terras porque sentem-se colonizados e escravizados. Não só, nesse trecho, Xipenanyane, filho do rei Binguane, ao dizer que lutam hoje para que os seus filhos não vivam a mesma experiência que eles vivem hoje, ou seja, para que as gerações vindouras dos machopes não vejam as suas orelhas cortadas por esse exército de invasores, mostra, claramente, que os Nguni semeavam terror, medo e calafrios com os seus actos bárbaros, uma vez que eles degolavam as cabeças e esquartejavam os corpos dos seus adversários. Os que fossem capturados e escapassem desses actos de decapitação, deviam fazer parte do exército Nguni para lutar contra os seus próprios irmãos, praticando os mesmos actos de atrocidade contra eles. Por essa razão, Xipenanyane diz que os angunes são criminosos. E essa invasão, essa expansão, essa colonização, essa dominação, essa escravidão e esses actos bárbaros protagonizados pelo povo angune, que têm Ngungunhane como seu rei, não deviam continuar, porque a terra era dos machopes, ou seja, dos moçambicanos, e continuaria a ser deles. Sendo assim, os machopes iriam lutar, mesmo que essa luta levasse séculos e custasse as suas próprias vidas, no presente da enunciação, e a vida das gerações vindouras, porque ódio pelos angunes era imensurável; como atesta o trecho que se segue:

[32] Lançaram esta guerra de serpentes pensando na nossa morte imediata. Mas estamos vivos e a nossa luta será por igual, apesar do elevado número de guerreiros que estão fora deste cercado.

- Preparem-se para a vitória, guerreiros, preparem-se para matar esses invasores nguni. A razão está do nosso lado e os espíritos protegem-nos (Khosa, 2000, p. 77).

Como se pode perceber no trecho acima, há uma verdadeira heroicidade deste filho do rei machope que não se rende nesta guerra, numericamente desigual. Esta atitude de Xipenanyane, filho do rei machope, e a demais guerreiros, traduz uma sensação que dá a entender que, instintamente, eles incorporam, no instante momento do cerco sem saída, o ditado popular do seu povo e da sua aldeia, Nkokolani, segundo o qual “O pior sofrimento não é ser derrotado. É não poder lutar” (Couto, 2022, p. 129). Então, deviam lutar até ao último suspiro. Já no comando do grupo cercado, Xipenanyane diz que a razão está do lado deles, pelo facto de se tratar de um acto de autodefesa, de proteção das suas terras e do seu povo. Por isso, ele tem a certeza que os espíritos dos ancestrais do povo machope, que jazem naquelas terras vão interceder a favor deles, punindo os invasores Nguni, ou seja, os machopes, tendo um défice de quinze mil guerreiros, em relação ao exército de Ngungunhane, chefiado por Maguiguane, eles contavam, também, com o apoio de uma força oculta, um exército oculto, o exército dos espíritos dos seus ancestrais, já que é característico, nos negros, essa estreita ligação com os mortos (Couto, 2022, p. 65). E no caso em apreço, “Em Moçambique [...], os antepassados são muito mais que memórias: são personagens que estão ao nosso lado, comem, trabalham, amam e odeiam, ajudam-nos e vingam-se” (Thomaz, 2009, p. 267-268). Por isso, nesse cerco, Xipenanyane tem a certeza da vitória. No entanto, percebe-se que é um acto de encorajamento aos guerreiros, a meio de uma autêntica aflição e desespero, numa batalha numericamente desproporcional. Ademais, Xipenanyane surge como um rei ou um líder emergente, uma vez que, a meio de tanta tensão, o seu pai, o rei Binguane, que antes liderava o grupo dos guerreiros machopes, estava sem ideias estratégicas para sair do cerco. Nesse confronto desproporcional, mas de grande bravura por parte dos machopes,

[33] A batalha durou uma manhã e uma tarde. Ao cair da noite a matança terminou. Xipenanyane e Maparato fugiram com alguns guerreiros deixando o cadáver de Binguane e de outros guerreiros da corte chope. [...] Maguiguane obrigou os guerreiros a tocarem o batuque da vitória. Mas ninguém, incluindo Maguiguane, sentiu-se aliviado da tensão, da solidão.

- Ngungunhane sentiu-se regozijado.

- [...] o único gesto que fez foi agradecer aos guerreiros pela batalha heroica e recolher à cubata sem contemplar a cabeça do seu inimigo (Khosa, 2000, p. 78-79).

Na transcrição acima, percebe que os machopes, sob a liderança do rei Binguane, seu filho Xipenanyane e o chefe Maparato, foram verdadeiramente heróis face aos guerreiros de Ngungunhane, apesar da morte de Binguane, uma vez que conseguiram romper o cerco e ter escapado Xipenanyane (filho de Binguane e líder emergente), Maparato e alguns guerreiros com vida.

Binguane, mesmo encurralado, mostrou ser um verdadeiro herói diante de Ngungunhane, nunca se rendeu face ao cerco feito pelos guerreiros do imperador liderados por Maguiguane. Ele morreu em combate, tentando salvar a sua terra e o seu povo da dominação dos nguni. Por isso, Ngungunhane, que ficava a milhas de distância dos locais de combate, somente perguntando pela guerra (Khosa, 2000, p. 76), não conseguiu olhar a cabeça do seu inimigo. No entanto, em *Mulheres de Cinzas*, as narrativas revelam que não restara nada do corpo do rei Binguane por se contemplar, pois, desesperado com o peso da derrota diante dos guerreiros Nguni e olhando demoradamente a sua aldeia em chamas, o chão pejado de cadáveres, mulheres recolhendo feridos, cobrindo os corpos com esteiras e panos, ele acabou se suicidando, fazendo-se explodir em um barril de pólvora (Couto, 2015, 203-204). Contudo, de uma ou de outra forma, diante da situação numericamente desigual em que decorreram os combates, a morte do rei Binguane se confirma como heroica a partir da conversa entre Ualalapi e Mputa (chefes guerreiros dos angunes) aquando da morte de Muzila, pai de Ngungunhane. Nessa conversa, eles dizem o seguinte:

- [34] - Conheço poucos reis que morreram em batalhas.
- Mas todos afirmam que é a melhor morte.
- Quando se dirigem aos guerreiros.
- Pensas muito depressa.
- A guerra assim nos ensina, Ualalapi (Khosa, 2000, p. 26).

Portanto, Binguane é um desses reis que morreram heroicamente em batalha e permitiu a salvação do seu filho e de outros guerreiros seus que, no futuro, poderão se reorganizar e dar continuidade da luta pela libertação das suas terras dos povos nguni. De acordo com as narrativas do romance *Ualalapi*, percebe-se que Ngungunhane nunca esteve em batalhas, só mandava os seus vassallos para morrerem em nome dele enquanto ele ficava se divertindo com as suas esposas ou ficava pensando em suas concubinas, como atesta a seguinte passagem, aquando do cerco

protagonizado pelos seus guerreiros, liderados por Maguiguane, contra os Machopes do rei Binguane:

[35] Maguiguane pensa no rei. O rei pensa na sua concubina, Vuiazi, mãe de Golide, que desapareceu misteriosamente com as ancas, o corpo, o sorriso, o rosto macio, negro, brilhante [...]. O rei sonha alto, chama pela Vuiazi, agarra-se à enxerga ataviada, transpira, peida, tosse, ejacula (Khosa, 2000, p. 73).

No entanto, é visto por Maguiguane como sendo um rei imortal, como atesta o seguinte trecho:

[36] Hoje é o último dia que damos a Binguane para se entregar. Amanhã, caso não se entregue com os seus homens, passaremos sobre os cadáveres desses animais e convidaremos o nosso rei, esse rei imortal nguni, para que contemple a planície de cadáveres que servirão de repasto às aves por séculos sem conta (Khosa, 2000, p. 77-78).

Nesse trecho 36, acima, percebemos que Ngungunhane não podia ser mortal porque nunca esteve envolvido directamente nas batalhas, uma vez que ele era convidado, a posterior, para contemplar os estragos causados pelos seus homens. Talvez, a sua heroicidade venha das ideias carnificinas que ele engendrava para que fossem executadas pelos seus vassalos. Porém, sob o ponto de vista da batalha a volta do cerco contra os Machopes, o rei Binguane mostrou ser verdadeiramente corajoso, bravo e herói diante dos seus guerreiros, do seu povo e dos seus adversários: o Imperador Ngungunhane e seus guerreiros. Por isso, Ngungunhane não conseguiu olhar a cabeça de Binguane, que os seus guerreiros lhe trouxeram como troféu para que ele confirmasse a vitória contra os Machopes e o seu rei, que há muito lhe incomodava; como se referenciou o seu alívio, no trecho 33, bem como o alívio do chefe guerreiro dos angunes, Maguiguane, pela morte de desse rei. É nesse sentido que Weinhardt (1994, p. 51), ao falar do romance histórico, afirma o seguinte: “O mundo do romance histórico é o da esfera popular. Esta, tensionada pela revolução, pode revelar suas forças, surgindo naturalmente os heróis que para a história são incógnitos”.

Nesse sentido, a partir da afirmação de Weinhardt (1994), no trecho acima, pode concluir-se que Binguane, o rei Machope, derrotado pelos guerreiros de Ngungunhane, liderados por Maguiguane, é um desses heróis incógnitos, moçambicano, que a história não registou, tendo sido, contrariamente ou equivocadamente, substituído por Ngungunhane, justamente o invasor, explorador

e imperialista, em um momento em que a palavra de ordem e do dia era “a luta [...] contra o imperialismo e exploração” (Machel, 1977, p. 151). Facto que constitui um autêntico paradoxo.

5.1.3. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia

Em *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, a questão do imperador Ngungunhane não ter a mínima noção da dimensão territorial das terras sob o seu domínio, abordada em *Ualalapi*, é retomada. Diante do vulgo Vaxopi, Katini Nsambe, que pretendia oferecer a sua filha Imani, como esposa, ao imperador Ngungunhane, acoplada a uma estratégia de o aproximar para depois matá-lo, como uma forma de vingança pelas crueldades que o imperador tem perpetrado contra os Vaxopi. Ngungunhane, nesse instante, revelara a sua arrogância e a sua ignorância em relação aos limites do império que ele governa. Como atestam as seguintes passagens:

[37] Em vez de falar, porém, Katini desatou num pranto inconsolável. O choro degenerou num soluçar descontrolado. [...]. Quando o silêncio enfim se repôs, o grande chefe dos Vanguni cerrou as pálpebras para dizer: - *Os da tua raça, os Vaxopi, choram como se estivessem sempre a nascer.*

[...] Por fim o meu pai pareceu conseguir articular palavras e balbuciou:

- *O meu nome ...*

- *Ninguém quer saber dos vossos nomes. Diz-me antes: quantos filhos tens, muchope?*

Katini Nsambe rilhou os dentes de tal modo que não se percebeu se tinha chegado a falar. Visível apenas o seu encolher de ombros. O imperador sorriu, complacente:

- *Estás-me a dizer que não sabes. Pois aqui eu sou o único que tem o direito de não saber.*

Não sabia onde terminava as suas terras. Não sabia quantas mulheres tinha. E havia tanta morte na sua vida que precisou de fazer filhos até lhes perder a conta (Couto, 2022, p. 356-357).

Essa questão da ocupação das terras dos povos Machopes pelo povo Nguni, liderados pelo imperador Ngungunhane, e a preocupação da luta pela libertação das suas terras do domínio nguni é também evidenciada, logo no início, no resumo do primeiro volume do romance (2016), ao referenciar-se o seguinte:

[38] Em 1895, o governo colonial português lança uma ofensiva militar para afirmar o seu domínio absoluto na colónia então disputada por outras nações europeias. O rei do Estado de Gaza, nessa altura, é Ngungunyane [...]. Nesse contexto de Guerra, o jovem sargento português Germano de Melo é enviado para ocupar um posto militar numa aldeia chamada Nkokolani, localizada no território da etnia Vaxopi [...]. Os Vaxopi são um povo ocupado e massacrado pelo domínio dos Vanguni e que estabeleceram, por esta razão, uma aliança de cooperação militar com as autoridades portuguesas (Couto, 2022, p. 9-10).

Como dissemos atrás, na abordagem dos trechos 31 a 36, o rei machope, Binguane, lutou heroicamente ao cerco dos guerreiros de Ngungunhane, liderados por Maguiguane, tendo morrido, nessa batalha; no entanto, conseguiram escapar do cerco o seu filho Xipenanyane, o chefe Maparato e outros guerreiros machopes. Nesse sentido, a meio de tantas mortes que criaram luto aos machopes, já que Ngungunhane jurara dá-los o mesmo destino que outrora dera as andorinhas que o haviam faltado com o respeito (Couto, 2022, p. 360), então a guerra estava declarada aos nguni e ao seu imperador Ngungunhane. E aqui está a prova disso, o povo Machope, sentindo-se na incapacidade de combater ao império de Gaza e ao seu imperador, estabelece uma aliança militar com as autoridades portuguesas para combater e derrubar o império de Gaza e seu imperador, Ngungunhane. Essa forma de agir do povo Machope, de se juntar a um europeu, neste caso aos portugueses, para derrubar um africano, no caso em apreço o imperador Ngungunhane e o seu império, mesmo sabendo que estes, também, queriam ocupar o mesmo território ocupado por Ngungunhane e o seu império, pode ser elucidado por Boahen (2010), ao falar dos *tratados de 1885 a 1902*, que atrás referenciamos, onde afirma o seguinte: “Às vezes, um Estado africano em posição de fraqueza assinava um tratado com uma potência europeia esperando poder assim libertar-se da vassalagem a outro Estado africano que lhe impunha sua soberania” (Boahen, 2010, p. 36).

É nesse contexto que a captura de Ngungunhane pelos portugueses, que discutiremos na secção que se segue, o povo sob o seu domínio celebrou com muita alegria.

Um facto curioso que se revela na citação acima é: quando Ngungunhane se sente ameaçado pelo povo sob o seu domínio ou outras nações, recorre aos portugueses (Almada, 2012, p.18), e quando os povos sob o seu domínio se sentem ameaçados por ele, recorrem, também, aos portugueses. E os portugueses fazem esse jogo, mostrando não serem amigos de ninguém; e isso pode se perceber na segunda carta do tenente Ayres de Ornelas enviada ao sargento Germano de Melo, que diz o seguinte: “[...]. Um conselho que lhe dou, meu caro [...] custa-me a admitir, mas com os negros é assim: não se lhes pode dar confiança [...]” (Couto, 2022, p. 82). Nesse sentido, eles só estão preocupados para desestabilizar o Império de Gaza e ocuparem efectivamente o espaço, ou seja, afirmarem o seu domínio absoluto o mais rápido possível. A isso, podemos recorrer a aquele pressuposto da política colonial Britânica que diz: “dividir para conquistar” (Balandier, 2014, p. 51). Portanto, um povo dividido nunca é forte e Ngungunhane não percebendo isso, foi semeando ódio no seio do seu império, como atesta o seguinte trecho da fala da Imani:

[39] [...] soldados de Portugal e de Ngungunyane preparavam-se para o embate final. [...]. Essa era a triste ironia do nosso tempo: enquanto em desespero procurávamos salvar um soldado branco, a poucos quilômetros dali se instalara um matadouro para milhares de seres humanos. No cruzar desses cegos rancores, nós os Vashopi, éramos os mais vulneráveis. Ngungunyane tinha jurado exterminar os da nossa raça como se fôssemos bichos que Deus se arrependera de ter criado. Estávamos entregues à proteção dos portugueses, mas esse amparo estava sujeito a temporários acordados entre Portugal e os Vanguni (Couto, 2022, p. 25-26).

Como se pode perceber, os portugueses tiraram vantagens desse conflito interno do império de gaza, aceitando alianças com os povos e régulos subjugados por Ngungunhane, como são os casos do povo Machope ou Vaxxopi que estava numa situação de vida ou morte. Este povo e perto de 200 regulados subjugados pelo avô de Ngungunhane, Sochangana, aquando da edificação do império, (Garcia, 2008, p. 132), poderiam reforçar ou engrossar o exército português e ajudar a penetrar em matas tão espessas e densas, de um mundo tão desconhecido pelos portugueses, como são as matas africanas, das vastas terras do império de Gaza, e que só um nativo poderia ser o melhor guia, que qualquer mapa ou bússola, para não se perderem nas matas e sofrerem várias emboscadas mortíferas, como foi o caso dos italianos na Etiópia, no império de Menelik, (Boahen, 2010), de que falamos atrás. Isso, pode ser elucidado no seguinte trecho:

[40] [...] jangadas fortificadas que os portugueses usavam para sulcar os rios do sul. Ali se protegiam os soldados brancos, evitando as emboscadas dos negros revoltosos. Ocultos na vegetação das margens, os guerreiros africanos alvejam as lanchas. A espessa floresta era um território impenetrável para os portugueses. Apenas a gente local conhecia os atalhos no meio do lodo e das grandes raízes que, como uma construção às avessas, emergiam dos troncos. Esses caminhos abriam-se por vontade dos deuses e voltavam a fechar-se depois de cada emboscada (Couto, 2022, p. 29).

Como se pode perceber, andar de jangadas pelos rios era mais fácil pelos portugueses porque, dessa forma, evitavam se perder nas matas. No entanto, ficavam expostos aos ataques dos guerreiros africanos que se escondiam na floresta, nas margens dos rios. É nesse sentido que fortificavam as lanchas para se defenderem do seu inimigo. A criação de uma aliança com os nativos que fugiam das atrocidades de Ngungunhane, como é o caso dos machopes, foi uma estratégia que permitiu aos portugueses penetrarem nas matas que só os nativos conheciam melhor. Desse modo, ficavam em melhores posições de ataque ou de defesa em relação ao seu inimigo, em que os seus acampamentos ficavam no meio dessas matas. Como se pode verificar no trecho 41, que se segue, da primeira carta do Tenente Ayres de Ornelas enviada ao Sargento Germano de

Melo, onde este último, apaixonado por uma mulher Machope de nome Imani, deixa incrédulo ao outro sobre essa mística paixão por uma negra, a meio de objectivos militares pré-definidos e de distanciamentos raciais e civilizacionais.

[41] Como disse, assim que for promovido tratarei de imediato da sua transferência para Portugal. Mas aviso: terá de viajar sozinho. Essa mulher negra que tanto enaltece nas suas cartas terá que ficar em Moçambique. Vezes sem conta me pergunto que atributos verá o sargento nessa cafre? [...]. Pode estar tranquilo de que não abandonaremos essa mulher: com o conhecimento que ela tem da nossa língua poderá ser-nos muito útil para nós (Couto, 2022, p. 35).

Como se pode entender no trecho, os nativos, como o caso da Imani, com a vantagem de falar a língua portuguesa, a língua de civilização num mundo de trevas como África, segundo atesta a passagem que se segue, seriam muito úteis nas incursões dos portugueses, como, por exemplo, ajudar nas traduções das línguas autóctones para o português (Couto, 2022, p. 45).

[42] Terminadas as campanhas de pacificação, dar-lhe-emos abrigo no nosso aquartelamento em Nkokolani. Nesse estabelecimento [...] - metade cantina, metade quartel – é um pouco daquilo que todos somos: um híbrido entre patos e pavões. Mas aquela construção também é como um desses padrões que os navegantes implantaram nas praias africanas onde chegavam: uma prova de civilização num continente onde reinam as trevas (Couto, 2022, p.35).

Os portugueses vão se aproveitando das pessoas em situação de vulnerabilidade face as incursões dos guerreiros de Ngungunhane. Ficam como se fossem seus protegidos, com o intuito de usá-las contra Ngungunhane, assim que existir uma oportunidade. Nesse trecho 42, acima, nota-se que os portugueses veem África, no caso concreto de Moçambique, como um mundo de trevas e que a civilização teve lugar com a chegada deles ou dos europeus, tal qual afirmara Ngungunhane, ao dizer que o povo moçambicano (Machopes, Tsongas, Ndaus, etc.) só conheceram a civilização com a chegada dos Nguni, povo a que ele pertence. Segundo Ngungunhane, antes dos Nguni, o povo moçambicano vivia nas trevas e eles educaram, o povo que estava brutalizada, com os costumes mais nobres dos nguni (Khosa, 2000, p. 27-28). Portanto, dois elefantes lutam para oprimir a mesma formiga, que diante deles não tem nenhum significado, nenhuma importância ou expressividade em sua própria terra (Khosa, 2000, p. 25). O que quer dizer que as terras moçambicanas estavam sendo, em simultâneo, duplamente colonizadas. E esse facto é confirmado na fala da Imani, em *As areias de do imperador (1): Mulheres de Cinzas*, onde ela diz o seguinte:

[43] Certa vez, já a manhã peneirada, uma bota pisou o Sol, esse Sol que a mãe havia eleito. Era uma bota militar, igual à que os portugueses usavam. Desta vez, porém, quem trazia calçada era um soldado *nguni*. O soldado vinha a mando do imperador Ngungunyane.

Os imperadores têm fome de terra e os seus soldados são bocas devorando nações. Aquela bota quebrou o Sol em mil estilhaços. E o dia ficou escuro. E os restantes dias também. [...]. A nossa terra estava a ser abocanhada. [...].

Chamo-me Imani. Esse nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna “*Imani*” quer dizer “quem é?”. Bate-se a uma porta e, do outro lado, alguém indaga: - *Imani*?

[...]

A minha gente teve a ousadia de se opor à invasão dos VaNguni, esses guerreiros que vieram do sul e se instalaram como se fossem donos do universo. [...].

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretensos proprietários: Os VaNguni e os portugueses. Era por isso se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. [...]. De um lado, o império de Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngungunyane. Do outro lado, as terras da Coroa, onde governava um monarca que nenhum africano haveria nunca de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal (Couto, 2015, p. 12-15).

Indo na dinâmica do trecho 43, da fala da Imani, em *Mulheres de Cinzas*, percebe-se que as terras moçambicanas, no Sul de Moçambique, eram disputadas por dois invasores: os VaNguni e os portugueses, cada um achando ser dono do pedaço. Percebe-se, também, que os Machopes foram o único povo que se manteve firme diante dos VaNguni, nunca aceitou a ocupação das suas terras, nem a sua dominação por parte do imperador Ngungunhane. Este povo sempre se impôs diante das incursões dos guerreiros VaNguni e das intensões do soberano Ngungunhane. Nunca aceitou se submeter e servir vassalagem ao imperador Ngungunhane, através de um processo de angunização (Vilhena, 1996), muito menos que as suas terras fossem anexadas ao seu império. E isso é clarificado por Imani, ao dizer o seguinte:

[44] Os outros povos, nossos vizinhos, moldaram-se à língua e aos costumes dos invasores negros, esses que chegaram do sul. Nós, os VaChopi, somos dos poucos que habitam as Terras da Coroa e que se aliaram aos portugueses no conflito contra o Império de Gaza. Somos poucos, murados pelo orgulho e cercados pelos kokholos, essas muralhas de madeiras que erguemos em redor das nossas aldeias. [...] Em Nkokolani bebíamos todos do mesmo poço, uma única gota de veneno bastaria para matar a aldeia inteira (Couto, 2015, p. 15-16).

Como se pode entender no trecho 44, acima, a maior parte das tribos do sul de Moçambique tinham sido dominadas pelos VaNguni liderados pelo Imperador Ngungunhane, exceptuando-se o povo VaChopi que procurou alianças com os portugueses, mesmo sabendo que estes tinham as mesmas pretensões. Este povo passou a viver nas terras que estavam sob o domínio dos portugueses, a que Imani chama de “Terras da Coroa” e a partir daí, junto com os portugueses,

engendravam ataques contra o império de Gaza e o seu imperador Ngungunhane. Pois, esse era o sonho desse povo, voltar ao lugar onde fora feliz e onde vivera em paz antes da chegada dos VaNguni (Couto, 2015, p. 16).

Essas terras, a que Imani chama de “Terras da Coroa”, são moçambicanas e pertencem aos indígenas de Moçambique. No entanto, para os portugueses, de acordo com o tenente Ayres de Ornelas, Moçambique constituía uma província de Portugal, mesmo reconhecendo que Moçambique não lhes pertencia, não estava totalmente sob o seu domínio, e que estava tão longe de Portugal. E essa ideia de não pertença, de imersão num mundo tão estranho e desconhecido, traz, no fundo, um sentimento nostálgico, particularmente para os soldados, que muitas vezes, longe de casa, e da família, não sabem a razão da sua luta; como se pode verificar:

[45] E foi assim, por acidente, tomei contacto com as suas cartas tão cheias de uma sensibilidade que, desculpe a crueza do meu comentário, não se espera de um sargento de uma terra de província. Aos poucos, fui descobrindo em si alguém com quem podia partilhar o desalento de me ver tão apartado da minha terra e tão longe da minha querida mãe (Couto, 2022, p.36).

E esse desalento, essa solidão e esse vazio social e psicológico, que afecta a mente dos soldados portugueses é, por vezes, preenchido por uma paixão inexplicável, surreal, como a do sargento Germano de Melo pela nativa, negra, a Imani, que pouco a pouco vai ganhando uma expressividade, que o deixa longe dos seus compatriotas, nas terras do povo Vaxtopi, onde era raro encontrar-se uma mulher branca, senão a italiana, a única e amiga do sargento (Couto, 2022, p. 87). E isso entende-se no trecho da conversa, tão nostálgica quanto meiga, que a Imani tem com o sargento:

[46] - *Acho que se esqueceram de si* – tentei, como um consolo,
[...]
- *Não estou em África porque se esqueceram de mim* – disse Germano: - *Estou aqui porque me esqueci deles.*
- *Não entendo.*
- *Estou aqui por tua causa* (Couto, 2022, p. 27, grifos do autor).

Como se pode perceber, os povos subjugados pelo imperador Ngungunhane, como são os casos do povo Machope ou Vaxtopi, vão ficando, cada vez mais íntimos dos portugueses. Uma intimidade que vai para além dos tratados e alianças em papel, mas sim, por laços de afectividade

que vão tornar os nativos “mais portugueses” que moçambicanos ou angunizados, se afastando, cada vez mais, da vassalagem do império de Gaza. Facto que vai contribuir, de forma acentuada, para a fragilidade do imperador Ngungunhane, como se pode conferir na primeira carta do tenente Ayres de Ornelas ao sargento Germano, no trecho que se segue:

[47] E foi também assim que fui conhecendo os seus companheiros de viagem: a sua apaixonada Imani, com a sua alma tão portuguesa; o pai da moça, o tal Katini Nsambe, um músico tão fiel à nossa bandeira; o irmão de Imani, tão pouco dotado pela natureza, mas ainda assim tão dedicado a presença lusitana (Couto, 2022, p. 36-37).

Portanto, os nativos massacrados pelo imperador Ngungunhane já eram fieis e dedicados a causa dos portugueses, como uma forma de se vingarem dele. E isso fortificava a hegemonia e a confiança dos portugueses face aos combates que teriam que travar com os guerreiros de Gaza. E como Ngungunhane jurou exterminar o povo Vaxopi (Couto, 2022, p. 25), como referenciamos no trecho 39, e muitos soldados portugueses, como é caso do sargento Germano de Melo, foram deportados para Moçambique como presos políticos (Couto, 2022, p. 37), para cumprirem penas, como soldados, que garantissem a defesa dos territórios portugueses nas terras africanas; e essa pena poderia ser temporária ou vitalícia (perpétua), de acordo com o código penal de “desterro e degredo”, de 1852 e 1886, (Lange, 2022, p. 66-67), isso constituía um “casamento” perfeito para aniquilar o imperador Ngungunhane e extinguir o seu império, uma vez que um indivíduo que não tem nada a perder, dá tudo de si e torna-se extremamente perigoso, ou seja, tanto os Vaxopi quanto os soldados portugueses, exilados das suas terras, não tinham nada a perder face ao imperador Ngungunhane, senão as suas próprias vidas. Nesse sentido, qualquer indivíduo que fosse suspeito de ter alguma relação com os angunes ou seu imperador Ngungunhane incorria o risco de ser morto, como atesta o trecho que se segue, nas palavras da Imani:

[48] Adormeci sonhando [...]. Tumultuosos gritos arrancaram-me da cama e me trouxeram à porta. Uma pequena mas colérica multidão se aglomerava junto a igreja. No centro da roda de gente encontrava-se um homem despido e amarrado, com sinais de ter sido espancado.

- *É um dos soldados de Ngungunyane* - ouviu-se gritar.

Clamavam uns que se tratava de um espião, [...].

E de novo choveram socos e pontapés e o infeliz já não tinha alma para se defender.

[...] compareceu Bibiana [...] e ordenou que o amarrassem a um tronco. [...] – o tronco de árvore e o homem nele amarrado foram lançados na água. Reinava um absoluto silêncio enquanto a improvisada embarcação era arrastada pela corrente (Couto, 2022, p. 51-52, grifos do autor).

Nota-se, nesse trecho 48, que o ódio, a raiva, o descontentamento dos povos nativos ou indígenas era imensurável contra os VaNguni e o seu imperador Ngungunhane. Nesse trecho, o suspeito de ser soldado ou espião de Ngungunhane foi linchado, amarrado a um tronco de uma árvore e lançado vivo a um rio, sendo arrastado pela correnteza para o além e acabou sendo consumido pelos crocodilos (Couto, 2022, p. 88). E essa era, também, uma das penas que Ngungunhane mandava aplicar contra todos aqueles que lhe caíam em desgraça (Vilhena, 1996, p. 150).

Do lado dos portugueses, as incursões contra Ngungunhane também não pararam. Há sempre uma tentativa de se espiar as suas movimentações para se engendrar um ataque contra ele. E isso é perceptível na carta que o sargento Germano de Melo envia ao tenente Ayres de Ornelas, como resposta da carta antes enviada por este último. Nessa carta, o sargento diz o seguinte:

[49] Não quero fechar esta carta sem lhe assegurar o seguinte: não tenho como não ir para o hospital do suíço em Manjacaze. Pense no assunto pelo lado positivo. Talvez isso seja útil aos interesses lusitanos. Pelo suíço Liengme ficarei a saber o que se passa na corte do Gungunhane. E, naturalmente, não deixarei de relatar o que vi e o que não vi, o que me disseram e o que esconderam (Couto, 2022, p. 59).

Portanto, os portugueses vão vigiando a corte de Ngungunhane para terem detalhes pormenorizados para planificarem uma estratégia adequada para acabarem com o império de Ngungunhane e implantarem os seus interesses na região sob o seu domínio.

5.2. MOMENTOS BAIXOS DE NGUNGUNHANE

5.2.1. Em Ualalapi

Diante da prepotência, das barbaridades e da arrogância, resumidas em execuções sumárias de membros do seu império, por motivos fúteis, como a acusação contra o guerreiro Mputa de ter assediado a rainha, se esquecendo que o acusado “[...] em tempos recentes colocara aos pés do soberano cinco cabeças de leões mortos à faca, numa luta corpo a corpo”, (Khosa, 2000, p. 44), Ngungunhane foi semeando ódio no seio do seu povo e principalmente por parte daqueles que perderam, de forma inocente, os seus ente queridos a mando dele, ou por aqueles que tenham sido por ele estuprados ou ofendidos. Por exemplo, diante da sentença proferida por ele para cegar ou

executar Mputa, que referimos no trecho 2, e este por sua vez, tendo sido concedido a palavra e na tentativa de mostrar a sua inocência diante da multidão que viera testemunhar o infortúnio, pediu, antes, que lhe fosse dado um veneno mortal para ele tomar (Mondzo), facto que lhe foi concedido. Não tendo morrido, e consequentemente abalado a mente de Ngungunhane, sobre a culpabilidade ou inocência de Mputa, e não querendo deixar desmoronar a sua supremacia diante do seu povo, chamou Mputa de Feiticeiro, facto que espantou a todos, como atestam as seguintes passagens: [50] “[...]. O rei sorriu, dizendo depois que daria a palavra ao cão, apesar de tal direito não lhe pertencer, pois os cães são cães!” (Khosa, 2000, p. 44). Como se pode perceber, Ngungunhane trata o seu povo por animais, por cães e sem direito a liberdade de expressão.

Já tomando da palavra, que lhe foi concedida de favor, Mputa prossegue:

[51] - Podeis matar-me rei, [...]. Mas eu, vassalo como todos os que vedes à vossa frente, nada fiz, nada disse a inkonsikazi. É esta a minha verdade. Sei que duvidais dela, pois a palavra da inkonsikazi é sagrada aos vossos ouvidos e a todos os súbditos. Mas antes de me matarem, peço que me submetam ao Mondzo para que a minha inocência fique provada perante o seu povo. [...] O rei outra coisa não fez que aceitar submeter Mputa ao mondzo. [...] Mputa bebeu o mondzo sem pestanejar, sem mexer um músculo do corpo. [...] É feiticeiro, disse o rei [...] E os feiticeiros não têm lugar no meu reino. [...]. Matá-lo-ei hoje e já.
Domia, com os seus treze anos, viu o pai a ser espancado e retalhado pelos guardas reais e por elementos da população, [...] (Khosa, 2000, p. 44-45).

Como se pode perceber no trecho 51, acima, o Ngungunhane mandava, os guerreiros da sua guarda e leais a si, matar indivíduos inocentes diante dos filhos menores, das esposas e das famílias dos condenados, e de uma multidão de gente, de forma brutal e desumana (espancando e retalhando), criando cenas que marcavam psicologicamente os parentes dos condenados e que, de igual modo, dividia as opiniões das pessoas que assistiam essas barbaridades, “[...] pois os restantes, cientes da inocência de Mputa, retiraram-se da zona, tentando esquecer o que jamais esqueceriam”, (Khosa, 2000, p. 45). Certamente, episódios como estes não podem ser engendrados por uma pessoa lúcida e responsável para dirigir um povo ou uma “nação”, como o império de Gaza. O enredo histórico mostra que o imperador fumava *suruma* ou *maconha*, e pessoas drogadas não têm o mínimo remorso das crueldades que submetem as outras pessoas, porque ficam possuídas; como atesta a seguinte passagem:

[52] Ngungunhane, [...] fumava mbhangui, nome que leva a “cannabis espontânea” [...], pensando na desventura que tocava a sua casa, pois as suas trintas mulheres, espalhadas

pela capital, há mais de quatro semanas que vertiam sangue pelas coxas, facto inédito na sua vida de casado e polígamo, quando viu Domia transpor o cercado da sua casa (Khosa, 2000, p. 46, grifos do autor).

No trecho acima, nota-se que na sua vida privada, Ngungunhane disfrutava de muitas mulheres, acima de trinta e muito mais, como esposas, como reportamos na abordagem do trecho 17, facto que se pode considerar como anormal, uma vez que não pode proporcionar amor, de igual modo, para todas elas, o que nos lava a entender que elas eram suas escravas sexuais. Porém, com todas essas mulheres que Ngungunhane tinha, ele não deixava de apreciar outras, mesmo sendo menores de idade, como a Domia. segundo atesta a seguinte passagem:

[53] O rei olhou-a, viu os contornos das ancas, o tronco nu e os seios [...]. Domia baixou os olhos e nada disse. O Rei mandou-a entrar na casa [...]. Ngungunhane arrancou a tira de pano que cobria os seios e puxou-a para si, com fúria de um animal que há muito não via sexo oposto. Domia retirou a faca da saia [...] Queres matar-me? – Perguntou o rei, ao que ela não respondeu, pois tentou, de imediato, desferir a faca no peito do imperador. Este empurrou a mão da moça e sentiu a faca a penetrar na coxa direita. [...]. Retirou a faca da mão da moça e possuiu-a brutalmente [...] Domia outra coisa não fez que cuspir na cara do rei e chamá-lo cão [...]. Tremeu ao se aperceber que a moça era filha de Mputa. Minutos depois Domia era levada pelos guardas reais, com ordens terminantes de a fazer desaparecer da face da terra. [...] Domia deu o último suspiro [...] E poucos foram os que souberam que Ngungunhane tinha uma marca indelével na coxa direita do seu corpo (Khosa, 2000, p. 46-47).

Como se pode perceber, já havia tentativas de assassinato contra o rei, em jeito de vingança dos filhos daqueles que o rei havia ordenado matar, criando, deste modo, um terreno fértil para o enfraquecimento do seu poder imperial permitindo a entrada fácil dos ditos homens da cor de cabrito esfolado que tanto assediavam o seu vasto reino (Khosa, 2000, p. 43). Essa percepção sobre o desgosto que as pessoas tinham contra Ngungunhane, e possível traição dos súbditos do império a favor dos brancos portugueses, é notável no diário de Manua, filho de Ngungunhane, que “falou do pai e chamou-o ignorante e feiticeiro” [...] (Khosa, 2000, p. 89). No entanto, era esse feitiço que o protegia para que os brancos não o esfaqueassem e lhe atirassem ao mar.

Manua, disse mais,

[54] Quando eu for imperador eliminarei estas práticas adversas ao Senhor, pai dos céus e da Terra. Serei dos primeiros, nestas terras africanas, a aceitar e assumir os costumes nobres dos brancos, homens que estimo desde o primeiro dia que tive acesso ao seu civismo são (Khosa, 2000, p. 89).

Portanto, Manua, desconstrói a figura do pai e eleva a dos brancos portugueses. Deste modo, a partir da sua própria família, as portas estavam abertas para a derrota de Ngungunhane. É nesse sentido que, no *último discurso de Ngungunhane*, por exemplo, o povo sob o seu domínio ou do seu império vaiaram-no e riram-no aquando da sua captura pelos portugueses, como se este povo tivesse se sentido aliviado, se libertado do mesmo e do seu império, facto que enfureceu o Imperador Ngungunhane. Nesta senda, Ngungunhane reage com um discurso violento e apelativo, mostrando o quão importante foram os Nguni, etnia do qual Ngungunhane é descendente, para este povo; como se pode perceber no seguinte trecho:

[55] Virou-se repentinamente para a multidão que o vaiava, a uns metros do paquete que o levaria ao exílio, e gritou como nunca, [...] Ngungunhane dizia a todos, podeis rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada que só teve momentos felizes com a chegada dos nguni que vos tiraram dos abismos infundáveis da cegueira e da devassidão. [...] E hoje, corja de assassinos e covardes, ousais achincalhar-me [...]. É a paga, eu sei, dos bens que os nguni fizeram (Khosa, 2000, p. 103).

Como se pode perceber no trecho 55, acima, Ngungunhane foi capturado pelos portugueses ao mesmo tempo que estes o levavam para o barco que o levaria para o exílio em Portugal, diante de uma multidão de pessoas do seu reino que nada fizeram para impedir que o levassem. Pelo contrário, o ofendiam e se alegravam pela sua derrota, que há tanto tempo se esperava. No entanto, sem se rebaixar nem perder a postura, “orgulho próprio de um changane”, como se referenciou no trecho 2, envidou e lhes disse o quão superiores e importantes foram os nguni para os moçambicanos. De acordo com a sua fala, os moçambicanos devem imensa gratidão ao povo nguni pelo facto deste último ter sido a força motriz que os tirou do caos da primitividade, tornando-os gente civilizada. Para Ngungunhane, antes da chegada dos nguni, o povo moçambicano era um povo lacunoso, mentalmente vazio, sem visão e sem rumo, ou seja, o povo moçambicano era um povo triste, vivendo num lugar ou numa terra assombrada, de infortúnios, carregada de energias negativas que davam má sorte. Os nguni, segundo ele, dissiparam tudo isso, trazendo momentos felizes já mais vividos. Segundo as suas palavras, os moçambicanos estão a ser ingratos ao apoiarem os portugueses, permitindo que o levem como prisioneiro. Essa ingratidão, transformada em covardia e traição, vai punir os moçambicanos, fazendo com que tudo volte a ser como antes da chegada dos VaNguni ou ainda pior do que isso. Como não bastasse, Ngungunhane, no seu

discurso, profetizou infâmias contra os moçambicanos, particularmente aos homens. Como se pode verificar no seguinte trecho do seu discurso:

[56] [...]. Mas ficai sabendo, seus cães, [...]. As mulheres, que tanto estimais, passarão a ser fornicadas como animais nas vossas casas ou nas traseiras das casas destes animais que hoje respeitais mais que os vossos irmãos nguni. Os gritos de dor e de prazer das mulheres [...]. Muitos de entre vocês suicidar-se-ão em árvores [...]. Outros suportarão a dor e a ignomia e passarão a acompanhar a mulher à casa do branco, mantendo-se na escuridão do pátio [...] enquanto aguarda, com um olhar de cadáver [...] altas horas da noite, quando o branco, do parapeito da janela, atira a moeda da fome procurará como um sonâmbulo na noite sem estrela. Seguirá para casa silencioso, incapaz de falar com a mulher [...]. E por outro lado, como uma doença que a todos ataca, começarão a nascer crianças com a pele da cor do mijo [...]. Serão crianças da infâmia (Khosa, 2000, p. 103-106).

No trecho 56, acima, percebe-se que Ngungunhane, no desespero, procura a todo custo persuadir aos moçambicanos (Vatxopi, Bitongas, Ndáu, etc.), que antes colonizara e escravizara, para que estes lutem a seu favor, mostrando que os moçambicanos são mais próximos dele e dos nguni, irmãos de pátria e de cor, do que dos brancos portugueses. Procurando elucidá-los que os brancos portugueses iriam estuprar as mulheres dos moçambicanos na presença dos seus maridos e que seriam estes que, muitas vezes, iriam acompanhar para o estupro, e ficariam aguardando, ouvindo os gemidos, os gritos de prazer e dor de suas mulheres que vão se contorcendo, sem nada poderem fazer, matando internamente todas as suas masculinidades. No fim, os brancos lhes lançariam uma moeda, como uma forma de pagamento e eles levariam as suas esposas para casa, sem saberem como deveriam reagir. Como consequência do estupro, iriam nascer, como uma praga, filhos mulatos ou pardos. Filhos, fruto da desonra, do abuso do branco contra a mulher negra. No entanto, hoje, Ngungunhane se esquecera que cometera tais brutalidades contra o mesmo povo a quem ele dirige o seu discurso, procurando amparo deles, num momento de pura aflição. Povo este, que outrora procurara amparo dos portugueses (Couto, 2022, p. 36), fugindo das atrocidades dos seus homens. Todavia, percebe-se que, para o povo a quem ele dirige o seu discurso, não faz a mínima diferença do que ele diz, pois, o povo está ciente que o seu discurso indica que se trata de uma substituição de um colono por outro, ou seja, de um colono de pretos, angunes e africanos, a quem ele diz ser irmãos dos moçambicanos, por um colono de brancos, portugueses e europeus. Este último colono, os moçambicanos iriam tratar depois, um de cada vez, pois, fazer duas guerras em simultâneo, com dois grupos distintos, dispersaria os recursos humanos e materiais e tornando-as mais complexas, prolongadas e difíceis de vencer. Logo, a ideia de “dividir para reinar” ficaria

mais evidente. Contudo, no momento histórico dos acontecimentos, os moçambicanos estão satisfeitos pela captura e derrota de Ngungunhane bem como pela extinção do império de Gaza.

A profecia de Ngungunhane, enquanto facto concreto, é apresentada por Ribeiro (2012) ao afirmar o seguinte:

Para além da herança colonial em desuso do “mulato filho de uma quinhenta”, epíteto insultuoso resultante do suposto valor insignificante (“a quinhenta”, vocábulo comum que servia para designar algo de valor insignificante, cinquenta centavos) pago pelos colonos brancos às prostitutas negras que frequentavam nos bairros periféricos das grandes cidades da colónia, [...] (Ribeiro, 2012, p. 7-8, grifos do autor).

Percebe-se nesta citação que a maior parte dos mulatos ou pardos foram frutos de homens brancos e mulheres negras e não de homens negros e mulheres brancas. Como podia um homem negro, visto como escravo, se envolver com uma mulher branca? Caso acontecesse, esse homem negro, logicamente que seria morto, tal qual ocorreu no processo de angunização (Vilhena, 1996, p. 20) desencadeado pelo povo nguni, o povo do qual Ngungunhane é descendente. Nesse sentido, no discurso de Ngungunhane, percebe-se que, a moeda de fome que o branco lançaria é, portanto, a referida “quinhenta” e o filho de mijo é o “mulato”, fruto da moeda, “filho de uma quinhenta” (da mulher negra). Porém, percebe-se, nesse discurso de Ngungunhane, que os portugueses assim como os nguni, ambos, foram colonos diante do povo moçambicano. E essa praga de filhos “cor do mijo” que iria afectar o povo moçambicano, proferido por Ngungunhane, no seu último discurso, diante da multidão que assistia a sua partida para o exílio, é abordado em *As areias do imperador: azagaia e a espada* (2022), como se se tratasse de uma resposta a esse discurso. Essa resposta aparece no momento em que o sargento do exército português, Germano de Melo, temendo em perder a sua namorada, a negra Imani, para a prostituição, na capital Lourenço Marques, a convite da amiga do sargento, a italiana Bianca, com a anuência do pai dela, senhor Katini Nsambe, pensou em se casar com a Imani para impedir tal intento (Couto, 2022, 174-176). No entanto, o sargento temia pela discriminação racial que ela e os futuros filhos poderiam sofrer diante da sua família, ou seja, se a Imani e os filhos seriam aceites ou não pela família do sargento e pela sociedade portuguesa, no geral. Como atesta a fala do sargento na sua quarta carta enviada ao tenente Ayres de Ornelas:

[57] Que filhos teríamos, perguntará Vossa Excelência. Como os apresentaria aos familiares portugueses? Quem me respondeu não foi a Imani. Foi Bibliana que proclamou com certeza das profecias: *Que importa a cor da pele dos que nascerem? Gungunhana terá netos brancos portugueses e os portugueses terão netos africanos! Contrariar essa inclinação é travar o vento com uma peneira. O tempo, meu filho, o Tempo é grande misturador de sementes* (Couto, 2022, p. 176, grifos do autor).

A partir das notas arroladas na fala da Bibliana, no trecho 57, entende-se que a presença do povo nguni assim como do povo português, em solo moçambicano, como colonos, demonstra que a miscigenação etno-racial era inevitável. Uma vez que estes colonos se movimentavam e movimentavam pessoas de diferentes tribos e etnias, de um lugar pra outro, para os servirem em diferentes frentes, dentro do território moçambicano e não só; a mistura e o contacto íntimo entre as pessoas, com o andar do tempo, era inevitável. Portanto, o último discurso de Ngungunhane acaba não trazendo nada de novo, pois, os portugueses iriam se comportar tal qual os nguni se comportaram diante do povo moçambicano.

Sabe-se que o povo Nguni é uma das etnias do povo Zulu, que dirigida por Manicusse (Sochangana), avó de Ngungunhane, chega ao Sul de Moçambique proveniente do que é hoje o território da África do Sul, Almada (2012a, p. 3). Portanto, como nos referimos no trecho 30, o povo Nguni é “o invasor vindo da Zululândia”, Vilhena (1996, p.15). Como se pode atestar, mais uma vez, no estudo historiográfico de Vilhena:

Com a chegada dos angunes ao sul de Moçambique desencadeou uma série de perturbações de enorme repercussão, de que se ressentiu a identidade dos povos tsongas, chopos, bitongas, cossas [...]

Eram os exércitos de Zuaguendaba, N’qaba, Neguana, Sochangana, fugindo às crueldades de Tchaca; e era o exército deste a persegui-los. Diáspora, invasão, perseguição, extermínio e genocídio, a assolar as terras moçambicanas.

[...]. Portanto, o sul de Moçambique, entre 1820 e aproximadamente 1850, é teatro de violentas lutas causadoras de fome e instabilidade; [...]. Houve segmentação e multiplicação de unidades políticas [...] resultado de ataques, medo e fuga, com tudo o que a guerra comporta de massacre, sofrimento, destruição e latrocínio.

Vencidos e dominados, os povos locais tiveram de se submeter e de se deixar assimilar pelo vencedor.

O povo angune era agora o grande senhor da região austral.

Ao serem incorporados no grupo angune, os povos vencidos sofriam um processo de integração forçada, a que podemos chamar “angunização”: eram obrigados a falar a língua oriunda dos zulus e seguir os seus costumes (Vilhena, 1996, p.19-20).

Portanto, em Vilhena (1996), pode-se perceber que os angunes invadiram as terras Moçambicanas e ocuparam-nas a força, tirando os povos locais das suas aldeias, escravizando-os, e submetendo-os aos seus hábitos e costumes. E isso é evidenciado, claramente, em *Ualalapi*, na

fala do próprio Ngungunhane, nas vésperas da execução do guerreiro Mputa, o acusado de ter assediado a esposa do imperador. Nesse instante, Ngungunhane ao falar com o mensageiro que deveria convocar a grande assembleia para testemunhar a morte do guerreiro Mputa, homem valente da corte do império, diz o seguinte:

[58] [...] fui eu e todos que me precederam que dissipámos a noite infindável que cobria estas terras [...] ouviste, vassalo, eu dei a luz e o sorriso, eu dei carne e o vinho, eu dei a alegria a estes vermes, e não será um cão, um homem que dei a honra de cozinhar para mim que ousará levantar a voz, por isso, corre, quero-os já, e se encontrases alguém defecando tira-o da merda, e se estiver colado à mulher retira-o do enlace com a força que o império te dá, eu sou, e serei por todo o sempre Ngungunhane, assim o quiseram os meus pais e avós e toda a prole de heróis nguni que levantaram estas terras do letargo dos séculos inomináveis [...] (Khosa, 2000, p. 41-42).

Percorrendo essa fala de Ngungunhane, nota-se que há vários contrastes que surgem de um acto emotivo alicerçado na empatia que ele quer transparecer pela dor da esposa que o acompanha, em soluços de magoa, no vai e vem de ansiedade em dar solução ao caso, como se pode notar no seu discurso:

[59] [...] vá chama-os, arranca-os de onde estiverem e trá-los à árvore grande, e tu, mulher, mãe de todas as mães, limpa as lágrimas que sulcam o teu rosto, pois não virá a lua antes de sorrisos perante a trágica morte que esse imundo animal, filhos de cães, terá (Khosa, 2000, p. 42).

Um típico acto de arrogância e soberba protagonizado por Ngungunhane diante dos seus vassalos, mostrando que a sua esposa é a maior do que qualquer mulher de um vassalo ou homem vulgar, pois, ela é a esposa do rei, do imperador dos imperadores, o todo poderoso. Quem se atrevesse a fazer algo contra uma das suas tantas esposas, mesmo que fosse algo insignificante como, por exemplo, passar um olhar, já que os olhos não negam ver, e elas não gostassem, o visado pagaria com a vida. Então, como é que um povo, que ele chama de “vermes”, de “filhos de cães” e tantos outros nomes imundos, que na visão dele são vistos como “mimos”, e ainda associado a execuções sumárias, por motivos absurdos, pode se contentar? Obviamente que não. Mas para as esposas dele, sim, esses actos engrandecia-as, envaidecia-as, e tornava-as mais distintas, no meio de tanta desgraça, angustia e desespero dos vassalos que eram mortos como cães sem dono.

Quando Ngungunhane diz que foi ele e os outros que o precederam, os responsáveis pelo fim das noites que cobriam as terras onde ele agora está e os outros repousam de tantos feitos, trazendo

a luz e o sorriso para os povos indígenas, dá a entender que os imperadores que o antecederam, assim como ele, foram colonos face aos moçambicanos e agiram de igual modo, ou seja, tanto ele quanto os outros foram tão cruéis diante dos nativos, julgando que era uma forma de os educar como seres civilizados e visionários, tanto quanto são os angunes. E isso é clarificado em outro trecho dos estudos historiográficos de Vilhena, onde a autora diz o seguinte:

O processo de *angunização* fazia-se progressivamente, a partir da incorporação no exército e da deportação dos povos vencidos. Desenraizados das suas aldeias e despojados dos seus usos e costumes, os vencidos tinham forçosamente de se integrar na sociedade angune. Casamentos entre membros das duas etnias também se realizavam, sobretudo do homem angune com mulheres capturadas: e os filhos seguiam, sem dúvida, os princípios do clã paterno.

Quanto à mulher angune, ela não teria muita oportunidade de casar com um vencido, porque estes eram geralmente chacinados. [...]. Mas poderia uma mulher angune casar-se com um escravo? (Vilhena, 1996, p. 20, Grifo do autor).

Em Vilhena, no trecho acima, percebe-se que os angunes usavam os moçambicanos, vencidos, escravizados e retirados das suas terras de origem, para as suas frentes de combate, a medida que os mesmos ficavam usufruindo das suas mulheres. Tendo filho, este pertencia ao pai nguni e não da mulher que a gerou, porque esta era escrava “sexual”, uma vez que a mesma fora capturada. Nesse contexto, percebe-se o porquê da região Sul de Moçambique, onde o império de Gaza dominou intensamente, ser de orientação cultural patrilinear, e o Centro (pouco domínio) e o Norte, onde não teve o seu domínio, ser de orientação cultural matrilinear. Como se pode entender em Vilanculo e Nhiuane (2021), apesar de tantas justificações de ordem de trabalho doméstico, ao afirmarem o seguinte:

Os aspectos socioculturais e da tradição moçambicana que definem o lugar da mulher na sociedade são os sistemas de organização familiar, patrilinear (Sul do país) e matrilinear (Norte e Centro do País) [...]. O sistema matrilinear confere um certo poder às mulheres, no que diz respeito a manutenção da guarda dos filhos e herança após o divórcio ou morte do marido. [...]. Nas sociedades patrilineares a descendência é através da linhagem paterna. (Vilanculo; Nhiuane, 2021, p. 6).

E acrescenta mais, nas sociedades patrilineares, em Moçambique, “[...] os filhos e os bens tendem a ficar com o marido, e em caso de morte do marido, com a família deste” (Collier, 2007 *apud* Vilanculo; Nhiuane, 2021, p. 6). Isso entende-se como uma presentificação desse passado de *angunização*.

No entanto, um homem moçambicano não poderia se envolver com uma mulher angune, este era imediatamente morto pelo facto de isso constituir uma ofensa a supremacia Nguni, visto que este moçambicano era escravo, sem terra, sem costumes, sem identidade própria e sem dignidade.

Portanto, o discurso proferido por Ngungunhane, no momento da sua captura pelas tropas portuguesas, concretiza o sonho do filho do rei Machope, Xipenanyane, que atrás nos referimos, no trecho 31. Do mesmo modo que Ngungunhane fazia, deportando os povos vencidos, bem como, desenraizando das suas aldeias e despojando-os dos seus usos e costumes, Vilhena (1996, p. 20), como foi referenciado, ele, nesse instante, já vencido, seria deportado, pelo mar, para Portugal, longe de Moçambique, deixando para atrás toda a soberba que lhe pesava e os seus leais e bajuladores desamparados. No entanto, muitos outros, também, suspiraram de alívio, Couto (2022, p. 13).

Todavia, nota-se que há uma esperança, profetizada por alguns dos súbditos leais a Ngugungunhane, de que um dia ele voltará, “uma onda o devolverá, disseram”, Couto (2022, p. 13). É nesse sentido que Couto (2016, p. I) ao falar do resgate das areias do imperador, do exílio para as terras moçambicanas, para serem veneradas por aqueles que ele havia colonizado e escravizado, sem, no entanto, alguém indagar a razoabilidade dessa decisão, despertou a curiosidade de um público interessado em visitar o passado do rei, como os romancistas aqui em análise procuram fazer. Nessa vertente, Canedo (2021) afirma o seguinte:

[...] literatura e história, sob uma duradoura premissa aristotélica, passam a ser aliadas na busca de um distinto modo de analisar e interpretar os tempos ido,
[...] angariando público interessado em visita guiada ao passado ou no reconhecimento refletido sobre os vínculos entre um passado sem nostalgia e um presente incerto e em aberto. (Canedo et al., 2021, p. 11).

Portanto, percebe-se, em Canedo (2021), que essa visita guiada ao passado não deve ser interiorizada em actos de tristeza e de malezas, mas compreendida como um percurso de formação identitária do presente, uma vez que, os romances históricos “São recorrentemente a narração de episódios decisivos para o destino das personagens e para os rumos da nacionalidade” (Canedo et al., 2021, p. 9). E “A complexidade de *O romance histórico* consiste em incorporar o Marxismo [...], pensando a história como progressiva reconciliação dos indivíduos na sociedade, seja sob o aspeto formal, no qual narrar significa ligar-se ao passado [...]” (Lukács, 2011, p. 12, grifos do autor). Nessa fala de Lukács, podemos entender que a elevação de Ngungunhane a categoria de

herói, pelas autoridades moçambicanas, no pretérito tempo de 1985, poder ser considerada como essa reconciliação dos indivíduos e das políticas da sociedade, dessa época, para que a história tivesse um propósito de ser dinâmica ou progressiva e não ficasse estática, de acordo com o pensamento dos actores políticos que foram responsáveis em dar um rumo a sociedade em que eles estavam inseridos.

5.2.2. Em As areias do imperador: a espada e a azagaia

Como temos vindo a dizer, aquando da chegada dos angunes/Vátua, povo a que Ngungunhane pertence, em Moçambique existia um povo com uma enorme diversidade de tribos, tais como: Tsongas, Rongas, Bintogas, Machopes, Landis, Ndáus, entre outros, e que nunca aceitaram a presenças dos angunes e muito menos de serem submetidos ao processo de angunização, de que Vilhena (1996) fala em trecho que atrás referenciamos. No entanto, derrotados, tinham que ser submetidos a esse processo e a de vassalagem face ao povo dominante, os angunes, do qual Ngugunhane é rei ou imperador.

Com o início das movimentações militares dos portugueses, os povos locais, no caso dos Rongas, por exemplo, já vassalos de Ngungunhane, não aceitam a dupla vassalagem, ou seja, não aceitam serem vassalos de Ngungunhane e ao mesmo tempo dos portugueses e, como consequência disso, vão se insurgir contra os portugueses (Almada, 2012a, p. 20). Derrotados, fogem para a corte de Ngungunhane a procura de protecção deste (Almada, 2012a, p. 21). No entanto, os portugueses exigem, por via diplomática, mas com uma forte presença de soldados na região de Gaza, que Ngungunhane entregue aos portugueses os nativos que se insurgiram contra eles, como temos vindo a falar e como atesta o trecho, que se segue, da segunda carta do tenente Ayres de Ornelas, enviada ao sargento Germano de Melo:

[60] Não imagina como lamento ter sido transferido das minhas funções militares para uma missão de cariz diplomático. Admito, em benefício da minha honra, ser a primeira tarefa de um oficial não fazer a guerra, mas evitá-la a todo custo. E tudo indica que o rei de Gaza também quer fugir de um confronto, agora que fizemos crescer a nossa presença na região onde ele se aquartelou. Gungunhana acederá, estamos certos, a todas as nossas condições, com excepção daquela que é, para nós essencial: a entrega dos rebeldes Mahazul e Zixaxa, que há alguns meses tiveram a ousadia de atacar Lourenço Marques (Couto, 2022, p. 74).

Ao se referenciar que os nativos Mahazul e Zixaxa são rebeldes face aos portugueses por ousarem atacar Lourenço Marques, a capital da província ultramarina de Portugal, Moçambique, nota-se, nesse trecho 60, que alguns régulos vassalos de Ngungunhane, que residiam distantes da corte ou da capital do império de Gaza, Mandlhakazi, se insurgiam frequentemente contra os portugueses de forma autónoma, isto é, sem o aval de Ngungunhane. Facto que colocava Ngungunhane na mira dos portugueses por parecer ser cúmplice desses ataques, por não ter o controlo dos seus vassalos. Não só, assim que foram derrotados pelas tropas portuguesas, eles se refugiaram para a corte de Ngungunhane e este os protegeu, desencadeando essa onda de negociações diplomáticas para a entrega dos mesmos aos portugueses. No entanto, sabe-se, como percebemos na primeira carta do tenente Ayres de Ornelas, que o médico e missionário suíço Georges Liengme, que trabalhava no único hospital localizado junto a corte de Ngungunhane, agitava aos nativos para se insurgirem contra os portugueses (Couto, 2022, p. 34). Sabe-se, também, que o padre Rudolfo Fernandes, um misto indiano, de mãe portuguesa e pai indiano (Couto, 2022, p. 124-125), português de segunda categoria (*Ibid.*, p. 107), foi enviado de Goa para Moçambique com a intenção de evangelizar os indígenas através da língua portuguesa, já que os missionários suíços, incluído o médico Georges Liengme, que se encontravam em terras moçambicanas incentivavam os negros a recitarem e a escrevem a palavra de Deus, e não só, nas suas próprias línguas, tornando-os autênticos africanos, facto que contrariava os planos dos portugueses, em tornar essa actividade eclesiástica um acto civilizatório, de acordo com os padrões europeus (Couto, 2022, p. 125). Entretanto, o padre foi alocado em terras sob o domínio do imperador Ngungunhane, local de intensa instabilidade política, para dirigir uma igreja que lá existia. Teria sido posto a viver naquelas matas por denunciar negócios sujos de gente rica e poderosa, como atesta o trecho que se segue, onde ele conversa com a italiana Bianca:

[61] A europeia contemplou o caos ao redor enquanto o sacerdote falava:

- [...]. Quer saber por que estou aqui?

Mandaram-me para Sana Benene porque isto aqui não é lugar nenhum. Fui punido. Denunciei negócios sujos, de gente graúda.

- Que negócios?

- Escravos.

- Ora, convenhamos, senhor padre. Há que tempo que isso acabou!

- O problema é esse, dona Bianca. Não terminou. E a senhora sabe muito bem do que estou a falar (Couto, 2022, p. 103).

Percorrendo as falas desse trecho 61, entende-se que o padre Rudolfo Fernandes estava ali, naquelas matas das terras do império de Gaza como um preso, um condenado. Estar em África, particularmente em Moçambique, muito mais em zonas rurais, como as do império de Gaza, significava, para alguns soldados portugueses, bem como para alguns sacerdotes, missionários ou padres católicos, estar em “uma prisão sem grades e, por isso, mais asfixiante que qualquer outro cárcere” (Couto, 2015, p. 37), como punição pelos crimes que tinham cometido ou que tinham sido acusados de terem cometido; como nos referenciamos atrás, ao falarmos da lei de “desterro e degredo”. Deviam ficar ali para defenderem os interesses do governo colonial português, como uma forma de cumprirem essa pena, ao invés de ficarem numa cela de quatro paredes, trancados, feitos uns animais fora do seu *habitat* e sem nenhuma utilidade, dando despesas ao governo para sustentá-los, guarnece-los, e assisti-los, em termos de saúde e outras despesas que um ser humano necessita.

Nesse sentido, percebe-se que Ngungunhane tinha, fora e junto da corte, indivíduos descontentes que foram obrigados a ficar na condição em que se encontravam. E isso, punha em causa a estabilidade do império de Gaza. Como se pode perceber, no trecho que se segue, nas palavras do próprio padre Rudolfo Fernandes, em uma conversa, durante uma bebedeira com Katini, pai da Imani:

[62] Escutaram-se explosões ao longe. A seguir, tiros.

- *Quem será que agora dispara* – perguntou o padre.

[...]. O padre suspirou, numa espécie de tédio:

- *Lá vêm mais enterros!*

E beberam os dois homens. A cada vez que reenchiam os copos amaldiçoavam o rei de Gaza:

- *Que lhe morram os filhos e as filhas! E que fiquem por enterrar e sejam devorados pelas quizumbas.*

Os embriagados são como os prisioneiros: criam um tempo que apenas entres eles se pode partilhar.

- *Sabes que o Gungunhane proibiu o consumo de bebidas? Decretou a lei seca desde que o filho morreu alcoolizado o mês passado.*

- *O Ngungunhane não manda em mim* – Declarou Katini. E acrescentou: - *O primeiro a violar essa lei vai ser ele próprio* (Couto, 2022, p. 106-108, grifos do autor).

Percorrendo as falas dessa conversa entre o padre Rudolfo e Katini, pai da Imani, percebe-se que existia um descontentamento generalizado nas pessoas que viviam nas terras sob o domínio do Imperador Ngungunhane, tanto em nativos quanto em estrangeiros, ao ponto de rogarem praga contra ele e desrespeitarem a lei seca decretada por ele, a semelhança do que aconteceu com o rei

leão, na fábula que referenciamos atrás, por acharem que o rei seria o primeiro a quebrar a mesma, ou seja, o povo percebe que a lei só seria aplicada ao povo mas não ao rei, “por ser o próprio régulo um ébrio inveterado” (Vilhena, 1996, p. 148), por isso decidiram em desobedecer, desafiando-o, mesmo sem a presença dele, afirmando que ele não mandava neles. Por isso, eles estavam bebendo porque Ngungunhane estava desprovido de sentido moral e ético para promulgar a referida lei seca. A essa falta de moral e ética de Ngungunhane, Liesegang (1986, p. 73-93, *apud* Ribeiro, 2005, p. 8) descreve as características desta personalidade nos seguintes moldes: “a vontade de ferro disfarçada pela doçura do olhar em contraponto a crueldade; a inteligência e a argúcia face ao comportamento tirânico desprovido de sentido moral e de ética, acompanhado pelo consumo desmedido de álcool”. É nesse sentido que se pode entender que Ngungunhane não granjeava simpatia do povo das terras sob o seu domínio. Daí que, várias facções ou vários grupos étnicos existentes em Moçambique procuravam se impor e ter a soberania moçambicana como sua pertença. Por um lado, tem-se o império de Gaza liderado por Ngungunhane, com a sua capital em Mandlhakazi. Por outro lado, tem-se os povos subjugados por Ngungunhane, como são os casos dos Vaxxopi, por exemplo, que procuram alianças para combater Ngungunhane. Tem-se, também, o império português com a sua capital provincial em Lourenço Marques, que têm a mesma intensão de derrubar o imperador Ngungunhane e ocupar as terras sob o seu domínio. Esse fio de raciocínio pode ser elucidado no seguinte trecho: “- Bibiana é milagreira, a melhor das curandeiras. [...] deu uma volta ao redor do sargento e falou numa mistura de português, txishopi e txishangana” (Couto, 2022, p. 45).

Portanto, o português é a língua falada pelos portugueses, txishopi é a língua falada pelos Vaxxopi ou Machopes, o txishangana falada pelos angones, a etnia de Ngungunhane, e ainda existiam os ingleses.

5.2.2.1. A Batalha de Magul

Ainda, nos debruçando sobre os momentos baixos de Ngungunhane, em *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, nota-se que a ideia de Ngungunhane ter a Bibiana como sua curandeira e a branca italiana, Bianca, como sua esposa, ainda se mantém. Como a primeira tentativa de levá-las a corte do império de Gaza tinha sido frustrada pelo facto de não terem sido encontradas, no pátio junto a igreja do padre Rudolfo Fernandes, onde elas moravam, e este padre

ter ocultado o paradeiro delas, como referimos em notas do trecho 19, surge uma segunda tentativa. Desta vez, na fala da Imani, o imperador Ngungunhane mandou “os temidos *timbissi*, as chamadas “hienas”, esses mortíferos esquadrões usados pelo imperador” (Couto, 2022, p. 146), liderados, mais uma vez por Manhune. O esquadrão da morte, Vanguni, entra na igreja, arrastando cadeiras que barravam o caminho. O chefe do grupo, sentou-se no altar e dirigiu, com arrogância, a sua fala para o padre, que tremia de medo porque conhecia a brutalidade dos mesmos: “- *Ngungunyane mandou que viéssemos buscar as duas mulheres: a branca e essa outra que chamaste de marido* – declarou em xizulo o chefe da comitiva” (Couto, 2022, p. 146, grifos do autor). O padre, como na primeira vez, procurou encará-los e impedir que as mulheres fossem levadas. Mesmo sabendo que estava a colocar a sua própria vida em risco, disse: “*daqui não sai ninguém ... [...]: nem que tenham que passar por cima do meu cadáver* (Couto, 2022, p. 146). Em seguida, o chefe do grupo deu ordem aos seus homens: - *Atem-no a uma cadeira e chamem os abutres* - (Couto, 2022, p. 146).

Toda essa tentativa de amarrar o padre Rudolfo Fernandes e depois levar as duas mulheres que Ngungunhane pretendia, fracassou, mais uma vez, pois, duas setas saídas de um arco Vaxopi cruzam o espaço do interior da igreja e dois corpos dos intrusos mandatários de Ngungunhane tombam no chão. Para o espanto de todos, surge do esconderijo o filho do rei Binguane, rei Vaxopi morto no combate do cerco sem saída, destacado em *Ualalapi*, em que os homens de Ngungunhane haviam protagonizado contra os guerreiros Vaxopi na tentativa de extinguir essa tribo que desestabilizava o seu império. O combate tinha sido tão violento, onde se verificou “- Chama. Sangue. Gritos. Choros. Morte. Fuga ... - Cadáveres ... (Khosa, 2000, p. 78). No entanto, como referenciamos em momentos anteriores, o filho do rei Vaxopi, Xiperenyane conseguiu, com poucos guerreiros em relação aos efectivos de Ngungunhane, comandados por Maguiguane, romper o cerco e fugir. Esse feito, tornou Xiperenyane no “mais carismático dos guerreiros Vaxopi e o mais temido dos inimigos de Ngungunyane” (Couto, 2022, p. 147). Agora, encarrando o chefe do esquadrão da morte, “destacado comandante e conselheiro de Ngungunhane” (*Ibid.*, 2022, p. 148), diz o seguinte:

[63] - Lembras-te de mim, Manhune? Cresci com o teu rei, vivi nos teus domínios até ser um homem. E fugi para continuar a ser pessoa. [...].

- Vinhas roubar mulheres para o teu rei? Para não ires de mãos vazias, leva-lhe um recado meu: vais dizer-lhe que as minhas unhas são longas garras de lagarto. Onde estou, sem dar um passo, todas as noites essas garras lhe arranham o sono (Couto, 2022, p. 148).

Pois, as garras de Xiperenyane iriam arranhar o sono de Ngungunhane. Sabe-se que não havia mais ninguém, no mundo, quem Ngungunhane mais odeia-se do que o régulo e chefe militar da tribo Machope, Binguane e o seu filho Xiperenyane (Couto, 2015, p. 187). Na fala da Imani,

[64] Xiperenyane tinha sido, ainda criança, raptado por Muzila, o pai de Ngungunhane. Essa era a prática corrente no Império de Gaza: raptavam-se as crianças das famílias notáveis. E assim se obtinha a mais rápida das lealdades: a que se impõe pela chantagem. Xiperenyane cresceu no seio da família real e diz-se que derrotava Ngungunhane em todos os jogos e competições. Assim que fugiu da corte, passou a liderar uma temível força de resistentes (Couto, 2015, 187-188).

Agora, Xiperenyane passava por Sana Benene, onde se situava a igreja do padre Rudolfo Fernandes, vindo de uma batalha que teve lugar na planície de Magul, onde esteve a combater ao lado dos portugueses contra os guerreiros de Ngungunhane (Couto, 2022, p. 148). Então, chegar a igreja e encontrar, mais uma vez, os homens de Ngungunhane criando desmandos, não tinha como deixá-los escapar. A raiva era tanta, teve que emboscá-los e abater alguns desses homens; encurralar, render e encerrar, “rosto no rosto” (Couto, 2022, p. 147), o chefe do grupo, o Manhune.

Xiperenyane, ao mandar um recado ao Ngungunhane, a partir de um dos mais mortíferos guerreiros do imperador, o chefe do esquadrão da morte e, ainda mais, seu conselheiro pessoal, que não conseguiu cumprir a tarefa de trazer as mulheres que o imperador pretendia e, como não bastasse, retornava a corte com um efectivo reduzido, visava a transmiti-lo uma mensagem que lhe dava a entender que o seu império estava em decadência, e que tinha dias contados para a sua extinção. O conteúdo dessa mensagem, como um acto profético, vinha do conhecimento empírico sobre as atitudes e comportamentos do imperador Ngungunhane que Xiperenyane havia adquirido durante um longo período em que viveu junto a corte do império de Gaza. Ele, bem como outros régulos que tinham sido vassalos de Ngungunhane, sabia que o imperador era emotivo, isto é, ele agia, sempre, e tomava decisões de um modo emotivo, sem analisar, com profundidade, nem discutir em assembleia geral da sua corte, sobre os factos para depois tomar decisões razoáveis, sem colocar em causa a vida dos seus súbditos, os mesmos com quem ele contava para o protegerem e protegerem o seu império. E esse desequilíbrio emocional de Ngungunhane, que culminou com o extermínio da vida de muitos dos seus súbditos ou vassalos, até aos homens que eram mais leais a si, como foi o caso do chefe guerreiro Mputa, de que falamos em notas apresentadas no trecho 51, é jogado contra ele. Sabe-se que Ngungunhane mandaria exterminar

qualquer indivíduo que ousasse proferir palavras ofensivas, injuriosas e difamatórias contra si ou contra o seu império, nem que fosse membro da sua própria família ou tribo, porque ele via isso como uma ameaça ao seu reinado ou soberania. Mesmo que os conteúdos dessas palavras ou palavrões constituíssem uma verdade, Ngungunhane não queria ouvir a razão que levava as pessoas a proferirem tais palavrões ou a agirem no sentido contrário aos seus ideais. Só ele era a única razão pela qual as coisas deviam ser. Essa forma de ser e agir de Ngungunhane teria sido incorporado pelos régulos e guerreiros que ainda eram leais a si, facto que foi usado contra eles na batalha de Magul, levando-os a uma armadilha fatal e consequentemente a uma derrota retumbante, já que muitos guerreiros, como é caso de Xiperenyane, da tribo Vaxopi, e muitos outros régulos haviam se baldeado para o lado dos portugueses lutando contra Ngungunhane e contra o seu império. Como atesta a quarta carta do tenente Ayres de Ornelas enviada ao sargento Germano de Melo:

[65] Meu caro sargento: o nosso bom aliado Xipereniane será portador de boas novas: vencemos, e de que maneira, a batalha de Magul! O segredo do nosso êxito esteve num detalhe prévio que certamente poucos se irão lembrar. Esse detalhe tem um nome: o régulo Chibanza. [...] o régulo subiu para um gigantesco morro de muchem. E daquela espécie de palanque proferiu um violento discurso carregado de insultos contra o Gungunhane. Os Vátuas protestavam e assobiavam, mas permitiram que o régulo continuasse a chuva de impropérios. A fechar a sua intervenção, Chibanza desfechou sete tiros contra a multidão dos vátuas, depois cuspiu para o chão e lançou o insulto: *covardes!* E regressou com toda a serenidade para o nosso aquartelamento. A exibição de Chibanza produziu o efeito desejado: uma raivosa onda humana precipitou-se sobre a nossa posição. O ataque dos vátuas tinha sido desencadeado. Os negros arremeteram de peito aberto contra o crepitar das nossas metralhadoras.

E em poucos minutos o combate terminou, as baixas inimigas eram tantas que não era possível contar os corpos espalhados pelo capim (Couto, 2022, p. 151-153).

Como se pode entender nas anotações arroladas no trecho acima, os régulos indígenas que se juntaram as tropas portuguesas para combater o império de Gaza, utilizaram estrategicamente um jogo psicológico contra os guerreiros angunes na batalha de Magul. Evitando um confronto, corpo a corpo, e evitando serem os primeiros a atacarem os guerreiros adversários, um dos régulos, pelo espanto dos portugueses, insultou o rei Ngungunhane, desequilibrando psicologicamente os guerreiros vátuas, facto que precipitou a saída destes das suas trincheiras, por não suportarem os insultos, e partirem ao ataque contra as posições portuguesas. Não tendo percebido que os insultos constituíam uma isca, os guerreiros de Ngungunhane, como bichos raivosos, caíram numa armadilha e foram regados por uma metralhadora do exército português. Esse episódio traz à tona a relevância da fala do tenente Ayres de Ornelas, na sua quinta carta enviada ao sargento Germano

de Melo, onde ele diz o seguinte: “[...] circunstâncias emocionais enfraquecem um soldado porque o tornam débil e hesitante” (Couto, 2022, p. 167). E na quarta carta, o tenente diz: “na guerra, quem tem pressa morre depressa” (*Ibid.*, p. 155). E foi isso que aconteceu, os guerreiros angunes se emocionaram e tiveram pressa de atacar sem antes terem estudado a área de combate ou terem espiado as posições e condições bélicas do seu adversário. Em síntese, “os Vátuas não deviam ser temidos quando passavam ao ataque. Convinha até provocá-los” (Couto, 2022, p. 154). Foi o conselho que o tenente Ayres de Ornelas teria recebido de Caldas Xavier, uns dos comandantes militares portugueses com uma longa experiência em África.

De acordo Almada (2012a), nessa batalha de Magul,

Do lado de Ngungunhane tombaram 400 guerreiros. Do lado português apenas cinco. Depois desta nova derrota, o imperador nguni ainda tenta negociar com o comissário régio e envia mais emissários a Durban e à Cidade do Cabo na África do Sul, na esperança de obter auxílio britânico, mas sem êxito (Almada, 2012a, p. 24).

Como se pode perceber na fala de Almada, diante desta derrota que somava as outras anteriores, Ngungunhane não percebeu que a questão do fracasso estava relacionada com problemas de organização e gestão interna do próprio império e não da falta de aliados externos. Nesse sentido, já que muitos régulos moçambicanos se juntavam aos portugueses, era necessário entender a razão que fazia com que estes procurassem uma aliança junto dos portugueses para combaterem contra ele e o seu império. E não procurar um aliado europeu, neste caso os britânicos, para lutar contra um outro europeu, no caso dos portugueses. Por isso, não teve nenhum êxito. Isso demonstra que Ngungunhane, ao proceder desta maneira, dá indícios claros que ele não poderia negociar com os régulos indígenas moçambicanos para lutarem do seu lado contra os portugueses porque, também, constituíam seus inimigos irreconciliáveis, pelo facto de este ter invadido as suas terras e protagonizado diversas atrocidades contra eles e os seus povos. Mesmo dominados, alguns desses régulos, por Ngungunhane, este ainda continuava a maltratá-los, por isso se desertavam e se juntam aos portugueses.

O tenente Ayres de Ornelas, ao referenciar, no trecho 65, atrás mencionado, que o segredo do sucesso que deu vitória na batalha de Magul esteve num detalhe prévio que teve o nome do régulo Chibanza, mostra claramente que esse régulo e tantos outros e os seus respectivos povos conheciam bem o sertão moçambicano bem como o império de gaza, os guerreiros nguni e o seu imperador. Por isso, constituíam bons aliados, internos, para os portugueses. São essas alianças

internas, de grande valia, que Ngungunhane não conseguiu reter a seu favor pelo modo como as tratava. É nesse sentido que a vitória dos portugueses, na batalha de Magul, contra os guerreiros de Ngungunhane teve grande contributo dos régulos e guerreiros moçambicanos, subjugados por Ngungunhane, que agora lutavam ao lado dos portugueses. Portanto, o sucesso e a vitória, nesse combate, têm um gosto a moçambicano mais do que português, pois, os portugueses já haviam antes tentado atrair os guerreiros nguni para a sua armadilha de metralhadoras, usando, de forma obrigatória, alguns pretos angolanos, mas não chegou a surtir o efeito desejado como aconteceu quando, de forma voluntária, o régulo moçambicano Chibanza proferiu insultos ao imperador Ngungunhane, na língua que os guerreiros nguni percebiam, claramente, os significados de tais insultos, como atesta a fala do tenente Ayres de Ornelas, na quarta carta enviado ao sargento Germano de Melo:

[66] Enviámos uns tantos *angolas* para provocar de modo a forçar que investissem contra a nossa posição [...]. [...] nunca, mas nunca, poderíamos tomar a iniciativa de marchar sobre os adversários. Era o oposto: eles é que nos deviam atacar. Obrigámos os *angolas* a fazer uma incursão provocatória mas esta iniciativa não teve a resposta necessária (Couto, 2022, p. 152 grifos do autor).

No entanto, de acordo com as narrativas do romance em análise, nessa batalha de Magul, nas posições dos portugueses haviam morrido “[...] uns trinta e a maior parte deles eram negros de Angola” (Couto, 2022, p. 153) e não moçambicanos. Facto que pode corroborar com a fala de Almada, no trecho apresentado atrás, que referência que do lado dos portugueses houve cinco baixas, pois, os angolanos não são contados como sendo portugueses, eles eram africanos e eram recrutados de forma obrigatória para engrossarem as fileiras do exército português e, também, obrigados a ficarem na linha de frente durante os combates, como o trecho 66, acima, ilustra. De acordo com o General J. Teixeira Botelho citado por Couto (2022, p. 262), entre 1878 a Setembro de 1879, os portugueses recrutaram soldados Angolanos para virem combater em Moçambique pelo facto de terem sido vistos como soldados disciplinados, de esplêndidas qualidades combativas. Com o passar do tempo, já ninguém reconhecia esses belos batalhões recrutando em Angola, como se constatou na batalha de Magul.

Terminada essa batalha,

[67] Assim que as hostes inimigas se retiraram, as forças dos régulos de Matola e de Mahotas, ao verem a fragilidade dos derrotados, lançaram enormes razias sobre as casas, as mulheres e as manadas das gentes de Mahazul e Zixaxa. [...] Segundo eles, o desejo de

vingança da gente de Mahazul e Zixaxa tinha-se tornado maior que a animosidade que estes nutriam antes pelos portugueses (Couto, 2022, p. 154).

Como dissemos antes, vários régulos haviam se aliado aos portugueses para combater o império de Gaza, o seu Imperador Ngungunhane e todos outros que o apoiavam ou ainda prestavam alguma vassalagem aos angunes, como são os casos dos régulos Mahazul e Zixaxa. Nesse sentido, no fim da batalha de Magul, as povoações dos régulos Mahazul e Zixaxa, que outrora atacaram a capital portuguesa de Lourenço Marques, e que estavam a ser procurados pelos portugueses, não escaparam a raiva dos régulos subjugados por Ngungunhane, que agora estavam do lado dos portugueses. “Era uma rixa entre [...] os negros” (Couto, 2022, p. 154), como afirmara o tenente Ayres de Ornelas. O que quer dizer que Ngungunhane perdia, dia-após-dia, o apoio da população e dos régulos indígenas, que antes haviam sido dominados por ele e agora se libertavam dele e do seu império e iam engrossando o exército dos portugueses. Para o tenente do exército português, Ayres de Ornelas, o sucesso e a vitória na batalha de Magul contra os guerreiros de Ngungunhane marcava uma presença efectiva no território moçambicano, como se pode entender na sua quarta carta enviada ao sargento Germano de Melo:

[68] Magul [...] aconteceu e desse feito retirámos grande vantagem. Porque nós precisamos de façanhas temerárias. Essas ousadias não se destinam apenas a intimidar os cafres revoltosos. Mas irão impressionar a opinião pública em Portugal que vê com maus olhos o dispêndio de fortunas numa guerra alheia e distante. E as outras nações europeias saberão do nosso efectivo domínio na África Oriental (Couto, 2022, p. 155-156).

A fala do tenente Ayres de Ornelas, neste trecho 68, demonstra que o processo de expansão do império português e o processo de colonizar outras nações ou outros povos, particularmente os povos africanos e de Moçambique, não nutria a aceitabilidade e a simpatia da maior parte do povo português, ou seja, o povo português não estava a favor da colonização de outros povos, visto que esse processo criava revoltas dos povos indígenas pela usurpação das suas terras e riquezas. Como consequência dessa invasão e ocupação das terras alheias, os filhos dos portugueses seriam enviados para conterem essas revoltas ou insurgências e, evidentemente, os portugueses iriam perder os seus filhos nessas guerras que não tinham necessidade de existirem, uma vez que os portugueses não tinham sido provocados pelos povos e países que estavam a ser colonizados, não só, esses países e povos estavam longe das suas fronteiras, em outros oceanos e continentes. Longe de casa e em terras alheias, os filhos dos portugueses, por vezes, entravam numa depressão por

consequência de uma guerra que eles não sabiam a razão e a necessidade dela existir, bem como a razão de terem sido envolvidos. E isso, gerava, por vezes, uma revolta na alma do desterrado soldado português, em terras africanas, que terminava em suicídio. Como atesta a fala do sargento Germano de Melo, na conversa que teve com o padre Rudolfo Fernandes, onde este último se lembrara da confissão de um soldado:

[69] [...] lembrou que há muito tempo, quando ainda celebrava missa, passou por Sana Benene um militar português que quis confessar. Mas o homem ficou calado, e de olhar esquivo disse apenas *não sei*. [...] murmurou: *não sei quantos matei, perdi a conta*. [...]. Assim que cruzou a esquina escutou-se o disparo. Foi a primeira vez que Rudolfo lhe viu os olhos do jovem soldado. E nunca mais o padre teve forças para receber a confissão de ninguém (Couto, 2022, p. 199-200).

No desenrolar das notas apresentadas, percebe-se que, tanto o soldado quanto o padre Rudolfo, ambos sendo portugueses, em terras moçambicanas, cada um sentiu do seu jeito a nostalgia e a injustiça dos seus actos e da sua presença naquele lugar que não lhes pertencia. E como não bastasse, após a lembrança desse infortúnio, o padre se revolta diante do sargento, mostrando que não concordava com o modo como os portugueses envolvidos no teatro operacional se dirigiam aos indígenas, a ousadia que tinham ao chamar de rebeldes a esses povos das terras invadidas e saqueadas por eles. Essa reacção do padre, que consta da quinta carta do sargento Germano de Melo, enviada ao tenente Ayres de Ornelas, é evidente no seguinte trecho:

[70] Confesso, Excelência, que nunca me senti tão pesaroso. E o padre não dava pausa:
 - *Pede-te o teu patrão que encontres os rebeldes. Chamamos de rebeldes a quem luta para que não lhes roubem a terra? Já te interrogaste se não é exactamente para esse fim que nós estamos aqui: para roubarmos as terras desta gente?*
 - *A terra desta gente já há muito que lhes foi roubada.*
 O sacerdote não me parecia ter escutado. Porque manteve o olhar no alto enquanto me agredia com sarcasmos:
 - *Bem podes agora denunciar ao teu amigo tenente que há armas nesta igreja.*
 Inesperadamente atirou-me a pistola para os braços. *Fica com ela, aconselhou. O melhor é andares armado porque aqui todos te querem matar. E se te deixam ficar vivo é porque precisam de ti para que os ajudes a matar outros como tu.*
 Durante todo o tempo de sacerdócio em Moçambique ele testemunhara ocorrências tão ultrajantes que seria preciso inventar um idioma para as descrever. Vira sangue escorrer nas espadas dos europeus. E vira sangue ser limpo das azagaias de tribos matando tribos (Couto, 2022, p. 198-199, grifos do autor).

Logo, percebe-se que o processo de expansão do império português e de colonização de outros povos e nações teria sido uma decisão e imposição da aristocracia e do governo da época,

sem antes ter sido feito uma auscultação a sociedade portuguesa. Por essa razão, como afirma o padre Rudolfo Fernandes, “as guerras são tapetes [...]. Por debaixo deles se ocultam as imundícies dos poderosos” (Couto, 2022, p. 234). E como consequência, os filhos dos portugueses ficavam cativos nessas matas de terras longínquas a mercê de quem quer que seja, pois, “o que por ali mais havia eram tropas. Não existiam senão soldados por aqueles matos: pretos, brancos, crianças e velhos, vivos e mortos, todos de armas na mão (Couto, 2022, p. 187). Por essa razão, os portugueses ficavam na ansiedade de verem os seus filhos ou parentes regressarem a Portugal são e salvos, como atestam alguns extratos da carta da mãe do sargento Germano de Melo, dona Laura de Melo, inseridos na sexta carta deste soldado enviado ao tenente Ayres de Ornelas:

[71] *Germano, meu querido filho [...]. O cunhado Arménio ajudou-me a puxar o corpo para dentro de casa e confidenciou-me que os homens da aldeia sabiam em segredo que iriam chegar soldados vindos de África. Se chegaram não foi à nossa aldeia e o teu pai morreu sentado à espera que viesses. [...]. Quando voltares não quero ser apanhada de surpresa como fez o teu pai, que ainda hoje te espera na soleira da porta. [...]. Quando chegares terás uma cadeira para ficares sem fazer nada porque dizem que as cadeiras ajudam a esquecer o passado. É o que diz a comadre Constança, que já muito se sentou lá na escola. E diz ela que quem chega da guerra tem muito para esquecer. [...]. Peço a Deus que venhas bem depressa para junto desta tua mãe pois agora apenas tu me restas neste vale de lágrimas. E espero que te tenham alimentado pois nos sonhos me surges sempre magrito* (Couto, 2022, p. 221-224, grifos do autor).

Para além de todo esse sofrimento causado as famílias portuguesas, em Portugal, e aos soldados nos teatros operativos, em matas, rios, mares, lagoas, montes, lamas, etc., desconhecidos, manter essa guerra alheia e distante, naturalmente, o governo português gastava fortunas de dinheiro para a logística da mesma, colocando Portugal e os portugueses numa situação financeira cada vez mais decadente, como assegura o escritor português Antero de Quental, no seu “discurso pronunciado na noite de 27 de Maio de 1871, na sala do Casino Lisbonense”, ao afirmar que uma das “causas de decadência dos povos peninsulares” nos séculos XVII, XVIII e XIX, no caso particular do povo português, estava relacionada com “o desenvolvimento das conquistas longínquas, [...] à guerra de conquista, [...] espírito de conquista” (Mendes e Pereira, 2006, p. 44-46).

Então, o sucesso e a vitória das tropas portuguesas na batalha de Magul, de acordo com a fala do tenente Ayres de Ornelas, era encorajador, na medida em que iria amenizar as críticas da população portuguesa, ao mesmo tempo que dava a entender as outras nações europeias, interessadas nas possessões dos portugueses, em Moçambique, o quão robusto e estratégico era o

exército português. Não só, transmitia aos adversários, tanto indígenas quanto europeus de que estavam ao ocupar efectivamente as terras moçambicanas, já que

[72] Por todo esse mato, os únicos que de facto governavam eram os indunas de Gungunhane. Para além disso, eram essas autoridades cafreais as únicas que cobravam os impostos. E eram elas que recebiam os emissários estrangeiros. A essas autoridades indígenas os governantes lusitanos - como o intendente José d'Almeida - dirigiam os pedidos de concessão para a exploração mineira. A presença portuguesa era de tal modo inexistente que o intendente dirigia-se a Gungunhane tratando-o por "Sua Magestade". No sentido inverso, o rei africano apelidava os portugueses de "galinhas" e de "*changanes* brancos" (Couto, 2022, p. 201, grifos do autor).

Como se pode entender nas notas do trecho acima, Ngungunhane tinha a plena consciência que os *changanes* (angunes), povo a que ele pertence, e assim como os portugueses, ambos, tinham as mesmas pretensões: ocupar efectivamente o território moçambicano e ter o domínio total sobre o povo indígena que nele habitava. Por essa razão, Ngungunhane chamava os portugueses de "*changanes* brancos", ou seja, Gungunhane tinha a lucidez de que o seu povo e ele era tão colono tanto quanto os portugueses eram. E esse facto de Ngungunhane ser um colono é, mais uma vez, clarificado na fala da Imani, em as *Mulheres de Cinzas*, onde ela diz o seguinte:

[73] Desde a guerra de 1889 que as tropas de Ngungunyane tinham deixado de rondar pelas nossas terras. Durante dúzia de anos saboreámos a Paz pensando que duraria para sempre [...] passados anos, os intrusos regressavam com a mesma ameaçadora arrogância. Reconfirmando medos antigos [...]. Éramos uma nação ocupada [...]. Nós, os VaChopi, tínhamos perdido a terra que era nossa e dos nossos antepassados (Couto, 2015, p. 20-23).

Como se pode notar no trecho 73, as acções de Ngungunhane e o seu império não eram diferentes quanto as acções dos portugueses e o império deles. É daí que cada um procurava um propósito para atacar o outro no sentido de encurralá-lo para que se renda e se torne vassalo do outro ou, então, se retire do território moçambicano de modo a ceder o espaço ao outro. Por isso, o sucesso e a vitória na batalha de Magul foi um grande ganho e um marco histórico para os portugueses, já que os nguni ou vátuas, povo do imperador Ngungunhane, estavam a perder o terreno a favor dos portugueses, como atesta um epigrafe da fala do médico e missionário suíço George Liengme que diz o seguinte:

[74] Após ter chegado ao seu apogeu, o reino dos Vanguni está na eminência de desabar completamente. Não podia acontecer de outro modo. Esta é a história de todas as dinastias fundadas sobre o crime e o terror. E apesar de tudo, eu gosto de Ngungunyane;

apesar da sua crueldade, não deixo de me sentir apegado a ele (Couto, 2022, p. 203, grifos do autor).

Como se pode compreender, a batalha de Magul marcava o decurso, por via da força armada, da derrocada do império de Gaza e do seu imperador Ngungunhane, depois do desentendimento com os portugueses, por não ter entregue os régulos Mahazul e Zixaxa que haviam atacado Lourenço Marques, a capital do império português em Moçambique. Contudo, a caça furtiva contra os fugitivos Mahazul e Zixaxa prosseguia como Ngungunhane, durante as negociações, propôs que assim fosse. Desta vez, os portugueses indicaram o capitão Santiago da Mata para estar no encalço desses insurgentes que tiraram o sono e o sossego do exército português, que há muito estava inerte, colocando-o fora do aquartelamento (Couto, 2022, p. 233-234), vasculhando todo o sertão do sul de Moçambique. Ngungunhane, que escondia os régulos Mahazul e Zixaxa, continuava fingindo que, também, estava preocupado em achá-los. Nessa senda de procura pelos fugitivos, o capitão Santiago da Mata, que andava vasculhando toda a mata até chegar a Sana Benene, onde se encontrava a igreja do padre Rudolfo, “estava nervoso, há semanas que deambulava pelo sertão numa infrutífera busca dos revoltosos Zixaxa e Mahazul. Ngungunyane escondera-os. Em África, conforme ele dizia, não é preciso mato cerrado para alguém se tornar invisível. As pessoas escondem-se nas pessoas” (Couto, 2022, p. 231). O que quer dizer que não seria na mata onde ele iria achar os fugitivos, mas sim, procurar entre as pessoas. Ao apertar a pessoa certa, logicamente que os fugitivos iriam aparecer. Foi nesse sentido que o padre Rudolfo pensou que não seria o capitão Mouzinho de Albuquerque, o tão esperado, destemido e venerado cavaleiro português, conhecedor de assuntos coloniais, a capturar Ngungunhane. Segundo o padre, já que Ngungunhane criara diversas dores anónimas no seio dos seus vassalos angunes e os povos indígenas, “seriam os negros que o entregariam de bandeja. Esses que hoje o louvavam, amanhã lhe cravariam um punhal pelas costas. [...] – *A captura do imperador não será obra da coragem, mas de traição*” (Couto, 2022, p. 236-237, grifos do autor).

No entanto, vários actores no terreno, negros, mulatos, brancos, homens, mulheres, etc., procuram, até em sonhos, os pontos fracos de Ngungunhane, para se aproximarem dele e desferirem um golpe certo e fatal. Daí, ganharem as honras heroicas de terem sido eles a terem a coragem e a bravura de terem acabado com Ngungunhane e o seu império e, por fim, estamparem os seus nomes no memorial da história. Desta vez, é o sargento Germano de Melo que, na sua

sétima carta enviada ao tenente Ayres de Ornelas, revela que tem tido sonhos constantes, tentando matar o imperador. Sobre o sonho, o sargento descreve o seguinte:

[75] Com a nitidez das coisas reais, vejo-me a calcorrear a pé todo o percurso do rio Inharime, desde a foz até à nascente. Faço aquela viagem com o único propósito de trazer uma prenda para o imperador Gungunhane. É assim, que se procede em África: dão-se oferendas aos grandes chefes. [...]. Apresso-me porque quero entregar o animal ainda vivo, movendo os gelatinosos tentáculos. Sei do horror que esse negro nutre pelas criaturas do mar. Ambicioso que o poderoso Vátua não resista à surpresa e sucumba ante o medonho bicho. Na fatal delicadeza dessa oferta derrotarei, sem arma nem sangue, o maior inimigo de Portugal. É esse patriótico propósito que me faz marchar durante dias (Couto, 2022, p. 242-243).

Como se pode notar nas notas arroladas no trecho 75, acima, Ngungunhane desde que se recusou a entregar os régulos Mahazul e Zixaxa, que feriram o orgulho dos portugueses, a nível nacional e internacional, dando a sensação de serem fracos, já que o Ngungunhane os chamava de “galinhas”, ele se tornou no maior inimigo de Portugal. Nesse sentido, os portugueses criavam alianças prováveis e improváveis, com os diversos nativos descontentes, de modo a identificarem as fraquezas do soberano e agirem sobre elas.

Em relação ao sonho do sargento Germano de Melo, uma verdade vem à tona, sabe-se que o soberano tem medo do mar, lagoa, rios, etc., e não come peixe porque tem tido, também, pesadelos assombradores, que lhe fazem reviver o passado que ele tanto queria esquecer. Como atesta o trecho que segue:

[76] No sonho de Ngungunyane, o irmão está vivo. Ou melhor, debate-se na líquida fronteira entre a vida e a morte.
[...] Ngungunyane vai sentindo os cabelos crespos do irmão dissolverem-se por entre os dedos enquanto a cabeça do malogrado vai crescendo, envolta num musgo escorregadio. As pernas e os braços de Mafumane mingua a olhos vistos e uma criatura disforme evolui lentamente sob as águas quentes. Primeiro, parece-lhe uma sereia. Até que não existe dúvida: o irmão converteu-se num peixe. Está vivo e conserva-se junto dele, peixe que já é, irmão que não deixou de ser.
E agora, em todas as lagoas, em todos os rios, habita essa assombrada criatura que guarda o segredo da sua culpa (Couto, 2022, p. 339-340).

Portanto, Ngungunhane tem a sensação que o espírito do irmão, aquele com quem lutou pelo trono, conspira contra o seu reinado e o seu império, ao mesmo tempo que lhe vem à tona a nostalgia de que não devia ter acontecido o infortúnio. Um sinal de desespero traduzido em arrependimento, coisa que nunca demonstrara antes, afinal, Mafumane era seu irmão de sangue. Qualquer um dos seus irmãos podia ter sido o imperador de Gaza, em substituição ao finado do seu

pai, o soberano Muzila. Essas revelações são transparentes na sua conversa com o “seu médico particular” (Couto, 2022. p. 334), o missionário suíço Georges Liengme, quando o soberano o procurou por conta dessas visões que o atormentavam.

Como dissemos, na abordagem das notas apresentadas no trecho 32, aquando do cerco contra o rei Binguane, em África, no geral, e em Moçambique, em particular, os espíritos são exércitos ocultos que apoiam ou afrontam as lutas dos amigos, familiares ou adversários, dando o destino que acham ser o merecido, ou seja, os espíritos dos ancestrais, dos amigos, dos inimigos, dos indesejados podem retornar em forma de sonhos, ou se incorporarem em seres alheios e intercederem a favor ou contra as acções de alguém.

Agora, o soberano revela ao médico que não fora ele quem ordenara a morte do seu irmão, mas sim, os seus conselheiros, os chamados “*indunas*”, como atesta o trecho que se segue:

[77] A lembrança do assassinato chegava-lhe através de infinitas visões. Por isso se encontrava ali, confessando os seus temores a um estrangeiro. Não queria usar os seus feiticeiros. Perdera a confiança neles. O médico sorriu ao escutar o pedido. [...]. Por um momento, porém, o médico hesitou: [...] – *Feche os olhos, Nkossi.* [...] – *Conte-me esse pesadelo que tanto o persegue.*

- *Não o matei, quem o matou foram os mais velhos e os indunas. Eu apenas acatei a ordem e esse foi o maior erro: um irmão não morre. Mafumane saiu da vida dele para entrar na minha.*

- *E que sonho é esses que tanto o perturba?* – insistiu o médico de olhos fechados. – *Conte-me, Umundungazi, conte-me esse sonho.*

- *O problema começa aí: esse sonho não é meu. Eu durmo e o meu irmão sonha dentro de mim* (Couto, 2022, p. 338-339, grifos do autor).

Como se pode entender nas notas acima apresentadas, Ngungunhane estava psicologicamente tão transtornado pelas derrotas que os seus guerreiros vinham somando ao ponto de não confiar mais nos seus feiticeiros e dos seus conselheiros. Agora, ele acha que todos conspiram contra si e contra o seu império. Pelas visões que o assombram, quase que não se recordou ou não percebeu que o médico suíço o chamou de *Umundungazi*, nome de infância que ele deixara ou descartara aquando da sua pomposa ascensão ao trono de Gaza, se autointitulando Ngungunhane, com o sentido de Leão daquelas matas, o Leão do império de Gaza, que hoje está no seu estágio de decadência.

Nessa fase de decadência do império de Gaza, todos aqueles que outrora Ngungunhane atormentara, hoje o atormentam, já não o têm medo. Eles vão engrossando as fileiras do exército português para derrubarem, a todo o custo, o imperador Ngungunhane e extinguir o seu império. De lembrar que o rei Binguane é o rei dos vatxopi, aquele a quem Ngungunhane jurara exterminar

a sua tribo. Esse rei que foi morto pelos guerreiros de Ngungunhane, numa batalha desigual, em termos numéricos, hoje, o seu filho, Xiperenyane, que escapara desse cerco mortífero, com alguns homens, constitui uma sarna para Ngungunhane. Xiperenyane é um desses guerreiros valentes que engrossou os batalhões dos portugueses e que tem estado numa caça furtiva, em todas as matas, contra os homens de Ngungunhane; como atesta uma passagem da oitava carta do sargento Germano de Melo enviado ao tenente Ayres de Ornelas:

[78] Desta feita trago-lhe notícias de vulto. Por fim, meu tenente, algo mexe nesta terra morta. Vossa Excelência tem toda a razão: algo de muito radical está mudado o destino desta terra portuguesa. E foi no quadro dessa mudança que Xiperenyane passou por aqui ontem de manhã. Fez uma breve paragem a caminho das suas terras em Zavala. O homem é imparável, em permanentes deambulações guerreiras pelo mato. É um combatente extraordinário, um negro de uma lealdade a toda a prova para com a coroa portuguesa. Só que desta vez saibamos corresponder com a devida generosidade. [...] Sei que as nossas forças preparam uma batalha de vastas dimensões em Coolela. Parte de mim queria marcar presença nessa que será certamente uma das mais gloriosas páginas da História da África Portuguesa.

[...] Ontem, porém, o sol voltou a brilhar para a italiana quando o nosso Xiperenyane lhe prometeu que, no regresso da próxima batalha em Coolela, a acompanharia de volta a Inhambane (Couto, 2022, p. 255-257).

Como se pode entender, são os moçambicanos, Vaxxopi e outras tribos, que estão mais empenhados na luta contra o império de Gaza e o seu imperador. Nessa senda, o sargento Germano de Melo olha isso como um acto de generosidade que os moçambicanos estão a ter para com os portugueses, e ainda acha que esse acto deve ser retribuída de igual forma, visto que servem-nos de guias, em várias frentes, trazem-nos informações relevantes, estão ajudando na procura e na perseguição dos régulos Mahazul e Zixaxa que se insurgiram contra a capital portuguesa de Lourenço Marques e, como não bastasse, ainda lutam ao lado deles contra Ngungunhane e o seu império. Todas essas incursões que os moçambicanos estão a protagonizar contra o império de Gaza a favor dos portugueses, mas que no fundo é a favor dos próprios moçambicanos como uma retaliação das crueldades e barbaridades praticadas pelos vangunes e o seu imperador Ngungunhane, encoraja aos portugueses a investirem em outras batalhas de forma mais arrojada, ou seja, os portugueses percebem que recrutar um exército formal é mais fácil, visto que o processo de recrutamento é feita de forma obrigatória ou forçada, e muitas das vezes, os recrutado ou o soldado nunca sabe as razões da sua luta, como arrolamos em notas apresentadas nos trechos 68 a 71 que falam das reclamações do povo português, em Portugal, sobre as investidas do governo em guerra de conquista, em terras alheias e longínquas. O mais difícil é recrutar um exército de massas,

pois, as massas populares só vão a luta, quando são forçadas pela causa que também as afecta. Nesse contexto, combater Ngungunhane e o seu império, que é uma causa mais moçambicana do que portuguesa, facilita as ambições dos portugueses no processo de ocupação efectiva de Moçambique porque têm os moçambicanos lutando do seu lado contra um inimigo comum. Tendo os moçambicanos do seu lado, há um sentimento de posse ou de controle, por parte dos portugueses, sobre os nativos e sobre o território moçambicano, como se pode notar nos pronunciamentos do sargento Germano de Melo, no trecho em que estamos a nos debruçar, ao pronunciar, na sua carta, as expressões: “o nosso Xiperenyane”, “o destino desta terra portuguesa” e “gloriosas páginas da História da África Portuguesa”.

5.2.2.2. Mulheres, uma perdição do Imperador Ngungunhane

Nesta secção, pretendemos trazer informações que atestam como as mulheres afectam o emocional do soberano Ngungunhane, apesar de já termos falado em notas anteriores, e como isso interfere no rumo da vida pública e política do império. Para tal, iremos buscar o contexto que determinou a perdição do Imperador Ngungunhane por mulheres.

Depois da batalha de Magul, agora, os portugueses se preparam para uma batalha de grandes dimensões, a batalha de coolela, e têm a certeza da vitória, visto que contam com o povo Vaxxopi, do guerreiro Xiperenyane, bem como de outros régulos e povos nativos que carregam amarguras imensuráveis das dores criadas por Ngungunhane. Como atesta a oitava carta do sargento Germano de Melo, relatando, ao tenente Ayres de Ornelas, sobre os acontecimentos nas matas e rios de Sana Benene:

[79] E quase não escutámos uma jangada que se aproximava, empurrada pela corrente. Conduzia-a um homem despido, o cabelo desgrehado, um olhar de bicho. O padre suspirou e comentou: *só cá faltava este!* O intruso, explicou ele, era um doido, chamado Libete, que passeava infinitamente pelo rio com a sua pestilenta sacola. [...] Em txichangane, o padre dirigiu-se ao homem pedindo que deitasse fora o saco mal cheiroso. Recusou o intruso puxando para si uma volumosa sacola de pele. Que eram seus filhos que trazia naquele embrulho. Sabia que o padre duvidava mas, se fosse autorizado, espalharia tudo sobre o cais. O sacerdote reagiu alarmado: *Não, por amor de Deus, não faça isso!* Ele que fosse rio abaixo, que o padre lhe daria a sua bênção. A jangada foi se afastando, arrastada pela corrente. E ainda se escutou o homem gritar: *- Foi Ngungunyane quem matou! Matou os meus filhos, matou-me a mim.* [...] Katini Nsambe ergueu-se [...]. Por fim, murmurou:

- *Não lhe chame de louco, padre. Esse homem sou eu* (Couto, 2022, p. 261-262, grifos do autor).

Como se pode notar, o ódio, a mágoa e a raiva, contra Ngungunhane, era tanta que levava a loucura dos afectados pelas crueldades do imperador e da sua gente, os Vátuas, que nem sequer poupavam as crianças. A loucura era tão colérica que punha as pessoas a deambularem de um lado para outro a procura de um caminho apropriado para pôr termo a essas crueldades e barbaridades de Ngungunhane. Mesmo os próprios filhos de Ngungunhane, em certo momento não concordavam com os actos cruéis do imperador, como reporta um soldado Angolano ao serviço dos portugueses, que acompanhava, a mando do capitão Santiago da Mata, o pai da Imani, a fim de indicar onde os portugueses haviam enterrado o irmão da Imani, Mwanatu, morto em um rio, por ter sido confundido, por estes, como sendo um guerreiro de Ngungunhane. Este soldado angolano,

[80] Contou que, há um mês, tinha sido capturado por Ngungunyane. Fizeram-no comparecer perante o imperador e um dos seus filhos, chamado Godido, que traduziu a conversa. Godido estudara na Escola de Artes e Ofícios da Ilha de Moçambique e conhecia bem a língua portuguesa. O angolano riu-se recordando como, aterrado, se ajoelhou perante o rei de Gaza.

- *Não me façam mal* – balbuciou Ondjala na ocasião. – *Sou vosso irmão, sou negro como vocês.*

- *Irmão?* – perguntou Ngungunyane. *Um irmão que nos mata?*

[...] – *Então és desses, dos mangolês?* – Perguntou Ngungunyane.

[...] Não gostou o rei do que ouviu. [...] Murmurou, entre dentes:

- *Alguém que acompanhe esse homem.*

Mas Deus estava a seu favor. Porque Godido que chefiava o pelotão de execução permitiu que ele fugisse. Desamarrou-o e disse aos outros: *deixemo-lo, será devorado pelas feras.* Escapara naquela ocasião (Couto, 2022, p. 265-268, grifos do autor).

As notas arroladas neste trecho demonstram que Godido, ao não executar o prisioneiro angolano, que lutava ao lado dos portugueses contra o império do qual ele fazia parte, desobedeceu as ordens directas do imperador Ngungunhane, seu próprio pai. Como não bastasse, Godido desamarrou-o e deixou-o fugir com vida. Logo, esse acto pode ser traduzido como uma conspiração contra a soberania do império de Gaza e contra o soberano Ngungunhane, pois, esse angolano voltaria a estar do outro lado, nas trincheiras portuguesas, como o trecho já demonstra, disparando contra o grupo dos guerreiros vangunes onde, possivelmente, Godido poderia estar, uma vez que este era um dos chefes militares do império. No entanto, sabe-se que o angolano fora morto pelo pai da Imani, senhor Katini Nsambe, pelo facto do soldado, comandado pelo capitão Santiago da Mata, ter participado da execução e ocultação do corpo do seu filho Mwanatu. Como ilustra um

trecho onde Katini questiona o angolano sobre a execução do filho: “- *Quem disparou? [...] – Quem matou o meu filho? – Não sei, todos disparamos contra a canoa. – Todos?*” (Couto, 2022, p. 268, grifos do autor).

Porém, Katini Nsambe, pai da Imani, julga que todos esses infortúnios na vida dele, da sua família e da sua povoação é culpa de Ngungunhane, pois, a sua aldeia, Nkokolani, a dos Vaxopi, tinha sido extinto pelos Vanguni, eles mataram todas as pessoas que ainda lá estavam, queimaram tudo (Couto, 2022, p. 188), e agora, um grupo de soldados portugueses, comandados pelo capitão Santiago da Mata, atacou a conoa em que o seu filho, Mwanatu, seguia em direcção a Nkokolani a fim de enterrar os mortos, e mataram-no por terem-no confundido por um Vátua fugitivo (Couto, 2022, p. 207). Por isso, ele tinha que traçar algum plano para matar, de uma vez por todas, o imperador Ngungunhane. É daí que diz para Imani:

[81] - *Mudei de planos – declarou ele. Vou-te entregar ao Nkossi, vais ser a esposa do rei. Vais ser a mulher principal de Ngungunyane.*

[...] – *Não faça isso comigo, meu pai. Vai trair os nossos que foram assassinados por Ngungunhane?*

- *Estou a lutar pelos que têm ainda que viver. Os outros ...*

[...]. *Além disso fiz uma jura. Sobre a campa da nossa mãe jurei matar esse satanhoco do Ngungunyane.*

- *Você não entendeu, Imani. Essa é a intenção: você casa com ele primeiro. Depois, mata-o. Quem mais senão uma rainha pode ter na mão a vida de um rei?* (Couto, 2022, p. 270-272, grifos do autor).

Como se pode entender, haviam várias intenções, vindas de vários quadrantes do império de Gaza, tanto dentro da corte quanto fora dela, com o propósito de matar o imperador Ngungunhane porque viam-no como um satanas de merda (*satanhoco*), ou seja, Ngungunhane era visto, pelos membros da corte e pelo povo sob o seu domínio, como um indivíduo que punha em causa a integridade física das pessoas e dos territórios onde elas habitavam. E Ngungunhane tinha consciência disso, de que muita gente, incluindo os seus familiares, não nutriam muita simpatia para com ele, pelo modo como ele governava o império, e seriam capazes de o assassinar. Como atestam as suas próprias palavras proferidas diante de alguns vassalos e de estranhos como, por exemplo, Katini Nsambe, um vulgo machope que vinha entregar a sua filha Imani para que fosse a esposa do imperador. Nesse instante, Ngungunhane afirmara o seguinte: “- *Confio mais no álcool que me é oferecido pelo meu inimigo do que nas bebidas que me servem os familiares*” (Couto, 2022, p. 359).

Não só, os membros da corte viam, também, que as paixões amorosas do imperador Ngungunhane colocavam em causa a estabilidade do império de Gaza. É nesse sentido que o intento de Katini Nsambe, em dar a sua filha Imani como esposa do imperador, não foi aprovado pelos maiores do império: anciões, nobres, e chefes militares que se fizeram presentes na cerimónia de apresentação da Imani como noiva, porque viam-na como um perigo ao império. Como atesta a fala da própria Imani, ao dizer o seguinte:

[82] O conselheiro e familiar Queto – que tanto ascendente tinha sobre o rei – solicitou ponderação. E alegou que eu, Imani Nsambe, não era apenas mais uma esposa.

- Esta rapariga sabe a língua dos portugueses, a dos Vaxxopi, a dos mabuingela e a nossa língua. E tem a porta aberta para penetrar no território dos inimigos. [...] proponho que a jovem fique connosco à experiência, controlada por Impibekezane e longe dos apetites do nosso rei.

[...] – *Não sei, não sei* – Voltou o oponente a questionar. – *Como podemos estar certos que não foram os portugueses que a enviaram para nos espiar?*

O risco em aceitar-me, todos sabiam, era outro. E estava no nome que acaba de anunciar como sendo meu. Nada mais grave do que, em plena crise militar, repetir-se o que já havia sucedido com Vuiaze: o imperador apaixonar-se perdidamente e afastar-se dos assuntos da nação dos Vanguni (Couto, 2022, p. 377-378).

No entanto, os maiores do império queriam-na como informadora dos Vanguni porque sabiam, pelos mensageiros, da relação amorosa que ela mantinha com o sargento do exército português, Germano de Melo, e das correspondências entre este e o tenente Ayres de Ornelas. Então, de acordo com os conselheiros, ela seria útil nesse sentido (Couto, 2022, p. 378).

Como dissemos na abordagem das notas dos trechos 18 e 51, as mulheres e paixões amorosas do imperador Ngungunhane exerciam grande influência na vida pública do soberano e na tomada de decisões sobre assuntos sérios em momentos cruciais ou decisivos do império. Segundo Almada (2012a),

Ngungunhane tinha muitas mulheres. Umas viviam no Mandlakazi, distribuídas por várias palhatas. As restantes encontravam-se espalhadas pelas aldeias vizinhas. O número de esposas contribuía grandemente para o aumento do seu prestígio social, um factor determinante de riqueza e também como elo de segurança; é que, ao ficar ligado a um maior número de clãs, o imperador poderia contar com o apoio que estes, sem dúvida, lhes iriam dar. Cada casamento do soberano era sempre uma oportunidade para estabelecer e fortalecer alianças, trocar presentes e vassalagem e manter vivos os valores e a tradição. Era costume ao casar, entre os Nguni, o marido pagar ao futuro sogro o lobolo. Essa despesa seria largamente compensada quando mais tarde casasse as filhas. Como estas eram poucas, Ngungunhane chegou a adoptar meninas capturadas aos povos inimigos, como escravas, para depois as dar em casamento e assim auferir um maior número de lobolos. As mulheres do rei não trabalhavam, mas davam-lhe filhos, que o ajudariam na administração do país, na guarda dos rebanhos e nas caçadas (Almada, 2012a, p. 14).

Nas notas arroladas em Almada (2012a) percebe-se que Ngungunhane casava tantas mulheres, não só da sua tribo, vanguni, mas também das tribos ou clãs dominados. No entanto, os homens das tribos dominadas não poderiam casar uma mulher da tribo dominante, a dos vanguni, a que pertence o imperador Ngungunhane. Aquele que ousasse casar uma mulher vanguni seria impiedosamente exterminado, como referenciamos em notas anteriores extraídas em Vilhena (1996). Sendo assim, indo na esteira da fala de Almada, os laços que o imperador Ngungunhane procurava estabelecer, através de casamentos com as filhas ou mulheres dos homens de diversas tribos, nunca seriam estáveis, porque isso constituía uma humilhação aos homens das tribos vencidas. Não só, Ngungunhane, por não ter muitas meninas, ele levava as filhas dos outros, nesse caso, das tribos dominadas por ele, e dava-as em casamento para, depois, receber grandes quantidades do referido lobolo, acumulando, deste modo uma riqueza imensurável, em detrimento dos progenitores das mesmas meninas capturadas por ele e feitas escravas.

No entanto, dentre tantas mulheres que Ngungunhane teve, aquela que constitui a sua perdição, a Vuiaze, abordado em *Ualalapi*, é retomado aqui, em *as areias do imperador: a espada e a azagaia*. A Imani, se assemelhava a Vuiaze, pela sua pele clara de mestiça (Couto, 2022, p. 358). Esse detalhe trazia à tona, na memória do imperador, a imagem dessa mulher que outrora amo-a perdidamente. No entanto, essa criatura de fronteiras raciais, tinham um preço a pagar pela condição do tom da pele que ela possuía. Na pacata ordem dos africanos, ser mestiça era um erro porque não correspondia a pureza racial (Couto, 2022, p. 316-317). Não só, sendo mestiça, a Imani deambulava nos dois lados da fronteira racial. Dependendo da situação do momento, ela poderia estar entre os negros ou entre os brancos. Por isso, os maiores do império não a querem como esposa do imperador Ngungunhane. O momento histórico em que se vive no império de gaza, não permite distrações. Sabe-se que,

[83] Já se convertera em lenda a história do amor interdito entre Ngungunhane e Vuiaze, a mulher mais bela de todo o império de Gaza. [...]. Ainda adolescente o candidato ao trono enamorou-se perdidamente [...]. A corte sussurrou apreensiva: um amor tão ardente poderia distrair o futuro governante. Um imperador infeliz é um risco para o império. Mas um imperador perdido de felicidade é uma ameaça ainda maior. Espalharam-se de imediato os rumores: Vuiaze era uma mulher fácil, cedendo a todo e qualquer cortejo. O rei Muzila afastou-a de Ngungunhane para evitar que se desposassem. Mas não teve poderes para contrariar aquele incendiado romance. Dessa paixão nasceria Godido, o filho preferido de Ngungunhane. Um dia, Vuiaze apareceu morta. Misteriosamente, horas depois o corpo desapareceu. E nunca mais o encontraram (Couto, 2022, p. 358-359).

Como se pode perceber, o imperador Muzila, pai de Ngungunhane, não conseguindo separar o filho da Vuiaze, através de diálogo, optou em mandar aos seus vassalos para assassinarem essa mulher e fazerem desaparecer o corpo dela, para que Ngungunhane nunca mais se encontrasse com ela nem que fosse por uma visita à campa dela. E assim, Ngungunhane voltaria a sua atenção para os assuntos do império.

Na sequência dessa rejeição dos maiores do império para que a Imani não fosse a esposa do imperador, o soberano Ngungunhane, com um tom colérico e de frustração, mas disfarçado pelo orgulho e pela soberba que o caracterizava, proferiu um discurso semelhante ao último em que ele direcionara ao povo, em *Ualalapi*, mostrando o seu descontentamento para com os anciões, os conselheiros e os chefes militares presentes no encontro. Nesse discurso proferido pelo imperador Ngungunhane, segundo a fala da Imani, ele diz o seguinte:

[84] - *Troxeram-me uma mulher! Acham que me faltam mulheres?*

[...] O Nkossi acariciou a barriga como se passeasse as mãos pela extensão do seu império. [...]. Foi acolhido com palmas e risadas.

Sabia Ngungunyane que a maior parte dos risos eram forçados, cada gargalhada uma vénia de falsa sujeição. E Ngungunyane discursou, numa crescente tensão:

- *De que vale ter milhões de súbditos, se eles não são fiéis? De que vale possuir centenas de mulheres, se nenhuma delas é realmente nossa? De que vale ser coroado imperador se os que hoje te saúdam venerarão com maior devoção aqueles que te vão derrubar?*

Os nobres da corte encolheram-se, contrafeitos. Acreditavam que o assunto fosse apenas a selecção de uma nova virgem. O imperador foi subindo o tom, empolgando-se:

- *Não há pedra que levante que não tenha por baixo um escorpião. Não há sombra que não oculte outra sombra. Não há espera que não seja uma armadilha. Como queria dormir, dormir todo eu, as pálpebras cerrando-me dos pés à cabeça. Como queria acreditar que ainda restasse uma noite limpa, sem facas nem emboscadas.*

Um coro de protestos percorreu a corte. Os tios mais velhos entreolharam-se duvidosos. Estaria sóbrio o sobrinho?

- *Perdi a conta a quantas vezes casei e estou mais sozinho do que nunca. [...] – Preciso de uma nova esposa. E esta rapariga aqui. [...] – Esta rapariga não está quente.*

- *Como sabe, meu Nkossi? Como sabe que ela ainda é virgem?*

- *Sei dela que ninguém mai sabe [...].*

- *Diz a esta gente como te chamas.*

- *Vuiaze. Chamo-me Vuiaze.*

Sepulcral silêncio pesou na Indaba. Os conselheiros fixaram os olhos no chão. E pairou uma suspeita de que ali se urdia uma conspiração. Há muito que os mais velhos, de origem zulu e Nguni, se queixavam de que Ngungunyane estava perdendo o sentido de discernimento e justiça (Couto, 2022, p. 375-377).

Percorrendo as notas arroladas nesse longo trecho 84, acima apresentado, percebe-se que Ngungunhane tinha a plena noção de que estava a ficar sozinho diante do perigo que se aproximava, uma possível emboscada perpetrada pelos portugueses iria acontecer a qualquer momento. Já que estes estavam no seu encalço como pretexto do imperador não ter colaborado para a entrega dos

régulos Mahazul e Zixaxa que haviam atacado a capital dos portugueses, Lourenço Marques, e se refugiaram nos domínios do soberano. E essa mega operação seria o seu fim. E aquelas terras, sob o seu domínio, seriam ocupadas por novos actores, que são os portugueses, em que seus súbditos iriam venerá-los tal qual o fazem para ele. Nesse contexto, Ngungunhane vê os seus súbditos, os maiores da corte que tinham a função de o aconselharem, como autênticos escorpiões que se escondem nos risos, nas gargalhadas e nas falsas vénias, mas prontos para o derrubarem assim que tivessem a oportunidade para tal. Por isso, às vezes, “apetecia-lhe fazer com os conselheiros o que já tinha feito com as andorinhas. As velozes aves não lhe obedeciam, mandou exterminá-las. Todos os viajantes lhe diziam: não sobrara uma única andorinha em todo o país” (Couto, 2022, p. 360). No entanto, Ngungunhane, tendo essa noção das atitudes e comportamentos dos seus súbditos bem como das movimentações inimigas, ao invés de aproveitar esse momento, em que todos os maiores do império estavam presentes, para discutir estratégias de defesa contra as incursões dos portugueses, depois da derrota na batalha de Magul, fixou a sua atenção em discutir assuntos fúteis relacionados com as suas paixões amorosas, bem como em críticas aos presentes e exibicionismo de um poder que já é decadente. Por essa razão, os mais velhos de origem zulu e Nguni achavam que o imperador Ngungunhane não estava no seu pleno equilíbrio mental, ele estava “perdendo o sentido de discernimento e justiça”.

5.2.2.3. A Batalha de Coolela

No lado dos portugueses, de acordo com a fala do tenente Ayres de Ornelas, na sua oitava carta dirigida ao sargento Germano de Melo já se revelam movimentações militares de que temos vindo a falar. Agora, as tropas portuguesas seguem em direcção a Mandhlakazi, capital do império de Gaza. Nessa sua oitava carta, ele diz o seguinte:

[85] Dou graças aos céus por termos definitivamente rompido as conversações que, neste mesmo local, mantivemos com o rei dos Vátuas. As negociações era um logro, um eterno adiar de sentenças. O homem queria guerra? Pois iria ter guerra, e numa medida que nunca imaginou. Os combates de Marracuene e Magul foram apenas um prelúdio de uma odisseia que ficará nas páginas da nossa história. [...] fui [...] incluído na condução da ofensiva militar que terá lugar em Coolela. É pena que o meu sargento se encontre tão longe [...] experimentaria o mesmo orgulho que sinto ao assistir [...] um batalhão com novecentos praças acabados de desembarcar da Europa. Seguiram-se vários outros batalhões de infantaria e artilharia. Traziam consigo dez bocas de fogo e duas metralhadoras. As munições de infantaria elevaram-se a dois milhões de cartuchos. [...] apogeu foi a chegada do Esquadrão de Cavalaria comandado pelo famoso Mouzinho de Albuquerque (Couto, 2022, p. 387-388).

Mais uma vez, para além dos Vaxtopi declararem guerra ao imperador Ngungunhane que havia jurado exterminá-los como fizera com as andorinhas, e ter debochado deles ao afirmar que o arco e flecha com que os Vaxtopi usavam nas suas batalhas eram brinquedos de crianças (Couto, 2022, p. 356), agora, os portugueses declaravam, formalmente, uma guerra contra ele, mostrando a todos os cafres uma parada militar e material bélico de grande envergadura já mais visto em todo o território moçambicano (Couto, 2022, p. 388). E esse material bélico não era um conjunto de brinquedos de infância dos portugueses, mas sim, um arsenal de guerra bastante letal que iria fazer uma carnificina aos guerreiros de Ngungunhane (Couto, 2022, p. 389).

Segundo o tenente Ayres de Ornelas, nos relatos da referida oitava carta, numa manhã ensolarado, os portugueses decidiram movimentar a suas forças em direcção a lagoa de Coolela. Choveram tiros e flechas sobre as posições dos portugueses. Avançaram, em direcção aos portugueses, os mais terríveis esquadrões dos guerreiros Vanguni que ali se encontravam posicionados, mais conhecidos por Búfalos e Jacarés. O tiroteio e a fumaça, tudo isso a mistura, não permitia que os envolvidos na confrontação identificassem o seu adversário com a devida clareza, facto que dá a entender que, em certo momento, houve mortes provocadas por tiros vindos da arma de um companheiro da mesma trincheira. No entanto, não mais do que meia hora, as metralhadoras dos portugueses, com Mouzinho de Albuquerque no comando do exército português, ditaram o fim do confronto, tal como aconteceu na batalha de Magul (Couto, 2022, p. 393). Os portugueses somavam mais uma vitória bastante expressiva sobre os guerreiros Vanguni. No fim, os portugueses queimaram as povoações vizinhas, como uma forma de grafarem a sua vitória e intimidar os seus adversários, porque era assim como se marcava a grandeza do vencedor (Couto, 2022, p. 411-412).

A derrota na batalha de Coolela constituiu uma grande vergonha para Ngungunhane, não só pela desigualdade em termos do material bélico usado entre os adversários, mas, acima de tudo, pelo facto dos guerreiros vanguni envolvidos nos confrontos terem sido comandados pelo seu filho mais preferido, Godido, e pelo seu tio Queto (Couto, 2022, p. 390-396).

5.2.2.4. O Assalto final à corte de Ngungunhane

Nesta secção, pretendemos trazer detalhes que dão explicações de como decorreu o assalto a capital do império de Gaza, como o Imperador Ngungunhane se defendeu e se safou da situação.

Sentindo-se encurralado e procurando uma forma para abrandar o avanço dos portugueses sobre Mandhlakazi, a capital do império de Gaza, e tentar um acordo de paz, Ngungunhane decide, finalmente, entregar aos portugueses um dos régulos, Zixaxa, que havia atacado Lourenço Marques, a capital moçambicana da província ultramarina de Portugal, que antes, nas negociações que abordamos sobre os trechos 20 e 21, negara entregar e dissera que desconhecia o paradeiro dos mesmos. Como atesta a fala do sargento Germano de Melo, na sua décima terceira carta enviada ao tenente Ayres de Ornelas. Nessa carta, o sargento diz o seguinte:

[86] [...] ao meio dia, chegaram mensageiros. Mas vinham da parte do inimigo. Era meia dúzia de soldados Vátuas trazendo amarrado um homem alto e de porte altivo. Um dos emissários de Gungunhana deu um passo à frente e anunciou:

- *O nosso rei mandou que vos trouxéssemos este homem. Nós conhecemo-lo como Vamatibjana, vocês chamam-lhe Zixaxa. Aqui está ele.*

Aquele era o troféu que durante meses perseguíamos. Mais do que o próprio Gungunhane, aquele negro era o alvo mais cobiçado pela coroa portuguesa. O régulo Zixaxa ousara chefiar uma rebelião no sul e comandar um ataque à nossa mais importante cidade. Morreram portugueses, morreram africanos. E ficaram feridos o nosso orgulho e o nosso prestígio junto das nações civilizadas. E ali estava o famoso rebelde de mãos atadas atrás das costas, exausto e descabelado. Apesar de tudo, confesso, o homem matinha a dignidade de um príncipe. [...] Só então notei que os Vátuas traziam com eles duas mulheres. Eram esposas de Zixaxa.

- *E para que as trazem?*

- Para que vejam o seu homem morrer. E depois voltem para as suas terras para testemunhar o que aqui viram.

- *Cumprimos a nossa parte, disse o emissário, agora cumpram vocês a vossa. Acabem de imediato com a guerra* (Couto, 2022, p. 413-414).

Nas notas expostas no trecho acima, dão a entender que os alvos principais dos portugueses eram os régulos Mahazul e Zixaxa, com maior enfoque para este último, pelo facto de ter ferido o orgulho dos portugueses e humilhá-los diante das nações europeias, ao atacar a principal cidade deles, matando, particularmente, cidadãos portugueses; coisa que Ngungunhane nunca tinha feito, até então. Como assegura o sargento Germano de Melo, em *Mulheres de Cinzas*, aquando da ocorrência dos eventos do ataque da capital do império português em terras moçambicanas, Lourenço Marques, pelos indígenas moçambicanos. Na fala do sargento, na carta que ele escreve ao Conselheiro José d'Almeida que vive nas terras sob o domínio de Ngungunhane, diz o seguinte:

[87] Cheguei a Lourenço Marques na véspera do dia em que a cidade foi atacada pelos rebeldes landins. Aconteceu de madrugada: escutaram-se tiros e, na cidade, alvoroçaram-se negros, indianos e brancos. Encontrava-me instalado na pensão de [...] uma italiana que dá pelo nome de Dona Bianca [...]. Aqui e acolá elevavam-se colunas de fumo, mais

junto do estuário soavam disparos e explosões. Percebia-se que a nossa oposição à invasão dos nativos era quase inexistente.

Em pouco tempo, o único foco de resistência era a Fortaleza. Os assaltantes – eram landins e não Vátuas como por aí se insiste em dizer – manobravam à vontade pelas ruas. Depois de terem vencido todas as linhas de defesa da cidade, assaltaram lojas e saquearam as tendas e só não mataram mais gente porque assim não entenderam. Nós, na estalagem, escapámos à voragem dos cafres porque estes acreditaram que todos os portugueses se tinham refugiado na Fortaleza. [...] Tiros de canhão despertaram-me [...]. Eram os nossos navios [...] bombardeavam a povoação. Aquela era a nossa última defesa. [...]. Os cafres acabaram recuando, deixando atrás deles um rasto de destruição e caos. [...] para nos libertarmos de um inimigo tivemos que bombardear a nossa própria cidade [...] (Couto, 2015, p. 30-33).

Como se pode notar na fala do sargento Germano de Melo, os nativos tinham ferido realmente o orgulho dos portugueses. Esses nativos, haviam rompido todas as barreiras e resistências do exército português, tendo conseguido entrar na cidade e passearem a sua classe, colocando os portugueses no último reduto que era a fortaleza. E para se libertarem dessa invasão dos nativos, os portugueses quase provocaram um suicídio ao bombardearem a cidade onde eles também estavam. E essa proeza dos cafres, segundo o sargento Germano de Melo, não tinha sido feito pelo povo Nguni ou Vátuas de Ngungunhane, a quem se pretende atribuir o mérito. Indo nessa senda da fala do sargento Germano de Melo, Ngungunhane não constituía um perigo para os portugueses, pois, como dissemos em notas anteriores e na abordagem sobre o trecho 15, ele já havia assinado um tratado com os portugueses e passou a ser um cidadão português ao serviço da coroa portuguesa, nas terras que estavam sob o seu domínio, permitindo que os portugueses e outros, que estes quisessem mandar, circulassem a vontade nessas terras. E os nativos ou indígenas não gostavam dessa relação amistosa entre o imperador Ngungunhane e os portugueses, pois, essa relação fazia com que a vida deles dependesse desses acordos desajustados a condição de pertença da terra por parte dos indígenas. Por conta desses acordos de vassalagem assinados por Ngungunhane, assomada a dívida que herdara do pai, Muzila, para com os portugueses, estes manipulavam-no, por conta disso, ao ponto de escolherem os alvos indígenas que eles quisessem que Ngungunhane abatesse. A carta do comissário régio, António Enes, enviado a Ngungunhane a quando da transferência da capital do império de Gaza da região norte, mais concretamente do centro, para o sul de Moçambique é prova disso. Essa movimentação, deixou os povos do sul mais apreensivos, mais concretamente a família da Imani que temia pelas suas vidas, com a vinda de milhares de guerreiros para essa região. Nesse sentido, ela pediu ao sargento Germano de Melo a proteção dos portugueses contra qualquer acção dos Nguni para com a sua família. A pedido do sargento, essa carta do comissário régio, António Enes, é a garantia dessa proteção, mostrando que

Ngungunhane era vassalo dos portugueses e não poderia abater alvos protegidos pelos portugueses, como ilustra a referida carta:

[88] “Meu caro Gungunhane

Eu, rei grande da Província de Moçambique, mandado aqui pelo rei D. Carlos I para vir saber como estão estas coisas da guerra e mandar vir as forças de Lisboa (conforme, ao fim ao cabo, foi preciso) mando-te o meu ajudante com esta carta para dizer umas coisas e falarmos direito, para saber se afinal és ou não filho do coração do rei de Portugal.

O que o rei tem feito por ti não é preciso lembrar-te porque sabes bem que se o rei não tivesse dado armas ao teu pai Muzila para bater o Mahueva não serias hoje régulo de Gaza. Tu conservas-te grande devido à amizade do rei que constantemente te dá saguatis para te mostrar que és filho direito dele.

O meu grande disse-me que tu pedias licença para bater os Guambas e os Zavala, ele negou-te e eu confirmo. Não te dou licença para os bateres, se o fizeres depois te arrependerás. Quero fazer justiça, se eles te fizerem mal eu os castigarei, mando-os se for preciso para a Guiné.

Assinado: O comissário Régio” (Couto, 2015, p. 183-184, grifos do autor).

Assim que a Imani leu a carta para os membros da sua família, para os tranquilizar, as reações não foram a que ela esperava. Um dos tios, que responde pelo nome de Musisi, reagiu nos seguintes moldes: *Para mim essa carta só mostra como somos tratados como crianças. [...] E sabem o que é que vou fazer? Vou pedir ajuda a um dos nossos. Amanhã vou falar com Binguane* (Ibid., p. 186-87).

E, por conta desses acordos, Ngungunhane recebia alguns benefícios pessoais, em detrimento do bem estar do seu povo, incluindo, até certo ponto, dos seus próprios familiares e conselheiros. Como atesta a seguinte passagem, aquando do encontro da apresentação da Imani, aos maiores da corte, para aprovação como esposa de Ngungunhane:

[89] Ngungunyane [...] chamou a seguir os ajudantes de campo para lhes perguntar se sobrara alguma garrafa de vinho do Porto. [...] Os portugueses estavam avisados: mandavam-lhe encomendas pequenas, caixas com apenas quatro garrafas. De outro modo ele era obrigado a distribuir pelos parentes e indunas (Couto, 2022, p. 359).

Então, Ngungunhane passa a ser alvo dos portugueses quando ele se recusou a entregar os régulos Mahazul e Zixaxa, a quem os portugueses chamam de rebeldes, por terem se insurgido contra os portugueses. Derrotados e perseguidos, esses régulos se refugiaram para os domínios de Ngungunhane. Logo, não aceitando entregá-los aos portugueses para os devidos efeitos de julgamento e punição, Ngungunhane tornava-se cúmplice dos ataques. Agora, não conseguindo deter o avanço do exército português, em direcção a Mandhlakazi, ele decide entregar o régulo Zixaxa (Vamatibjana), alegando que estava a cumprir o pedido já há muito tempo feito pelos

portugueses e estes deviam parar com os ataques, de modo a terem um entendimento como antes. Só que a decisão dos portugueses é irreversível, como atesta a fala do sargento Germano de Melo:

[90] Agora já era tarde, pensei para mim. A guerra já se tinha consumido a si mesma, restavam fuligens esvoaçando pela savana. Chegaram tarde os mensageiros, demorara demasiado a teimosia do Gungunhane. [...]. A entrega de Zixaxa era um sinal de desespero dos nossos velhos inimigos. E mandara Gungunhane proceder à entregar onde lhe parecera mais seguro: no nosso quartel. A escolha do lugar e momento da entrega apagava a humilhação da cedência. [...]. A meio do caminho o prisioneiro virou-se para trás e falou para os Vátuas que o haviam trazido:

- *Digam ao vosso rei que, afinal, os céus de Gaza estão cheios de andorinhas.* Mas havia no rosto de Zixaxa essa nostalgia de um reino distante, de um tempo que já foi de luz e de festa (Couto, 2022, p. 414-415).

De acordo com a fala do sargento Germano de Melo, no desespero do imperador Ngungunhane, ele decidiu entregar o régulo Zixaxa aos portugueses para que este fosse morto, e ainda em frente das esposas do prisioneiro, que serviriam de testemunhas, como disseram os emissários. Entretanto, esse posicionamento de Ngungunhane diante da situação em que se vivia, o régulo Zixaxa, agora prisioneiro dos portugueses, vê isso como um acto de traição por parte do imperador a aquele que teria sido seu vassalo por um longo período, só para salvar a sua pele e o seu império. Por essa razão, Zixaxa mandou um recado para Ngungunhane, com os homens que o trouxeram como prisioneiro, alertando-o que os céus do seu império estava cheio de andorinhas. Essas andorinhas iriam defecar nos olhos do soberano, ou seja, o império estava cercado pelas forças portuguesas e estes iriam extingui-lo. E a ideia de entregá-lo aos portugueses como prisioneiro, no auge da desavença, já não constituía a solução do desespero do soberano. Não só, a solução nunca deveria ter sido essa, mas sim, o soberano nunca devia ter assinado algum acordo de vassalagem com os portugueses. Ademais, Ngungunhane teve inúmeras oportunidades de desenhar estratégias de defesa, junto com os maiores do império. No entanto, o egocentrismo dele falou mais alto. Por exemplo, sobre as movimentações dos portugueses em direcção a Mandhlakazi, Ngungunhane tinha sido avisado pelo missionário e médico suíço Georges Liengme que acabava de chegar de um encontro convocado pelo comissário Régio, António Enes. E no regresso desse encontro, “[...] cruzara-se com centenas de soldados portugueses e angolenses que se aproximavam da capital do Estado de Gaza [...]” (Couto, 2022, p. 319-320), mas o imperador fez ouvidos de mercador. Como atesta o seguinte trecho:

[91] [...] o suíço insistia com as sombrias novidades:

- *Os portugueses estão a cercar Mandhlazaki. E são milhares, Nkossi.*

- *Preciso das suas mensagens* – desconversou Ngungunhane.

[...] – *Esqueça o que viu lá fora. Preocupe-se antes com as minhas queixas. Por mais que os portugueses andem à busca de quartéis e fortificações. Nunca encontrarão. O meu quatel é a minha terra, o meu exército é o meu povo.*

- *Desta vez era diferente.*

[...]. E Liengme transmitiu os detalhes: Panga e Homoïne entregaram dois mil cipaio. Os régulos de Massinga e Zavala contribuíram igualmente para o assalto final à corte de Ngungunhane.

- *Viu-os todos nesta sua viagem, dokotela? [...]* – *A fome já os fez desertar.*

- *E os seus homens não desertaram?* – Perguntou o suíço.

- *Os meus homens* – ripostou o rei de Gaza – *foram impermeabilizados pelos poderosos feiticeiros do rio save* (Couto, 2022, p. 335-337).

Como dissemos, ao nos debruçarmos sobre as notas dos trechos 68 a 71, um exército de massas só se forma quando o povo ou as pessoas se identificam com a causa da qual se defende. Só assim é que o povo abraça essa causa e vai, sem poupar esforços, a luta. Agora, em relação a causa da manutenção do império de Gaza, uma grande quantidade de pessoas, incluindo os ditos pequenos reis de pequenas povoações, que são denominados por régulos, já havia se afastado dessa causa devido as crueldades e barbaridades do soberano. O império se tinha tornado numa causa pessoal do imperador Ngungunhane e não numa causa colectiva. Então, Ngungunhane, em momentos de desespero e de extrema aflição querer passar a causa pessoal para uma causa colectiva, já se nota como algo irrelevante para o povo. Assim, ele iria lutar sozinho e não com o povo, como ele assim pretende assegurar ao seu médico pessoal, o suíço Georges Liegme. O povo já havia o abandonado, como pode nos elucidar a fala do sargento Germano de Melo, na sua décima quarta carta enviada ao tenente Ayres de Ornelas:

[92] [...] Mouzinho era agora bem mais do que um simples capitão. E recebera bem diferentes informações: cinquenta e três chefes de povoação tinham-se acolhido à bandeira portuguesa. Depois de Coolela, a maioria dos regulados tinha jurado fidelidade. “*Não confunda lealdade com medo*”, apelou o capitão Miranda. Que a cafraria vivia entre dois pavores. De um lado, o temor da crueldade do Gungunhane. Do outro, o pânico de que, depois da nossa vitória, castigássemos os que não estiveram do nosso lado (Couto, 2022, p. 435).

Como se pode entender nas notas arroladas, Ngungunhane havia colocado o povo num pêndulo, onde o povo deambulava de um lugar para o outro, não podendo encontrar um lugar seguro ou fixo para se estabelecer, ou seja, colocou o povo a mercê de quem quer que seja. Onde o povo se sentia minimamente seguro, ficava aí. Nesse sentido, o lugar minimamente seguro e acolhedor era o lado dos portugueses. Porém, o imperador Ngungunhane fingia ser imbatível diante da caótica situação em que ele próprio havia colocado o seu império, ao subjugar vários

régulos e várias povoações de forma tão cruel e bárbara. No entanto, era perceptível o seu desespero. Como atesta a fala da Imani, citando a conversa do missionário e médico Georges Liengme com a sua esposa Bertha Ryff, aquando da estadia do imperador Ngungunhane no hospital do suíço:

[93] - *Vai descansar, marido? Ngungunyane está aqui.*

- *Aqui, na Missão?*

- *Está a sua espera, no hospital. Chegou a noite passada acompanhada, adivinha por quem? Pela senhora Fels. Felizmente, ela foi hoje para o Transvaal ter com o marido. Mas já sabe o que penso sobre este caso, Georges, não podemos aceitar estas indecorosas cenas na nossa missão.*

- *O rei tem centenas de mulheres, qual é a diferença?*

- *Este caso é diferente e você sabe.*

- *E o que quer Ngungunyane?*

- *Diz que se sente mal.*

- *E tem razão em sentir-se assim.*

Não era o imperador que estava doente. Era o império que chegara ao fim. As tropas dele desertavam em massa. Fugiam os soldados da fome, emigravam para as minas, regressavam aos lugares onde tinham sido raptados.

- *O imperador está sozinho. E nós estamos ainda mais desamparados* (Couto, 2022, p. 321, grifos do autor).

Como temos vindo a dizer, diante da caótica crise em que o império se encontra e do avanço do exército português, atrás do soberano, muitos vassalos evitam ficar perto de Ngungunhane porque podem constituir um dano colateral do fogo cruzado entre os guerreiros dos Vanguni e as tropas portuguesas. Entretanto, percebe-se que a possibilidade de ocorrência de um confronto é escassa, visto que muitos guerreiros do lado dos Vanguni estavam a desertar por falta de uma estrutura logística e estratégica que suportasse o sustento e as movimentações das unidades militares nas diferentes frentes de batalhas e de defesa e segurança do império. E aí, vem à tona aquela velha máxima popular que diz: “saco vazio não fica em pé”. Evidentemente, não seria possível um guerreiro esfomeado e mal nutrido fazer-se frente a vários batalhões de soldados portugueses bem motivados, depois de sucessivas vitórias, e reforçados com diferentes materiais bélicos e diferentes especialidades militares. Como não bastasse, de acordo com o trecho em análise, muitos dos guerreiros que lutavam do lado dos Vanguni tinham sido raptados das suas zonas de origem, aquando das invasões e incursões bárbaras dos Vanguni, na fase da edificação e expansão do império de Gaza, e obrigados a lutar, em muitas ocasiões, contra os seus próprios irmãos. Como é o caso, por exemplo, do grande chefe guerreiro Maguiguana. De acordo com Dos

Santos (2007, p. 19), Maguiguana¹² era “um tsonga”, o que quer dizer que Maguiguana não era nguni, mas sim, uma daquelas pessoas que o seu povo tinha sido dominado e passado por um processo de angunização. Já integrado nas fileiras do exército nguni, tornou-se no maior chefe da carnificina, nos campos de batalha, contra os seus próprios irmãos, já que ascendera ao mais alto nível da hierarquia militar do império. E este, ainda fiel ao imperador Ngungunhane, também não estava a conseguir travar o avanço dos portugueses. É nesse contexto que o missionário e médico suíço, que prestava serviços médicos a Ngungunhane, disse que havia razão do soberano sentir-se mal, afinal, o império estava na eminência do fim. Ele estava sozinho e como não bastasse, agora o alvo dos portugueses é o próprio imperador Ngungunhane, já que o régulo Zixaxa está sob custódia dos portugueses. No entanto, a meio dessa situação, o imperador ainda pensa em andar em namoriscos com uma mulher casada, a senhora Fels, enquanto da “capital do reino restavam cinzas” (Couto, 2022, p. 421), para depois fugir e procurar um esconderijo, deixando a mãe, a rainha Impibekezane, para atrás. Como atesta o seguinte trecho:

[94] - *Aqui no hospital estamos seguras* – disse a rainha dos Vanguni. – *Os brancos não atacam os brancos. [...]*
 - *Onde estará o seu filho, rainha?* – indagou Bertha – *Onde se terá escondido Ngungunyane?*
 - *Foi para Txamiti* – respondeu Impibekezane. – *Mas não foi para se esconder. Ao contrário, foi-se mostrar. Foi pedir proteção ao falecido avô Sochangane.*
 [...] – *E tu, Imani, vais comigo para Txamiti, não quero saber de conselheiros, faço-te de imediato uma rainha.*
 [...] - *Minha rainha, tenho que lhe confessar: não estou aqui por minha vontade. Foi um demónio, dentro de mim que me forçou a chegar aqui.*
 - *Eu sei que demónio é esse. Queres matar o meu filho?*
 - *Quem lhe disse?*
 - *Todos querem. Todos querem* (Couto, 2022, p. 421-422).

Certamente, o imperador Ngungunhane, no instante momento das nefastas ocorrências, estava a colher o que plantou durante anos do seu reinado: envadindo terras alheias, raptando e incorporando os homens nas fileiras do seu bárbaro exército, ficando com as mulheres e filhas dos outros homens, matando e retalhando ou esquartejando quem ousasse afrontá-lo, sacrificando filhos de outras famílias, nos seus rituais diabólicos, satânicos, de purificação e fortificação do seu corpo e do seu império, assinando acordos ou tratados com os europeus que só beneficiavam a ele,

¹² Segundo Dos Santos (2007, p. 19), Maguiguana “[...] sucedeu nos campos de batalha o soberano nguni em Gaza nos dois anos seguintes”, após a captura de Ngungunhane (1895), e derrotado em 1897, como o último reduto do império de Gaza (*Ibid.*, 2007).

etc. Portanto, era o abutre e o *satanhoco*, o soberano dos soberanos, pronto para extinguir as galinhas e as andorinhas que o incomodavam. Agora, sozinho, ele virou a presa das galinhas (os portugueses) e das andorinhas (o povo vatxopi e outros indígenas) que outrora jurou extingui-las. Pelas atrocidades e barbaridades que ele cometera contra o povo sob o seu domínio, todos querem matá-lo. Todos querem linchá-lo, querem fazer justiça pelas suas próprias mãos. Agora ele foge, se esconde e volta ao ponto de início do império, Txamiti (Chaimite), a primeira capital, procurando o apoio dos espíritos dos seus ancestrais, particularmente, do espírito do seu avô, Sochangane, o fundador do império, para depois regressar as origens, ou seja, atravessar a fronteira moçambicana para a Zululândia, actual República da África do Sul, para lá onde os Angunes nunca deveriam ter saído, ou seja, lá onde os seus ancestrais vieram invadindo Moçambique.

De acordo com a fala da Imani, a rainha Impibekezane,

[95] [...] revelou então que tinha um plano. [...]. Eis o que, na sua concepção, iria suceder: os portugueses iriam retirar-se sem molestar a coroa dos Vanguni. *“Depois desta batalha de Coolela eles já aceitaram que se iriam retirar sem maltratar o Ngungunyane. Não o irão prender. Porque este meu filho, como prometi aos brancos, cruzará a fronteira para os lados do Transvaal. E lá, por detrás dos grandes montes, eu asseguro que ele nunca mais incomodará os portugueses”*.

O plano parecia-me confuso. Mas para a rainha fazia sentido: ela salvava o seu filho das mãos dos brancos mas, sobretudo, das mãos dos negros. O filho tinha até aqui sobrevivido. Mas não escaparia a um próximo confronto. E não seria preciso que os portugueses o viessem derrotar. Porque as suas próprias tropas, mortas de fome e frustração, fariam justiça pelas próprias mãos. O que Impibekezane precisava era convencer o rei de Gaza que os Portugueses após a batalha de Coolela se iria retirar voluntariamente para Inhambane e Lourenço Marques. Sem a ameaça dos portugueses, Ngungunyane podia tranquilamente dispensar as suas tropas. [...]. Apesar de tudo, Impibekezane estava confiante. O que não conseguisse pela palavra, conseguiria pelo veneno (Couto, 2022, p. 423 – 424, grifos do autor).

Como sempre, temos vindo a referenciar que Ngungunhane tinha criados inimigos dentro e fora da corte, incluindo a sua própria mãe que era uma inimiga camuflada em protetora da sua prole. No entanto, ela traçava planos e contactava os inimigos do filho, nesse caso, os portugueses sem antes conversar com ele para saber se a ideia era viável ou não, ou seja, se Ngungunhane concordava ou não com a ideia.

Se Ngungunhane luta contra os portugueses em prol da defesa do império Gaza ou de Moçambique, como uma nação ou país soberano que está sendo invadido, então por que razão Ngungunhane constituiria um incómodo aos portugueses e não ao contrário? Afinal, quem está a ser incomodado? Não é o Ngungunhane que está a defender a sua nação da invasão estrangeira

européia? Então, visto nesse ângulo, essa ideia da rainha Impibekezane não procede. Logo, voltamos ao princípio da história que dá-nos a entender que tanto Ngungunhane quanto os portugueses, ambos lutavam por um espaço que não lhes pertencia. Ngungunhane luta, desesperadamente, pela manutenção do império nguni e os portugueses pela expansão do seu império, pela dominação e ocupação efectiva de todo o território moçambicano, no caso em apreço, pela região sul de Moçambique onde o império de Gaza teve maior expressão. E como esse intento de manter e expandir o império nguni que o sogro da rainha Impibekezane, Sochangane, havia fundado e o marido, Muzila, havia mantido, mesmo com a presença dos portugueses em território moçambicano e na região sul, tinha fracassado com ascensão de Ngungunhane ao trono, ela tinha que fazer com que Ngungunhane saísse do território moçambicano para a Zululândia (África do Sul), de modo a permitir que os portugueses recuassem para os centros urbanos da província de Inhambane e de Lourenço Marques, onde sempre estiveram fixados. Feito isso, Ngungunhane poderia voltar para o sertão do território moçambicano, onde sempre actuou, de uma outra forma, que consistia em dispensar os seus guerreiros que já não o obedeciam devido a frustrações advindas de derrotas sucessivas que culminaram em inúmeras mortes, e devido a falta de alimentação. Um animal (como Ngungunhane chamava aos seus vassallos) faminto, torna-se extremamente perigoso até para o seu próprio dono. Nesse contexto, seriam os próprios guerreiros de Ngungunhane que o iriam devorar e isso, a rainha queria evitar. Então, com a saída de Ngungunhane para o Transvaal (África do Sul), os portugueses recuariam e Ngungunhane voltava a entrar no território moçambicano, que já era do seu domínio, dispensava as suas tropas e assinava um novo acordo de vassalagem com os portugueses e tudo voltava como antes, ou seja, tudo voltava para os momentos de bonança com um *tchin-tchin* do vinho do Porto, que Ngungunhane tanto se deliciava. Caso Ngungunhane não aceitasse essa proposta da rainha Impibekezane, ela iria matá-lo por envenenamento. Acção essa que ela já tinha uma longa experiência em realizar.

Esta mesma mãe, a rainha Impibekezane, que é, na verdade, madrasta de Ngungunhane, que se mostra, aparentemente, ser protetora do soberano infringira inúmeras dores ao enteado, sem que o próprio soubesse. Ela colaborou na morte dos filhos de Ngungunhane por envenenamento para que estes, depois de crescerem não lutassem e se matassem, entre eles, para ascenderem ao trono tal qual aconteceu com o marido Muzila, e o cunhado Mawewe, bem como com os filhos, Ngungunhane e Mafemane, respectivamente. Como atesta o trecho da conversa que teve com a Imani, a noiva adiada do imperador:

[96] Sobrevivera Ngungunyane. Mas morreram envenenados muitos dos seus filhos.
 - *Quantas vezes fiquei sem dormir à espera de que me trouxessem a notícia* – confessou Impibekezane.
 Disse-lhe que não entendia. Explicou-me que participara na decisão de os envenenar.
 - *Deixe-me falar* – defendeu-se ela ante o meu olhar de absoluta condenação – *Não me julgue antes de me escutar.*
 Aqueles filhos iriam morrer de toda a maneira. Acabariam por perder a vida numa lenta e prolongada carnificina. Seriam baleados, esfaqueados, esquartejados. [...] Tinha vivido essa amarga experiência nas guerras de sucessão entre o marido Muzila e o cunhado Mawewe. Foram anos de ódio e matança. Queria tudo menos que se repetisse aquela barbaridade sem fim e sem critério. [...] Restava-lhe a terrível prerrogativa de eleger quem iria sobreviver (Couto, 2022, p. 382-383).

Ela teria sido assim aconselhada por um português, Sanches de Miranda, que afirmara que eram os *modus operandi* que decorriam nos banquetes dos palácios europeus, elucidando-a que a história dos brancos era mais espinhosa do que a dos africanos (Couto, 2022, p. 383). Então, de acordo com esse conselho de Sanches de Miranda, a rainha Impibekezane não estaria a fazer nada que não se possa fazer. E assim, ela procedeu. Matando, por envenenamento, os filhos de Ngungunhane.

No entanto, enquanto a rainha Impibekezane planeava a fuga e a proteção do seu filho, os portugueses não paravam de avançar no encalço de Ngungunhane. Já haviam queimado a capital do império, sem nenhuma resistência digna de realce, por parte dos guerreiros nguni, quanto se podia esperar, já que “esse lugar tem nome de sangue. É o que quer dizer Mandhlakazi: a força do sangue” (Couto, 2022, p. 48). E os portugueses prosseguiram a caminho da missão onde se situava o hospital do missionário e médico suíço Georges Liengme, para queimarem, também. Por isso, o missionário e esposa deveriam fugir para que não fossem encontrados (Couto, 2022, p. 427), uma vez que os portugueses não nutriam muito a ele pelo facto de julgarem que incentivava as revoltas dos pretos. Não só, já tinha sido avisado pelo Comissário Régio de Moçambique, António Enes, caso ocorresse um confronto entre o exército português e os guerreiros de Ngungunhane, os portugueses não fariam nenhuma distinção entre vilões africanos e traidores suíços (Couto, 2022, p. 320).

A partir da nona carta do sargento Germano de Melo enviada ao tenente Ayres de Ornelas, pode-se entender que no contexto das incursões militares portuguesas, os soldados portugueses nunca deixavam os seus soldados para atrás, a título de exemplo é o sargento Germano de Melo que fora conduzido para o quartel de Chicomo pelo capitão Santiago da Mata, depois de ter sido resgatado à força por este capitão, a mando do tenente Ayres de Ornelas, de Sana Benene, região

propensa de hostilidades militares, separando-o, deste modo, da sua amada namorada Imani e dos demais que sempre o acompanharam nessas matas africanas. Este capitão, durante o resgate, que foi repentino e brusco, procurou elucidar ao sargento que ele era um soldado e era português. Permanecendo naquelas matas, e ainda ferido, constitui um alvo fácil a ser abatido pelos inimigos dos portugueses (Couto, 2022, 275-276). Nesse sentido, diante da eminente derrocada do império de Gaza, o sargento não poderia ficar por ali, por mais que fosse apegado ao lugar pela relação que tinha com a Imani. Ele era um soldado português, em defesa dos interesses portugueses e a Imani era uma africana, também, em defesa dos interesses africanos.

Na sua décima quarta carta, o sargento Germano de Melo afirma que depois do sucesso da batalha de Coolela e do domínio de Mandhlakazi, capital do império de Gaza, sob o comando do capitão Mouzinho de Albuquerque, este acabou sendo nomeado como governador do distrito militar de Gaza, ou seja, Gaza, que tinha Mandhlakazi como sua capital, já dominado pelos portugueses, deixou de ser governado por Ngungunhane e passou a ser governado por Mouzinho de Albuquerque em representação do governo português. E dali, ele encabeçava a marcha para o assalto final ao rei dos Vátuas, que não esperava essa atitude da parte portugueses, já que ele havia entregue o régulo Zixaxa que constituía o pretexto da contenda. Ao longo da marcha encabeçada por Mouzinho de Albuquerque, os soldados portugueses atearam fogo ao hospital de missionário e médico suíço Georges Liengme (Couto, 2022, p. 434-437).

Sabe-se que, nessa marcha, que não tinha sido ordenado pelo comando geral de Lourenço Marques, Mouzinho de Albuquerque levava poucos homens e num tempo chuvoso, facto que apavorava o outro oficial, o capitão Sanches de Miranda, que tentava impedir a caminhada, dando a entender que essa acção era um suicídio, e poderia culminar com a morte de todos os soldados portugueses diante de uma multidão de gente que estaria de tocaia junto a corte de Ngungunhane, facto que poderia constituir uma tragédia de âmbito nacional para os portugueses, pela vergonha e humilhação depois de sucessivas victórias. Mas Mouzinho de Albuquerque mantinha-se firme, no encalço de Ngungunhane, desobedecendo qualquer comando dos seus superiores hierárquicos. Portanto, ele estava obcecado em pegar o imperador Ngungunhane e acabar com o seu reinado e com o seu império, de uma vez por todas. Como atestam as seguintes passagens da fala do sargento Germano de Melo:

[97] No final da contenda perguntou Miranda se o Comando em Lourenço Marques estava informado daquela operação. E aqui, Excelência, vale a pena reproduzir textualmente a resposta de Mouzinho:

- *Comando? Lourenço Marques? Não sei o que é nem uma coisa nem outra.*

Quando Mouzinho se afastou, o capitão Miranda comentou para mim:

- *Este tipo está louco: cinquenta soldados a pé debaixo destas chuvas vão-se atolar no inferno. Vai ser um suicídio colectivo.*

- *Eu vou no seu lugar, ofereci-me quando o vi a arrumar a mochila.*

Sanches de Miranda suspirou e riu-se.

- *Tenho que ir eu – reagiu. – E a razão principal é bem triste. Tenho que ir eu porque serei tomado por um outro.*

Os indígenas pensavam que ele era o Mafambatcheca. Tomavam-no pelo falecido Diocleciano das Neves, esse caçador português que tanto angariara a simpatia dos cafres (Couto, 2022, p. 436, grifos do autor).

No desenrolar das notas apresentadas acima, percebe-se que o capitão Sanches de Miranda devia acompanhar o capitão Mouzinho de Albuquerque, nessa espinhosa missão, por achar que poderia evitar um confronto directo, caso os indígenas o reconhecessem do outro lado e aí apaziguaria os ânimos dos dois lados. Nesse sentido, chegar-se-ia a um meio termo de como levar o imperador Ngungunhane, sem a necessidade de uma execução do soberano diante da multidão de curiosos e outros inimigos seus, evitando, deste modo, uma possível rebelião dos que ainda o apoiavam e aqueles que não quereriam perder a oportunidade de linchar o soberano. De acordo com essa perspectiva do capitão Sanches de Miranda, caso o soberano fosse executado por Mouzinho de Albuquerque, em praça pública, poderia perder-se o controle dessa acção, pela convulsão da multidão, e conseqüentemente, culminaria com uma fatalidade total das tropas portuguesas que, por sinal, estavam em um número ínfimo diante da quantidade de guerreiros que têm se envolvido nos confrontos que frequentemente ocorrem e, assim, a operação fracassaria.

No caso do sargento Germano de Melo, ele se ofereceu a ir no lugar do capitão Sanches de Miranda, não para ajudar o seu exército na captura do imperador Ngungunhane, mas porque temia, que no assalto final ao rei dos Vátuas, no cruzar de balas perdidas pudesse atingir mortalmente a Imani (Couto, 2022, p. 435), que se encontra junto ao esconderijo do soberano, levada pela rainha Impibekezane, como a noiva adiada do seu filho. E a Imani estava grávida e esperava um filho do sargento que ele próprio ainda não tinha o mínimo conhecimento de que estava a caminho de ser pai (Couto, 2022, p. 450). No entanto, ele deveria ficar no quartel de Chicomo, para enviar um telegrama a Lourenço Marques, a mando do capitão Sanches de Miranda, a fim de informar sobre a operação protagonizada por Mouzinho de Albuquerque e sobre a possível tragédia que poderia ocorrer (Couto, 2022, p. 437). E a resposta do telegrama foi dada:

[98] “Capitão Mouzinho,
Aborte a missão e regresse imediatamente com as tropas para Chicomo!
Assinado, o Governador Geral Interino” (Couto, 2022, p. 439)¹³.

Como se pode entender, já não havia tempo para abortar a ofensiva de Mouzinho de Albuquerque porque estava tão distante e impossível de alcançá-lo. No entanto, o sargento Germano de Melo, porque sabia que a vida da Imani estava, também, em causa, não mediu esforços para alcançar o capitão Mouzinho de Albuquerque e cumprir as ordens de Lourenço Marques. Porém, ao longo do percurso, um grupo de guerreiros desertores de Ngungunhane se juntaram às tropas portuguesas lideradas por Mouzinho de Albuquerque, facto que aumentava a sua capacidade combativa, e os mesmos disseram ao capitão português: “*Queremos ver derrotado o Umundagazi, esse abutre cego*” (Couto, 2022, p. 440, grifos do autor), facto que elevava a autoestima e coragem do capitão para levar adiante o seu projecto de captura de Ngungunhane, uma vez que os desertores Vanguni, ao verem-no, se deitaram no chão e trataram-no por *Nkossi*, tal como tratavam, antes, o soberano Ngungunhane.

5.2.2.4.1. A última cartada de Ngungunhane

Nesta secção, procuramos trazer as possíveis saídas que o Imperador Ngungunhane tinha na manga para se livrar da perseguição de Mouzinho de Albuquerque, já que não contava tanto com a força dos seus guerreiros, uma vez que muitos deles haviam se desertado, e ele estava praticamente sozinho nessa luta.

Ngungunhane sentindo a aproximação de Mouzinho de Albuquerque, e vendo que a situação estava fora do seu controle, enviou, desesperadamente, um mensageiro para abrandar a marcha dos portugueses. Na mensagem, de acordo com a fala do sargento Germano de Melo, “Gungunhane pedia a Mouzinho de Albuquerque que esperasse por ele na margem do rio. Ali discutiriam a Paz de que tanto carecia o sul de Moçambique. Mouzinho, [...] não aceitou a proposta” (Couto, 2022, p. 441). De acordo com a fala da Imani,

¹³ Registramos que a citação em questão, apesar de se compor por apenas três linhas, foi mantida em recuo em razão de nossa tentativa para manter a disposição frasal elaborada no texto original. Mesmo assim, reconhecemos que essa decisão não corresponde às regras da ABNT/Brasil para o modo de registro de citação de até três linhas em trabalhos acadêmicos.

[99] Txaimiti não era um lugar onde se esperasse encontrar um rei. Talvez fosse essa intenção de Ngungunyane: que ninguém adivinhasse o seu paradeiro. Quem foge não quer apenas sair de um lugar. Quer que deixem de haver lugares [...]. Era Txaimiti que chegávamos [...]. Foi rastejando como bichos que eu e a rainha-mãe entrámos num pátio espaçoso cercado por dezenas de casotas de argila e colmo. Aquelas povoações dos Vanguni eram conhecidos como os *xigodjo*. [...] No centro do recinto encontravam-se sentadas as rainhas que o rei escolhera para o acompanhar naquela romaria. Sentadas todas as sete rainhas [...] Bibliana era da nação dos Vandaus. A própria rainha pertencia a essa gente. Os dois reis que antecederam Ngungunyane fizeram a capital nessa outra nação (Couto, 2022, p. 447-448).

Indo na dinâmica das notas do trecho 99, percebe-se que Ngungunhane procura, a todo o custo, uma proteção dos deuses e dos espíritos dos seus antepassados. E como nunca tinha conseguido ter a famosa curandeira Bibliana, a rainha-mãe, Impibekezane, usou a sua influência de conterrânea para convencê-la a tratar o seu filho, de modo a se proteger contra a incursão de Mouzinho de Albuquerque. No entanto, parece que a rainha e o seu filho terem se esquecido que os seus guerreiros mataram o marido da Bibliana durante um ataque que protagonizaram na aldeia onde ela vivia com o marido, levaram o pai dela como escravo e mataram a mãe dela que tentava defender a família, como referenciamos nas notas que se seguem ao trecho 19. E não só, de acordo com a quinta carta do sargento Germano de Melo, enviada ao tenente Ayres de Ornelas, ele reporta que o padre Rudolfo Fernandes lhe confidenciara que a Bibliana tinha o corpo todo queimado e que grande parte da pele dela estava morta como escamas de um lagarto, facto que aconteceu nesse ataque a sua aldeia. Estando em pânico e tentando fugir da fúria dos atacantes, no auge do desespero, ela fugiu para uma palhota em chamas, tendo acabado queimada (Couto, 2022, p. 200). E escapou com vida por um milagre, ou morria esquartejada por um soldado ou morria carbonizada. Esse sucedido, a rainha-mãe e o seu filho Ngungunhane se esqueceram também, ou então não têm a mínima noção porque nunca estiveram numa situação de desespero como essa e nunca estiveram directamente envolvidos nessas incursões protagonizadas pelos seus guerreiros. Hoje, vendo o império a desmoronar e os escombros desabando sobre eles, querem o apoio da milagreira Bibliana para se safarem da fúria de Mouzinho de Albuquerque. É mesmo ironia do destino. Porém, de acordo com as palavras da Imani, a rainha-mãe julgava que quem comandava a coluna do exército português que vinha no encalço do soberano era o capitão Sanches de Miranda, o qual confundiam-

no com o caçador Diocleciano das Neves¹⁴, mais conhecido, entre os negros, por Mafambatcheca, que já havia falecido há vinte anos (Couto, 2022, p. 452). Para a rainha-mãe, aquele português “continuava a ser um bom branco, um velho amigo da família. Assim que entrasse no *xigodjo* e desse de caras com ela, o português haveria de a saudar com amizade, abraçaria o seu filho e brincaria com o neto Godido” (*Ibid.*, p. 452). No entanto, Ngungunhane não vê nessa perspectiva da rainha-mãe. Com um ar nostálgico, de uma saudade antecipada do seu império que está prestes a perder, confessa, à milagreira Bibliana, um sonho que tem vindo a atormentá-lo:

[100] - *Esta noite sonhei com o mar. Sabe o que quer dizer? Que o meu fim está próximo. - O mar pode ser uma prisão, afirmou a adivinhadeira. Mas pode ser a tua fortaleza, uma fortaleza que te protege mais que qualquer xigodjo. Quem mais te quer matar já não são os outros. São os teus, Nkossi. Protege-te dos teus* (Couto, 2022, p. 453).

Ngungunhane estava no desespero total, muitos dos seus homens já haviam se desertado e tantos outros se juntado a coluna de Mouzinho de Albuquerque que seguia em direcção a Chaimite, como referenciamos em notas anteriores. Ngungunhane já tentou buscar o apoio dos espíritos dos seus antepassados, fez sacrifícios junto ao túmulo do seu avô Sochangane (Manicusse), já tentou um tratamento com a milagreira Bibliana, já enviou um mensageiro ao encontro da coluna dos portugueses para marcar um diálogo, frente à frente, para resolverem a contenda e ter-se a paz, mas nada trava o avanço de Mouzinho de Albuquerque e a sua tropa. Agora só lhe resta lançar a última cartada que tem na manga, como atesta a fala da Imani, nas seguintes passagens:

[101] Esperava-se pela chegada dos indunas Zaba e Sukanaka, que haviam sido enviados por Ngungunyane para tentar travar o avanço dos portugueses. Levavam com eles seiscentas libras e dentes de marfim. Com esses trunfos tentaria comprar a desistência dos atacantes.

Não tardou que estes emissários regressassem a Txaimiti. Assomara à entrada do cercado e sacudiram a cabeça. Mandou então o Manhune, o conselheiro principal da corte, que partisse uma nova delegação. E seguiu os mesmos indunas, desta vez capitaneado por Godido, o filho predileto do rei. [...].

Uma hora depois regressou Godido. Levava aos portugueses uma nova oferta: o mesmo valor em dinheiro e marfim, acrescido de sessenta e três bois e dez mulheres de Zixaxa. Uma vez mais, a proposta tinha sido recusada. Tinha sido a última cartada. Agora só restava esperar pela invasão (Couto, 2022, p. 454-455).

¹⁴ “Diocleciano morou em Lourenço Marques entre 1855 e 1858 – os três últimos anos no Reino de Gaza sob Manicusse (1821-1858) – e teve contato direto com Mawewe (1858-1862) e Muzila (1862-1884) – [...] ele se relacionou com cada um desses soberanos, interpretou e registou a ação das autoridades portuguesas na região e as relações estabelecidas entre essas autoridades e o poder nguni de Gaza” (Dos Santos, 2007, p.16).

Ngungunhane tentou subornar o capitão Mouzinho de Albuquerque para que desistisse da operação que havia traçado para o apanhar. Mas não deu em nada. E o mais caricato de tudo, Ngungunhane oferecia mais dez mulheres do Régulo Zixaxa, julgando que isso iria satisfazer aos portugueses, já que a contenda iniciara com a provocação de Zixaxa aos portugueses. As mulheres de Zixaxa nunca significaram nada para os portugueses, uma vez que já tinham sob sua custódia o próprio agressor que era o marido delas. Foi mesmo uma cartada desesperada e insignificante para os portugueses, porque isso não ditava o fim último dos portugueses que era a extinção total e completa de Ngungunhane e do seu respectivo império, bem como a dominação e ocupação efectiva das terras moçambicanas, antes que outras potências europeias o fizessem, já que se notava pequenos focos da presença dos ingleses nessas terras do sul de Moçambique. Esse fim último de Mouzinho de Albuquerque e dos portugueses, entende-se na fala da Imani, onde ela diz o seguinte:

[102] [...] escutaram-se então os primeiros sinais da chegada dos portugueses. Ali estavam eles à porta do xigodjo. [...].

A rainha-mãe sentiu-se perdida. Tudo o que tinha por certeza se desmoronara. E aquele branco que ali se apresentava aos gritos de “*Gungunhane!*” tinha no rosto todas as intenções menos a de uma conversa amena. Era o fim.

E foi então que a grande mulher, em prantos, se lançou aos pés do militar português. Implorava que fossem poupadas a vida do seu filho e do seu neto Godido. No sentido inverso, eu suplicava secretamente que aquela espada descesse sobre o imperador e aquelas mãos brancas vingassem os meus irmãos negros. O choro da mãe, porém, foi mais forte que o meu apelo a Deus (Couto, 2022, p. 455-456).

Como se pode entender, Ngungunhane não chegou a resistir a detenção, não houve nenhum confronto dos poucos guerreiros que estavam ainda ao lado do soberano contra os homens de Mouzinho de Albuquerque porque era a mãe do soberano, a rainha Impibekezane, que havia tomado a voz de comando sobre os guerreiros e não ele. No instante momento da invasão do *xigodjo*, povoação dos vanguni onde Ngungunhane se encontrava escondido, a rainha-mãe deu voz de comando dizendo: “-*Ninguém dispara, ninguém protesta. Não vai haver sangue. Foi Muzila que esta noite me falou*” (Couto, 2022, p. 455). Tudo isso, porque ela julgava que era um velho amigo português que dirigia a invasão. Porém, ela devia ter percebido que as tentativas de negociação protagonizadas por Ngungunhane haviam fracassado, logo esse português mostrava não ser amigo da família do soberano. Nesse contexto, a rainha-mãe, ao invocar o espírito do marido, Muzila, dizendo que fora ele que dissera para que não disparassem contra os portugueses, dá sentido a palavra da milagreira Bibliana, segundo a qual, eram os pretos que mais queriam que Ngungunhane fosse morto, naquele instante, por Mouzinho de Albuquerque. E a súplica da Imani,

bem como a fala dos guerreiros Vátuas que haviam se juntado à coluna do capitão Mouzinho, no enalço do soberano, revelara esse desejo, como um acto de vingança pelas crueldades cometidas por ele durante o seu reinado. Esses actos cruéis protagonizados por Ngungunhane teriam sido vistos ou sentidos até pelos seus correligionários Vanguni que se desertaram, dando conta que o reinado de Ngungunhane teria sido a de um “abutre cego”.

Mais uma vez, tal como foi revelado nas narrativas do romance *Ualalapi*, em o último discurso de Ngungunhane, aqui, também, Ngungunhane é vaiado pela multidão que presenciara a sua captura. No entanto, o soberano não reagiu e não proferiu nenhum discurso, a semelhança do que foi ilustrado em *Ualalapi*. Como atesta a décima quinta carta do sargento Germano de Melo enviada ao tenente Ayres de Ornelas que reporta o momento em que ele pretende entregar a Mouzinho de Albuquerque o telegrama vindo de Lourenço Marques. Nessa missiva, o sargento diz o seguinte:

[103] Cheguei a Chaimite mas fiquei impedido de entregar onde queria: uma multidão de mais de duas mil pessoas rodeava o novo *xigodjo* de Ngungunhane. Vossa Excelência certamente saberá que *xigodjo* é o nome que os indígenas dão aos fortes reais. [...] Escutei a multidão explodir em delírio, os guerreiros batendo com o escudo no chão. Um grupo de mulheres passou por nós gritando:
 - *Gungunhane sentou no chão! Os portugueses já o têm amarrado.*
E passaram grupos de pessoas cantando em coro:
 - *Abutre, abutre, vai-te embora, abutre. Nunca mais assaltarás as nossa galinhas.*
 [...] E de repente escutei tiros. [...] Mas logo se repetiu uma raja de tiros e Manhune desabou (Couto, 2022, p. 460-461).

Como se pode perceber, o povo indígena e os guerreiros de Ngungunhane não reagiram em defesa do soberano, pelo contrário, a multidão estava euforicamente satisfeita pela captura do soberano e pediam para que ele fosse embora, uma vez que o viam como um abutre que acabava as suas galinhas, ou seja, o povo indígena via-o com um colono que veio para pilhar as suas riquezas. E isso é notório na fala do sargento Germano de Melo, na referida décima quinta carta. Ngungunhane tenta comprar a sua liberdade com a riqueza que havia acumulado. Ele “possuía uma enorme riqueza, constituída por ouro, marfim e rebanho de gado” (Vilhena, 1999, p. 407). Mas essa riqueza não lhe serviu para nada no instante da sua captura, como atestam as notas que se seguem, em que rainha-mãe se ajoelha diante de Mouzinho de Albuquerque:

[104] - *Mulungo, eu sou a rainha. Não mates o meu filho, nem o meu neto Godido.*
 [...] Gungunhane entregava ouro e diamantes e prometia gado e marfim que tinha escondido.

[...] Mouzinho de Albuquerque, de espada em riste, não tinha olhos senão para exhibir o seu triunfo e esfregar aquela afronta na cara dos que dele duvidavam (Couto, 2022, p. 462).

O desespero e a súplica da rainha-mãe e do imperador Ngungunhane somente poupou a vida do soberano, mas não a sua prisão ou captura como um prisioneiro de guerra. No entanto, se o soberano queria continuar vivo, ele tinha que entregar os outros, os maiores do império, os que engendravam e encabeçavam as operações contra os portugueses. Sem hesitar, apontou para os que estavam ao pé dele: Quêto, o irmão do pai, que nunca aceitou a presença dos portugueses naquelas terras, e este foi imediatamente fuzilado. E em seguida, apontou a Manhune, o seu chefe do esquadrão da morte, o maior dos indunas, e foi, também, alvejado a tiro, como referenciamos no trecho 103. Porém, não indicou o outro tio seu, Mulungo, e o comandante ou chefe guerreiro Maguiguane, alegando que não estavam ali presentes (Couto, 2022, p. 457-458). Facto que mostra que Ngungunhane traiu os outros para salvar a sua pele, o que não é digno de heroísmo.

Segundo a fala do sargento Germano de Melo, ainda na décima quinta carta, quando o capitão Sanches de Miranda perguntou ao Mouzinho de Albuquerque a razão daqueles fuzilamentos, ele respondeu nos seguintes moldes:

[105] “- *Se assim não fosse éramos tidos como fracos.* Já nos chamavam de mulheres e de galinhas. Era preciso marcar com sangue a nossa autoridade” (Couto, 2022, p. 463)¹⁵.

Afinal, a captura de Ngungunhane não só constitui a concretização do domínio e da ocupação efectiva dos portugueses daquelas terras outrora ocupadas pelos vanguni, mas, acima de tudo, constituía um acto de vingança pelo facto do soberano ter subestimado a robustez militar dos portugueses.

Todavia, Ngungunhane continuava vivo, mas a saída daquele lugar e seguir com os portugueses como prisioneiro ainda constituía um perigo para ele, os indígenas ainda o queriam morto, como é caso da Vaxopi Imani. E não só, os portugueses, também, deveriam sair às pressas, uma vez que, depois daqueles fuzilamentos, o próprio Mouzinho de Albuquerque “temia [...] que os Vátuas se reorganizassem e resgatassem à força o seu imperador” (Couto, 2022, 463) e nesse possível turbilhão de confusão, Ngungunhane poderia, igualmente, acabar morto, assim como os

¹⁵ O modo de registo da presente citação corresponde, exactamente, ao critério exposto na nota de rodapé de número 12.

próprios portugueses que estavam em número bastante inferior à multidão que ali se encontrava, como referenciamos no trecho 97 e como atesta a fala da própria Imani:

[106] Juraria ter visto Germano entre a multidão. [...].
 Mas a silhueta eclipsou-se. [...]. De novo vislumbrei um soldado branco e gritei pelo nome de Germano. Mas foi um atônito Santiago da Mata que me enfrentou. Demorou uns segundos a reconhecer-me. Estava congestionado, de rosto vermelho e caminhava dobrado sobre si mesmo. Apressadamente me pediu:
- Vigia-me bem esta espingarda enquanto me sirvo daquelas moitas. Cuidado, agarra-me bem esse tesouro, que há muita pretalhada à solta por aí.
 E deixou a arma nos meus braços.
 [...] enquanto se agachava entre as folhagens [...] ali ficou entre esgares e gemidos.
 [...] Vi passar essas mulheres do imperador cuja principal tarefa era serem invisíveis. [...] À minha frente passou o séquito dos prisioneiros Vanguni ladeado pelos soldados portugueses. Sete esposas do rei abriam o desfile. Mais atrás seguia Godido e Mulungo, repectivamente o filho e o tio de Ngungunyane.
 Escondi a arma por baixo de uma das capulanas que me cobriam. [...]. Esperava que surgisse o rei de Gaza para finalmente cumprir a última das prometidas vinganças (Couto, 2022, p. 467-469).

Como se pode perceber nas notas da fala da Imani Nsambe, primeiro, ela vinga-se do capitão Santiago da Mata por ter lhe separado à força, sem uma possível despedida, do seu amado português, o sargento Germano de Melo em que o reencontro, devido as tempestuosas circunstâncias, se está a tornar impossível. E vinga-se, também, por este ter ordenado que atirassem mortalmente sobre o seu irmão Mwanatu. Segundo o que ela queria ou desejava que Mouzinho de Albuquerque fizesse, que era uma vontade não só dela, mas de todos que sentiram na pele, na alma e no osso os horrores do soberano, não aconteceu. O desejo de vingança da Imani era imensurável, e isso pode ser percebido nas suas próprias palavras onde ela diz o seguinte: “por um momento, um novo sentimento tomou conta de mim: eu era dona do mundo, vingadora dos injustiçados, rainha dos negros e dos brancos. Era parceira de Bibliana na divina obra de corrigir o mundo” (Couto, 2022, p. 469). Então, por mais impossível que fosse a missão, ela tinha que concluir o que não foi concluído por Mouzinho de Albuquerque, que era fuzilar o imperador Ngungunhane tal como foi feito ao conselheiro e familiar Queto e ao conselheiro Manhune, a temível hiena do esquadrão da morte do império de Gaza. Como atesta a fala da Imani, no seguinte trecho:

[107] Passaram por mim o grupo dos comandantes portugueses. Foi então que desfilou Mouzinho de Albuquerque. Parecia um deus em cima do seu cavalo branco. [...] De repente, alguém gritou numa voz familiar: *é ela!* [...]. Era Impibekezane que apontava para mim aos berros e fazia parar o cavalo do capitão.
- É ela, é ela a mulher de que lhe falei há pouco - [...]. - Esta é a última esposa do meu filho.

- *Tragam-na junto com as outras mulheres* – ordenou lacónico Mouzinho apontando para mim.

[...]

Percebi que não havia tempo a perder. Porque naquele preciso momento, por trás de Impibekezane surgia a figura malquista do imperador. Com mil cuidados fiz subir a espingarda pelo corpo, colocando-a em posição para a descarga. E foi quando a arma me começou a escapar dos braços. Alguém me retirava o fuzil [...]. Era Germano, o meu Germano! [...]. E segredou-me:

- *Que loucura é essa? Queres ser morta?* [...] – *E Santiago, foste tu?* (Couto, 2022, p. 469-471).

Mais uma vez, Ngungunhane escapa da morte por um milagre, sem ter a mínima noção que estava na mira de uma espingarda e, por sinal, apontada por uma mulher. E seria morto, não em combate, muito menos resistindo contra a sua detenção. Coisa que ele nunca fez, pois, as narrativas dos romances em estudo, *Ualalapi* e *As Areias do imperador: a espada e a azagaia*, respectivamente, nunca ilustraram, em momento algum, Ngungunhane diante de uma posição combativa. Agora, ele vê-se na coluna de prisioneiros, humilhado por Mouzinho de Albuquerque, que seguia firme e triunfal, e pela multidão que o vaiava. Aquela multidão que sempre fora obrigado por ele a chamá-lo de *Nkossi*. E sem palavras e sem aquele rugir do conhecido Leão de Gaza, caminhava entre as suas sete mulheres, nomedamente: “Namatuco, Machacha, Patihina, Xesipe, Fussi, Muzamussi e Dabondi” (Vilhena, 1996, p. 182), o filho Godido, o tio Mulungo e sua mãe, a rainha Impibekezane, feito galinha e andorinha em extinção. Apesar de ter tanta gente do império, em decadência, ali e armada, ninguém reagia em defesa do imperador Ngungunhane. No entanto, isso preocupava Mouzinho de Albuquerque, como atesta as palavras da Imani:

[108] Mouzinho tinha pressa em sair do lugar, havia ali muita gente armada e ninguém confiava na facilidade com que toda aquela operação decorreria.

A comitiva apressou o passo e o soldado que me conduzia tirou de uma corda para me começar a atar os braços. Germano [...] quando me viu ser amarrada acreditou que me culpavam pela morte do Santiago. Foi quando ergueu a espingarda e começou a gritar:

- *Essa mulher é inocente. Fui eu que matei Santiago! Fui eu que o matei.*

E a última coisa que vi foi dois soldados prenderem Germano de Melo.

Preparava-me para acudir a favor do meu amado quando os braços da rainha me envolveram [...].

Assim enlaçada ela segredou:

- *Deixa-o, agora és esposa do meu filho.*

[...]. Mouzinho de Albuquerque, [...] mandou interromper a cerimónia de distribuição das recompensas aos chefes locais que o apoiaram no assalto a Txaimiti (Couto, 2022, p. 471-473).

No desenrolar das notas apresentadas a partir da fala da Imani, percebe-se que Mouzinho de Albuquerque acabou gratificando todos aqueles régulos que haviam mobilizado a sua gente para a

captura de Ngungunhane. Gesto que Ngungunhane nunca fazia para os seus guerreiros. Não partilhava as riquezas do império com os seus régulos vassalos e o povo. Ele recebia as riquezas que vinham de diferentes fontes: dos caçadores, dos mineiros, dos portugueses (por exemplo, do vinho do porto que falamos na abordagem do trecho 89), das pilhagens, dos ofertórios forçados, e muito mais. E ele escondia tudo isso, para além de “uma fortuna de libras [...] e uns tantos dentes de marfim” (Couto, 2022, p. 248), só para ele. E foi essa fortuna que ele tentou usar para comprar a sua liberdade de Mouzinho de Albuquerque, e que não adiantou em nada. Ao invés de ter feito um investimento no seu exército e nos seus guerreiros, o imperador Ngungunhane ficou assistindo que eles morressem de fome e na guerra, sem comida e sem armamento adequado, em prol da defesa da nação imperial, achando-os que eles eram homens impermeáveis (Couto, 2022, p. 337). E hoje, são eles que o assistem a ser levado pelos portugueses, como prisioneiro. E como não bastasse, esses antigos vassalos de Ngungunhane recebem recompensas dos que o predem pelo facto de terem facilitado a captura e não ter existido nenhuma rebelião a favor do soberano. Pois, onde se captura um soberano, esperava-se mortes aos milhares, de ambas a partes. No entanto, não foi o que se viu. Ngungunhane foi entregue de bandeja ao seu inimigo pelos seus próprios guerreiros e deixaram-no partir como prisioneiro, para uma terra desconhecida, embarcando num navio que vai por aqueles mares que sempre foram um tormento pesadelo nos sonhos de Ngungunhane. E por ironia do destino, Ngungunhane reencontra o indígena que o odeia tanto, nada mais e nada menos que o régulo Zixaxa, que segue no mesmo navio como prisioneiro para o mesmo destino. E a questão que fica no ar, no silêncio do soberano, diante da situação em que os dois se encontram, é: do que valeu a traição de Ngungunhane ao entregar o régulo Zixaxa aos portugueses como prisioneiro de guerra? Nada! Como atesta a fala da Imani, nos seguintes trechos:

[109] [...] começou o embarque para um navio de três mastros que os portugueses chamavam de “coverta Capello”. E logo se espalhou o maior pânico entre o rei de Gaza e a sua corte. [...]. O oceano era para aquela gente, um lugar interdito, sem nome e sem destino. Embarcaram chorando como condenados à morte.

No convéns, já à vontade como se o barco fosse a sua terra natal, os soldados portugueses ergueram as espadas e desataram aos vivas ao seu rei. Da margem do rio, as filas imensas de guerreiros ergueram as azagaia e responderam em uníssono: *Baiete!* E não se percebia que rei eles assim saudavam.

Mouzinho contemplou Ngungunhane abatido a um canto. [...]. Avançou para a proa e ali se exibiu como se posasse montando no seu cavalo. Impressionados, os milhares de guerreiros entoaram um vibrante hino militar. No final do louvor, uma tempestade de insultos foi dirigida ao Ngungunhane, esse rei que durante anos tinham idolatrado. Mouzinho de Albuquerque puxava lustro à sua vitória. E deixava claro para todas aquelas tropas que o reino de Gaza tinha chegado ao fim.

Naquele barco viajavam não apenas pessoas diversas, mas mundos em colisão. As mulheres do Ngungunyane dividiam olhares sombrios entre mim e as esposas de Zixaxa. [...]. Envolto numa manta e dobrado sobre si mesmo, o rei de Gaza era o retrato da decadência. A um certo ponto, Zixaxa apontou para as nuvens e disse para Ngungunyane: - *Não olhes as águas que enjoo. Olhe para os céus, Umundungazi.* O rei fez que não ouviu. Mas Zixaxa insitiu [...]. E apenas eu notei uma ponta de vingança no seu sorriso quando declarou: - *E veja quantas andorinhas ainda cruzam os céus!* As andorinhas ajudaram Zixaxa a humilhar quem o acabava de trair (Couto, 2022, p. 474-477).

Chegava assim ao final da derradeira odisséia do imperador Ngungunhane, o leão do império de Gaza, deixando para trás um cenário de destruição de povoações e de almas, de matanças, de ódio entre as diferentes tribos e entre membros da mesma tribo, pelo facto de um membro ter participado ao lado de Ngungunhane, mesmo que forçado, nas carnificinas dos seus próprios irmãos. Por isso, a Imani diz que “naquele barco viajavam não apenas pessoas diversas, mas mundos em colisão”. E são esses mundos em colisão ou lutas das diferentes classes que o romance deve representar (Lukács, 2011, p. 174).

Hoje, Ngungunhane apresenta-se abatido diante de diversos inimigos que ele próprio criou ao longo do seu reinado, tais como: os portugueses, representados aqui pelo capitão português Mouzinho de Albuquerque, que exhibe o seu triunfo, ao mesmo tempo que é ovacionado por milhares de guerreiros que outrora serviram ao soberano. De igual modo, está diante do régulo Zixaxa que debocha dele. Zixaxa, no instante momento em que os guerreiros de Ngungunhane entregaram-no aos portugueses como prisioneiro, nunca esteve tão abatido, tão cabisbaixo quanto Ngungunhane se encontra. Zixaxa nunca baixou a crista como um acto de derrota ou de submissão diante dos seus inimigos, pelo contrário, ele manteve, sempre, a dignidade de um príncipe que lutou heroicamente por uma causa justa, pela sua terra e pelo seu povo. Esse ar de nobreza de Zixaxa incomodava aos portugueses e irritava, particularmente, aqueles que o entregaram ao inimigo como prisioneiro (Couto, 2022, p. 413). Na verdade, motivos não faltaram para Zixaxa assim se sentir diante dos seus inimigos. Afinal, ele foi a peça-chave que desencadeou todo o conflito que culminou com a queda do império de Gaza e do respectivo imperador Ngungunhane. Não só, a grandeza de Zixaxa se eleva pelas dificuldades que ele criou para que os portugueses o detivessem como prisioneiro, diferentemente da facilidade que tiveram em deter o “soberano dos soberanos”, Ngungunhane. Nesse sentido, ao comandar ataques contra a capital dos portugueses, Lourenço Marques, e ter provocado o desencadeamento de diversas operações, desde diplomáticas e

militares, por parte dos portugueses para o capturarem, Zixaxa feriu o orgulho destes. E com a extinção do império de Gaza e do seu imperador Ngungunhane, ele fere o orgulho dos Vanguni, no geral e, profundamente, o orgulho do soberano. Razão pela qual, Ngungunhane mantém-se calado e finge que não está a escutar as provocações de Zixaxa, a meio de milhares de insultos proferidos por aqueles guerreiros que no passado não ousariam, de jeito nenhum, uma tentativa dessas contra o soberano dos Vátuas. É nesse contexto que Lukács afirma o seguinte:

No romance, [...], deve ser figurada não a essência concentrada de uma tendência, mas o modo como nasce, morre, etc. [...] trata-se precisamente de figurar os diferentes aspectos nos quais a tendência social se manifesta, na diversas formas nas quais ela se afirma, etc. [...]. Essa peculiaridade do romance tem como consequência o fato de a relação do indivíduo figurado com o grupo social a que pertence [...] (Lukács, 2011, p. 175).

Olhando por essa relação de pessoas que antes pertenceram ao mesmo grupo social, Zixaxa ao falar para que Ngungunhane olhasse para os céus e contemplasse quantas andorinhas ainda cruzavam aquele espaço aéreo, ele procura elucidar ao soberano que a determinação deste e em extinguí-las foi um autêntico fracasso, ou seja, a jura que Ngungunhane tinha feito, que consistia em exterminar a tribo Vaxxopi e a todos aqueles que ousassem cruzar o seu caminho ou desrespeitá-lo, havia colapsado junto com o seu império e com o seu reinado. Pois, ele, como imperador, nunca esteve directamente envolvido em operações combativas para concretizar tal intento, somente mandava, a partir da casa imperial, aos seus vassalos que sujassem, por ele, as suas mãos com sangue de inocentes. Entre esses guerreiros vassalos e sanguinários, que foram, sempre, leais a Ngungunhane, destacam-se os seguintes: Ualalapi, Mputa, o tio Quêto, o filho Godido, Maguiguane e Manhune. No entanto, alguns destes guerreiros acabaram esquartejados a mando de Ngungunhane ou fuzilados pelos portugueses, por terem sido indicados por ele, só para salvar o seu ego ou a sua pele, como referenciamos nos trechos 51, 59 e nas notas que seguem ao trecho 103 a 105. Por isso, Zixaxa não perde a oportunidade de humilhar Ngungunhane, com as andorinhas que pairam os céus, como uma forma de elucidá-lo que mandar alguém para a guerra, em nome dos interesses pessoais, a partir da casa imperial, e participar directamente da guerra para defender esses interesses, são coisas extremamente diferentes. E isso coaduna com a fala do tenente Ayres de Ornelas que diz o seguinte: “Quem nunca saiu do conforto dos gabinetes não poderá nunca avaliar a hercúlea missão que é transportar um arsenal de guerra ao longo de centenas de quilómetros, atravessando rios, lagos e pântanos do sertão africano” (Couto, 2022, p. 326). E hoje,

numa primeira aparição de Ngungunhane diante dos portugueses, frente à frente, não como amigos que brindam as taças com o vinho do Porto mas como inimigos concretos, ele é pegue como galinha, nome este que ele sempre chamou aos portugueses.

Portanto, as narrativas dos dois romances: *Ualalapi* e *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, que constituíram o nosso campo de actuação, mostram que não houve nenhuma resistência de Ngungunhane contra os portugueses a favor da nação moçambicana, pelo contrário, a nação moçambicana entregou-o, de bandeja, aos portugueses para que ele fosse levado para o exílio por considerarem-no como um abutre, um *satanhoco*, um sanguinário e um traidor da nação, tanto vanguni quanto moçambicana. E a manifestação de alívio do povo pela captura e deportação de Ngungunhane, pelos portugueses, para o exílio em Portugal, é notável nas acções desse povo ao longo de toda a cadeia de eventos que as narrativas proporcionaram. E isso, ainda, é claramente perceptível na fala da Imani, em *O bebedor de horizontes*, onde ela diz o seguinte:

[110] De Chaimite a Zimakaze o mesmo espanto se repetiu: os habitantes de Gaza contemplaram, incrédulos, o imperador Ngungunyane sendo arrastado em prantos. Os militares portugueses eram tão poucos que se tornava ainda maior o desconcerto de quem assistia ao inucitado desfile.

Não era apenas um imperador vencido que os portugueses exibiam. Era África inteira que ali desfilava, descalça, rendida e humilhada. Portugal precisava daquela encenação para desencorajar novas revoltas entre os africanos. Mas necessitava ainda mais de impressionar as potências europeias que competiam na repartição do continente.

Orgulhoso mas apreensivo, o capitão Mouzinho de Albuquerque contemplava a turba que se acumulava pelos caminhos. E acontecia sempre o mesmo: aquela massa de gente desatava aos gritos, numa festa.

- *Bayeté!* Bradavam em uníssono.

O capitão pediu-me que traduzisse aquele clamor. E sorriu, vaidoso, quando lhe segredava: a multidão aclamava-o a ele, o capitão dos brancos. E louvavam-no com um fervor que, segundo o próprio Mouzinho, não seria igualado nem pelos seus mais fiéis compatriotas. Nunca imaginou o capitão que mais africanos que portugueses o saudassem como libertador. Foi o que vaidosamente me confessou. E acrescentou:

- *Quem sabe os pretos me façam aqui uma estátua, mais depressa que os meus compatriotas lá em Lisboa* (Couto, 2017, p. 13-14).

No trecho acima, percebe-se que a partir da antiga capital do império de Gaza, Chaimite, onde Ngungunhane havia sido capturado até ao porto da região de Zimakaze onde embarcou no barco que daria o início da sua deportação, a população do império de Gaza, que se fez presente em uma multidão imensurável relativamente a um número insignificante de soldados portugueses, no momento das ocorrências, somente ficou assistindo Ngungunhane sendo amarrado e a ser arrastado pelos portugueses sem, no entanto, demonstrar qualquer tentativa de resgatá-lo. Sob o ponto de vista da situação, tratando-se de um rei, que esta amarrado, sendo arrastado e levado para

um lugar incerto, por um grupinho de cinquenta soldados (trecho 97), no seu próprio território e diante do seu povo não fazia o mínimo sentido que não houvesse uma reacção por parte do povo para que impedisse o propósito dos portugueses. No entanto, no trecho 91, onde Ngungunhane conversa com o médico suíço Georges Liengme, em que este último chamava atenção ao imperador sobre a crise do império e da ofensiva militar portuguesa no encalço da sua pessoa, ele ignorara todos os apelos do médico e disse, bem confiante: “*O meu quartel é a minha terra, o meu exército é o meu povo*” (Couto, 2022, p. 336, grifos do autor). E, agora, por que razão esse exército, que é o seu povo, não reage e, por sinal, dentro do seu quartel, que é a sua terra? É nesse sentido que se pode entender o tal desconcerto referenciado por Imani. E isso pode ser entendido que aquela terra e aquele povo, em que Ngungunhane disse ser seu quartel e seu exército, não lhe pertence. Por essa razão, não há nenhuma reacção do povo a favor dele.

Nesse momento das ocorrências, percebe-se que os portugueses, liderados por Mouzinho de Albuquerque, são outros colonos que estavam a libertar o povo indígena de um colono que fora tão cruel, bárbaro e satânico. É daí que o povo gritava de forma colérica, ao mesmo tempo que insultavam o imperador Ngungunhane e louvavam, com fervor, o capitão Mouzinho de Albuquerque.

Apesar de Mouzinho de Albuquerque ficar sempre apreensivo por temer possíveis retaliações, aquele evento constituía um momento de festa para o povo indígena, tal qual aconteceu em *Ualalapi*, em *O último discurso de Ngungunhane*. Em relação a captura e deportação de Ngungunhane, o povo está do lado dos portugueses; por isso, não houve nenhuma reacção de tentativa de resgate e saúdam Mouzinho de Albuquerque como sendo um libertador. No entanto, sob o ponto de vista de Mouzinho de Albuquerque, a África inteira estava ali sendo despida, humilhada, pelos portugueses como resposta, mais do que a altura, daquela que os indígenas africanos, liderados pelo régulo Zixaxa, teriam protagonizado ao atacarem e invadirem a capital colonial portuguesa em Moçambique, a cidade de Lourenço Marques, de que temos vindo a falar. Mas isso era uma autêntica encenação para impressionar as outras potências europeias que tinham a mesma intenção em ocupar Moçambique, porque, a realidade dos factos era outro, era Ngungunhane, simplesmente ele, que estava sendo despido e humilhado e não a África inteira, já que era o povo indígena que estava a entregá-lo aos portugueses de bandeja, sem nenhuma resistência. Por essa razão, Zixaxa, sendo, também, um prisioneiro, por ter sido o protagonista do ataque a capital dos portugueses, Lourenço Marques, nunca se sentiu humilhado pela detenção e

nunca se rebaixou diante dos portugueses e diante do povo do império de Gaza, desde o primeiro momento em que foi entregue aos portugueses pelos guerreiros de Ngungunhane. Pelo contrário, Zixaxa sempre esteve firme e orgulhoso pelo seu acto; como se pode perceber na fala da Imani:

[111] Àquele nosso porto veio ter uma coluna de soldados portugueses vindas de Chicomo. E traziam consigo Zixaxa e duas mulheres que ali se encontravam aprisionadas. A elas se haviam juntado no caminho a outras oito esposas. Impressionou-me, confesso, a serena dignidade do Zixaxa. Sentado no embarcadouro, com as mãos atadas por trás das costas, contemplava a outra margem do rio como se fosse o único habitante do mundo. Lá do outro lado ficavam os seus domínios aos quais ele suspeitava nunca mais poder regressar. [...]. O chefe português interpelou nestes termos:

- *Escolhe três.*

Sabiam os dois homens do que falavam. Com um simples sinal de rosto o Zixaxa designou as mulheres que o iriam acompanhar. As restantes esposas foram doadas por Mouzinho, aos chefes aliados dos portugueses (Couto, 2022, p. 473, grifos do autor).

Como temos vindo a referenciar, o fim do trecho acima, mais uma vez, vem confirmar que os portugueses tiveram o apoio de chefes indígenas que tinham sido subjugados por Ngungunhane ou que tinha desertado do exército Vanguni. Por isso, Ngungunhane não tinha sido capturado por um acto de bravura de Mouzinho de Albuquerque, mas sim, entregue pelos seus próprios vassallos que se queriam ver livres dele, tal como dissera o padre Rudolfo Fernandes (Couto, 2022, p. 236-237), pelo facto do império de Gaza ter sido fundado sobre o crime e o terror, como foi frisado pelo médico e missionário suíço Georges Liengme, no trecho 74. E Mouzinho de Albuquerque, que estava no terreno, no teatro operacional, tinha noção disso. Por isso, ele ficava sempre apreensivo, temendo pela mudança da situação e ocorresse uma possível revolta popular contra a sua comitiva e se libertasse o imperador.

Depois do início de viagem, saindo de Zimakaze, local onde Ngungunhane e os demais embarcaram, em direcção a Lourenço Marques, e de lá para Portugal, o barco em que seguiam encalhou num banco de areia e os soldados portugueses não conseguiam tirá-lo dali (Couto 2017, p. 10). Para a surpresa de Mouzinho de Albuquerque e os seus homens, foram os indígenas que apareceram ao longo da margem do rio Limpopo que vieram ajudar, a pedido de uma das esposas de Ngungunhane, Dabondi, a desencalhar o barco e daí seguir o rumo para o exílio, sem, no entanto, terem agredido os portugueses, nem saqueado os seus bens, muito menos protagonizarem uma tentativa de resgatar o Imperador Ngungunhane, como sempre ocorria no imaginário de Mouzinho. Como atesta a fala da Imani, em *O bebedor de horizontes*:

[112] Desde que saímos de Zimakaze a viagem decorreu célere e sem paragem. O que o capitão teme são os perigos do mato em redor, onde, sem que se veja viva alma, já se escutam vozes e se movem sombras furtivas. Não tarda que suceda uma emboscada para resgatar os prisioneiros que viajavam no seu barco. [...] uma multidão de homens, mulheres e crianças surge na margem. [...] Mouzinho murmura entredentes. [...] A tensão é insuportável. De súbito a rainha Dabondi salta do barco e caminha na direcção da silenciosa multidão [...]. Todos os olhos se centraram na rainha. [...] aponta com insistência para nós. De súbito aquela turba precipita-se enlouquecida sobre o barco. Num ápice o barco volta a flutuar. E só quando se confirma que estão unidos numa intenção pacífica é que todos, negros e brancos, gritam de entusiasmo. [...] Ajudam Dabondi a regressar ao convés. [...] Pergunto-lhe por que ajudou os seus carcereiros.
 - *Alguém me espera no fim desta viagem* – responde (Couto, 2017, p. 11- 12).

Percorrendo a fala da Imani, no trecho acima, houve, sempre, a possibilidade do povo resgatar o Imperador Ngungunhane, mas nunca o fez. O povo queria que ele fosse embora para longe dali e nunca mais ali pusesse os pés, por isso ajudou a desencalhar o barco e este continuar o seu rumo. E para a surpresa de todos, e do próprio capitão Mouzinho de Albuquerque, uma das sete mulheres de Ngungunhane que viajava nesse barco como prisioneira, escolhida por ele para acompanhá-lo no exílio, ajudou no desencalhe do barco e voltou para o convés do barco. Poderia ter fugido, já que tinha chegado na margem onde estava a multidão que os portugueses tanto temiam, porém voltou acompanhada pela multidão, não para ajudar a resgatar o seu marido e os demais prisioneiros, mas sim, para apoiar os portugueses a desencalharem o barco do banco de areia. Quando a Imani perguntou a ela, a razão de ter ajudado aqueles que a haviam prendido, ela respondeu que alguém a esperava no fim daquela viagem. Certamente que não era Ngungunhane porque este estava ali com ela. Pura ironia do destino, como o próprio Ngungunhane dissera no trecho 84: ele tinha tantas mulheres mas, no fim do dia, ele estava sozinho, como se não tivesse nenhuma. E assim, Ngungunhane partiu para o exílio como prisioneiro.

Segundo Almada (2012a),

No dia 13 de Janeiro de 1896 embarcaram no vapor África para uma longa viagem rumo ao desconhecido o Imperador de Gaza, Godide (o filho mais velho do Imperador), o régulo de Zixaxa, Molungo (tio de Ngungunhane), o cozinheiro Gó e ainda 10 mulheres, sete esposas de Ngungunhane e três de Zixaxa.
 A viagem demorou dois meses. A capital portuguesa estava em festa para receber “o pesadelo de todos os governos portugueses”, como se podia ler em alguns jornais [...]. Na ilha Terceira, os prisioneiros foram instalados [...] na cidade de Angra do heroísmo. Naquele local Ngungunhane permaneceria pouco mais de 10 anos, quase o mesmo tempo em que foi imperador de Gaza. Morreu a 23 de Dezembro de 1906, vítima de uma hemorragia cerebral no Hospital Militar da Boa Nova, em Angra do Heroísmo. Teria 56 anos (Almada, 2012a, p. 28).

Como se pode perceber em Almada, em Portugal houve uma encenação e uma propaganda política em vários órgãos de informação com as atenções viradas para Ngungunhane e não para Zixaxa (Vamatibjana), aquele que era o troféu e o alvo mais cobiçado pela coroa portuguesa e que perseguia durante meses, como atesta o trecho 86, de que referenciamos atrás. Por um lado, essa acção dos portugueses poder-se-á entender que mediatizou-se Ngungunhane pelo facto deste ter sido o imperador, na hierarquia máxima do império de Gaza, e o Zixaxa ter sido o vassalo deste. Por outro lado, a outra percepção que se pode ter é o facto de Zixaxa não ter sido capturado pelos portugueses. Depois de tantas buscas infrutíferas, ele foi entregue pelos guerreiros nguni a mando de Ngungunhane, sem o menor esforço dos portugueses que estavam praticamente aquartelados, no momento da entrega, facto que não poderia ser mediatizado como sendo uma proeza de algum oficial do exército Português. Pois, os soldados ou oficiais portugueses precisavam, sempre, de façanhas temerárias que pudessem impressionar a opinião pública portuguesa e a outras nações europeias, tal como dito pelo tenente Ayres de Ornelas no trecho 68. Por isso, eles mediatizavam a captura do Imperador Ngungunhane, como se pode perceber, também, em Bretes, na citação que segue. Porém, sabe-se, como temos vindo a dizer, que o régulo Zixaxa teria sido o mentor de toda a convulsão que culminou com a queda do Império de Gaza. Ele foi a maior afronta dos portugueses mais do que o próprio Ngungunhane. Não só atacou a cidade capital dos portugueses, Lourenço Marques, ele destruiu todas as barreiras e resistências do exército português, que se pressupõe terem sido constituídas por uma tropa de elite, já que se tratava de proteger a cidade capital, e invadiu a cidade, colocando os portugueses numa situação de total desesperos, como foi referenciado pelo sargento Germano de Melo, no trecho 87, que testemunhou os factos.

Nessa senda das atenções e encenações políticas e jornalísticas lusitanas estarem viradas para o Imperador Ngungunhane, como uma mensagem dos portugueses legitimarem a sua presença efectiva em Moçambique e o seu domínio sobre todas as resistências indígenas diante de outras nações europeias que tinham o mesmo propósito, Bretes (1989) afirma o seguinte:

A figura de Gungunhana penetrou na mitologia nacionalista portuguesa. Sobre ele, sobre a sua derrota, escreveu-se livros e fez-se mesmo um filme [...] Mouzinho [...] é o herói intrépido, de espada nua enfrentou os guerreiros vátuas que não se atrevem a disparar. Como verdadeiro herói, arriscou realmente a sua vida. Obriga Gungunhana a sentar-se no chão, gesto simbólico que é apresentado como materialização da derrota deste face aos guerreiros.

Mouzinho capitalizará este êxito. Transforma-se em governador de Moçambique. Alguma agitação à volta desta promoção – alguns já desesperavam, consideravam urgente a atribuição de uma recompensa, toda a demora seria ofensiva [...]. A ascensão de Mouzinho incomoda (Bretes, 1989, p. 77-78).

Em Bretes, na citação acima, percebe-se que a captura de Ngungunhane por Mouzinho de Albuquerque e posterior mediatização, em propagandas políticas, impressionou a opinião pública portuguesa. O impacto dessa mediatização forçou o governo português a indicar ou nomear, logo de imediato, Mouzinho de Albuquerque como herói nacional do império português e como governador de Moçambique, província ultramarina de Portugal, lá onde Ngungunhane tinha sido capturado por ele. Essa ascensão de Mouzinho de Albuquerque incomodou a muitos políticos e oficiais portugueses. Por exemplo, o tenente Ayres de Ornelas, nas cartas trocadas com o sargento Germano de Melo, almejava tal feito que Mouzinho almejara para que fosse, também, promovido na hierarquia militar ou a cargos como esse; como se pode conferir nos trechos 25, 26 e 41.

Em contrapartida, esse propagadismo político português em torno do Imperador Ngungunhane teria, de certa maneira, incomodado o governo moçambicano, pós-independência, que procurou revitalizar a imagem do chefe nguni, heroificando-o, a título póstumo, tal qual os portugueses tornaram Mouzinho de Albuquerque em herói nacional de Portugal. O primeiro passo dado, já que Moçambique, no passado, fazia parte do império português, como província de Portugal, o governo moçambicano, pós-independência, teve que destruir tudo que tinha a ver com os símbolos de heroificação de Mouzinho de Albuquerque e de satirização a Ngungunhane, em solo Moçambicano, mais concretamente na cidade capital, Maputo. O segundo passo dado, foi o resgate, de Portugal para Moçambique, dos restos mortais do Imperador Ngungunhane; como se pode atestar em Correa (2019):

No dia 7 de Outubro de 1983, desembarcou em Portugal o presidente de Moçambique Samora Machel. No quadro das novas relações diplomáticas entre ambos os países, entabulava-se a negociação para exumação, o translado e o repatriamento dos restos mortais do Gungunhana. Acontece que a identificação dos despojos no cemitério era praticamente impossível. As autoridades portuguesas autorizaram a exumação e o translado dos supostos restos mortais em tempo hábil para as comemorações dos 10 anos de independência de Moçambique. Em 15 de julho de 1985, chegou o féretro com os supostos restos mortais do Ngungunhane em Maputo. [...].

Em 1985, Gungunhana já era visto como um herói da resistência ao colonialismo português. No discurso oficial das autoridades de Maputo, os restos mortais eram de um moçambicano e não mais do *hosi* nguni que partiu de Lourenço Marques em 1896. Para Samora Machel e para a FRELIMO, a nacionalização dos heróis da resistência anticolonial era uma forma de continuar a “destribalização” de Moçambique.

Antes do translado do Gungunhana, houve o derrube e a retirada do monumento colonial mais emblemático da Então Lourenço Marques. Em 12 de novembro de 1974, os baixos relevos alusivos à prisão do Gungunhane pelas tropas portuguesas foram removidos do local onde estiveram por mais de três décadas. O derrube da estátua de Mouzinho de Albuquerque em Maputo ocorreu meses depois (21/05/1975) e pode ser visionado nas imagens de arquivo audiovisual da RTP (RT1, 1974) o derrube foi tema de um conto de Mia (1991), (Correa, 2019, p. 140- 142).

Partindo das notas trazidas na citação acima, percebe-se que o governo moçambicano, pós-independência, como resposta a encenação e mediatização do governo português em torno de Ngungunhane, que consistiu em baixá-lo a nada, ridicularizá-lo e satirizá-lo, em Portugal, só para manipular a opinião pública portuguesa e outras nações europeias, fez também a sua encenação em torno de Ngungunhane, elevando-o a figura de herói nacional da luta de resistência contra a ocupação colonial portuguesa. Nessa encenação, o governo procura eliminar o termo *hosi* (Deus, rei, imperador) de que Ngungunhane era designado pelos seus súbditos enquanto imperador de Gaza. E, também, eliminou-se o termo nguni, tribo invasora e colonizadora dos moçambicanos a que Ngungunhane pertencia, afirmando-se, nos discursos oficiais, que Ngungunhane e os Vátuas eram moçambicanos, como forma, segundo o governo da época, de destribilizar o país. Mantendo esses termos, percebe-se que trariam vários questionamento e memórias sobre quem era o *hosi* Ngungunhane e quem eram os nguni, no momento em que a palavra de ordem era a luta contra o imperialismo (Machel, 1977). É nesse contexto que designamos a heroificação de Ngungunhane como sendo uma encenação, pois, é aqui, de acordo com o que se pode perceber em Correia (2019), onde começa a distorção ou deturpação da história real em torno da figura do Imperador Ngungunhane, da qual gerou uma corrida de produções de textos de ficções literárias, contestadoras, em torno deste que outrora fora imperador, nguni, invasor e colono que agora deixa de ser aquele personagem de um *satanhoco, cruel e abutre* (trechos: 81, 92 e 103) e passa a herói daquele povo a quem ele havia colonizado e escravizado. Essas produções literárias, como são os casos, por exemplo, dos romances que neste estudo estamos a discutir os seus conteúdos, vão conduzir o leitor a uma visita da trajetória histórica desse personagem, partindo de um trilho da idolatria à iconoclastia, como uma forma de elucidar as valências que poderiam ou não elevá-lo a categoria de herói dos moçambicanos, na luta de resistência contra a ocupação colonial portuguesa.

De acordo com Vilhena (1996), a tribo nguni tinha uma linhagem patrilinear. Nesse sentido, sendo Ngungunhane filho da linhagem de Sochangane, o fundador do império de Gaza, que era

nguni, Ngungunhane não deixa de ser nguni, ele segue essa prole nguni, como ele próprio afirmara, em *Ualalapi*, em *O último discurso de Ngungunhane*, trecho 55, e nas vésperas da execução do guerreiro Mputa, trecho 58, mostrando, claramente, que ele não era moçambicano.

Voltando para citação da fala de Correa (2019) da qual ainda estamos a nos debruçar, percebe-se, inequivocamente, que não foi possível localizar, no cemitério português, o lugar exacto onde foi enterrado o imperador Ngungunhane porque não existia uma campa erguida e com uma lápide onde estivesse escrito o seu nome ou um número que o identifica-se. Por isso, se repete a expressão: “os supostos restos mortais”. E para simbolizar a exumação, escavou-se qualquer sitio, facto de dá a entender que pode ter sido levado as ossadas de qualquer pessoa, até de um branco português, ou então, para que não se corresse esse risco, levou-se, somente, as areias daquele suposto lugar onde Ngungunhane teria sido enterrado, tal qual se faz com cinzas de quem é cremado, para que tais cinzas sejam deitadas no leito de um rio ou mar. Se houve essas incertezas, significa que a urna vinda de Portugal, também, não foi aberto, em público, para que as pessoas que ocorreram as cerimónias de heroificação pudessem ver as tais ossadas do imperador Ngungunhane. Daí, o título sugestivo: *As areias do Imperador*, para o romance de Mia Couto.

Dilatando a compreensão desse facto, poder-se-á perceber que, não se tendo a certeza de que aquela urna, realmente, trazia as ossadas de Ngungunhane, e num processo de exumação não falta carregar-se areia, então, aquele caixão trouxe as areias do solo português, ou seja, o povo moçambicano está venerando ou idolatrando, duplamente, de forma simbólica, Ngungunhane e as areias de Portugal. Logo, o povo moçambicano está a idolatrar o Imperador Ngungunhane e o povo português através das areias portuguesas trazidas naquele caixão para Moçambique. Consequentemente, está-se, também, a se venerar Mouzinho de Albuquerque porque, infalivelmente, falar-se-á dele ao se falar de Ngungunhane. Portanto, implicitamente, notabiliza-se aqui uma heroificação dividida ao meio ou partilhada entre Ngungunhane e Mouzinho de Albuquerque. E isso nos leva ao passado de dupla colonização a que o povo moçambicano foi sujeita. Por um lado, estava o império nguni ou de Gaza, liderada por Ngungunhane e, por outro lado, estava o império português, como foi ilustrado nos trechos 43, 44 e 92.

E por ironia do destino, o caixão ou a urna contendo os supostos restos mortais do Imperador Ngungunhane ou as areias do solo português foram depositados na fortaleza, na baixa da antiga cidade capital do império colonial em Moçambique, a cidade de Lourenço Marques, actualmente designada por Maputo, aquele lugar onde os portugueses se refugiaram quando o régulo indígena

Zixaxa atacou e invadiu a referida capital, tendo sido o único lugar seguro onde os portugueses haviam se refugiado. Logo, essa dupla colonização se abraça em uma única urna e é, implicitamente, heroificada e depositada naquela fortaleza (Almada, 2012a) que representou a única barreira e de resistência dos portugueses, antes do reforço com os navios de guerra (trecho 87), que Zixaxa não pude transpor durante o ataque a cidade de Lourenço Marques. E é isso que Luckács (2011), também, designa de presentificação do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo as narrativas das duas obras em estudo, pudemos perceber que os eventos em torno de Ngungunhane iniciam em *Ualalapi*, como se fosse uma primeira parte de um enredo que tem um narrador heterodiegético que apresenta vários capítulos ou episódios retratando o império de Gaza, denominados fragmentos do fim, desde os conflitos familiares que levaram a ascensão do imperador ao trono, conflitos com o povo indígena e por fim, conflitos com os portugueses que acabam com a captura do imperador Ngungunhane, a extinção do império de Gaza e posterior fixação do império português nas terras sob o domínio do mesmo imperador. No entanto, as narrativas em *Ualalapi*, o narrador cria várias suspenses que mexem com a imaginação do leitor na conexão dos eventos da ficção e da história real, por exemplo em *o último discurso de Ngungunhane* (Khosa, 2000, p. 99), não está clara a satisfação do povo indígena pela captura do imperador Ngungunhane pelos portugueses e o seu posterior exílio para Portugal. Porém, este episódio, *o último discurso* ou da *captura de Ngungunhane*, é retomada em *as areias do imperador: a espada e a azagaia*, nos eventos que antecipam a captura do imperador, como se fosse a segunda parte do enredo em torno de Ngungunhane, preludiada pela retoma do episódio de *o cerco ou fragmento de um cerco* patente em *Ualalapi* (Khosa, 2000, p. 67), onde a narradora, personagem Imani, pertencente ao povo indígena Vaxxopi, massacrado pelos guerreiros de Ngungunhane, o qual este jurou exterminar (Couto, 2022, p. 25), se unem aos portugueses para derrubar o imperador. Eis aqui a razão da sua satisfação e delírio a quando da sua captura em *Ualalapi*.

É de salientar que essa união ou aliança formal e informal (paixões) dos povos indígenas, como são os casos, por exemplo, do povo Vaxxopi, com os portugueses bem como dos Rongas, Mahazul e Zixaxa, (Couto, 2022, p. 74) que se insurgiram contra os portugueses e depois fugiram para a corte de Ngungunhane, mostra claramente que o povo moçambicano foi fundamental para o extermínio dos invasores Ngunes, ou seja, para o derrube de Ngungunhane e o império de Gaza.

No entanto, vencido Ngungunhane e o seu império, os moçambicanos tinha a certeza dos desafios que iriam enfrentar face aos portugueses, como atesta o seguinte trecho: “[...]. Estávamos entregues à proteção dos portugueses, mas esse amparo estava sujeito a temporários acordos entre Portugal e os Vanguni” (Couto, 2022, p. 25-26).

Nesse fio de raciocínio, chegamos a concluir que, tanto em Ungulani Ba Ka Khosa quanto em Mia Couto, as narrativas das suas obras revelam que a história, sobre o Imperador Ngungunhane, fora ficcionada. Sendo ele descendente do povo Nguni, que fora invasor e opressor

do povo Moçambicano, não faz sentido que seja idolatrado como herói do povo que ele e seu império haviam colonizado e escravizado. Se isso faz sentido, então, Mouzinho de Albuquerque, chefe militar português, que capturou Ngungunhane e permitiu a sua deportação para o exílio em Portugal, poderia ser considerado herói moçambicano, uma vez que, aquando da sua captura, o povo – Machopes (praticamente exterminado), Landis, Bitongas, Tsongas, etc. - sob o domínio do império de Gaza e de Ngungunhane riu-se dele, gozaram-no, etc., como se este povo não visse a hora de se sentir livre dele e do seu império; como atesta *Ualalapi*, em o *último discurso de Ngungunhane*. Não só, em *as areias do imperador: a espada e a azagaia*, milhares de guerreiros, que outrora serviram o imperador e o idolatraram como soberano, não se impuseram em sua defesa, pelo contrário, insultaram-no, ao mesmo tempo em que ovacionavam Mouzinho de Albuquerque pelo sucesso da operação que culminou com a sua captura (Couto, 2022, p. 474), sem danos humanos colaterais que não fossem os fuzilamentos de alguns dos maiores da corte. A tentativa de resistência de Ngungunhane contra os portugueses teve como propósito, primordial, a protecção do território e do império que ele teve como “herança forçada” para que não fosse tomado pelos portugueses. O que aconteceu, segundo as narrativas das duas obras, foi a substituição de um colono negro, africano, da Zululândia (África do Sul) por um colono branco, europeu e de Portugal. É neste sentido que se notabiliza a iconoclastia a Ngungunhane. Indo na esteira das narrativas dessas obras, particularmente *as areias do imperador: a espada e a azagaia*, elas revelam que foi o régulo e guerreiro Zixaxa quem realmente resistiu contra a dominação colonial portuguesa. Uma vez que este odiava severamente a presença dos portugueses em terras moçambicanas (Couto, 2022, p. 122), ele constituía a ameaça primordial, mais do que Ngungunhane (Couto, 2022, p. 413), dos intentos dos portugueses, que consistiam na dominação e ocupação efectiva do território moçambicano antes que outras potências europeias ocupassem, mais concretamente a região sul de Moçambique.

No entanto, no assalto final a antiga capital do império, Chaimite, onde estava situada a forte real, depois da destruição da actual capital, Madhlakazi, Ngungunhane não mostrou nenhuma resistência diante dos portugueses. Ele foi pego, por Mouzinho de Albuquerque com a maior facilidade, da qual não se espera de um imperador que era visto como um abutre e sanguinário (Couto, 2022, p. 471). Porém, sentado na cadeira real, a partir da forte real, mandou os seus guerreiros e vassalos invadirem e extinguirem a aldeia Nkokolani pertencente ao território da etnia indígena Vaxxopi, matando toda gente que lá estava (Couto, 2022, p. 188). De igual modo, ele

mandou cercar e matar os guerreiros Vaxopi, incluindo o respectivo rei, Binguane. Nesse cerco, o combate tinha sido tão violento, onde se verificou “- Chama. Sangue. Gritos. Choros. Morte. Fuga ... - Cadáveres ... (Khosa, 2000, p. 78). Contudo, escapou o filho de Binguane, o Xiperenyane que se tornou no “mais carismático dos guerreiros Vaxopi e o mais temido dos inimigos de Ngungunyane (Couto, 2022, p. 147). Nesse sentido, sob o ponto de vista dos indígenas, Vaxopi, as narrativas dos dois romances mostram que Xiperenyane é o seu herói.

A semelhança da aliança que Ngungunhane tinha com os portugueses para subjugar os povos indígenas do Sul de Moçambique, Xiperenyane e o remanescente do seu povo, que resistiu ferozmente à dominação do imperador, juntaram-se aos portugueses, pois, ambos, com interesses distintos, tinham um inimigo em comum, Ngungunhane. No entanto, tanto os portugueses quanto os vaxopi estavam cientes que, assim que Ngungunhane e o seu império fossem destruídos, cada um voltava a sua posição inicial e, aí, seriam ferozes inimigos, cada um defendendo os seus interesses, como se nunca antes tivessem tido alguma aliança (Couto, 2022, p. 330). E isso foi notável quando Imani, com uma espingarda, matou o capitão do exército português Santiago da Mata e ela foi presa. O seu namorado, o sargento português Germano de Melo, tentando protegê-la, também, acabou sendo detido por soldados portugueses sob comando de Mouzinho de Albuquerque (Couto, 2022, p. 471).

Como se pode entender, nas notas que acabamos de apresentar, as duas obras que foram o campo do nosso estudo, como obras literárias, apontam para um modo particular que ilustra a figura histórica do líder histórico Ngungunhane não como herói, mas como um vilão diante do povo moçambicano, por ter devastado as povoações moçambicanas; e é, também, ilustrado como um traidor, tanto para os vanguni, os fundadores do império de Gaza, quanto para os moçambicanos, que o serviram como vassalos, por ter alienado o império para os portugueses. Todos os feitos heroicos apontados nos romances estudados foram meros actos de imaginação e de bajulação (Khosa, 2000, p. 42) dos vassalos ou súbditos por temerem pelas suas vidas, devido a “crueldade do Ngungunhane” (Couto, 2022, p. 435), pois, Ngungunhane nunca esteve envolvido directamente nas batalhas que ocorreram durante o seu reinado. Nesse sentido, podemos concluir que a formulação em torno de Ngungunhane, passando pela idolatria e pela iconoclastia foi, ao nosso entender, uma estratégia narrativa propositada e válida, usada pelos romancistas para reequacionar a história moçambicana, ou seja essa estratégia serviu para elucidar e situar, aos leitores e pessoas interessadas em revisitar a história em torno do império de Gaza e do seu imperador, o ponto da

razoabilidade entre o bem e o mal praticado por Ngungunhane ao ponto de ser considerado ou não um herói da nação moçambicana, que resistiu contra a ocupação colonial portuguesa. Sob o ponto de vista das narrativas dos romances, Ngungunhane nunca lutou por Moçambique, mas sim, pela manutenção do seu império. A heroicidade de Ngungunhane reside naqueles que assim decidiram que ele fosse, ou seja, Ngungunhane reside no íntimo das pessoas que o elegeram como herói por laços de ancestralidade e lugar de nascimento, como referenciamos logo no início deste trabalho.

Por outras palavras, os que dirigiram a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante a luta contra o jugo colonial Português e os que vieram a dirigir o país logo após a independência terem sido da província de Gaza e consequentemente da etnia Changane, logo, pesou, aqui, aquilo que Khosa (2000, p. 44) chamou de “orgulho que os changanes herdaram”, ou seja, “somos de Gaza e changanes, então o herói tem de ser changane ou de Gaza” (nosso grifo). E isso corrobora com a fala do capitão português Santiago da Mata, que no auge do nervosismo, por estar há semanas procurando Zixaxa e Mahazul, teve a lucidez de que Ngungunhane escondia-os e procurava controlar a situação. Dizia ele: “em África [...] não é preciso mato cerrado para alguém se tornar invisível. As pessoas escondem-se nas pessoas” (Couto, 2022, p. 231). Então, era necessário apertar Ngungunhane ao ponto de não conseguir controlar tal situação, para que ele próprio tirasse-os do esconderijo. E foi o que sucedeu. Com isso, queremos dizer que a heroicidade de Ngungunhane está escondida no íntimo dessas lideranças que acabamos de mencionar, ou seja, como assegura Lukács (2011, p. 222, grifos do autor) ao afirmar que “A história é um caos que, em si, [...] ao qual cada um pode atribuir um “sentido” que lhe seja conveniente, segundo suas necessidades”. Para sermos mais explícitos, queremos dizer que não foram os Vátuas que atacaram a cidade capital dos portugueses, Lourenço Marques, “como por aí se insiste em dizer” (Couto, 2015, p. 31). E se Ngungunhane é um Vátua ou Nguni, logo, ele não é o herói moçambicano da resistência contra a ocupação colonial portuguesa que tanto se insiste em dizer.

Como referenciamos atrás, sob o ponto de vista das narrativas do romance *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, o herói moçambicano da resistência contra a ocupação colonial, na região sul de Moçambique, tanto contra os colonos nguni, liderados por Ngungunhane, quanto contra os colonos portugueses, é o guerreiro e régulo Zixaxa. A saga deste guerreiro permitiu a captura do imperador Ngungunhane e a queda do império de Gaza, ou seja, subordinando-se e prestando vassalagem a Ngungunhane, já que o seu regulado havia sido dominado por este, e atacando a capital dos portugueses e em seguida ter fugido para a corte do império de Gaza, ele

atraiu o inimigo, nesse caso os portugueses, para a corte em alusão. Nesse contexto, ele matou dois coelhos com uma única cajadada. Por outras palavras, diríamos que Zixaxa não se revoltou contra o império de Gaza e nem contra o seu imperador Ngungunhane e nem se aliou aos portugueses para combater o império que havia dominado o seu regulado. Porém, ao atacar a capital dos portugueses, ele feriu o orgulho destes últimos e, consequentemente, criou todo o rastro de destruição de que referenciamos em notas anteriores, que culminou com a queda do imperador Ngungunhane e do seu império, ferindo, de igual modo, o orgulho dos nguni ou dos Changanes. Por essa razão, Ngungunhane não conseguiu encerrar Zixaxa, no barco português onde ambos viajavam para o exílio, como prisioneiros de guerra, e nem respondeu as provocações do mesmo.

Logo, de acordo com as narrativas dos dois romances que foram alvo do nosso estudo, já que “a forma de figuração do romance é mais *próxima* da vida, ou melhor, do modo normal de manifestação da vida, [...]. E o romance não se propõe a reproduzir de forma verossímil [...] mas quer antes [...] despertar no leitor impressão da totalidade do processo social [...]” (Lukács, 2011, p. 173, grifos do autor), pode perceber-se que a história oficial em torno do Império de Gaza e do seu último imperador, Ngungunhane, fora ficcionada, como uma acção intencional, pelo facto de não ter sido arrolada a totalidade dos eventos, do desenvolvimento dos processos sociais e do estado de coisas pretéritas, em torno do referido imperador, principalmente daqueles que apontam para ele como a criatura mais detestada pelos indígenas ou pelo povo do seu vasto império (Couto, 2022, p. 271).

A partir do romance *As areias do imperador: a espada e a azagaia*, foi possível, também, constatar que após a captura de Ngungunhane, no meio de tanta agitação da multidão que se fez presente nesse evento, ninguém terá se apercebido ou visto que a Imani teria dado um tiro fatal a um soldado português, o capitão Santiago da Mata (Couto, 2022, p. 468), como referenciamos mais atrás, senão o seu namorado Germano de Melo, por suspeita (Couto, 2022, p. 471). Essa acção da Imani, já que ela conhecia o capitão Santiago da Mata e este, por sua vez, lhe confiou para que segurasse a sua espingarda, enquanto ele se aliviava de algum congestionamento, porque sabia que ela sempre esteve do lado dos portugueses, dá-nos a entender que aquele tiro fatal era o marco do início de uma nova luta, que era a luta de libertação dos Vaxxopi e de outras tribos moçambicanas contra o colono português, já que o colono Nguni tinha sido exterminado com a prisão de Ngungunhane. Porém, porque o nome “Imani” quer dizer “quem é?” (Couto, 2015, p. 12, grifos do autor), percebe-se que, no seio do povo moçambicano, ainda continua a ser uma indagação sobre

quem teria, realmente, disparado o primeiro tiro contra os portugueses que deu início a luta de libertação contra a ocupação colonial portuguesa. Ademais, a partir desse nome, já que foi atribuído a uma mulher, percebe-se, também, que há uma indagação sobre a heroicidade feminina, uma vez que pouco se fala sobre ela, nos meandros da luta anticolonial.

É nesse contexto que se entende o enquadramento da definição dada por Agustina Bessa Luís *apud* Khosa (2000, p. 15), segundo a qual “A História é uma ficção controlada”, por ser “um pesadelo do qual ainda não conseguimos despertar” (Anderson, 2007, p. 219). Portanto, esses foram os principais achados desta pesquisa.

No entanto, como contribuições desta pesquisa poder-se-á entender que ela irá servir de impulso ou catalizador para que os leitores e interessados na história e na literatura moçambicana possam rever a compreensão da história em torno da figura de Ngungunhane e do seu momento histórico e conseqüentemente a ampliação da compreensão da própria história, como mais humana e mais palpável, como referenciamos nas nossas notas introdutórias. E entender que a literatura trouxe uma reequação dos sentidos que contribuem para a compreensão da história fundacional (inicial) de Moçambique, na medida em que a literatura, em especial os dois romances históricos mencionados aqui, trouxeram à superfície elementos implícitos, ocultos, que a história oficial não revelou. Não que a literatura deva substituir a história. Não! A história e a literatura pertencem a áreas de conhecimentos distintos, cada uma com as suas especificidades e métodos de pesquisa distintos. Porém, tendo em conta que “os autores de romances históricos, em seus depoimentos, sempre se referem às fontes documentais [...]” (Bastos, 2012, p. 64) e o romance histórico “[...] é uma forma literária que lida com a história [...]” (Anderson (2007, p. 205), é necessário encontrar o ponto de convergência e divergência em que elas se relacionam como ciências que abordam a relação entre o indivíduo e a sociedade em que está inserido.

Tendo em conta que a história de Moçambique se confunde com a história da FRELIMO como movimento de luta de libertação contra a ocupação colonial portuguesa e como partido que governa o país após a independência até ao presente momento e que não pretende abdicar do poder até que “Jesus Cristo volte à terra” (TVMIRAMAR, 2025), então, constituiu um receio para o desenvolvimento do presente trabalho, pois, sendo o romance histórico “o mais consideravelmente político” (Anderson, 2007, p. 205), questionar a veracidade sobre a heroicidade de Ngungunhane, instituído pelo governo, pode ser, equivocadamente, entendido como um acto político e de

desalinhamento ideológico, ou de difusão de desinformação. Facto que não constitui o nosso propósito.

Como possíveis direções futuras de investigação, pensamos nós que poderão cingir-se na questão de “coisa de pretos vs coisa de brancos” (Couto, 2022, p. 76-77), que as narrativas dos romances que foram o campo da nossa atuação neste presente trabalho sugerem, de modo a perceber-se se essas coisas contribuíram para a derrota do imperador Ngungunhane e a queda do império de Gaza, bem como, se contribuíram, também, para a vitória dos portugueses face a esse imperador e o seu império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giórgio. *O que é o contemporâneo?* Veneza: IUAV, 2007.

ALMADA, João Vaz de. *Ngungunhane*: Colecção Personalidade Moçambicanas. Maputo: Plural Editores, 2012a.

ALMADA, João Vaz de. *Eduardo Mondlane*: Colecção Personalidade Moçambicanas. Maputo: Plural Editores, 2012b.

ALMADA, João Vaz de. *Samora Machel*: Colecção Personalidade Moçambicanas. Maputo: Plural Editores, 2011.

ANDERSON, Perry. *Trajeto de uma forma literária*. In: Novos estudos. CEBRAP, s/v, n.77, São Paulo, março de 2007, p. 205-220. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 mai. 2022.

BALOI, Judas et al. *O nosso continente*: Livro do aluno, Ciências Sociais, 6ª classe. Maputo: INDE. 2022

BALANDIER, Georges. *A situação colonial: Abordagem Teórica*. Trad. Bruno Anselmi Matangrano. Paris: Cadernos Ceru, série 2, v. 25, n. 1, 2014. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->

[BR&as_sdt=0%2C5&q=politica+colonial+britanica%2C+dividir+para+reinar&oq=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=politica+colonial+britanica%2C+dividir+para+reinar&oq=) Acesso em 12 nov. 2024

BASTOS, Alcmero. *As fontes documentais e os autores de Romance Histórico*. Rio de Janeiro: Matruga, UFRJ. V. 19. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/22597/16142>. Acesso em: 09 fev. 2026.

BOAHEN, Albert Adu. História geral da África – VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO. 2ª ed. rev. 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/d962b8a6-d15e-4b61-a21f-8426b661e27b> - Acesso em 29 out. 2024.

BORTOLOTTI, Joao Antônio Batita. *Ualalapi: Ngungunhane e a destruicao do imperio de Gaza enquanto relativizações do projeto nacional da FRELIMO e da guerra civil (1982-1987)*. Porto Alegre: PUCRS. 2020. Disponível em:

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/16852/1/000498716-Texto%2Bcompleto-0.pdf> - acesso em 23 Abr. 2026.

BRETES, Maria da Graça. *Arqueologia de um Mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa*. Penélope. Fazer e desfazer história, nº 2.

CANEDO, Rogério Max et al. *A Permanência do Romance Histórico: Literatura, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Editora Intermeios. 1ª ed. 2021.

CANEDO, Rogério Max. *O Romance Histórico da Colonização*. Goiânia: Cegraf UFG. S/ed. 2023.

CAVACAS, Fernanda. *Mia Couto: palavra oral de sabor quotidiano/palavra escrita de saber literário*. São Paulo: Alameda. 2006

COELHO, João Paulo Borges. *Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. 2015. Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5926>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5926>. - Acesso em 24 maio 2024

COLOSOVSKI, Laiz. *A Figura de Ngungunhane entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional: Questões sobre o romance Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa. Revista Crioula, nº 18, 2016.

COSSA, Hortência e MATARUCA, Simão. *Moçambique e a sua história: Desde as Primeiras Comunidades à Independência Nacional*. Livro do Aluno: História 12ª Classe. Diname e.e. s/d.

COTRIM, Ana Aguiar e CORRÊA, Ana Laura dos Reis. *O Realismo e sua atualidade: Estética e Crítica*. São Paulo: Expressão popular. 2018.

COUTO, Mia. *As areias do Imperador: Mulheres de Cinzas*. Livro 1. Lisboa: Editorial Caminho SA. 1ª ed. 2015.

COUTO, Mia. *As areias do Imperador: A espada e Azagaia*. Livro dois. Alfragide: Editorial Caminho. 1ª ed. 2016.

COUTO, Mia. *As areias do Imperador: A espada e Azagaia*. Livro dois. Fundação Fernando Leite Couto. Volume II. 2ª ed. 2022.

COUTO, Mia. *As areias do Imperador: O Bebedor de Horizontes*. Livro 3. Lisboa: Editorial Caminho SA. 1ª ed. 2017.

CORREA, Sílvia Marcus de Souza. *As figuras do Gungunhana no caleidoscópio (pós)colonial*. Vistos Imperiais: Visualidades coloniais e processos de descolonização. Vista nº 5, Revista de cultura visual. 2019.

DEL PRIORE, Mary. *Passagens, rituais e práticas funerárias entre ancestrais africanos: outra lógica sobre a finitude*. REDE-A: vol. 1, nº 1. 2011. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/88187347/index-libre.pdf?1656780730=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPassagens_rituais_e_praticas_funerarias.pdf&Expires=1758999443&Signature=O0A0Bw0Y6YD2ZFY~WD0IzcU3aeTYYxDvASi9dSJHMH9nQ94Xsp

[D4E4OqCFX-x6ubY5tnfkF0Xl3FIT8eXhJztouCFw0i5Y4v6Dya64SaMPwjmZd-IXmrEBh01qNp~pfs~NAIK8cG0qSnQNQH0vRiI16tDZYWbGc3iFgI0p3IwDkGUx4nbluPa-a5RZyBOAghJ2fAOXznGSdem7Tjz~1bTjTqmL3Lh5~aSTveM-6W3o1CA--fdRwRp3KfgnXBxwNj-1kDVsAC8IvVwy5Icpy2dIebt1bm2il5M8t1n5HkVbGSt020zcJpexBBvcndAm0HZ4YhTS~Ig-urn~kHeKwA &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/morre-mae-do-presidente-guebuza/) – acesso: 27 Set. 2025.

DOS SANTOS, Gabriela Aparecida. *Reino de Gaza: O Desafio Português na ocupação do sul de Moçambique* (1821-1897). São Paulo: Universidade de São Paulo. 2007.

FENHANE, João Baptista Henriques. *O Mundo em que vivemos: Ciências Sociais - 7ª Classe*. Maputo: Texto Editores, LDAP. 2016.

FRANZIN, Adelson Fernando. *O Romance Moçambicano: História e Mito*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2021.

GARCIA, Tânia de Resende. A Literatura como contraponto da História: as diferentes faces de um Imperador Africano. XXIII Encontro Regional de Historia da ANPUH-MG – Brasil, 200 anos depois: entre a independência e os desafios da contemporaneidade. Diamantina/MG. 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mg-eeh2022/1660318313_ARQUIVO_e81b4f89e45cf78ceae79164aeb7c10.pdf – Aceso em 13 out. 2024.

GARCIA, José Luís Lima. O Mito de Gungunhana na ideologia Nacionalista de Moçambique. In: Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <https://books.uc.pt/chapter?chapter=72748> – Acesso em 19 nov. 2024.

<https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/morre-mae-do-presidente-guebuza/> - acesso: 04 Abr. 2025.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_Guebuza - acesso: 04 Abr. 2025b.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Chissano - acesso: 04 Abr. 2025a.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Josina_Machel – acesso: 04 Abr. 2025c.

INDE/MINED. *Plano Curricular do Ensino Básico*. 1ª ed. Maputo. BDQ, LDA. 2008.

JAMESON, Fredric. *O romance histórico ainda é possível?* In: *Novo estudos*. CEBRAP, s/v, n.77, São Paulo, março de 2007, p.185-203. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000100009&script=sci_arttext>. acesso em 19 maio 2022.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Ualalapi*. Maputo: Imprensa Universitária UEM. 3ª ed., 2000.

LANGE, Hermenegildo. *As autoridades tradicionais em Moçambique e as penas de desterro e degredo durante o período colonial*. Vol. 05. Nº 10. Cadernos de África Contemporânea, UNEB: Bahia, 2022. Disponível em: <https://www.revista.uneb.br>. – Acesso em: 21 nov. 2024.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa, Universidade Nova, 1995.

LEITE, Ana Mafalda et al. *O Romance Africano: Tensões, conexões, tradições*. Goiânia: Cegraf UFG. S/ed. 2022.

LOBO, Almiro, MANJATE, Teresa. *Literatura Moçambicana: Trajectórias de Leituras*. Maputo: Alcance Edidores, 1ª ed., 2022.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LUKÁCS, György. *Existencialismo ou Marxismo*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Senzala LTDA, 1967.

LUKÁCS, György. *La Novela histórica*. México: Biblioteca ERA, S. A, 1966.

MACHEL, Samora Moisés. *FRELIMO, O Partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: Relatório do comité central ao III congresso*. Maputo, 1977.

MÁRIO, Tomás Vieira, *Sobre a Chama da Unidade Nacional ou a urgência de uma catarse nacional. Carta de Moçambique*. 2025. Disponível em: <https://cartamz.com/carta-de-opiniao/42128/sobre-a-chama-da-unidade-nacional-ou-a-urgencia-de-uma-catarse-nacional/> - Acesso em: 14 ago. 2025

MARTINS, António Belchior Vaz. *Teorias e Práticas de Análise da narrativa: As Mitologias Apocalípticas e “Ualalapi”, de Ungulani Ba Ka Khosa*. Colecção Identidades. Maputo: Promédia, 2004.

MENDES, Irene, PEREIRA, Elsa White. *P12: Português 12ª Classe*. Maputo: Texto Editores, LDAP. 1ª ed., 2006.

INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, (INDE/MINED). *Plano Curricular do Ensino Básico*. 1ª ed. Maputo: BDQ, LDA. 2008

MULA, Adelino, NHANTUMBO, Ângela Amade, CHIPANGUE, Juvêncio. *O nosso país: Livro do aluno, Ciências Sociais, 5ª classe*. Maputo: INDE. 1ª ed., 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/socialismo-cientifico.htm> - acesso em 19 Jun. 2023.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Trad. Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1995.

NGUNGA, Armindo, FAQUIR, Osvaldo G. *Padronização da ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III seminário*. Maputo. Coleção: As nossas Línguas III, Centro de Estudos Africanos (CEA) – UED, 2011.

PANDA, Aires Paulo Pedro. *Angola: Colônia portuguesa, independência, guerra civil: Reflexão teórica a partir do contexto histórico*. Dados de África. ISSN:2675-7699, Vo. 04, Nº 07. 2023 disponível em: <https://revista.uneb.br> – Acesso em: 10 ago. 2025.

RIBEIRO, Gabriel Mithá. “*É pena seres Mulato*”: *Ensaio sobre relações raciais*. Cadernos de Estudos Africanos [online], 23|2012, posto online no dia de 26 julho de 2012. URL: <https://journals.openedition.org/cea/583?lang=pt>; DOI: <https://doi.org/10.400/cea.583>. Acesso em 28 out. 2024.

RIBEIRO, Fernando Bessa. *A invenção dos heróis: nação, história e discurso e identidade em Moçambique*. OpenEdition Journals, Revisão do Centro Pesquisa em Rede de Investigação em Antropologia. Vol. 9 (2). 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2963?lang=fr> DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2963> . Acesso em 03 Mar. 2025.

ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano*. Maputo: Texto Editores LDAP. 1ª ed. 2006.

SILVA, Milca Salém dos Santos, DELCANO, Rubilson Velho. *As disputas de narrativas em torno das imagens do imperador Shaka kaSenzangakhona e dos zulus na África do Sul*. São Paulo, 2022. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/105628357/195311-libre.pdf?1694297448=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DAs_disputas_de_narrativas_em_torno_das_i.pdf&Expires=1777223906&Signature=RVte7VA5HQI4inrw7lr9loKJaQlIMFYklkOIpQ490S5scZex1Lgww1oRoYglnlEuK7rt4hp52~sIzg~Ue16tZBxrwnTl2bM4SgVclZ9V1SnoLsP6Sj9zvZ4OR4gHYk60UOGAyGu01XZijhHDYP46HCnh1PTDjAe~8DvHzMsxa7ZwsHTOjHXtdVYIGZs624qLvvtunBP44iFIATZB4Lx8yVIU07x4QiNmH3BoGh6lmcjDlApzufRAPuiv6YbGtGdWOpUjMmVa0R0C4i~77iJ7AY4q3Gqf097OjLcUb1zTc~lGXelnhhjOZ2uDWE28iXiqYcm1KvSx4SCY6obStti-2A &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA -, acesso em 26 abr. 26.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. *A Magia das letras africanas: Angola e Moçambique - Ensaios*. São Paulo: Kapulana editora. 2021.

SOUZA, Ubiratã Roberto Bueno. *A gravitação das formas: gêneros literários e vida social em Moçambique (1977-1987)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2018.

TVMIRAMAR. “*Até Jesus voltar, a FRELIMO vai ficar no poder*”. 2025. Disponível em: <https://miramar.co.mz/noticias/politica/ate-jesus-cristo-voltar-a-terra-governador-de-nampula-pede-desculpas-aos-cristaos-em-nome-da-frelimo-13-08-2025-58646> - Acesso em 14 ago. 2025.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação: Não vamos esquecer*. Via Atlântica, nº 16: revistas.usp.br. 2009. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=omar+ribeiro+thomaz%2C+Moçambique%3A+Identidade%2C+colonialismo+e+libertacao&btnG= Acesso em 23 abr. 2026.

VACHA, Andrea, VENE, Manuel. *Memoriais como recursos didáticos para o Ensino de história da resistência anticolonial em Moçambique: análise dos monumentos Acivaanjila e Ngungunhane*. Capoeira – Revista de Humanidades e Letras | Vol.1 | Nº. 1 | Ano 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andrea-Vacha/publication/386098231_CAPOEIRA_REVISTA_DE_HUMANIDADES_E_LETRAS_Memoriais_como_recursos_didaticos_para_o_Ensino_de_historia_da_resistencia_anti-colonial_em_Mocambique_analise_dos_monumentos_Acivaanjila_e_Ngungunhane/links/67442d0cb5bd9d17d605ebe1/CAPOEIRA-REVISTA-DE-HUMANIDADES-E-LETRAS-Memoriais-como-recursos-didaticos-para-o-Ensino-de-historia-da-resistencia-anti-colonial-em-Mocambique-analise-dos-monumentos-Acivaanjila-e-Ngungunhane.pdf - acesso em 19 Abr. 2026.

VILANCULOS, Isabel, NHIUANE, Odélio. *Cultura e representação: o lugar da mulher na cultura moçambicana*. Dados de África (s), Vol.02, Nº3, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/14297> - acesso em 28 out. 2024.

VILHENA, Maria da Conceição. *Gungunhana no seu reino*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

VILHENA, Maria da Conceição. *AS Mulheres do Gungunhana*. Mozambique: Periodical - Arquipélago. História (ISSN 0871-7664). Vol.3. Pages: 407-415, 1999. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00009208> – Acesso em: 9 Dez. 2025.

WEINHARDT, Marilene. *Considerações sobre o romance histórico*. Curitiba: Editora da UFPR. 1994. Disponível em [https://www.google.com/search?q=quais+sao+as+concepcoes+do+romance+historico%3F&rlz=1C1GCEA_enDE1033DE1033&oq=quais+sao+as+concepcoes+do+romance+historico%3F&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigATIHCAIQIRigAdIBCTE4ODIyajBqN6gCCLACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=quais+sao+as+concepcoes+do+romance+historico%3F&rlz=1C1GCEA_enDE1033DE1033&oq=quais+sao+as+concepcoes+do+romance+historico%3F&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIHCAIQIRigATIHCAIQIRigATIHCAQIRigAdIBCTE4ODIyajBqN6gCCLACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8) – acesso em 27 set. 2024.

ZILBERMAN, Regina. *O Romance Histórico & Teoria e Prática*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 109-139, 2003.

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA:

- ✓ Biblioteca do Instituto Camões, Centro de Línguas, Universidade Rovuma, Nampula, Moçambique.
- ✓ Biblioteca da Universidade Rovuma, Nampula, Moçambique.
- ✓ Biblioteca da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.
- ✓ Biblioteca Prof. Alpheu da Veiga Jardim, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.
- ✓ Biblioteca Albertina, Instituto de Romanística, Universidade de Leipzig, Alemanha.
- ✓ Arquivos digitais da Editora da UFPR. Disponível no Google académico. Acesso em: nov. 2024.
- ✓ Arquivos digitais da CEBRAP. Disponível no Google académico. Acesso em: maio. 2022.